

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Sociais
Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas

Camilo Negri

**RESTRIÇÃO DE ABRANGÊNCIA DE CONTEÚDOS IDEOLÓGICOS DA
DEMOCRACIA:
uma análise sobre a não-consolidação de programas de governo de esquerda no Chile,
Brasil e Uruguai**

Brasília, 2009

Camilo Negri

**RESTRIÇÃO DE ABRANGÊNCIA DE CONTEÚDOS IDEOLÓGICOS DA
DEMOCRACIA:
uma análise sobre a não-consolidação de programas de governo de esquerda no Chile,
Brasil e Uruguai**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Ciências Sociais, sob a orientação do Prof. Henrique Carlos de Oliveira de Castro, no Centro de Pesquisa e Pós-Graduação Sobre as Américas da Universidade de Brasília.

Brasília, 2009

AGRADECIMENTOS

Agradeço, profundamente, a todos que da sua maneira participaram desses quatro anos de minha vida que aqui, de alguma forma, estão registrados. Alguns auxiliaram enormemente, outros me acenaram qualquer ajuda nas horas difíceis, outros me deram um sorriso e outros apenas um olhar. Todos foram fundamentais e seria difícil precisar seus nomes. Destaco apenas os diretamente envolvidos nesta tese e que ainda estão presentes na minha vida. Henrique e Sônia, que além de orientador e professora, foram amigos imprescindíveis nos últimos seis anos da minha vida. Sei que devo a eles mais do que posso retribuir. Minha tia Vera que sempre me deu o suporte e os incentivos certos, nas horas certas, e que conseguiu tornar todas as perdas um pouco menos amargas. Ao meu irmão Márcio que mesmo em Porto Alegre sempre esteve na minha lembrança. Ao “Chefe” que nunca irá entender porque tantas horas na frente do computador, nem o que escrevo aqui, mas que mesmo assim me ajudou, desconcentrando-me na hora exata e me despertando quando já era necessário. Agradeço também aos amigos Flávio, Lauro, Fernanda e Sandro, Elizabeth e a minha família no Chile, Israel “Moyá” e Jerry “Dodge”, aos meus colegas de doutorado, especialmente à Paula, Juliana e Cristian, (perdão aos demais) e aos meus vizinhos Renato e Sharia. Agradeço também à Universidade de Brasília e aos professores do CEPPAC que me abrigaram e ensinaram por 6 anos da minha vida. Aos entrevistados e, em especial, aos do Partido Comunista do Chile, Juan Carlos Concha e Mireya Baltra. Apesar de já estar mais longo do que deveria, agradeço à University of Michigan e ao professor Inglehart por terem aceitado me receber durante o estágio doutoral. Por fim, agradeço às instituições financiadoras, porque o investimento financeiro também é importante: CNPQ (bolsa doutorado) e CAPES (Bolsa Sanduíche).

RESUMO

O presente trabalho busca responder porque a restrição de abrangência de conteúdos leva as propostas econômicas de esquerda a não se consolidarem na democracia latino-americana. Portanto, compreende-se a existência de restrição de abrangência de conteúdos ideológicos da democracia. Resultado da hegemonia, a restrição afeta a democracia delimitando quais conteúdos são considerados institucionalmente viáveis e aceitos pelos eleitores. A comparação dos programas de governo de Salvador Allende, Lula e Tabaré Vázquez, exemplos de programas de esquerda que não se consolidam, permitiu compreender que os dois últimos abandonam reivindicações contrárias aos valores liberais e que o primeiro, por não fazer o mesmo, acaba sendo destituído. Em sociedades hegemônicas, portanto, a democracia não pode ser considerada pluralista, pois, propostas cujo objetivo é modificar o sistema de produção, sofrem os efeitos da restrição de abrangência de conteúdos da democracia.

Palavras-chave: democracia, esquerda, hegemonia, restrição de conteúdos ideológicos.

ABSTRACT

This work aims to answer why economical proposals from Latin American left wing does not consolidate in democratic system. It comprehends the existence, on democracy, of ideological coverage restrictions. The restriction affects democracy limiting her ideological coverage and making some contents institutionally viable and accepted by voters. Comparing Allende, Lula and Vázquez proposals it's possible to understand that Lula and Vázquez change their ideology and Allende doesn't, because that, he suffer an coup. So, in Hegemonic societies, democracies could not to be understood as pluralistic system because some proposals, who wants to change the production system, are affected by restrictions on democracy coverage.

Keywords: democracy, left wing, hegemony, ideological restriction.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	7
2. DEMOCRACIA E TEORIA DEMOCRÁTICA: A GARANTIA DE CONSOLIDAÇÃO DOS CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS VITORIOSOS	20
2.1. Visão geral da democracia.....	22
2.1.1. Origens.....	22
2.1.2. A redefinição da democracia: a teoria clássica	25
2.1.3. O pensamento fundacional da democracia americana	28
2.1.4. A nova teoria democrática	32
2.2. As dimensões atuais do conhecimento da democracia	38
2.2.1. Da filosofia à ciência política empírica.....	38
2.2.2. A democracia aos olhos da ciência: teoria normativa versus empírica	40
2.2.3. A teoria procedimental.....	44
2.2.4. A teoria democrática e as garantias de implementação de políticas.....	49
3. ESQUERDA E HISTÓRIA DAS SUAS VERTENTES NA AMÉRICA LATINA: AS TRADIÇÕES DE CHILE, BRASIL E URUGUAI	52
3.1. Esquerdas: origem e redefinição do termo.....	55
3.1.1. Origens: da divisão entre esquerda e direita e do que era ser de esquerda.....	55
3.1.2. Redefinição	59
3.2. Esquerda na América Latina.....	65
3.2.1 Principais Origens.....	65
3.2.2. Redefinições.....	67
3.3. Os casos a serem comparados.....	71
3.3.1. Trajetória da esquerda chilena	71
3.3.2. Trajetória da esquerda brasileira	76
3.3.3. Trajetória da esquerda uruguaia	82
4. A NÃO-CONSOLIDAÇÃO DE PROPOSTAS ECONÔMICAS DE ESQUERDA: O GOLPE DE ESTADO E O DESLOCAMENTO IDEOLÓGICO	89
3.1. A não-consolidação de programas de governo de esquerda	92
3.2. O Golpe de Estado: relação entre as propostas econômicas e a derrubada do governo de Allende.....	94
3.2.1. Antecedentes da via democrática ao socialismo	95
3.2.2. A revolução com sabor de empanada e vinho tinto	98
3.2.3. <i>Avanzar sin transar</i> e a redução das alternativas.....	101
3.2.4. O golpe de estado contra Allende e a relação com o desempenho do governo.....	106
3.3. Luís Inácio Lula da Silva: análise das propostas de 1989 e 2002	108
3.4. Tabaré Ramón Vázquez Rosas: análise das propostas de 1994 e 2004.....	119
3.5. A não-consolidação da esquerda e a necessidade de explicação	132
5. A NÃO-CONSOLIDAÇÃO COMO EXPRESSÃO DA IDEOLOGIA DOMINANTE: ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DA RESTRIÇÃO DE ABRANGÊNCIA IDEOLÓGICA DA DEMOCRACIA	136
5.1. O papel do indivíduo na democracia	139
5.2. As concepções de ideologia.....	146
5.3. A ideologia total	151
5.4. A ideologia como falsa consciência.....	157
5.5. Raízes da concepção de hegemonia em Gramsci.....	163
5.6. Da ideologia à hegemonia.....	169

6. RESTRIÇÃO DE ABRANGÊNCIA IDEOLÓGICA DA DEMOCRACIA: A HEGEMONIA NA DEMOCRACIA LIBERAL E OS EFEITOS NA ESQUERDA LATINO-AMERICANA	178
5.1 A restrição de abrangência ideológica da democracia como resultado da hegemonia.....	180
5.2 Restrição de abrangência e a teoria democrática	184
5.3 Os efeitos da restrição de abrangência ideológica da democracia na esquerda latino-americana: a não consolidação das propostas econômicas.....	192
5.3.1 O golpe contra Allende como demonstração dos limites da democracia liberal.....	193
5.3.2 O deslocamento ideológico de Lula e Vázquez como resultado da restrição de abrangência ideológica da democracia.....	198
5.3.3 A restrição de abrangência de conteúdos ideológicos da democracia e a não-consolidação da esquerda	204
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	208
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	223
ANEXO A – LISTA DE ENTREVISTADOS CHILE	236

1. Apresentação

O debate suscitado por esta tese advém do questionamento da premissa da democracia de que ela é um sistema político pluralista, isto é, que a democracia é, por definição, um cenário aberto a todas as possibilidades ideológicas existentes. Pretende-se mostrar que isso não apenas é falso devido às evidências empíricas analisadas, mas também, porque essa premissa é contraditória aos princípios da democracia.

O pluralismo pode ser definido de diferentes formas. Seja qual for a definição, segundo Bobbio (1994, p.16), “o melhor modo para organizar uma sociedade desse tipo [pluralista] é fazer com que o sistema político permita aos vários grupos ou camadas sociais que se expressem politicamente, participem, direta ou indiretamente, na formação da vontade coletiva”. A democracia, por sua vez, representa, conforme o autor italiano, o

sistema político caracterizado pela legitimação do dissenso e, portanto, pela transferência do dissenso, se assim podemos dizer, de fora para dentro do sistema. A passagem do Estado autocrático para o Estado democrático aconteceu, tecnicamente falando, mediante o processo de constitucionalização do direito de resistência à opressão, cuja legitimação é sempre póstuma, dependendo do resultado, num direito positivo à oposição, cuja legitimidade é preconstituída e portanto lícita, qualquer que seja o resultado (BOBBIO, 1994, p.55).

A democracia, por meio de suas regras, seria a forma institucionalizada e pacífica daquilo que os teóricos liberais chamaram de direito natural de resistência à opressão do estado. Em uma sociedade múltipla de interesses e culturas, a democracia consistiria em um cenário para participação da oposição institucionalizada, para o exercício da diversidade sócio-cultural e do pluralismo político.

A premissa fundamental da presente tese, porém, é de que há relação entre os valores e as regras democráticas. E que essa relação é mediada pelos valores da classe que, por sua posição dominante, é capaz de definir os valores sociais gerais e, principalmente, as regras

políticas. A premissa fundamental, portanto, é de que existem diversas ideologias – entendidas como os conjuntos de valores sociais característicos de determinados grupos – e que essas ideologias podem se tornar hegemônicas, no sentido gramsciano do conceito.

Para Gramsci (1978), existiriam diversas ideologias, correspondentes aos inúmeros grupos sociais, definidos por sua participação no sistema de produção. A ideologia dominante, correspondente à ideologia da classe, fração de classe ou conjunto de classes no poder, pode se tornar hegemônica. A hegemonia de um determinado grupo social significa a condição específica adquirida por esse grupo dominante devido à posição de sua ideologia entre as demais. A condição de hegemonia de determinado grupo ocorre quando os seus valores se tornam também os valores de toda a sociedade. O estado, como aparelho da classe dominante, é fundamental nesse processo, pois tem controle sobre diversos sistemas hegemônicos, representa a sociedade política e o poder (de definir o sistema de produção). Nessa condição, a sociedade civil se forma. A sociedade civil surge quando os valores dominantes, representados no estado, se tornam também os valores das classes dominadas. Com isso, as ideologias que surgem contém limites herdados da ideologia dominante.

Apesar de a hegemonia ocorrer quando as classes dominadas pensam conforme os valores hegemônicos, Gramsci (2000b) não nega a possibilidade de emergência de outras ideologias. Existem brechas, portanto, que permitem o desenvolvimento de ideologias não influenciadas pela hegemonia e de valores originais de cada classe ou grupo. Os valores originais do proletariado, porém, surgem por meio da atividade política do proletariado e da orientação revolucionária.

A aceitação dessa premissa maior, da existência de relação entre os valores e as regras e, principalmente, do conceito gramsciano de hegemonia, implica, por sua vez, aceitar a conclusão de que a existência da hegemonia tem como resultado que o princípio democrático da opinião individual decidir o voto, não é completamente válido. Se existem ideologias e algumas podem influenciar outras que, por sua vez, repercutem nos valores e opiniões individuais, a opinião que leva ao voto não é formada integralmente pelo indivíduo, mas resultado das disputas ideológicas tecidas na sociedade. Desta forma, pode-se dizer, existe uma opinião pública que estrutura a opinião individual.

Não aceitar o pressuposto da formação individual da opinião, valores, interesses, decisões, vontades e moral, e aceitar o pressuposto que existem ideologias, que são influenciadas pela hegemonia, e que exercem influência na opinião individual, leva, por sua vez, a aceitar a dúvida sobre a premissa do pluralismo democrático. Duvidar se a democracia

é, realmente, espaço para a oposição e para a expressão da diversidade implica analisar se as diversas ideologias existentes na sociedade têm, de fato, condições de disputar o jogo democrático. Além disso, implica questionar se todas as ideologias são realmente capazes de implementar seus programas de governo e se a democracia suporta e é capaz de fornecer garantias mínimas de consolidação a todos os programas existentes.

Esses questionamentos levam para a análise empírica realizada na presente tese. A observação histórica mostra que nenhum programa de governo de esquerda teve condições de se consolidar nas democracias latino-americanas. Por isso, foram analisadas as ideologias de três casos considerados ou denominados de esquerda. Analisou-se, por meio das suas propostas econômicas, ao caso de Salvador Allende Gossens, no Chile, e aos casos de Luís Inácio Lula da Silva, no Brasil, e Tabaré Ramón Vázquez Rosas, no Uruguai.

Nesses três exemplos se identificou a existência da não-consolidação de propostas econômicas de esquerda. No Chile, Allende é eleito em 1970 e, no meio do seu mandato, é destituído pelo golpe militar de 11 de setembro de 1973. A principal explicação do golpe se encontra no conteúdo de seu plano econômico. A contraposição das propostas ao princípio liberal do direito natural à propriedade privada desencadeou o descontentamento de forças políticas importantes e o que deveria ser apenas um conflito dentro da democracia levou o governo ao seu fim.

No Brasil, Lula desloca ideologicamente o seu programa de governo em torno de um consenso com o modelo econômico capitalista e com os valores liberais. De 1989, sua primeira candidatura, até 2002, ano em que vence pela primeira vez, Lula modifica suas propostas em relação a pontos específicos do capitalismo. O programa de governo deixa de criticar o capitalismo e não apresenta propostas de transformação da economia que indiquem contrariedade ao princípio da propriedade privada.

Tabaré Vázquez, no Uruguai, efetuou o mesmo deslocamento ideológico entre 1994, ano de sua primeira candidatura presidencial, e 2004, ano de sua vitória eleitoral, entrando também em consenso com o modelo de desenvolvimento capitalista. Embora ambos tenham partido de momentos históricos diferentes e de visões ideológicas distintas, o resultado do deslocamento ideológico foi o mesmo. Os programas de governo de Lula e de Vázquez são consensuais em relação ao apoio do desenvolvimento capitalista e não apresentam propostas econômicas que se oponham ao princípio liberal do direito natural à propriedade privada.

Assim, o golpe contra as propostas que se contrapunham ao capitalismo liberal, no Chile, e o deslocamento ideológico dessas mesmas propostas no Brasil e Uruguai, configura a não-consolidação da esquerda na América Latina.

A compreensão da não-consolidação como um fenômeno sócio-político possui uma principal objeção devido ao seu nível de abstração. Dito de outra forma, o deslocamento ideológico e o golpe são situações aparentemente diferentes e cada uma possui explicações isoladas, não seria possível, apesar do resultado de todas terem sido a não-consolidação de propostas econômicas de esquerda, considerá-las como um mesmo fenômeno. O golpe é explicado pela incapacidade da esquerda de conquistar a maioria no legislativo para assegurar a manutenção da governabilidade e a continuidade do governo. O deslocamento ideológico, por sua vez, é compreendido como a resposta às opiniões individuais dos eleitores, frente à modificação, transformação e desenvolvimento da realidade sócio-econômica.

De fato, durante o governo de Allende não houve condições de formar a maioria necessária na democracia. Isso, porém, é uma descrição dos limites pré-existentes das regras democráticas e não uma explicação de porque o programa de governo socialista levou à estagnação e bloqueio institucional. O debate sobre as causas do golpe leva em consideração as regras democráticas, mas se concentra nas características históricas das instituições democráticas chilenas, no contexto social, na característica cultural, na configuração eleitoral, ideológica, entre outras; por conseguinte, a literatura existente não traça a relação entre o conteúdo do programa de governo de Allende e os valores representados pelas regras democráticas. A questão central aqui é apontar porque as regras estão acima da implementação de conteúdos como o apresentado por Allende, uma vez que a democracia deveria de ser pluralista. A questão é definida, principalmente, ao se considerar as propostas de Allende em comparação ao deslocamento ideológico realizado pela esquerda, observado nas transformações das propostas de Lula e Vázquez.

A principal explicação teórica para o deslocamento ideológico da esquerda se baseia em dois pressupostos liberais. O primeiro, de que as decisões, na democracia, são resultado dos juízos individuais dos eleitores e que, em última instância, é a representação dos interesses desses indivíduos que define os resultados do jogo. E, o segundo, de que a democracia é plural, ou seja, aceita todas as reivindicações. Desta forma, o deslocamento ideológico da esquerda é resultado, por um lado, da soma das opiniões individuais. Os eleitores simplesmente não desejam propostas de esquerda. Por outro, o método democrático, por ser pluralista, é aberto a qualquer proposta, portanto, Lula e Vázquez deslocam o seu

conteúdo para atender as demandas dos eleitores. Assim, os desejos dos eleitores é resultado das suas opiniões individuais e uma vez que a democracia é aberta a todos os conteúdos, eles podem escolher livremente.

Os dois pressupostos dessa resposta são questionados na presente tese. O primeiro, da individualidade do voto, é rejeitado pela existência de ideologias e da necessidade de homogeneidade cultural dentro a democracia. O segundo, a pluralidade democrática, é o que se coloca em dúvida na presente tese e, portanto, não pode ser assumido como pressuposto.

Em termos empíricos, se poderia desconsiderar a existência de deslocamento ideológico das propostas para atender as regras democráticas se fosse compreendido, como muitos intelectuais fazem, que as transformações na dita nova esquerda não a descaracterizam como sendo de esquerda. A análise das mudanças, porém, mostra que há um deslocamento da esquerda para a direita, pois a nova esquerda abandona princípios ideológicos que a diferenciavam da direita e passa a aceitar pressupostos que a aproximam da direita. A semelhança com as propostas de direita ocorre em dimensões fundamentais na definição das ideologias de esquerda, como é a oposição ao modelo capitalista liberal.

Na presente tese, devido ao seu quadro teórico, a compreensão empírica do deslocamento ideológico destacou a semelhança entre as estratégias eleitorais de Lula e Vázquez, que levaram à mesma transformação das propostas. Isso, pois, considera-se fundamental, para uma explicação sobre a não-consolidação da esquerda, compreender os casos analisados como um fenômeno altamente semelhante.

Desta forma, a tese investiga o conteúdo da transformação dos programas de governo da esquerda. A análise realizada mostra que os dois programas de governo sofrem as mesmas alterações ideológicas e com isso, ambos passam a ser aceitos pelos eleitores. Além disso, ao se comparar o deslocamento ideológico com o conteúdo rejeitado no golpe contra Allende, as semelhanças são indicativas de que uma explicação conjunta da não-consolidação de programas de governo de esquerda pode ser realizada.

Como os limites institucionais enfrentados durante o governo de Allende indicam, a democracia possui regras que definem um funcionamento institucional que permitem vetar determinadas propostas. A democracia possui uma determinada abrangência de conteúdos definida pelo respeito aos direitos e interesses da maioria. Teoricamente, a abrangência de conteúdos da democracia possui fronteiras delimitadas pela aceitação das regras do jogo, ou seja, a democracia possui o princípio de intertemporalidade (O'DONNELL, 1996). De

maneira objetiva, as propostas que se oponham aos princípios das regras democráticas são definidas como antidemocráticas. Ideologias antidemocráticas não podem participar da democracia, pois essa precisa se desenvolver e estabilizar.

Existe na democracia, portanto, uma determinada abrangência a conteúdos ideológicos relativos à característica intertemporal da democracia. Propostas antidemocráticas são afastadas do jogo democrático e transformadas em ilegítimas, não sendo aceitas na democracia. Nesse sentido, o conteúdo antidemocrático é eliminado da disputa, pois a democracia é pacífica, justa e igualitária, portanto, é o modelo político mais indicado para uma sociedade livre.

A abrangência de conteúdos é definida pelos valores liberais que constituíram as regras democráticas. Esses valores de aceitação democrática são fundamentais para o funcionamento da democracia, pois legitimam suas regras. Os cidadãos devem acreditar nas regras para participarem do jogo, por meio do voto, e para acreditarem nas regras devem compartilhar valores sociais. É necessária homogeneidade cultural para o funcionamento de um sistema político (DAHL, 2001a). Para o funcionamento da democracia é fundamental que os indivíduos aceitem a democracia como a melhor forma de representar seus interesses individuais e isso resulta da hegemonia liberal. A abrangência é definida pela existência de valores sociais democráticos, do espírito democrático.

A compreensão da existência de determinada abrangência de conteúdos ideológicos na democracia e a forma como ela age são parte da explicação proposta. O estudo do caso chileno mostra que a proposta socialista não era contrária à democracia ou às suas regras e sim aos valores sociais liberais. Assim, os conflitos, a incapacidade de formar alianças e a conseqüente ingovernabilidade da administração de Allende não estão ligados à condição intertemporal da democracia, mas, como foi argumentado, são resultado do conteúdo ideológico do seu programa.

Os mesmos pontos do programa de Allende que levam ao golpe são modificados com o deslocamento ideológico de Lula e Vázquez. A semelhança entre os conteúdos não-consolidados indica que a abrangência de conteúdos ideológicos da democracia não se limita às regras e abarca outras questões ideológicas. As regras são resultado dos valores dominantes, portanto, a abrangência da democracia se relaciona aos valores contrários aos pressupostos liberais. No caso de Allende, Lula e Vázquez, a contraposição foi ao direito natural à propriedade privada dos meios de produção. Nesse sentido, ocorre uma restrição de

abrangência de conteúdos ideológicos na democracia e esse fenômeno é responsável pela não-consolidação de propostas econômicas de esquerda na América Latina.

O respeito às regras é uma característica própria do espírito democrático, necessário para que a democracia funcione e sobreviva. É preciso, portanto que os eleitores acreditem nas regras, que estas são justas, equânimes, que de fato representam igualmente seus interesses. Por isso, há determinada abrangência de conteúdos ideológicos da democracia. O que ocorre nos casos analisados, porém, não se refere a esse limite ideológico, uma vez que as três propostas eram a favor das regras democráticas. A não-consolidação de programas econômicos de esquerda na América Latina ocorre por meio da restrição de abrangência de conteúdos ideológicos.

O fundamento das regras democráticas reside no conjunto de valores de seus criadores. Naquilo que eles acreditavam que seriam os valores sociais básicos que a democracia deveria preservar. Esses valores representariam o espírito democrático necessário para que os indivíduos aceitassem e acreditassem nas regras. Dito de outra forma, na ideologia homogeneizante necessária para a manutenção da estabilidade do sistema democrático.

A democracia ateniense teve como valores homogeneizantes características bem restritas de cidadania; para Rousseau, a democracia dependia da condição de propriedade privada; para Madison e os fundadores a democracia moderna, a homogeneidade está no direito natural à liberdade individual e à propriedade privada desigual. Segundo Dahl (2005a), a principal preocupação de Madison, quando propôs o princípio de veto, foi o direito à propriedade privada desigual. As propostas de esquerda se opõem a esses princípios, assim, se opõem aos limites de abrangência de conteúdos da democracia.

Em uma sociedade composta por uma classe, fração de classe ou várias classes no poder, com capacidade de influenciar os valores sociais, como fizeram Madison e os demais pais fundadores, existe uma situação de hegemonia. Nesta, a ideologia dominante perpassa toda a sociedade e influencia todas as ideologias existentes. Em uma hegemonia liberal, o jogo democrático se restringe, pois os valores de apoio aos princípios liberais são muito fortes e disseminados. Em uma sociedade democrática em que, como resultado da hegemonia, existe restrição de abrangência de conteúdos ideológicos, ocorre, portanto, a não-consolidação de programas de governo e esquerda.

Desta forma, é fundamental para os objetivos do trabalho, responder a pergunta de pesquisa da presente tese: **por que a restrição de abrangência de conteúdos ideológicos da democracia resulta na não-consolidação de programas de governo de esquerda?**

A hipótese do trabalho foi, se existe uma determinada abrangência de conteúdos da democracia, a hegemonia influencia a restrição dessa abrangência. Essa restrição do espectro político dentro da democracia se denominou restrição de abrangência de conteúdos ideológicos da democracia. A não-consolidação da esquerda é resultado dessa restrição. A restrição se dirige, portanto, aos valores que se contrapõem aos valores hegemônicos, como os defendidos pela esquerda. Esses, porém, não se referem aos valores necessários para manter a democracia e sim aos necessários para manter o modelo econômico capitalista (defesa da propriedade privada individual). **A restrição, portanto, acontece porque ela impede que o poder político interfira no modelo econômico capitalista, por meio da transformação de suas bases estruturais e valorativas e desta forma, a restrição protege o sistema de produção capitalista.**

Há, na diferença fundamental entre o deslocamento ideológico e o golpe de estado, um importante resultado analítico para responder à pergunta de pesquisa proposta.

No caso do golpe sofrido pela Unidad Popular, havia, na sociedade chilena, valores dominantes liberais, mas há instabilidade hegemônica. A transição para a modernidade se impõe e desestabiliza as elites agrárias. A industrialização começa a ganhar fôlego e modificar as estruturas de poder. As condições políticas respondem aos diversos grupos que surgiam. Outras ideologias passam a se fortalecer e, com isso, o estado não é mais acompanhado de uma sociedade civil. Há diversidade ideológica civil e política. É possível ascender ao poder pela democracia, porém, mesmo assim, não é possível modificar a estrutura econômica, já que existe restrição de conteúdos, mesmo que embrionária, devido a base de valores liberais estabelecida e incentivada durante a disputa ideológica que antecedeu ao golpe.

Em relação ao Brasil e Uruguai, e o deslocamento ideológico, as duas sociedades são marcadas por um sistema hegemônico. Isso significa que o estado e a sociedade civil possuem os mesmos objetivos e compartilham dos mesmos valores. Não é possível ascender ao poder pela democracia, pois existe restrição de abrangência de conteúdos ideológicos bem definida que torna necessário modificar a ideologia e aceitar os valores hegemônicos.

Assim, caso os princípios da esquerda se dirijam contra o livre mercado capitalista e suas bases, os limites de abrangência ideológica da democracia são expostos. Os programas de governo de Lula e Vázquez são modificados para se manterem abrangidos pela democracia (e considerados justos, viáveis etc.). A opção pragmática pela vitória eleitoral os faz abandonar os pressupostos de esquerda e assumir propostas econômicas liberais, negando princípios de esquerda que estavam presentes nos seus programas de governo iniciais. O programa de governo de Allende, por sua vez, apresentou claramente o conteúdo que preocupava as elites e foi bloqueado institucionalmente e derrubado violentamente.

Conclui-se, no presente trabalho, que as propostas de esquerda não se consolidam porque sofrem a restrição de abrangência. Isso ocorre porque essas propostas se opõem ao livre mercado capitalista e, assim como compreendeu Gramsci (1999), a disputa pelo poder é a disputa pela definição do sistema de produção. Por conseguinte, a restrição de abrangência de conteúdos da democracia leva a não-consolidação de propostas econômicas de esquerda porque assim impede que a esfera política possa modificar a forma de produção. A democracia é um modelo político que protege o direito natural à propriedade privada desigual.

A argumentação está disposta em seis capítulos. No primeiro capítulo é feita a apresentação do trabalho. No segundo é realizado um debate em torno da teoria democrática. São mostrados como as democracias e teorias democráticas lidaram com princípio de homogeneidade e quais os valores fundadores da democracia moderna e contemporânea. Busca-se, ainda, apresentar o questionamento sobre dois pressupostos da democracia, o de que o indivíduo é o centro do processo democrático, e a premissa, característica da democracia, do pluralismo que lhe garantiria abertura a todos os conteúdos político-ideológicos.

Desta forma, no segundo capítulo se debate como a teoria democrática trata o pretensão ideal de igualdade de condições a todos os conteúdos políticos que possibilitaria, portanto, a consolidação de programas de governo de diferentes matizes ideológicos. É apresentada uma visão histórica da democracia por meio do seu surgimento na Grécia Antiga, após, se analisa três perspectivas, a primeira representada por Jean-Jacques Rousseau, a segunda, cujo principal desenvolvedor é James Madison, e a terceira, formada pelo pensamento utilitarista de Jeremy Bentham, James Mill e John Stuart Mill.

Após, se apresenta a teoria democrática desenvolvida pela ciência política empírica. Pretende se expor como é formada a teoria descritiva, a diferenciação entre a teoria empírica e a filosófica e as características da teoria procedimental.

No terceiro capítulo é realizada a discussão sobre o conceito de esquerda, suas transformações e a modificação identitária dos atores políticos que se definem como de esquerda ou se redefinem como nova esquerda na América Latina. Primeiramente, se realiza uma análise histórica das origens e desenvolvimento da esquerda. Após, as novas definições surgidas a partir do fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) são analisadas. Em seguida, apresenta-se um recorte histórico sobre as trajetórias das esquerdas na América Latina. Chile, Brasil e Uruguai são destacados. Com isto, se estabelecem as dificuldades em definir o que é esquerda. Essas dificuldades, por sua vez, são decorrentes, principalmente, dos problemas de considerar a versão tradicional e nova, como sendo manifestações específicas da esquerda. Para assim, analisar a não-consolidação de programas de governos de esquerda na América Latina.

No quarto capítulo se apresenta como as propostas econômicas de programas de governo identificados com a esquerda, na América Latina, não atingem a sua consolidação. Isso ocorre de duas formas. A primeira – aqui representada pela análise do caso do presidente chileno Salvador Allende – ocorre por meio de golpe de estado. A segunda – aqui analisada por meio dos programas de governo de Luis Inácio Lula da Silva e de Tabaré Ramón Vázquez Rosas – ocorre pelo deslocamento ideológico dos programas de governo. Considera-se, devido à análise dos programas de governo de Lula e Tabaré, que a dita nova esquerda não se contrapõe mais ao livre mercado capitalista, tendo abandonado, portanto, uma das dimensões definidoras desse posicionamento ideológico. São analisados, ainda, alguns motivos que levam ao golpe contra Salvador Allende. A proposta de Allende, por ter sido escolhida democraticamente, mostra os limites reais para a consolidação de propostas contrárias ao modelo econômico.

Para a análise empírica apresentada no quarto capítulo foram utilizadas três fontes distintas de dados para cada caso investigado. Para analisar a não-consolidação de Allende foram consultados documentos referentes à atuação dos Estados Unidos no golpe e sobre a situação vivenciada pela esquerda antes e durante o governo de Allende. Também foram analisados os programas de governo e entrevistados ex-ministros do governo de Allende,

especialistas sobre o tema e um deputado que à época era da oposição¹. No caso de Lula, foram comparadas as propostas econômicas contidas no primeiro e no quarto programa de governo, vitorioso nas eleições de 2002. Foram consultados documentos de congressos e reuniões, assim como resoluções desses encontros, para se compreender melhor os objetivos, método, ideologia e disputas do partido. Considerou-se ainda, as falas, depoimentos, discursos, propagandas etc. de membros do partido e de Lula, para compreender como eles definem o papel da esquerda e qual a imagem que apresentam para os eleitores.

No Uruguai se comparou o primeiro (1994) e o terceiro (2004) programas de governo de Vázquez. Procurou-se elucidar as transformações das propostas e os conteúdos reivindicados pela Frente Amplio, Encuentro Progressista e Nueva Mayoría (FA-EP-NM). Foram pesquisados alguns documentos resultantes de Reuniões e Encontros selecionados segundo o período estudado. Foram analisados, também, os depoimentos, discursos, falas, entrevistas etc. de Vázquez e de outros membros de partidos que compõem a coligação FA-EP-NM.

A comparação entre as propostas de governo de Luís Inácio Lula da Silva e Tabaré Vázquez, foi realizada por meio de uma metodologia desenvolvida em trabalho anterior (NEGRI, 2003). Desta forma, foi selecionado um eixo principal de análise dos programas de governo e realizado um recorte analítico buscando compreender as *percepções sobre a relação entre Economia/Sociedade/Estado*. A análise se concentrou, portanto, em como a relação entre o sistema econômico, a sociedade e a função do Estado é vista em cada programa de governo.

Os documentos comparados são formados, portanto, pelos Programas de Governo relativos à área econômica. Isso se deu porque, além da necessidade de um recorte que limitasse a abrangência do material documental, as possíveis tensões que impelem mudanças nas concepções dos programas e, portanto, nas propostas apresentadas pela esquerda, são mais claras nessa esfera programática.

Tanto no caso de Luís Inácio Lula da Silva quanto no de Tabaré Vázquez, o recorte utilizado foi o das primeiras e das últimas campanhas eleitorais, portanto, dos anos de 1989 e 2002, no caso brasileiro, e de 1994 e 2004, no caso uruguaio. Dito de outra forma, foram selecionados os extremos – primeira tentativa eleitoral e tentativa vitoriosa – pois eles podem mostrar as mudanças com mais nitidez e demarcar os pontos de maiores modificações.

¹ Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas. Ver anexo 1, lista de entrevistados.

Frente ao eixo de análise proposto, a comparação dos programas foi realizada tendo uma série de sete indicadores como princípios de análise. Os indicadores são compostos por diferentes elementos que dependem dos próprios programas de governo, uma vez que se tratam dos temas relativos aos objetivos de cada proposta ou da área mais específica na qual a proposta se enquadra.

O primeiro indicador analisado foi visão sobre o capitalismo. Esse indicador pretendeu abarcar as concepções contidas nos programas de governo sobre o sistema econômico vigente, tendo importância os juízos sobre as suas qualidades ou defeitos. O segundo indicador foi relação entre o Estado e a economia. Esse indicador pretendeu compreender como as propostas expressam a visão de como é e de como deve ser a relação entre o Estado e o sistema econômico. O terceiro indicador – relação entre o capital e o trabalho – pretendeu compreender de que forma as propostas tratam a situação e a relação capital/trabalho em cada momento. O quarto indicador analisado foi relação entre o capitalismo e os problemas sociais. Esse indicador tinha como objetivo tornar mais clara a percepção contida nos programas de governo sobre qual a relação entre o sistema econômico e os problemas sociais, ou seja, se o capitalismo é causador ou auxilia na solução dos problemas sociais. O quinto indicador – principais problemas do país – visava a compreender como os programas entendem os problemas econômicos do país, suas origens e causas. O sexto indicador utilizado foi principais propostas econômicas. Teve, por sua vez, o objetivo de entender quais fundamentos baseiam as propostas. Por fim, o sétimo indicador – relação Sistema Econômico Nacional/Internacional – que visava a compreender a concepção contida nos programas sobre a economia nacional e internacional, assim como as propostas de relacionamento entre essas duas esferas.

Os elementos que compõem cada indicador foram elaborados na medida em que surgiam conteúdos importantes dentro dos programas. Um exemplo é a questão da dívida externa, que aparece no primeiro programa de governo de Lula como uma questão fundamental. Desta forma, dívida externa, se tornou um elemento que também foi buscado no último programa. Neste, a questão aparece vinculada a outras, ou seja, torna-se secundária. Ao se analisar o indicador “visão sobre o capitalismo” é visto que, no primeiro programa, a proposta de rompimento do pagamento da dívida está baseada na percepção que se tem sobre o sistema econômico que impede o desenvolvimento do país. No programa vencedor, a proposta de honrar o pagamento da dívida tem por base a convicção de que é possível o desenvolvimento do país seguindo o sistema capitalista.

No quinto capítulo, se apresenta o debate em torno do conceito de ideologia, para, com isso, refletir sobre a autonomia individual na formação da opinião política, base da noção liberal da democracia. A perspectiva gramsciana de ideologia e hegemonia é desenvolvida neste capítulo. Com isso se mostrará que para existir, a democracia liberal necessita de um constructo ideológico hegemônico, que condiciona as possíveis variações ideológicas no seu interior. A condição infligida pela hegemonia às possibilidades da democracia abarcar todos os conteúdos ideológicos é definida neste capítulo, como restrição de abrangência de conteúdos ideológicos da democracia.

No sexto capítulo se analisa a não-consolidação de propostas econômicas de esquerda como expressão dos limites democráticos, referentes aos valores hegemônicos. Analisou-se o deslocamento ideológico e o golpe, isoladamente, à luz do conceito de hegemonia e do seu efeito na democracia, de restrição de abrangência de conteúdos ideológicos. Argumenta-se, neste capítulo, que a não-consolidação de programas de governo de esquerda na América Latina é resultado desta condição ideológica. A existência de limites ideológicos põe em dúvida o pluralismo da democracia, uma vez que propostas contrárias ao livre mercado e ao direito à propriedade privada desigual não se consolidam na democracia latino-americana.

Neste capítulo, a restrição de abrangência ideológica da democracia é definida. Para isso, foi analisada a relação entre o conceito de hegemonia e a democracia e esta e a esquerda. Assim, se considera as particularidades da restrição de abrangência de conteúdos ideológicos e sua especificidade em relação ao conceito de hegemonia. Também se argumenta que a hegemonia é uma forma de construção de homogeneidade que possui diversas esferas, dentre elas a restrição de abrangência ideológica. Definido o que se entende por restrição de abrangência, se analisa as implicações da existência de restrição ideológica para o conceito de democracia e a não-consolidação da esquerda como efeito da restrição.

2. Democracia e teoria democrática: a garantia de consolidação dos conteúdos programáticos vitoriosos

A democracia é um evento histórico, contudo, é um acontecimento cuja origem não pode ser datada precisamente. É histórico, pois resulta de condições sócio-políticas específicas que fazem com que as características do sistema democrático estejam ligadas ao contexto de sua ocorrência. Não pode ser datado com precisão, pois a democracia somente se tornou historicamente conhecida, no Ocidente, quando ocorreu na Grécia Antiga, onde exerceu papel importante, seja como modelo político, seja como um dos elementos que contribuiu para a formação da filosofia ocidental e do próprio estudo da política.

Somente a partir da experiência grega é que a existência da democracia é reconhecida no Ocidente, o que não significa que ela não tenha ocorrido antes. Conforme Robert Dahl, “It was in classical Greece (...) that systems of government providing for popular participation by a substantial number of citizens were first established on foundations so solid that, with occasional changes, they endured for centuries” (1998, p.11). Em grande medida, a democracia se tornou acessível ao conhecimento histórico por ter suscitado as críticas e reflexões de Platão e Aristóteles (dentre outros pensadores gregos). Não há como dissociar a relação entre o surgimento da filosofia ocidental, como a conhecemos, a criação da Política, como objeto de reflexão, e o exercício da democracia.

Nesse sentido, com os gregos surgem também duas dimensões indissociáveis do conhecimento sobre a democracia, uma dimensão prática e outra conceitual. A Grécia Antiga não só experimentou a democracia na prática, mas também, foi lá que ela se tornou um conceito passível de análise. Essas duas dimensões se encontram traduzidas para a modernidade no debate realizado pela Ciência Política, por meio da dissociação entre duas principais perspectivas da teoria democrática – a normativa e a empírica (SARTORI, 1994). Para Shapiro, a visão normativa é composta por teorias que “seek to justify democracy as a system of government. The other is explanatory, prompted by asking how successful the theories are that is to account for the dynamics of democratic systems” (SHAPIRO, 2006,

p.2). Para Dahl (1989a), se trata de uma teoria de caráter ético e outra que busca descrever a realidade.

Em ambas as perspectivas, porém, o sistema democrático é compreendido como pluralista, isto é, aberto à competição de toda e qualquer proposta política. Para essas duas tradições teóricas, portanto, a democracia possui um corolário principal, a sua neutralidade (Bobbio, 2000, Przeworski, 1994, Dahl, 2000). Dessa forma, esse sistema político interfere nas condições de eleição – uma vez que garante regras comuns – mas, não afeta as possibilidades de consolidação de programas de governo de qualquer matiz, inclusive de esquerda – uma vez que deve ser neutro.

O desenvolvimento de uma concepção puramente descritiva da democracia é uma tarefa incompleta. Além disso, somam-se outras duas dificuldades para se compreender o que é a democracia. Como expressa Dahl, “‘democracia’ tem significados diferentes para povos diferentes em diferentes tempos e diferentes lugares (...) se ‘democracia’ significou diferentes coisas em épocas diferentes, como poderemos nós concordar sobre o que signifique hoje?”² (DAHL, 2001a, p.13). Dito de outra forma, a democracia está permanentemente em transformação. Essa é uma característica comum aos fenômenos sociais, o que os torna ainda mais complexos; além disso, democracia passou a designar não apenas um sistema político, mas se tornou um adjetivo para as mais diferentes coisas.

O objetivo deste capítulo é revelar os elementos principais da democracia que garantiriam, teoricamente, a igualdade de condições a todos os conteúdos políticos e possibilitariam, portanto, a consolidação de programas de governo de diferentes matizes ideológicos. Para tanto, é necessário analisar a teoria democrática e, por conseguinte, buscar alguns dos dilemas principais enfrentados não apenas por aqueles que refletiram sobre a teoria, mas, principalmente, por aqueles que definiram o que a democracia é e o que se pode esperar dela.

Assim, se apresenta, inicialmente, uma visão histórica das variações da democracia. O seu surgimento na Grécia Antiga, algumas características do modelo grego e sua influência atual. Após, se analisa três perspectivas distintas. A primeira, representada por Jean-Jacques Rousseau, é importante, pois, além de reavivar a democracia, praticamente sepultada desde

² Exatamente no intento de criar distinção entre a democracia atual e as passadas é que Dahl irá cunhar a denominação Poliarquia (governo de muitos) se referindo à democracia representativa moderna (de sufrágio universal, liberdade de associação etc.) em que existe uma multiplicidade de espaços de exercício e expressão políticos e, principalmente, diversidade e oposição política (DAHL, 1989a).

experiência romana, serve de inspiração para os valores que serão a base para a retomada democrática e se mantém viva como ideal das possibilidades de desenvolvimento da democracia. A segunda, cujo autor principal é James Madison, serve de fundamento para a constituição da democracia americana, modelo de democracia real, e de base para a composição do modelo liberal, que recebeu a alcunha de sistema político mais avançado que a humanidade pode alcançar (FUKUYAMA, 1992). A terceira perspectiva é composta pelo pensamento utilitarista de Jeremy Bentham, James Mill e John Stuart Mill. Esses autores elaboraram um sistema filosófico que defende os valores básicos que sustentam a democracia liberal e com isso, além de possibilitar a melhor compreensão deste modelo, legitimam seu funcionamento.

Após, se apresenta a teoria democrática à luz da ciência política empírica. O objetivo é compreender os elementos que levam a formulação de uma teoria descritiva, o debate em torno da diferenciação entre a teoria empírica e a filosófica e as características da teoria procedimental, tida como formulação mais adequada para análises científicas. Por fim, se analisam alguns pontos apresentados durante o capítulo, que conformam a defesa da universalidade e abertura a todos os conteúdos da democracia.

2.1. Visão geral da democracia

2.1.1. Origens

A Democracia, desde a sua origem, ou pelo menos desde o seu surgimento historicamente conhecido, assumiu diversas formas. Na Grécia ela se concretizava na *ágora*. A principal preocupação dos gregos, além de tornar o poder público através de uma democracia direta, era diferenciá-la do regime monárquico e do regime aristocrático. Esse último, para ser evitado, acabou influenciando o método de escolha daqueles que, após as deliberações realizadas na *ágora*, teriam o encargo de aplicá-las: no exemplo grego, ao invés de eleições (como no presente associamos diretamente à palavra democracia), eram utilizados sorteios. Por esse método não eram escolhidos os melhores (como na aristocracia), mas sim todos os cidadãos. Como afirma Robert Dahl, “according to some estimates, an ordinary citizen stood a fair chance of being chosen by lot once in his lifetime to serve as the most important presiding officer in the government” (1998, p.22).

Neste mesmo período a democracia “also made its appearance on the Italian peninsula in the city of Rome. The Romans, however, chose to call their system a republic” (DAHL, 1998, p.25). Apesar de não ser considerada tão relevante quanto a experiência inaugural da democracia grega, o sistema romano foi muito mais duradouro “than the Athenian democracy and longer than any modern democracy has yet endured” (DAHL, 1998, p.30).

Alguns séculos se passaram após o fim da experiência romana, permeados por outras tentativas historicamente curtas e esporádicas de se implantar sistemas democráticos, até o seu retorno contemporâneo. Nesse sentido, afirma Sartori (1994), as inúmeras ocorrências da democracia durante a história ocidental influenciam o resultado atual. Conforme o autor, “os seus significados essenciais foram estabelecidos em grande parte pelo sucesso e pelo fracasso e (...) incorporam o aprendizado histórico” (SARTORI, 1994, p.14). Para o autor, há uma linha condutora que percorre a história da democracia – desde a sua origem – e atua incorporando experiências e novas concepções, por meio dos fracassos e sucessos da democracia. Além disso, a teoria consiste “de uma corrente principal de discurso que remonta até Platão e Aristóteles” (SARTORI, 1994, p.18).

A democracia pode ser considerada, em certo aspecto, um resultado histórico, mas, ao contrário do que sugere Sartori, esse resultado não pode ser defendido integralmente como melhor ou mais eficiente modelo político. O autor apresenta o argumento de que a democracia – exatamente por sua constância histórica – é um projeto em constituição, fruto de determinada aspiração humana que perpassa os tempos e que representa, portanto, o modelo político ideal. Porém, esse argumento não conjuga outra asserção, também apresentada por Sartori, a de que não sabemos exatamente o que a democracia é, e, portanto, muita coisa diversa recebe essa alcunha. Conforme o autor, “a democracia se transformou numa palavra universalmente honorífica” (SARTORI, 1994, p.18). O resultado disso é a ampla e desregrada utilização do termo para classificar as mais distintas coisas.

Além disso, segundo Dahl (1998, p.24), “the political institutions of Greek democracy, innovative though they had been, in their time, were ignored or even rejected outright during the development of modern representative democracy”. A linha de pensamento que liga a origem da democracia com a sua legitimação contemporânea e com os conceitos e práticas atuais, portanto, foi interrompida por longos anos, sendo que “não é novidade absolutamente alguma observar que no principal do pensamento político tradicional do Ocidente, de Platão e Aristóteles até os séculos XVIII e XIX, a democracia, caso se pense nela alguma vez, era definida como norma para os pobres, ignorantes e incompetentes” (MACPHERSON, 1978,

p.16-17). Assim, a democracia adquiriu as mais diversas e contraditórias acepções, o que não permite definir, precisamente, em quais aspectos as possíveis conexões entre as suas ocorrências durante a história se dão.

Quando se fala em democracia, portanto, não se pode perder de vista a quantidade de possibilidades inerentes à sua prática. Seja em uma perspectiva diacrônica, seja em uma perspectiva sincrônica (através da gama de arranjos institucionais característicos das democracias contemporâneas). Conforme Hirst (1992, p.31), “não existe ‘democracia’ no singular, o que existe é uma variedade de doutrinas da democracia e uma variedade de mecanismos políticos e processos de decisão ditos democráticos”. A democracia possui conexão com o a época e contexto em que é exercida, muito mais do que uma linha histórica homogênea.

A noção estruturante da democracia grega, por exemplo, difere em sua essência da noção liberal, que funda a democracia moderna e atual. Na sociedade grega o indivíduo era resultado integral do coletivo e estava voltado, primeiramente, aos interesses da sociedade e não aos seus próprios. Isso foi possível porque, “in the greek vision of democracy, the citizen is a whole person for whom politics is a natural social activity not sharply separated from the rest of life, and for whom the government and the state – or rather, the polis – are not remote and alien entities distant from oneself” (DAHL, 1989b, p.18).

Se por um lado essa realidade grega é, como descreve Dahl (1989b), um tanto encantadora e charmosa, por outro, ela somente se fez possível pelo seu pequeno tamanho (que acabou por caracterizar, por muito tempo, a democracia como um sistema restrito a pequenas comunidades) que tornava viável o encontro dos cidadãos na *ágora*. O tamanho modesto da democracia grega é outro fator que leva a certas características distintivas do sistema e garante seu relativo sucesso. Além disso, para ser cidadão ateniense, por exemplo, já que nem todas as cidades gregas eram democráticas, alguns requisitos deveriam ser atendidos. Para participar da democracia era necessário ser homem, maior de idade e não ser escravo ou estrangeiro. Os escravos realizavam o trabalho manual e os estrangeiros eram todos os não-atenienses e seus descendentes, que permaneceriam sendo estrangeiros pelo vínculo sanguíneo, mesmo que nascidos em solo ateniense.

Com isso se garantia homogeneidade entre os cidadãos, o que evitava desarmonia e conflitos advindos de posições muito diversificadas. O bem comum se torna mais facilmente atingível se as diferenças são pequenas. Por fim, o conhecimento sobre a sociedade e o governo gregos era compartilhado de forma mais equânime. Essas diferenças afetam, por

suposto, a noção de igualdade, a relação indivíduo/sociedade e o papel e a centralidade da política na vida social. Assim, entre gregos e modernos, as regras que representam o exercício da democracia são completamente diferentes.

Pode-se dizer que o mais importante aspecto em comum entre as democracias liberais, resultantes das revoluções burguesas, e a democracia grega não eram as formas institucionais adotadas para a escolha dos representantes e sim a exclusão da participação de grandes camadas da sociedade. Dentre as camadas excluídas estavam as mulheres, os escravos, os menores de idade e os negros. Atualmente, nem esse elemento é semelhante ao modelo grego, dado que o sufrágio foi tornado universal em praticamente todas as sociedades democráticas. Apenas os menores de idade (embora, a maioria legal tenha sido reduzida em muitos países nas últimas décadas) e os indivíduos considerados incapazes de expressar suas vontades são impedidos de votar (DAHL, 1998a).

Embora seja evocada constantemente como modelo perfeito e ideal de democracia, ou por outros dito utópico, a democracia grega é apenas ilustrativa das origens e transformações desse sistema político. Possibilita a compreensão, por comparação, de que a democracia, por ser criação humana, é também resultado de características sociais, culturais e mesmo geográficas. Segundo Dahl (1998a) a extensão do sistema grego tornou possível o seu exercício tal qual ocorria. Conforme o mesmo autor (1989b) transpor o modelo grego para as democracias de larga escala é impossível.

2.1.2. A redefinição da democracia: a teoria clássica

Em termos históricos a democracia como conhecemos começou a ser desenhada a poucos séculos atrás. Macpherson (1978) salienta a existência de uma ruptura fundamental no pensamento sobre a democracia, definida pelo surgimento das bases liberais que irão moldar o seu exercício atual. Se até o surgimento do pensamento liberal a democracia era concebida, de forma ideal, para sociedades sem classe social ou de apenas uma classe social, como no caso da Grécia Antiga. É com surgimento do pensamento liberal que a teoria democrática foi remetida a uma sociedade marcada pela existência de duas classes³. Para Macpherson, “o

³ Macpherson entende classe social “em termos de propriedade: tomamos classe como consistindo daqueles que se situam nas mesmas relações de propriedade ou não propriedade de terra produtiva e capital ou uma e outra coisa separadamente” (1978, p.18). Disso decorre a sua leitura sobre a existência de uma teoria democrática imaginada para sociedades sem classe, tal qual a realizada por Tomas More, em Utopia; outra pensada para sociedades com uma classe, tal qual a democracia pensada por Rousseau e Jefferson, onde existe a posse

divisor de águas entre a democracia utópica e a democracia liberal aparece em inícios do século XIX” (1978, p.17). A importância central da noção de classe social no arranjo da democracia, conforme o autor, deve-se ao fato de que esse “era importante critério de diferentes formas de governo, e mesmo um importante determinante de que formas de governo podiam vir a existir e operar” (MACPHERSON, 1978, p.18).

Mesmo que não se utilize a categoria classe como critério para demarcar o novo rumo tomado pela teoria e prática democráticas, assim como o faz Macpherson (1978), é possível perceber um conjunto de mudanças que vão caracterizar um novo momento da democracia. O principal representante desse novo caminho traçado pelo pensamento democrático é Jean-Jacques Rousseau que, ainda no século XVIII, define a base para o posterior desenvolvimento da teoria democrática liberal e será o principal elaborador do conjunto de valores éticos que servirá de fundamento para a legitimação da democracia como melhor modelo político a ser almejado.

Apesar de exercer grande influência no espírito democrático que florescerá algum tempo depois, a proposta de sistema político de Rousseau é, assim como a grega, absolutamente distinta da experimentada pelas nações modernas e contemporâneas. Conforme o autor, “since men cannot create new forces, but merely combine and control those which already exist, the only way in which they can preserve themselves is by uniting their separate powers in a combination strong enough to overcome any resistance” (ROUSSEAU, 1968, p.23). A união de todos os cidadãos levará, conforme Rousseau, a formação de uma comunidade, em que o que prevalece não é a soma das vontades pessoais, mas o que ele denominou vontade geral. Essa vontade geral reflete, inequivocamente, o bem-comum.

Rousseau argumenta que “there is often a great difference between the will of all [what all individuals want] and the general will; the general will studies only the common interest while the will of all studies private interest, and is indeed no more than the sum of individual desires” (1968, p.140) A vontade geral é a abdicação dos interesses privados em prol do bem-comum e não a soma do bem de todos os indivíduos. Joseph Schumpeter (1976, p.250) ressalta a importância e, em termos gerais, define a teoria clássica da democracia, representada pela concepção rousseauiana:

the eighteenth-century philosophy of democracy may be couched in the following definition: the democratic method is that institutional arrangement for arriving at political decisions which realizes the common good by making

individual universalizada (ou como na Grécia, onde apenas os proprietários eram cidadãos) e outra planejada para sociedades classistas, tais como as desenvolvidas por Bentham e James Mill.

the people itself decide issues through the election of individuals who are to assemble in order to carry out its will.

Para Shapiro (2006), a influência da concepção de vontade geral e bem-comum de Rousseau ultrapassa o século XVIII, estando presente até os dias de hoje nas teorias normativas, divididas pelo autor entre teorias deliberativas e teorias agregativistas, que possuem como pressuposto que a “democracy should be geared toward arriving at some notion of the general will that reflects the common good. This is Rousseau’s formulation of the problem as set forth in *The Social Contract*” (SHAPIRO, 2006, p.2-3).

Além disso, já se encontra em Rousseau um traço fundamental que acompanha a democracia moderna, assim como a atual. O filósofo afirma que a propriedade privada é um direito do homem, pois, “todo homem tem naturalmente direito a tudo quanto necessita”, desde que, “não se ocupe nele (o terreno privado) senão a extensão necessária para subsistir”, além disso, “é necessário que se tome posse dele, não mediante uma vã cerimônia senão pelo trabalho e cultivo único indício de propriedade” (ROUSSEAU, 1948 p.55). Rousseau não considera a propriedade como um direito natural. Para o filósofo a propriedade privada é a origem das desigualdades entre os homens, contudo, diante da vida em sociedade, a propriedade se torna fundamentalmente uma necessidade. Uma necessidade que deve ser compartilhada entre todos para que não haja desigualdade entre os homens (ROUSSEAU, 1971).

A concepção rousseauiana também difere do que compreendemos como prática da democracia. Não apenas por Rousseau tratar de uma noção normativa de democracia deliberativa, mas porque, segundo o filósofo, o respeito a decisões que agregam uma grande variedade de pequenas diferenças de opinião sempre produzirá o bem-comum, do que o autor conclui que,

if groups, sectional associations are formed at the expense of the larger association, the will of each of these groups will become general in relation to its own members and private in relation to the state; we might then say that there are no longer as many votes as there are men but only as many votes as there are groups (...) when one of these groups becomes so large that it can outweigh the rest, the result is no longer the sum of many small differences, but one great divisive difference, then there ceases to be a general will, and the opinion which prevails is no more than a private opinion” (ROUSSEAU, 1968, p.162).

Outra importante diferença está na compreensão de que uma sociedade verdadeiramente democrática, uma sociedade governada pela vontade geral, exige a igualdade em que “nenhum cidadão será jamais bastante rico para comprar outro, e ninguém será

bastante pobre de modo a ser obrigado a vender-se” (ROUSSEAU, 1948, p.59). Conforme o filósofo, em uma sociedade desigual, “as leis são sempre úteis àquele que possui e danosa àqueles que nada têm, do que se segue que o estado social é vantajoso aos homens apenas quando todos eles tenham alguma coisa e ninguém tenha demasiado” (ROUSSEAU, 1948, p.57). Para Rousseau, essa igualdade política somente pode ser conquistada quando a propriedade privada – origem das desigualdades – for igualmente distribuída (ROUSSEAU, 1971).

Para Rousseau, ao contrário da experiência grega, a heterogeneidade de opiniões é um elemento vital para a democracia. O único nivelador é a igualdade de propriedade privada, que leva à igualdade entre os homens e garante a capacidade de trabalho e sobrevivência. A partir desse ponto, possuindo a mesma base em comum, cada um tem capacidade de abdicar de seus interesses privados e encontrar aqueles que conformam o bem comum.

Essas mesmas preocupações estarão presentes, ainda que de outra forma, nos escritos daqueles que ficaram conhecidos como os pais fundadores da democracia estadunidense. O que os torna essenciais no estudo da democracia é o fato deles estarem à frente de uma situação bastante especial e única na história. Eles estavam ocupados em construir um modelo concreto, viável e inédito de democracia, baseados na realidade americana, na experiência histórica dos Estados Unidos, nos seus interesses de grupo, na necessidade de união dos estados e nos valores culturais que carregavam (especialmente, puritanos). Mas, eles também estavam preocupados em assegurar o que acreditavam ser uma vida coletiva próxima ao bem-comum. Nesse sentido, eles não se ocuparam em pensar a democracia enquanto sistema ideal, mas enquanto um sistema viável baseado em direitos naturais. Surge então uma perspectiva prática do pensamento sobre a democracia, que conjugou teorias normativas, que mostravam o ideal e diziam o que os homens necessitavam, e análises empíricas, preocupados que estavam com a viabilidade do modelo que iriam implementar.

2.1.3. O pensamento fundacional da democracia americana

Dentre os pais fundadores da constituição americana, James Madison é considerado o mais importante. Ele é o responsável por escrever a maior parte dos *Federalist Papers*, publicação conjunta com Alexander Hamilton e John Jay, que expressa algumas das idéias fundacionais da Constituição Americana.

Conforme Robert Dahl, a teoria democrática madisoniana “constitui um esforço para se chegar a uma acomodação entre o poder das maiorias e o das minorias, entre a igualdade política de todos os cidadãos adultos, por um lado, e o desejo de lhes limitar a soberania, por outro” (DAHL, 1989a, p.13). Dahl analisa o que ele chama de democracia madisoniana, com o intuito de “descobrir os fundamentos lógicos básicos do sistema político americano” (1989a, p.14). O autor está ciente de que as idéias de Madison, expressas nos *Federalist Papers* e na Convenção Constitucional, não são exatamente voltadas para a teorização, mas para o convencimento dos homens do seu tempo. O pensamento de Madison, porém, molda o que se entende por democracia nos Estados Unidos e por isso, como afirma Dahl (1989a), segue sendo fundamental compreendê-lo e criticá-lo.

A principal preocupação de Madison era impedir a possível legitimação de um governo tirânico. Por tirania, conforme Dahl (1989a), se entende a privação dos direitos naturais. Na democracia a tirania pode ocorrer, como afirma Madison, quando uma maioria impõe privações à minoria ou quando uma minoria o faz contra uma maioria. O meio para isso ocorrer seria a formação de facções⁴. Madison afirma que “by a faction, I understand a number of citizens, whether amounting to a majority or minority of the whole, who are united and actuated by some common impulse of passion, or of interest, adverse to the rights of other citizens, or to the permanent and aggregate interests of the community” (MADISON, *Federalist Papers* 10)⁵.

Madison segue, afirmando que “there are two methods of curing the mischief of faction: the one, by removing its causes; the other, by controlling its effects”. Para ele, infelizmente, a remoção das causas que levam a formação das facções é impossível. Conforme o autor, é impossível porque existem apenas duas formas para acabar com as causas: “the one, by destroying the liberty which is essential to its existence; the other, by giving to every citizen the same opinions, the same passions, and the same interests” (MADISON, *Federalist Papers* 10). Ambas as opções são consideradas inviáveis devido à valorização da liberdade individual, fundamento que guia o seu pensamento e a prática da democracia, e devido às diferenças entre os homens, uma das características naturais da sociedade. Conforme Madison,

⁴ É relevante destacar que não existe diferença entre facção e partido, pois tanto os Federalistas quanto os anti-Federalistas usavam ambos os termos para designar a mesma idéia (FAIRFIELD, 1966).

⁵ Os *Federalist Papers* estão disponíveis em diversos sítios da internet. Todos os trechos aqui citados foram retirados de http://thomas.loc.gov/home/histdox/fed_10.html e indicados na referência apenas como “(MADISON, *Federalist Papers* 10)”.

as the reason of man continues fallible, and he is at liberty to exercise it, different opinions will be formed. As long as the connection subsists between his reason and his self-love, his opinions and his passions will have a reciprocal influence on each other; and the former will be objects to which the latter will attach themselves. The diversity in the faculties of men, from which the rights of property originate, is not less an insuperable obstacle to a uniformity of interests. The protection of these faculties is the first object of government. From the protection of different and unequal faculties of acquiring property, the possession of different degrees and kinds of property immediately results; and from the influence of these on the sentiments and views of the respective proprietors, ensues a division of the society into different interests and parties. (MADISON, Federalist Papers 10).

Há, portanto, uma relação intrincada entre o direito natural inalienável e o funcionamento e organização de facções. Por um lado, a formação de facções leva a posturas tirânicas, já que elas fazem valer a vontade de um grupo em prejuízo de outro. Por outro lado, é impossível impedir a sua formação, já que, conforme Madison, se trata de algo resultante da própria natureza do homem. Devido a isso, Madison defende que a única maneira de lidar com os problemas advindos da formação de facções é limitar os efeitos da sua existência. Para tanto, ele deposita sua confiança na república.

Conforme Madison, “if a faction consists of less than a majority, relief is supplied by the republican principle, which enables the majority to defeat its sinister views by regular vote” (MADISON, Federalist Papers 10). Segundo Shapiro, por outro lado, “fear of tyranny by majority factions led Madison and the Federalists to devise a political system composed of multiple vetoes in order to make majority political action difficult” (SHAPIRO, 2007, p.12). Essas diversas instâncias de veto são a forma encontrada para submeter as propostas à diversidade de opiniões e às minorias, que devem, portanto, existir e serem representadas.

Nesse sentido, a concepção madisoniana modifica a teoria clássica da democracia, tal qual Rousseau definiu. Para o filósofo suíço, a expressão da vontade geral se daria quando a diversidade de interesses individuais (que também deveria existir) fosse substituída pela busca do bem comum, o que seria possível se as desigualdades entre os indivíduos fossem minimizadas pela igualdade de propriedade privada. Madison avança em direção a uma solução concreta para o exercício da democracia, acreditando que as desigualdades são, até certo ponto, inevitáveis e caracterizam os resultados da plenitude dos direitos naturais. Também considera, ao contrário de Rousseau, que não há como subtrair os interesses privados em prol do bem comum.

A questão fundamental que se coloca para o pensamento de Madison, portanto, é a noção de direito natural subjacente a sua defesa da democracia, que é uma noção também encontrada na Constituição Americana. Ao analisar os textos de Madison, Robert Dahl realiza

a pergunta chave, “por que a tirania, da forma como ele a define é indesejável?” e, a conclusão é que “o sistema madisoniano explícito, não oferece resposta” (DAHL, 1989a, p.20). O autor salienta, porém, que na obra de Madison “os direitos naturais não são claramente especificados. Entre os contemporâneos de Madison, como também entre seus predecessores, não havia absolutamente acordo perfeito sobre que ‘direitos’ são ‘direitos naturais’ (DAHL, 1989a, p.15). Esse fato não é, de todo, impeditivo para a análise proposta. O objetivo não é sumarizar os direitos naturais, mas apenas focar naquele que mais se destaca como fundamento implícito das preocupações madisonianas.

Nesse sentido, uma resposta somente é encontrada ao se analisar os pressupostos da tese madisoniana. Segundo Shapiro, da série de direitos individuais que preocupavam Madison, o que mais se destaca, em termos de necessidade de garantia é o direito à propriedade privada (SHAPIRO, 2006, p.12). Macpherson destaca o mesmo ponto, ao afirmar que Madison insiste na defesa do “direito natural à propriedade desigual, que deve ser protegida contra as tendências niveladoras da democracia” (MACPHERSON, 1978, p.22). E, mesmo Dahl (2001b), reconhece essa característica do pensamento de Madison.

Para Hartz (1955), apesar da origem do liberalismo dos Estados Unidos remontar a vida nas colônias puritanas, “‘liberalism’ is an even vaguer term, clouded as it is by all sorts of modern social reform connotations, and even when one insists on using it in the classic Lockian sense, as I shall insist here, there are aspects of our original life in the Puritain colonies and the South which hardly fits its meaning” (HARTZ, 1955, p.8). Todavia, a compreensão lockiana se encaixa, em alguns aspectos, no pressuposto da defesa da propriedade privada como direito natural fundamental, presente no pensamento madisoniano. Madison reconhece, por um lado, a noção rousseuniana de desigualdade e seus efeitos políticos, mas, por outro lado, escolhe o direito natural à propriedade privada como superior ao direito de liberdade política.

Com base na discussão que envolveu a elaboração da Constituição norte-americana, Dahl (2001b) destaca uma série de contradições entre os ideais republicanos que fundaram a democracia estadunidense e os “desvios desses ideais” que marcam a democracia existente no final do século XX. Uma dessas questões contraditórias é a discussão, realizada pelos pais fundadores, em torno da garantia da propriedade privada frente ao direito de voto de todos os cidadãos. A principal preocupação era preservar o direito à propriedade privada, ameaçado pelo voto livre universal, e não o voto livre universal. Como resultado desse objetivo o voto era restrito aos proprietários de terra.

Assim, a democracia americana não é somente uma “racionalização conveniente a todas as minorias que, temendo possíveis privações por iniciativa de alguma maioria, exigem um sistema político que lhes dê oportunidade de vetar tais políticas” (DAHL, 1989a, p.35). Ela é também, dentre outras coisas, a forma política, encontrada pelos pais fundadores, para garantir o direito à propriedade privada. Não apenas por que os fundadores eram proprietários de terra bem-sucedidos (DAHL, 2001b), mas devido influência do liberalismo puritano (HARTZ, 1955). Frente a ameaça niveladora da democracia, a Constituição Americana permitia aos Estados o voto qualificado por propriedade e pagamento de impostos, e, de fato, as restrições funcionaram no país inteiro por um longo período. Desta forma, a minoria de possuidores se tornava a maioria política e impedia a possibilidade do que eles consideravam ser a tirania da maioria, leis se sobrepondo ao direito natural à propriedade privada. Embora, isso seja uma forma indireta de evitar a formação de facções, o que contraria os pressupostos madisonianos. (DAHL, 2001b).

Em resumo, os pais fundadores buscavam um modelo que impedisse a tirania, cuja forma são as facções, situação em que um indivíduo ou grupo (majoritário ou não) governa em benefício próprio e contrário a outro grupo ou indivíduo. Por ato tirânico, Madison entende o desrespeito aos direitos naturais. Apesar de não haver clareza sobre o que são os direitos naturais, está bem definido, no texto de Madison, o direito à propriedade privada desigual como direito fundamental. As facções põem em risco a propriedade privada e, dessa forma, seus efeitos devem ser evitados. Conforme Madison, as facções são inevitáveis devido ao resultado das habilidades individuais distintas, que levam, por sua vez, à propriedade privada desigual e, portanto, a opiniões diferentes. Além do mais, para evitá-las ou se restringe a liberdade política ou se gera homogeneidade de opiniões. Como essas opções são consideradas impossíveis, é necessário criar meios para impedir que as facções ameacem o direito natural à propriedade privada. Para tanto, é desenvolvido o sistema democrático norte americano, contudo, em sua origem, a Constituição elimina a participação plena de todos, evitando, com isso a formação de facções.

2.1.4. A nova teoria democrática

Embora a democracia estadunidense inaugure a ligação entre os valores liberais e democracia, de certa forma subvertendo a teoria clássica da democracia (MACPHERSON, 1978), e, ao mesmo tempo, marque o ressurgimento da democracia, a justificativa teórica e filosófica sobre o modelo de democracia representativa liberal somente será sistematizada

algum tempo depois. Será com Jeremy Bentham, James Mill (J.Mill) e John Stuart Mill (J.S.Mill), nas primeiras décadas do século XIX, que os pressupostos teórico-normativos que expõem e legitimam o modelo liberal da democracia serão cunhados, com a formulação do que ficou conhecido como utilitarismo. Será nos ensaios “On Liberty” e “Considerations on Representative Government” que J.S.Mill “set out what is often considered the first systematic explication and defense of liberal democracy” (CUNNINGHAM, 2002, p.27).

As explicações apresentadas pelos utilitaristas se baseiam no que a teoria social denominou de individualismo metodológico, perspectiva que concebe o indivíduo como unidade central da análise dos fenômenos sociais. Segundo Macpherson (1978, p.29-30), “os conceitos anteriores de democracia (...) rejeitavam a divisão em classes sociais, acreditando ou esperando que ela pudesse ser superada (...). A democracia liberal, pelo contrário, aceitava a divisão de classes, e elaborava-se sobre ela”. Assim, se os conceitos de democracia, até então, demandavam certa homogeneidade entre os homens, decorrente do acesso comum à propriedade (ou a sua inexistência), o pressuposto fundamental implícito na teoria democrática liberal é o direito à propriedade privada como um direito natural inalienável. A base do liberalismo, assim como do utilitarismo, é a centralidade do indivíduo, ou seja, “o indivíduo é essencialmente o proprietário de sua própria pessoa e de suas próprias capacidades, pelas quais não deve nada a sociedade” (MACPHERSON, 1979, p.275). Por isso os teóricos utilitaristas não se dedicam à análise das dificuldades da divisão por classe dentro da democracia. A sociedade não é formada por grupos ou classes, mas por indivíduos.

Os teóricos utilitaristas partiam do pressuposto de uma sociedade capitalista e das leis da economia política clássica, “esses postulados deram-lhes um modelo do homem (como maximizador de utilidades) e um modelo de sociedade (como conjunto de indivíduos com interesses conflitantes)” (MACPHERSON, 1978, p.30). A partir daí, segundo Macpherson (1978), formularam todo o seu sistema teórico. O valor da utilidade, princípio básico do sistema teórico utilitarista, é o cálculo do prazer proporcionado menos o sofrimento a que se é submetido. Bentham lista uma série de prazeres, muitos dos quais imateriais, contudo, ressalta que a base para a realização dos prazeres é material. Como o objetivo de todos os homens é maximizar a própria felicidade, o critério de bem social seria a maior felicidade do maior número de pessoas.

J.Mill define, desta forma, as duas primeiras funções do governo, que são a segurança dos indivíduos contra as paixões dos outros indivíduos e a garantia das condições para o trabalho e subsistência dos homens. Segundo Bentham, a subsistência é função do indivíduo,

já que “a necessidade armada com sofrimentos de todos os tipos, inclusive a própria morte, exigiu o trabalho, espicaçou a coragem, inspirou a previsão, desenvolveu todas as faculdades do homem” (BENTHAM, 1978, p.33). Ao indivíduo cabe, portanto, a responsabilidade por sua própria subsistência e ele deve ter a liberdade para realizar sua satisfação. Ao governo cabe proteger os homens enquanto eles trabalham, dando-lhes garantia dos frutos do seu trabalho. Assim, a defesa da propriedade privada é uma defesa da segurança dos frutos do trabalho e, portanto, da subsistência humana.

Uma vez que a força que impele os homens ao trabalho decorre da necessidade de viver, sendo, portanto, natural, “a fruição, companheira inseparável de toda necessidade satisfeita, constituía um inesgotável fundo de recompensas para aqueles que superassem obstáculos e satisfizessem o objetivo da natureza” (BENTHAM, 1978, p.33). Dito de outra forma, o direito à propriedade privada deveria ser protegido pelo governo por ser um sentido básico da vida. A busca por maximizar a felicidade proporcionada pelos bens conquistados não poderia ser barrada, pois, acompanha a busca do homem por maximizar sua satisfação individual.

Diante do pressuposto utilitarista da busca dos homens por maximizar a utilidade em prol de maior satisfação individual, J.Mill afirma que “that one human being will desire to render the person and property of another subservient to his pleasures, notwithstanding the pain or loss of pleasure which it may occasion to that other individual, is the foundation of government” (J.MILL, 2007, p.40). Isso, pois, a maximização da felicidade depende de aumentar a quantidade de bens para obter maior felicidade e, principalmente, de reduzir o sofrimento para obtenção do bem. Como isso somente é possível transferindo-se os esforços para outrem, a maximização dos ganhos de um está diretamente ligada à perda de outrem.

Sem governo os homens viveriam, portanto, em uma situação de constante exploração dos mais fracos pelos mais capazes, que teriam cada vez mais para satisfazer suas necessidades, concentrando riquezas e levando inevitavelmente à total insegurança e desigualdade entre os homens. A saída para esse impasse lógico foi bastante engenhosa. Conforme os Bentham e J.Mill, o cálculo da utilidade deveria considerar o argumento dos ganhos decrescentes – expressos na formulação de uma lei universal, a Lei da Utilidade Decrescente. A lei afirma que aumentos sucessivos de riqueza acarretam menor satisfação. Concluíram, devido ao efeito gradual de decréscimo de satisfação, que somente a distribuição dos ganhos de forma mais equânime poderia garantir a maximização do prazer. A

maximização do prazer ocorreria quando a maior parte da população compartilhasse das mesmas condições de acesso aos recursos para satisfazer suas necessidades.

O ponto de maximização da utilidade geral seria o correlato utilitarista ao bem comum grego ou rousseauiano. Utilitaristas como J.S.Mill são tidos como igualitaristas, pois defendem que o estado deve garantir condições básicas de desenvolvimento iguais e evitar a decomposição da sociedade decorrente das diferenças individuais naturais. A defesa da democracia como melhor sistema político é resultado do pressuposto da necessidade de distribuição dos recursos, baseada na característica fundamental do homem, a sua mentalidade individualista maximizadora de ganhos. A melhor forma de evitar conflito resultante desse fato seria a democracia representativa.

Bentham, J.Mill conceberam que a disputa por maximização era o fundamento da existência humana. A democracia era o sistema que permitia a disputa nesses mesmos termos e os resultados políticos seriam os mais próximos da natureza humana e da correta maximização da utilidade geral,

it is evident that the only government which can fully satisfy all the exigencies of the social state is one in which the whole people participate; that any participation, even in the smallest public function, is useful; that the participation should every where be as great as the general degree of improvement of the community will allow; and that nothing less can be ultimately desirable than the admission of all to a share in the sovereign power of the state. But since all can not, in a community exceeding a single small town, participate personally in any but some very minor portions of the public business, it follows that the ideal type of a perfect government must be representative. (J.S.MILL, 1962, p.256).

Apesar da saída racional ao impasse da garantia de livre concentração de propriedade privada contra o fortalecimento das desigualdades – que leva à democracia – a conjugação do igualitarismo democrático e do individualismo liberal exigiria uma manobra argumentativa mais consistente, o que de fato não foi realizado integralmente pelos utilitaristas. O prejuízo lógico da tese democrático-liberal se dá, pois os termos (igualitarismo e individualismo) eram entendidos de forma contraditória, diferentemente do que se concebe hoje.

Quando J.S.Mill expressa a sua interpretação sobre o perigo da maioria oprimir as minorias e os direitos individuais, preocupação latente na discussão sobre a democracia liberal, a questão de fundo era como possibilitar o exercício da democracia sob um sistema liberal. Ele buscava apresentar uma conjugação entre um modelo político baseado no igualitarismo e um sistema de valores baseado no respeito aos direitos individuais.

Seguindo a lógica liberal e o pressuposto individualista, os autores discorrem sobre os limites e abrangência da liberdade individual para se atingir os próprios desejos e a dimensão possível de interferência do governo, necessária perante a impossibilidade de total liberdade individual. A impossibilidade da plena liberdade individual, como foi dito, se apresenta, por exemplo, na eminente desintegração social devido ao direito a maximização da utilidade, realizável por meio da dominação dos resultados do trabalho de outrem. Diante dessa discussão, J.S.Mill conclui que “the only purpose for which power can be rightfully exercised over any member of a civilized community, against his will, is to prevent harm to others. His own good (...) is not a sufficient warrant” (J.S.MILL, 2003, p.14).

J.S.Mill considerou, assim, que o governo deveria limitar sua atuação e, com isso, garantir apenas as liberdades individuais mais importantes “namely the freedoms of conscience, thought and feeling, holding and expressing opinions, pursuing one’s life plans, and combining with other for any (nonmalicious) purpose” (CUNNINGHAM, 2002, p.27). Nessa perspectiva, não é permitido ao estado participar ou intervir em diversas dimensões da vida privada, como por exemplo, fornecer a subsistência aos indivíduos, já que esse é um dever do indivíduo, ou, interferir na liberdade de satisfação individual, a menos que a satisfação envolva o prejuízo de outrem.

Para tanto, não é necessária uma democracia deliberativa ou direta. A função do governo seria facilmente definida, uma vez que,

the question with respect to Government, is a question about the adaptation of means to an end. Notwithstanding the portion of discourse which has been bestowed upon this subject, it is surprising to find, upon a close inspection, how few of its principles are settled. The reason is, that the ends and means have not been analyzed; and it is only a general and undistinguishing conception of them which exists in the minds of the greater number of men. So long as either remain in this situation, they give rise to interminable disputes; more especially when the deliberation is subject, as in this case, to the strongest action of persona. (J.MILL, 2007, ¶.1)

Não se pode afirmar que esses três pensadores possuem as mesmas conclusões. Pelo contrário, os dois primeiros, Bentham e J.Mill, estão mais em sintonia que o terceiro. Acentuando uma característica dos seus predecessores, J.S.Mill defende a proteção dos homens contra o governo, mas, principalmente, diferente de Bentham e J.Mill, ele argumenta que o governo deve garantir o desenvolvimento do homem e da humanidade. Já que,

não estou encantado com o ideal de vida proclamado por aqueles que pensam ser o estado normal dos seres humanos a luta para progredir; que o atropelo, as colisões, acotovelamentos e correrias que constituem o tipo de vida social existente sejam o mais desejável quinhão da espécie humana ou qualquer outra coisa senão sintomas desagradáveis de uma das fases do progresso industrial. (J.S.MILL, 2006, p. 45).

Com isso, difere profundamente em um ponto básico, não considera característico da natureza humana os pressupostos utilitaristas de Bentham e J.Mill, e vê a necessidade de se suplantar essa fase do desenvolvimento humano.

Dentre as inúmeras concepções da democracia, é possível definir que a linha de pensamento que culmina com o utilitarismo é capaz de traduzir as idéias que justificam e legitimam a prática da democracia desde a sua instituição nos Estados Unidos. Isso não significa que a democracia seja exatamente o que foi apresentado. Pelo contrário. A visão exposta até aqui revela apenas as preocupações e noções ideais e normativas, expressa, portanto, os valores que fundam e fazem a democracia ser tida como o melhor modelo político disponível. Além disso, o que os autores mostram é que a democracia é considerada como a mais adequada ao funcionamento do próprio homem. Assim, se percebe um duplo movimento de idéias firmando o exercício da democracia, o primeiro fundado na noção de igualitarismo, auto-determinação e bem comum (rousseauiano) e o segundo baseado na autonomia individual, na compreensão da sociedade regida pela disputa entre interesses de indivíduos e pelo bem comum como maximização geral ou soma dos interesses individuais.

É possível identificar, ainda, que as interpretações descritas aqui possuem base filosófica, contudo, são realizadas com objetivos distintos. A rousseauiana busca um modelo ideal para se atingir a plenitude da vida social, a madisoniana objetiva a implementação concreta da democracia e a utilitarista uma descrição justificativa da versão liberal, tal qual a estadunidense.

As três perspectivas estão intrinsecamente relacionadas, se completam e são interdependentes. Como destaca Macpherson,

para mostrar que um modelo de sistema político ou de sociedade, existente ou ainda não existente, mas desejado, é praticável, isto é, que se possa esperar que atue bem por longo prazo, deve-se admitir alguns pressupostos sobre os seres humanos pelos quais e com os quais se há de contar. De que tipo de conduta política são eles capazes? Trata-se, evidentemente, de uma questão fundamental. (MACPHERSON, 1978, p.12).

Além disso, como afirma Schumpeter, “their analysis is certainly the prerequisite for making headway with the problems of democracy” (1976, p.253). Com o desenvolvimento da Ciência Política, no século XX, contudo, surge uma quarta perspectiva da teoria democrática. Passa-se a buscar, também, uma descrição não-normativa, um conceito mínimo que expresse o que a democracia é, e não uma visão ideal de como ela deveria ser. Essa nova leitura tem

em Joseph Schumpeter o seu principal propositor e em Robert Dahl o desenvolvedor mais reconhecido.

2.2. As dimensões atuais do conhecimento da democracia

2.2.1. Da filosofia à ciência política empírica

A distinção entre teoria normativa e empírica da democracia possui ligação com a busca por separar as concepções filosóficas da política, de uma análise propriamente científica. A separação, conquistada em meados do século XX, de certa forma extrapola, tardiamente, os ideais característicos do Iluminismo. O objetivo explícito foi prover a democracia de análises puramente científicas, baseadas, portanto, na empiria e não na especulação abstrata.

Com isso, realizou-se a radicalização das características originais da ciência política, identificadas com pensadores que buscaram, ou propuseram encontrar a explicação dos fenômenos políticos na investigação sistemática da realidade empírica e não na razão pura. O estudo das origens da teoria política moderna delega a primeira e precoce ruptura do pensamento político com a metafísica à Nicolau Maquiavel, com o seu princípio da “*verità effettuale della cosa*”, durante o século XVI, portanto, bem antes da revolução iluminista iniciada no final do século seguinte. De certa forma, Maquiavel dá o primeiro passo para o distanciamento entre o pensamento político empírico, apoiado nas coisas como elas são na realidade, e a filosofia política, apoiada na compreensão das coisas a partir de como elas deveriam ser (SADEK, 2001).

O segundo passo será dado somente um século depois, com John Locke. Fundador do empirismo filosófico, Locke concebe que todo conhecimento humano é resultado das experiências concretas. O homem, na concepção de Locke, nasce como uma folha em branco que apreende todo o conhecimento a partir das suas experiências sensíveis. Com isso, Locke distancia-se da noção filosófica de que o homem possui um conhecimento a priori, que era a base do pensamento político até então, e abre caminho para o desenvolvimento da ciência de base empírica. Assim como ocorre com Maquiavel, Locke rompe com a tradição filosófica grega do pensamento político.

O passo mais significativo na busca em fundar um pensamento político baseado na empiria, contudo, ocorre no século XVIII, quando Charles de Montesquieu, profundamente influenciado pela obra de Locke e pelo movimento iluminista europeu, propõe que a realidade política também é passível de ser compreendida por meio de Leis, tal qual descreveu Isaac Newton para os fenômenos da natureza. Montesquieu é considerado por Raymond Aron como um dos precursores da sociologia, ao lado de August Comte, pois Montesquieu reconhece a necessidade de “captar, por trás da seqüência aparentemente acidental dos acontecimentos, as causas profundas que os explicam” (ARON, 1982, p.22). Tanto Maquiavel, quanto Locke e os iluministas, porém, não realizam efetivamente a separação entre filosofia e ciência política, que ocorrerá somente no século XX. O que eles fazem é abandonar as explicações teológicas e puramente racionais e normativas e entenderem o conhecimento da política como resultado da observação da realidade e de sua racionalização. Mas, como é sabido, Montesquieu retoma Aristóteles para definir a sua concepção de formas de governo; Locke busca numa pretensa lei natural o fundamento das características e da legitimidade do estado e da propriedade privada e Maquiavel recorre à determinada natureza humana para explicar a repetição cíclica de eventos, observada na história.

Não é sem motivos, todavia, que Locke e Montesquieu são considerados, dentre outros, os pais do modelo político implementado com as Revoluções Liberais Burguesas dos séculos XVIII e XIX. Locke, conhecido como um dos fundadores do liberalismo, fornece inúmeros elementos tanto para as Revoluções propriamente ditas (a defesa do direito de resistência, por exemplo) quanto para a ordem social que se estabeleceu (em que a sua concepção de direito individual à propriedade privada é o exemplo mais destacado e central). Montesquieu, por sua vez, influencia diretamente a composição política com sua defesa da divisão tripartite do poder do estado, inspirado pelo modelo inglês.

Nesse aspecto, novamente, esses pensadores propõem a ruptura com a ordem político-social vigente. Locke define o indivíduo como centro da sociedade, nada devendo, portanto, ao conjunto. Mais do que negar a hierarquia da sociedade tradicional, afirmando que ninguém possui qualquer poder soberano natural, apenas o consenso legitimaria o poder de um indivíduo sobre os demais, Locke sistematiza as idéias que irão legitimar uma das bases do liberalismo e da democracia liberal: a centralidade do indivíduo. Montesquieu, mais voltado à aplicação prática das idéias liberais ao funcionamento real do estado, sistematizou a distribuição do poder para garantir o controle e impedir o absolutismo, que ele se opunha por ser uma forma desviada de monarquia.

A coincidência entre o desenvolvimento do pensamento que formará a ciência política moderna, baseado no ideal de explicação da realidade a partir de sua compreensão sensível, e a formação dos valores políticos, econômicos e sociais modernos não é acaso. O pensamento de Locke e Montesquieu, James Madison e mesmo o de Jean-Jacques Rousseau, dentre outros, possui dupla importância na modernidade. Por um lado esses pensadores auxiliam na fundação da ordem sociopolítica e da cultura modernas, por outro, representam o reflexo das mudanças advindas da modernidade; dito de outra forma, esses pensadores são tanto o espelho da mentalidade ligada às transformações ideológicas iniciadas no século XVIII, quanto motivadores das modificações sociais e políticas que fundarão a democracia liberal atual.

Da trajetória iniciada por meio desses pensadores, decorrem dois resultados principais, já no século XX. O primeiro é a base para a formação de uma perspectiva hegemônica da ciência política, que pretende ser baseada no empírico, e que busca atingir, com isso, os ideais de cientificidade próprios das ciências da natureza, tal qual conceberam os iluministas. O segundo é a consolidação dos valores e práticas defendidos por esses pensadores sobre a política e a sociedade ideais, que se tornam os valores dominantes na modernidade. Esses pensadores auxiliam na formação do que o antropólogo Luis Dumont (1996) chama de ideologia moderna, cuja ordem é mantida por meio do individualismo. Essa ideologia moderna, cujas origens são expressas no pensamento de Locke e Montesquieu, entre outros, é o fundamento teórico da democracia liberal atual e da sua compreensão verdadeira⁶, a ciência política de base empírica.

2.2.2. A democracia aos olhos da ciência: teoria normativa versus empírica

Para a corrente normativa, a legitimidade da democracia reside na sua capacidade de assegurar aos indivíduos igualdade e liberdade. Como um produto da modernidade, a democracia é centrada no indivíduo e baseada no pressuposto da igualdade individual universal. Para a perspectiva normativa, a democracia seria caracterizada por seu conteúdo e valores, por sua relação com ideais e por suas vantagens perante outros modelos políticos, principalmente em relação à sua capacidade de refletir, na prática, a vontade e os desejos da maioria. Assim, a democracia seria a melhor possibilidade de exercício real do governo do povo, pelo povo e para o povo e isso seria a principal virtude a ser ostentada. As teorias

⁶ O termo “verdadeira”, se refere à ordem de discurso verdadeiro, tal qual compreende Foucault (2001).

prescritivas, muito mais do que compreenderem o que é a democracia real, tratam de suas potencialidades e daquilo que se espera ela deva refletir.

Para Dahl (2001a, p.97) estaríamos assim nos referindo a ela como “um objetivo ou ideal”, ou seja, como a via para se atingir fins mais amplos, valores últimos que somente nela seriam possíveis de se alcançar. Nesse sentido, as regras seriam um meio para realizar toda a potencialidade de valores que se acredita que a democracia pode possuir. Para o mesmo autor, a outra forma de se entender a democracia, a teoria empírica, seria vê-la como “uma realidade que é apenas uma consecução parcial desse objetivo” (DAHL 2001a, p.97).

Formulada empiricamente, as qualidades ideais da democracia se expressam na garantia de semelhantes possibilidades de participação e na liberdade de manifestação pública de opiniões e propostas. Conforme a corrente empírica, as características definidoras da democracia são identificadas por meio de suas regras e instituições, neutras em relação ao conteúdo. Além disso, os procedimentos devem garantir não só o exercício, mas também a segurança e a consolidação da democracia. A concepção tem por pressuposto que a democracia, na realidade, é uma disputa política por votos, isto é, a democracia é um jogo (eleitoral) cujas regras são a principal característica definidora. Estar de acordo com as regras é o que confere legitimidade a democracia e garante a sua longevidade. Para essa perspectiva, o que distingue a democracia de outros sistemas políticos é o seu método específico de escolha de representantes, o que, em certa medida, delimita a abrangência analítica da teoria democrática às regras e confere centralidade ao momento do voto, dentre as práticas de participação que a caracterizam. A teoria empírica se pretende descritiva e não-normativa, baseada, portanto, na realidade da democracia e não em concepções ideais.

O debate realizado pela Ciência Política sobre a teoria democrática está centrado, cada vez mais, na separação entre a perspectiva empírica e a teoria normativa (SARTORI, 1994). A teoria normativa, também denominada de prescritiva, filosófica ou ética, é considerada por Sartori (1994) como uma *macroteoria*. Já a análise descritiva, também denominada como empírica, procedimental, minimalista, formal ou restrita, seria, conforme o autor, baseada em *microevidências*. Esse tipo de evidência (os fatos do mundo real), na realidade, seria em última instância a expressão dos valores da *macroteoria*. Assim, para Sartori (1994), “o observador atento das democracias do mundo real está observando, na verdade, fatos moldados por valores” (SARTORI, 1994, p.13). Essa constatação de Sartori indica que, queira ou não, o que está em jogo é o conjunto de valores que moldam a democracia no seu exercício concreto.

Apesar da compreensão sobre a impossibilidade de uma leitura isenta de valores ideais (SARTORI, 1994), Carole Pateman (1992) identifica a pretensão, entre os teóricos empíricos da democracia, em criar uma teoria completamente livre de normatividade e valores ideais. A teoria empírica, denominada pela autora como contemporânea, “é apresentada como ‘livre de valores’, como uma teoria descritiva”. Dentre esses teóricos, Pateman destaca a posição de Robert Dahl, que “de fato, rejeitou explicitamente a acusação de que ele havia, juntamente com outros teóricos, produzido uma nova teoria normativa” (PATEMAN, 1992, p.27).

A autora explica que,

qualquer teoria política destaca dos fenômenos considerados aqueles que precisam ser explicados e os que são relevantes para a explicação (...) tal seleção significa que não apenas algumas dimensões são excluídas por serem irrelevantes – dimensões que podem ser cruciais para uma outra teoria –, mas que as dimensões escolhidas também sustentam uma posição normativa, uma posição implícita na própria teoria. (PATEMAN, 1992, p.27).

Sartori (1994) ressalta que a teoria descritiva também é normativa, contudo, em relação a aspectos técnicos e não a aspectos valorativos. Conforme o autor, “a primeira questão é a linha divisória entre teoria empírica e não-empírica. Essa linha divisória encontra-se no ‘normativismo’, na distinção entre a teoria não-normativa, que é empírica, e a teoria normativa que não é” (1994, p.21). Mas, como afirma o autor, “essa linha divisória não distingue, em primeiro lugar, dois tipos muito diferentes de normas, quais sejam, um ‘normativismo técnico’ de meios adequados a fins (...) e um ‘normativismo valorativo’” (SARTORI, 1994, p.21). Conseqüentemente, a diferença principal entre as duas perspectivas é que a teoria empírica busca descrever a operacionalização dos princípios prescritivos da teoria normativa que, por sua vez, geralmente não se atêm a essa dimensão.

Em termos gerais, a distinção entre as ramificações da teoria democrática entre descritivo e prescritivo é útil para fins de compreensão e análise epistemológica, pois, conforme frisa Pateman (1992), a separação não condiz com o real funcionamento dos constructos teóricos contemporâneos. A distinção auxilia, por conseguinte, na compreensão das linhas mestras que fundam as formas atuais de análise da democracia.

A formação de uma ciência política ainda mais livre das concepções normativas, filosóficas e ideais da sociedade levou, durante o século XX, a constituição de leituras pretensamente fundamentadas, de maneira ainda mais radical, apenas na descrição da realidade. Essas concepções, hegemônicas na ciência política atual, são representadas principalmente pela teoria procedimental da democracia. Esse movimento, que torna a

perspectiva empírica de análise da democracia hegemônica dentro da ciência política, é acompanhado pela condição assumida pela própria democracia, enquanto fenômeno empírico, de modelo político insuperável, mais adequado, desenvolvido e próximo ao ideal.

O trabalho de Joseph Schumpeter, “Capitalismo, Socialismo e Democracia”, de 1943, pode ser considerado o embrião da teoria democrática empírica e de expressiva influência prática nas democracias atuais. O autor parte do ataque à noção da democracia clássica enquanto uma teoria de meios e fins. Para ele, “there is, first, no such thing as a uniquely determined common good that all people could agree on or be made to agree on by the force of rational argument” (SCHUMPETER, 1976, p.251). Ele também questiona a teoria utilitarista da democracia que, não obstante toda teoria da maximização da satisfação econômica, não implica na solução das divergências inevitáveis da vida social, além disso, “the utilitarian fathers of democratic doctrine failed to see the full importance of this simply because none of them seriously considered any substantial change in the economic framework and the habits of bourgeois society” (SCHUMPETER, 1976, p.252).

Frente a inexistência de uma vontade geral ou de um bem comum racionalmente distinguível, Schumpeter propõe “another theory which is much truer to life and at the same time salvages much of what sponsors of the democratic method really mean by this term” (1976, p.269). Para tanto, o autor inverte a ordem de argumentos que até então fundamentavam teoricamente o exercício da democracia. Na visão clássica, todos possuiriam opinião sobre as questões que envolvem a política e para que essas opiniões tivessem efeito, os indivíduos elegeriam representantes; Schumpeter então afirma, “suppose we reverse the roles of these two elements and make the deciding of issues by the electorate secondary to the election of the men who are to do the deciding (...) the role of the people is to produce a government” (1976, p.269).

Dessa forma, a democracia, para Schumpeter, é um método político, nada mais que um arranjo institucional que permite a chegada de decisões. As decisões são justas na medida em que os participantes acordam sobre as regras do processo. Além disso, conforme o autor, a democracia moderna é “that institutional arrangement for arriving at political decisions in which individuals acquire the power to decide by means of a competitive struggle for the people’s vote” (SCHUMPETER, 1975, p.269).

Joseph Schumpeter é influência vital nas modernas teorias democráticas, pois a centralidade da concepção de que a democracia é uma luta competitiva, presente na sua teoria, acaba se mantendo em diferentes leituras. Além disso, o seu constructo teórico empiricista,

também denominado minimalista, por se restringir especificamente à dimensão político-institucional e a reduzidas variáveis de análise, ganha espaço frente à teoria normativa. As virtudes práticas da concepção schumpeteriana levam as novas teorias de base empírica, como a procedimental de Robert Dahl, a atingirem o predomínio dentro da ciência política. O recorte analítico (dimensão política) e a redução de variáveis (apenas aquelas que são suficientes para conformar as regras que caracterizam a democracia), presentes no minimalismo schumpeteriano, possibilitam o desenvolvimento das abordagens científicas de estudo dos fenômenos políticos.

Nesse sentido, o avanço da ciência política, bem representado nos trabalhos de Robert Dahl, “expressed the view that the scientific approach to the study of political phenomena had proven itself, and that it could take its place alongside political philosophy, public law, and institutional history and description, as an important approach to the study of politics” (ALMOND, 1990, p.14). Com isso, a ciência política ganhou independência e a sensação de autonomia perante outras dimensões do conhecimento político, especialmente da filosofia política. O efeito desse movimento foi o maior afastamento de discussões filosóficas da política e uma cisão entre

who view the discipline as a hard science – formal, mathematical, statistical, experimental – dedicated to the cumulation of tested ‘covering laws,’ and those who are less sanguine and more eclectic, who view all scholarly methods, the scientific ones as well as the softer historical, philosophical, and legal ones, as appropriate and useful. (ALMOND, 1990, p.7).

Os mais ecléticos passam a ocupar um espaço menor dentro da discussão acadêmica sobre a democracia e os que defendem a perspectiva empírica para caracterizar a cientificidade da teoria política acabam ocupando um espaço central nos avanços da ciência política em relação à democracia.

Assim, muitos teóricos optaram pela teoria empírica em detrimento da normativa e “excluíram o segundo sentido inteiramente, definindo democracia tão-somente como um sistema de governo” (MACPHERSON, 1979, p.13).

2.2.3. A teoria procedimental

Frente a um dos principais impasses conceituais enfrentados pelos teóricos da democracia, a relação entre prescrição e descrição, Robert Dahl propõe uma perspectiva clara de análise da democracia: se existe uma democracia real e outra ideal, se trata de compreender

até que ponto a democracia real se aproxima da ideal. Para isto, Dahl elabora uma espécie de tipo puro ideal de democracia, que, todavia, difere-se do tipo puro weberiano, pois o autor o entende também como uma meta prática, além de instrumento analítico; ou seja, como um modelo para instituições e sistemas aplicarem em busca de uma maior democratização. Esse é o principal aspecto normativo de sua teoria e onde reside sua principal influência prática na constituição das novas democracias.

Dahl (2005b) cunha o termo poliarquia – governo de muitos – não apenas para escapar dos entraves semânticos do termo democracia, mas principalmente, para designar os sistemas políticos realmente existentes. Conforme o autor, “é importante manter a distinção entre democracia como um sistema ideal e os arranjos institucionais que devem ser considerados como uma aproximação imperfeita de um ideal [poliarquia], e a experiência mostra, acredito, que, quando o mesmo termo é usado para ambos, intrometem-se, na análise, uma confusão desnecessária e discussões semânticas essencialmente irrelevantes” (DAHL, 2005b, p.31-32). Por se tratar, também, de um recurso analítico, a concepção de poliarquia não exige de Dahl uma maior preocupação com todas as dimensões e variáveis da democracia. De fato, o autor restringe-se a analisar, como centrais em seu conceito de poliarquia, duas dimensões que caracterizam a democratização: a contestação e a participação (DAHL, 2005b).

Dahl apresenta, portanto, como critério para medir a democratização dos sistemas poliárquicos, as variáveis contestação pública e inclusão; contudo, o autor não está mirando a realização plena dessas duas dimensões, mas sim, as oportunidades para o seu exercício. Com isso, Dahl exime-se de uma série de contestações ao seu trabalho, no que tange a investigação das bases qualitativas que integram o exercício da democracia. Por um lado, a seleção de duas dimensões de análise é suficiente, conforme a sua argumentação, para categorizar diferentes sistemas políticos; por outro, a definição de que está tratando das condições de existência de oposição e participação evita questionamentos sobre a existência, de fato, de ampla participação e sobre o conteúdo das contestações. Em termos gerais, as qualidades da poliarquia são definidas por meio das

liberdades liberais clássicas que são uma parte da definição de contestação pública e de participação: **oportunidades** de exercer oposição ao governo, formar organizações políticas, manifestar-se sobre questões políticas sem temer represálias governamentais, ler e ouvir opiniões alternativas, votar secretamente em eleições em que candidatos de diferentes partidos disputam votos e depois das quais os candidatos derrotados entregam pacificamente os cargos ocupados aos vencedores etc. (DAHL, 2005b, p.41, grifo meu).

Por isso, para Dahl, os procedimentos são suficientes para caracterizar uma democracia. Não é relevante, nessa concepção, compreender a qualidade da participação nem o conteúdo da contestação. O que define a existência da democracia é a oportunidade para o exercício da participação e da contestação, embora, conforme o próprio autor, a ampla contestação pública deve respeitar certos limites para a manutenção da democracia. A variedade de sub-culturas, como denomina o autor, pode ser prejudicial à unidade de uma sociedade democrática⁷.

Segundo Dahl (2005b, p.26), a principal característica do sistema democrático é “a qualidade de ser inteiramente, ou quase inteiramente, responsivo a todos os seus cidadãos”. Dito de outra forma, para Dahl, o que melhor caracteriza a democracia é a contínua capacidade de resposta que ela garante aos governos em relação às preferências dos cidadãos, identificados como politicamente iguais. Para um governo permanecer sendo responsivo aos cidadãos, Dahl elabora um tipo ideal de sistema em que é necessário existir as seguintes oportunidades plenas aos cidadãos: “1. de formular suas preferências. 2. De expressar suas preferências a seus concidadãos e ao governo através da ação individual e da coletiva. 3. De ter suas preferências igualmente consideradas na conduta do governo, ou seja, consideradas sem discriminação decorrente do conteúdo ou da fonte da preferência” (DAHL, 2005b, p.26). Essas exigências, como se percebe, estão ligadas diretamente à noção de igualdade e de liberdade individual (abertura à contestação e participação).

Para que haja oportunidade plena dos indivíduos atingirem essas exigências, conforme o modelo de Dahl (2005b), no seu trabalho “Poliarquia”, são necessárias oito garantias institucionais: “1. Liberdade de formar e aderir a organizações, 2. Liberdade de expressão, 3. Direito de voto, 4. Elegibilidade para cargos públicos, 5. Direito de líderes políticos disputarem apoio. 6. Fontes alternativas de informação, 7. Eleições livres e idôneas e, 8. Instituições para fazer com que as políticas governamentais dependam de eleições e de outras manifestações de preferência” (DAHL, 2005b, p. 27).

Em modelo posterior, apresentado no livro “Sobre a Democracia”, Dahl (2001a, p.99), reconfigura as exigências de garantias institucionais, da seguinte forma: “1. Funcionários eleitos; 2. Eleições livres justas e frequentes; 3. Liberdade de expressão; 4. Fontes de informação diversificadas; 5. Autonomia para associações e, 6. Cidadania inclusiva”. Para o

⁷ A questão da diversidade cultural prejudicial à democracia que, por isso, necessita de homogeneidade para o seu exercício é fundamental para a linha argumentativa proposta nesta tese. Porém, ao contrário das demais teorias democráticas analisadas neste capítulo, a compreensão de Dahl e da teoria empírica da democracia a este respeito será aprofundada no quinto capítulo desta tese.

autor, esses elementos permitem alcançar aquilo que a democracia tem para oferecer, ou seja, a sua qualidade distintiva: além da “1. Participação efetiva” e da “2. Igualdade de voto”, há a “3. Aquisição de entendimento esclarecido; 4. Exercer o controle definitivo do planejamento” e “5. Inclusão dos adultos” (DAHL, 2001a, p.50).

Assim, os funcionários (representantes) são eleitos pelos cidadãos (participação efetiva com igualdade de voto) para o controle das decisões do governo. Quanto às eleições, elas são livres para possibilitar a participação tranqüila dos cidadãos, o que permite a participação efetiva, pois não existe coerção impedindo que elas aconteçam; são justas, pois todos os cidadãos contam igualmente um voto cada um; e freqüentes para que haja participação efetiva e para que seja possível um controle do planejamento de governo.

Os demais critérios elaborados por Dahl, que seriam exigidos pela democracia (liberdade de expressão, fontes de informação diversificadas, autonomia para associações e cidadania inclusiva), visam a permitir a promoção dos seguintes elementos: participação efetiva, entendimento esclarecido, controle do programa e plena inclusão.

Outro elemento importante, na concepção de Przeworski, é de que na democracia os partidos políticos perdem as eleições: “na democracia há partidos, isto é, divergências de interesses, valores e opiniões; há competição organizada segundo regras estabelecidas e, periodicamente, alguns são perdedores e outros, vencedores” (PRZEWORSKI, 1994, p.25). Com isto, Przeworski quer indicar que não basta haver vencedores no processo democrático, “somente quando há partidos que perdem e a derrota não é nem uma desgraça social, nem um crime, a democracia pode florescer” (PRZEWORSKI, 1994, p.25). Além disso, o autor concorda com Dahl, para quem, outro caráter fundamental da democracia é a contestação aberta à participação, principalmente porque a democracia pressupõe um governo *pro tempore* (PRZEWORSKI, 1994, p.26). Ou seja, governos de mandatos definidos por meio de regras que devem atingir igualmente a todos (o que corresponde ao critério de Dahl sobre eleições periódicas e freqüentes para permitir o controle do projeto de governo). Para Przeworski, ainda, a derrota é normalizada para que os perdedores não desistam de competir nas eleições seguintes, o que se constitui como um critério importante para o processo democrático. Popper sintetiza esses termos, afirmando que “en una democracia las facultades de los gobernantes deben hallarse limitadas y el criterio primordial de su función debe ser éste: en una democracia, los magistrados – es decir, el gobierno – pueden ser expulsados por el pueblo sin derramamiento de sangre” (POPPER, 1982, p. 338).

As decisões, no sistema democrático, são tomadas pelo princípio da maioria. Esse princípio serve, conforme Bobbio, para “tomar decisões coletivas com o máximo de consenso e pacificamente” (BOBBIO, 2000, p.426). O mesmo autor, contudo, realça que “nenhuma decisão tomada por maioria deve limitar os direitos da minoria, particularmente o direito de se tornar por sua vez maioria em igualdade de condições” (BOBBIO, 2000, p.427).

Em função do princípio da maioria, “várias forças políticas competem entre si dentro de estruturas institucionais” (PRZEWORSKI, 1994, p.26) que “conferem a todos uma oportunidade de lutar por seus respectivos interesses” (PRZEWORSKI, 1994, p.29). Disso decorre que “a democracia é um sistema de resolução de conflitos em que os resultados dependem do que seus participantes fazem, mas nenhuma força tem condições de controlar sozinha os acontecimentos” (PRZEWORSKI, 1994, p.28). Contudo, conforme o mesmo autor, essa “incerteza organizada” da democracia “não quer dizer que tudo seja possível, ou que nada seja previsível (...) os atores sabem o que é possível, pois os prováveis resultados estão previstos na estrutura institucional (...). Se os resultados fossem predeterminados ou totalmente indeterminados, não haveria razão para que os grupos se organizassem como participantes. A incerteza é que os atira no jogo democrático” (PRZEWORSKI, 1994, p.28-9). Essa realidade do sistema democrático fornece a possibilidade de ação instrumental por parte dos atores políticos que podem investir “recursos econômicos, organizacionais e ideológicos desiguais na disputa (...) se as instituições democráticas são universalistas – isto é, neutras em relação à identidade dos participantes – os que têm maiores somas de recursos têm mais probabilidade de sair vencedores” (PRZEWORSKI, 1994, p.27).

No sentido proposto por Przeworski, a democracia, enquanto conjunto de regras, teria um caráter neutro, o que permitiria que todos lutassem por seus interesses; todavia, o mesmo autor destaca que “os resultados desse processo são determinados conjuntamente pelos recursos e pelas instituições e, portanto, a probabilidade de um grupo qualquer, identificado por sua posição na sociedade civil, chegar a realizar seus interesses de uma determinada forma e dentro de um determinado grau é, de um modo geral, distinta da de outros grupos” (PRZEWORSKI, 1994, p.27).

Downs sintetiza os componentes da democracia, permitindo uma visão bem clara da perspectiva procedimental. Para o autor, uma democracia existe quando,

A single party (or coalition of parties) is chosen by popular election to run the government apparatus. 2. Such elections are held within periodic intervals, the duration of which cannot be altered by the party in power acting alone. 3. All adults who are permanent residents on the society, are sane, and abide by the laws of the

land are eligible to vote in each such election. 4. Each voter may cast one and only one vote each election. 5. Any party (or coalition) receiving the support of a majority of those voting is entitled to take over the powers of government until the next election. 6. The losing parties in an election never try by force or any illegal means to prevent the winning party (or parties) from taking office. 7. The party in power never attempts to restrict the political activities of any citizens or other parties as long as they make no attempt to overthrow the government by force. 8. There are two or more parties competing for control of the governing apparatus in every election (DOWNS, 1957, p. 23-4).

Bobbio, contudo, assume diante da perspectiva restrita da democracia que, apesar de cientificamente mais eficiente, “estou até disposto a admitir que para que um Estado seja verdadeiramente democrático não basta a observância dessas regras, ou seja, reconheço os limites da democracia apenas formal” (BOBBIO, 2000, p.427).

2.2.4. A teoria democrática e as garantias de implementação de políticas

Há um conjunto de elementos que podem ser deduzidos do percurso analítico realizado até aqui, que teoricamente garantiriam a implementação de programas de esquerda na democracia. Por exemplo, a democracia é considerada um sistema justo por possuir regras aceitas por todos, respeitar o princípio da maioria, defender os direitos e liberdades dos indivíduos, permitir que todos indivíduos se expressem, garantir governabilidade (se respeitadas as regras) para todas opções políticas tomadas pelos indivíduos e ser a materialização realizável do bem comum. Serão apresentados dois questionamentos sobre essa visão geral da democracia, que se tentará responder no restante da tese.

1) Neutralidade das regras

Principalmente para os cientistas políticos procedimentalistas, um dos pressupostos da democracia é que ela deveria garantir as condições institucionais para a escolha e implementação de programas de governo de qualquer matiz ideológico – o que se daria por meio de regras coletivamente consideradas justas (DAHL, 2005b). Assim, o vencedor nas urnas deve contar com condições institucionais de implementar o programa de governo democraticamente escolhido. Outro pré-requisito ideal é que os derrotados aceitem a derrota em prol da continuidade da democracia (PRZEWORSKI, 1994) e que as soluções aos impasses políticos sejam tomadas dentro das regras democráticas (BOBBIO, 1986).

Como solução para o perigo da tirania, preocupação constante entre os principais filósofos da democracia, a democracia é dotada de mecanismos de veto. O objetivo seria garantir o bem-comum baseado na liberdade individual e que nenhuma parte da população,

mesmo que seja maioria, terá força suficiente para implementar políticas que firam os direitos de outros, mesmo que sejam minoria. Essa justificativa filosófica, embora transfigurada pelo exercício político real, pode limitar a prática de determinadas políticas facciosas ou contrárias aos interesses de minorias suficientemente representadas. A regra, teoricamente, também vale para a tirania da minoria sobre a maioria.

A questão fundamental a ser considerada, como a expressa Madison, se refere ao perigo da democracia universal contra as bases econômicas do modelo liberal. Como um sistema político pode ser aberto e universal se possui em sua formulação uma preocupação original em manter o modelo econômico liberal? É possível ser aberto a qualquer proposta, mesmo aquela que ponha em risco alguma dessas bases?

2) Indivíduo como juiz

Conforme Bobbio, “a principal razão que nos permite defender a democracia está precisamente no pressuposto de que o indivíduo singular, o indivíduo como pessoa moral e racional, é o melhor juiz do seu próprio interesse” (2000, p.424). Assim, a vontade individual é sinalizada na hora do voto e os resultados são a soma das vontades de todos os indivíduos. A democracia oferece, portanto, solução concreta à questão do bem comum. Ao mesmo tempo, se é a soma das vontades individuais sinalizada no pleito, a escolha de políticas representa a vontade da maior parte dos indivíduos, sendo, portanto, inquestionável.

Schumpeter (1976), contudo, ofusca um pouco esse argumento. O autor rechaça a possibilidade da democracia ser a busca pelo bem comum, pois um dos pressupostos dessa premissa é de que os indivíduos possuem suas opiniões formadas e conhecem o bem comum. Ele resolve a questão afirmando que a democracia não é a busca por bem comum, mas necessidade de governo. Se for a necessidade de governo da sociedade, não é a expressão das vontades individuais por políticas específicas, mas um mecanismo de estabilidade. Se a democracia não é a expressão de vontades individuais, nem da busca por bem comum, qual a autonomia de escolha e opinião possível para os indivíduos?

A realidade social latino-americana apresenta uma série de contradições frente ao ordenamento teórico liberal que fundamenta a democracia. Existem diferenças claras, também, se tentarmos comparar a conjuntura da região com o contexto em que viveram os propugnadores da democracia. Os pais fundadores desenvolveram o seu sistema democrático, que serviu de molde para o mundo, em função dos seus problemas locais. A América Latina, apesar de ser considerada democrática, principalmente em termos procedimentais, possui

demandas distintas daquelas que viviam os fundadores da Constituição Americana. Existem diferenças entre os valores culturais que lhes serviam de motivador, os perigos que eles desejavam evitar, o estágio das lutas sociais que eles presenciavam, o desenvolvimento do modelo econômico, entre tantos outros elementos.

As diferenças podem ser observadas pela existência de motivações específicas que conformam aquilo que se entende por esquerda latino-americana. O questionamento que se pretende desenvolver é se a esquerda latino-americana, com tamanha especificidade e se opondo a economia liberal, se “encaixa” no sistema democrático de moldes liberais. Para tanto é necessário analisar o que é esquerda e o que é a esquerda latino-americana, o que será realizado no capítulo que segue.

3. Esquerda e história das suas vertentes na América Latina: as tradições de Chile, Brasil e Uruguai

Salvador Allende foi o primeiro político identificado como de esquerda a ascender à presidência de um país latino-americano por via democrática, em 1970, no Chile. A experiência chilena é considerada um marco fundamental para as esquerdas mundiais, pois, o seu programa de governo buscou implementar a chamada via chilena ao socialismo, sem desrespeitar as instituições democráticas. As propostas, contudo, sucumbiram ao golpe dos militares de direita, em 1973. Naquele momento era clara a identificação das ideologias políticas com a esquerda, direita e centro, não somente no Chile, marcado pela divisão ideológica da política em três terços (SCULLY, 1995), mas, no mundo ocidental de forma geral.

Em 1998, um novo quadro político se iniciou na América Latina com a eleição de Hugo Chávez Frias, da Venezuela, (confirmado no poder em 2004). Até então se tratava de um fato isolado. Em 2002, quatro anos após, Lula é eleito no Brasil. Como seu discurso não possuía grande semelhança com o de Chávez e não se assentava nas mesmas tradições, o tratamento dado foi isolado. Apenas partes da imprensa e dos movimentos sociais passaram a realizar alguma conexão; os primeiros, expressando preocupações quanto à estabilidade sociopolítica e econômica brasileira, baseados no conturbado período vivenciado pela sociedade venezuelana, com golpe e deposição de Chávez e o seu posterior retorno; os segundos, vislumbrando um horizonte para a esquerda.

A partir de então, a compreensão de que se tratava de fenômeno comum aos países da região foi inevitável. As vitórias de Néstor Kirchner na Argentina (2003), Tabaré Vázquez no Uruguai (2004), Evo Morales na Bolívia (2005), Michele Bachelet no Chile (2006)⁸, Luís

⁸ O Chile, desde o fim da ditadura de Pinochet, foi governado por coalizões que também incluíram o Partido Socialista (PS) de Bachelet. Michele Bachelet, tem passado ligado a luta pelos Direitos Humanos e contra os responsáveis pelas atrocidades realizadas durante a ditadura. Para muitos ela representa a esperada ruptura com o legado de Pinochet. Conforme James Petras (2006), porém, Bachelet não representa alteração na política

Inácio Lula da Silva no Brasil (reeleição em 2006), Hugo Chávez (reeleição em 2006), Daniel Ortega na Nicarágua (2006), Rafael Correa no Equador (2006) e Tereza Kirschner na Argentina (2007) evidenciaram a necessidade de atenção por parte dos cientistas políticos. Segundo Castañeda (2006, s/p.), um “left-wing tsunami has hit the region”⁹.

Diferentes interpretações surgem para tentar explicar o fenômeno. Alguns intelectuais se posicionam **contra** a designação desses governos como sendo de esquerda (PETRAS, 2007; RAUS, 2006). Outros cientistas separam em dois grupos, um denominado neopopulista e outro de governos da nova esquerda (CASTAÑEDA, 2006). Um terceiro conjunto de pensadores divide em governantes de esquerda (ou nova esquerda) e governantes de centro ou direita (MOREIRA, 2006). Por fim, outros intelectuais consideram todos esses políticos como sendo de esquerda (ou nova esquerda), as diferenças entre as propostas seriam explicadas por variáveis locais (SADER, 2006).

Além disso, alguns intelectuais, mesmo antes da ascensão desses governos ditos de esquerda, foram mais radicais e, em termos gerais, decretaram o fim da esquerda (FUKUYAMA, 1992; PRZEWORSKI, 1996). Com isso, fica claro que não existe mais um consenso sobre o que significam exatamente os termos direita e esquerda (POTTER, 2001). O fenômeno latino-americano de ascensão de presidentes identificados como esquerda, porém, indica que a díade ainda representa ou pode representar posicionamentos definíveis dentro do espectro político.

A atual dificuldade em delimitar os contornos da definição de esquerda contrasta com a relativa facilidade de alguns anos atrás, quando a oposição ao sistema capitalista liberal era um definidor categórico. Entretanto, como afirma Norberto Bobbio (2001), isso não significa que atualmente a distinção entre direita e esquerda possa ter perdido o seu valor. A díade ainda possui significado. Além disso, na política brasileira, como aponta Ranincheski (1998), as distinções contidas no espectro direita-esquerda ainda são indicativas e influenciam a opinião dos eleitores. Na mesma linha de argumentação está André Singer (2000). O autor defende a tese de que, no momento do voto, a maior parte dos eleitores brasileiros divide-se em esquerda, centro e direita. A análise é baseada na interpretação dos resultados das eleições

econômica neoliberal do Chile e sim a continuidade do governo de Ricardo Lagos (também do PS, identificado, pelo autor, com o projeto neoliberal).

⁹ Além dessas vitórias, ainda se conformou, no México, algo que se intitulou “governo paralelo”. O candidato identificado com a esquerda, López Obrador, devido à derrota nas urnas em 2006, reivindicou uma nova apuração, denunciando a manipulação dos resultados eleitorais. No Peru, apesar de Ollanta Humala, também identificado com a esquerda, ter perdido as eleições, ficou nítido o fortalecimento eleitoral da esquerda que se posicionou como segunda força partidária no país.

presidenciais brasileiras de 1989 e 1994. Além desses autores, uma série de estudos conclui que, mesmo que não tenhamos clareza do que são esquerda e direita, essas posições ideológicas influenciam os eleitores do mundo inteiro (INGLEHART e ABRAMSON, 1994; KNUTSEN, 1998; NOELLE-NEUMANN, 1998; POTTER, 2001).

A dificuldade dos cientistas em delinear alguma definição e escapar do atoleiro conceitual, ou, ao menos, retornar ao estágio que perdurou até a década de 1980, é relativamente compreendida por uma série de elementos. Pode-se, em termos gerais, considerar que as transformações advindas do fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) marcam a redefinição do campo político e, principalmente, das esquerdas. Essa redefinição, que se reflete no conteúdo programático de parte da esquerda, não indica que as perspectivas tradicionais tenham perdido a validade ou demonstrado a limitação dos seus projetos. A vitória da democracia liberal na Guerra Fria não foi, necessariamente a vitória do melhor sistema para a humanidade, mas, possivelmente, do sistema que melhor soube disputar a guerra ideológica travada no pós II Guerra Mundial (NEGRI, 2002).

Na América Latina, o acirramento da disputa entre direita e esquerda, decorrente das ditaduras militares que perduraram até os fins do século XX, levou boa parte da esquerda a optar ou pela luta armada pela democracia popular, ou pela luta por qualquer tipo de democracia. Com o fim das ditaduras, as esquerdas também se redefiniram. Além disso, como havia uma identificação muito grande entre a esquerda e a URSS e se iniciava um período de abertura à participação no jogo democrático, parte das esquerdas buscou dissolver essa ligação para legitimar a participação na democracia liberal. Com isso, alguns setores que eram identificados como de esquerda desviaram-se dos propalados defeitos do socialismo, alcunhados, principalmente, pelos vitoriosos da Guerra Fria. Essa conjuntura descreve o dilema por que passou a esquerda, porém, não é explicativa dos novos rumos tomados por parte da esquerda, que abdica de uma linha programática específica em prol da disputa eleitoral. Por conseguinte, é insuficiente para responder, por que a esquerda abdica de propostas que as caracterizavam como tal para chegar ao poder?

O objetivo desse capítulo é discutir o conceito de esquerda, suas transformações e sua identidade diversificada devido às modificações ao longo da história e pelas novas leituras surgidas no período que segue ao fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Após, se apresentará um recorte histórico das trajetórias das esquerdas na América Latina e, mais especificamente, nos países investigados. O período de análise pode ser considerado extenso, porém, se tratam de dois momentos distintos, relativos aos casos analisados. O

primeiro inicia com a fundação do Partido Obrero Socialista, em 1912, passando pelas quatro tentativas eleitorais de Allende e culminando, na década de 70, com a ascensão da chamada via chilena ao socialismo. O segundo período compreende as ditaduras militares do Brasil e Uruguai até as eleições de Lula e Tabaré, em 2002 e 2004, respectivamente. Essa descrição é imprescindível para retratar as distinções entre as matrizes ideológicas e as características peculiares das esquerdas de cada país.

Com isto, se pretende estabelecer alguns elementos que demonstram as dificuldades em definir o que é esquerda. Assim, é possível analisar a não consolidação de governos de esquerda, o que será realizado no quarto capítulo, em que se apresentará a análise empírica dos programas de governo.

3.1. Esquerdas: origem e redefinição do termo

3.1.1. Origens: da divisão entre esquerda e direita e do que era ser de esquerda

Esquerda e direita são termos que vão além da posição física de um corpo e que possuem diversas conotações. Bobbio (2001) ressalta que na Bíblia consta que à direita de Jesus sentavam-se os bons e à esquerda os maus. Em diversos idiomas, direito também significa justo, de acordo com a lei, moralmente correto; e sinistro, sinônimo de esquerda, significa, desgraça, funesto, que causa receio, ameaçador, assustador, desastre. (ARAÚJO, 2002). Assim, antes mesmo de cindir os pólos da política, a divisão já possuía significados valorativos.¹⁰

A utilização política dos termos, porém, remonta a noção espacial. A distinção entre esquerda e direita tem origem na Assembléia formada na Revolução Francesa onde eram

¹⁰ Vale ressaltar, porém, que em alguns países, como no caso do México e Brasil, poucos políticos aceitam serem chamados de direita, isto é, em alguns países o termo se tornou até mesmo pejorativo (ARAÚJO, 2002). Esse fato torna ainda mais complexo o estudo sobre esquerda, que não pode assim, considerar a autodenominação como um critério analítico eficiente. Dito de outra forma, pode ser vantajoso para um partido político se dizer de esquerda, simplesmente como estratégia eleitoral, pois diversos grupos sociais passaram a ser diretamente identificados e a se identificarem como sendo de esquerda. Essa identificação ocorre diretamente com aqueles militantes pelos direitos de minorias políticas ou, indiretamente, com os que acreditam na validade da defesa desses direitos. Assim, de certa forma, ser negro, índio, mulher, homossexual, jovem, entre outros, ou acreditar na validade de suas reivindicações e interesses é ser de esquerda. Por outro lado, vincular direita a algo pejorativo facilitaria a existência da esquerda, contudo isso não parece ocorrer na realidade, talvez porque não existe possibilidade, dentro da democracia liberal, da existência de apenas um partido ou grupo de partidos, já que as regras são voltadas para a disputa e consenso e não para uma maioria única que desrespeite o direito das minorias (conforme capítulo 2 da presente tese).

deliberadas as mudanças em relação ao sistema político e social. Na Assembléia, as diferenças de posições políticas deram origem a vários grupos, cujos participantes se sentavam em posições distintas: à direita, ficavam os aristocratas, que pretendiam a volta do Antigo Regime; no centro, os deputados, que defendiam a monarquia parlamentar e à esquerda, os grupos republicanos de tendência democrática, que defendiam o voto livre. Conhecidos como Jacobinos, esse grupo era composto pela pequena e média burguesia e também pelo proletariado urbano. Desta forma, à esquerda estava representada a parcela da sociedade francesa que desejava romper os laços feudais, acabar com o Antigo Regime e as relações sociais que lhe valiam e avançar para o capitalismo.

A noção de esquerda irá se redefinir aproximadamente um século depois, quando Marx e Engels, no Manifesto Comunista, irão tributar o caráter revolucionário do capitalismo e da burguesia no passado e, ao mesmo tempo, definir o proletariado como a nova classe revolucionária. Nesse sentido, se redefinia a esquerda, mantendo-a fortemente vinculada à idéia de rompimento da ordem estabelecida. Assim, a oposição (característica da esquerda no período da Revolução Francesa) se mantém na Revolução Russa de 1917, contudo, entre grupos diferentes: permanecia a burguesia, mas em lugar da aristocracia surgia o proletariado. Desta forma, “na geração após 1917, o bolchevismo absorveu todas as outras tradições revolucionárias, ou empurrou-as para a margem de movimentos radicais” (HOBSBAWM, 2003, p.80).

Para Araujo (2002, p. 19) “a partir del triunfo de la revolucion rusa de 1917, la izquierda estuvo asociada al marxismo o a las personas, grupos o organizaciones que luchaban por el socialismo”, ao que Monteforte e Pleamar (1968, p. 17) complementam, afirmando que a esquerda é “el sector político categorizado por su posición y su actuación antiburguesa, antimperalista y partidario de la implantación del socialismo en la sociedad a la que pertenece”.

Em termos gerais, conforme Anthony Giddens, a esquerda sempre se identificou com a idéia de radicalismo, estando essa idéia “essencialmente ligada ao pensamento socialista”. Conforme o sociólogo, “alguns radicais foram revolucionários: segundo eles, a revolução, e talvez apenas a revolução, poderia produzir aquela nítida separação que buscavam em relação ao que havia anteriormente. Ainda assim, a noção de revolução nunca foi o traço definidor do radicalismo político” (GIDDENS, 1996, p.9).

Apesar do socialismo não ser a mais radical das ideologias da esquerda, “as with other modern ideologies, it is difficult to define socialism since there are many variations within it,

but common to all strands of socialism is a commitment to equality, fraternity, absence of exploitative relationships and socialized humanity” (MUKHERJEE e RAMASWAMY, 2000, p.9). Nessa perspectiva, o pensamento socialista remonta a Platão (428/27 a.C. - 347 a.C.) e Aristóteles (384 a.C. - 322 a.C.) passando por Thomas More (1478-1535) e Jean-Jacques Rousseau (1712 -1778). É a partir do século XIX que o pensamento socialista irá ganhar um corpo teórico coerente que irá compor linhas de pensamento e atuação definidas. Isso, pois, passa a apresentar tanto a crítica à realidade, quanto alternativas para o desenvolvimento da sociedade. O primeiro passo para a nova estrutura do pensamento socialista se dá com os socialistas utópicos Owen (1771 - 1858), Fourier (1772 - 1837) e Saint-Simon (1760 - 1825). Como afirmam Mukherjee e Ramaswamy (2000, p.9), com esses pensadores, “socialism essentially arose as a moral and humanitarian critique of early liberalism. In its critique it focused on the wastefulness, injustice, exploitation and inequality within capitalism”.

Na modernidade, com o surgimento e desenvolvimento do socialismo científico e, principalmente, com o impacto da publicação do Manifesto Comunista, que trouxe palavras de ordem, Marx e Engels traçam uma direção aos movimentos contestatórios, revolucionários, radicais ou proletários e com isso definem o pólo mais à esquerda do espectro político.

Passou a existir “un acuerdo general, más o menos aceptado, de que la izquierda es una corriente avanzada o progresista respecto de la derecha, que suele ser conservadora” (ARAUJO, 2002, p.17). O pensamento de esquerda englobava desde o anarquismo e o comunismo até o socialismo utópico e a socialdemocracia. Com as proposições de Marx e a Revolução Russa, contudo, o marxismo se torna o eixo elementar da esquerda, no qual outras teorias vão transitar e diferentes perspectivas serão concebidas. A força teórica do pensamento marxista foi fundamental, principalmente até meados da década de 1980, para dar corpo ao que se entendia por esquerda.

A esquerda, porém, não se resume somente a concepções marxistas. Araujo ressalta que

“la izquierda no ha sido ni es sólo socialista, o comunista o socialdemócrata. Hay otras corrientes de izquierda que con frecuencia han sido desdeñadas (o criticadas) por los socialistas, especialmente por los socialistas de tradición marxista, y también otras corrientes que si bien han partido del marxismo o de lo que han llamado el marxismo del ‘joven Marx’” (ARAUJO, 2002, p. 21).

Para o autor podem ser visualizados cinco grupos de esquerdas: a socialista, a comunista, a socialdemocrata, a anarquista e a nova esquerda (pós-marxista).

Desta forma, o espectro ideológico podia ser preenchido mais facilmente. Conforme Lipset (1959, p.223), “the most significant issue cutting across the left-right dimension today is political democracy versus totalitarianism (...) the great majority of the traditional leftist vote goes to totalitarian Communist parties, while in others the traditional centrist and rightist vote as gone to various forms of ‘fascism’”. Há, portanto, uma definição dos extremos do espectro e entre eles uma série de disposições ideológicas mais ou menos próximas dos pólos. A distância entre determinado ponto do espectro ideológico e os seus extremos podia ser utilizada para localizar, mesmo que, ainda assim, de forma imprecisa, o posicionamento da esquerda, direita ou centro.

No extremo esquerdo se encontra, portanto, o comunismo. Este pode ser definido, em termos gerais, como o sistema em que existe a propriedade comum dos meios de produção e, assim, a inexistência de classes sociais. O meio para atingir esse estágio de organização político-econômica seria o processo revolucionário e a conseqüente ditadura do proletariado. O capitalismo seria considerado o causador das desigualdades e, portanto, deveria ser abolido. Ainda à esquerda, mas no seu limite com a direita (centro-esquerda), se encontra a socialdemocracia, ostentando um programa político que visava realizar reformas no capitalismo via democracia. O objetivo da socialdemocracia seria dotar o sistema capitalista de maior igualdade, corrigindo suas imperfeições por meio das instituições do Estado, e não, necessariamente, a sua abolição. Entre esses dois extremos se encontrariam as diversas nuances do socialismo, que pode ser definido, em termos gerais, pela propriedade estatal dos meios de produção, o controle do Estado pelos trabalhadores e a divisão dos resultados da produção (e não o salário).

Apesar de útil no passado (principalmente por simplificar as distinções políticas por meio de uma analogia ao posicionamento físico), a definição por meio da localização no espectro ideológico parece ter se tornado precária e insuficiente. Isso, pois, ela permite generalizações quanto ao conteúdo dos programas, não possuindo especificidade em relação às temáticas fundamentais para distinguir as ideologias e, por isso, não fornecendo critérios suficientemente objetivos. Esse problema se acentua com as transformações que vão caracterizar o que se chama de nova esquerda.

3.1.2. Redefinição

Nos últimos anos, em parte devido ao fim da URSS¹¹, alguns autores afirmam que a idéia de esquerda perdeu sua capacidade descritiva. É por isso que Giddens irá perguntar: “o que pode significar ser politicamente radical hoje em dia, uma vez que o espectro que perturbou o sono da Europa burguesa, e que durante mais de setenta anos tomou corpo, retornou a estágios anteriores?” (GIDDENS, 1996, p.10), e Bobbio constatar que “nestes últimos anos, tem sido repetidamente afirmado, a ponto mesmo de se converter em lugar-comum, que a distinção entre direita e esquerda – que por cerca de dois séculos, a partir da Revolução Francesa, serviu para dividir o universo político em duas partes opostas – não tem mais nenhuma razão para ser utilizada” (BOBBIO, 2001, p.50). Chega-se ao ponto de autores como Przeworski proporem que “a esquerda tende a ver nesses países [antes socialistas] uma oportunidade histórica de concretizar o que se acostumou chamar de terceira via e que, hoje, deveria ser considerada a segunda via: uma oportunidade de aperfeiçoar um sistema social alternativo tanto ao capitalismo quanto ao comunismo” (1994, p.23).

Nesse sentido, Giddens irá dizer que “com a queda da União Soviética, muitos socialistas passaram a concentrar suas energias na proteção do *welfare state* diante das pressões que este passou a sofrer” (GIDDENS, 1996, p.10) dado que para o autor houve uma troca: os radicais (socialistas) se tornaram conservadores (defendendo as conquistas do passado do capitalismo); e os conservadores (que defendiam a tradição frente às transformações frenéticas do capitalismo) se tornaram radicais (“‘fora com os fósseis que herdamos do passado’: onde é mais comum ouvir esse tipo de sentimento? Não na esquerda, mas na direita” (GIDDENS, 1996, p.10)).

Para Bobbio, o que vai identificar a esquerda (desde sempre e ainda mais no pós-Guerra Fria) é o conteúdo que se refere à igualdade. Em contraposição à direita, a esquerda veria as pessoas como sendo mais iguais do que desiguais, sendo que, as desigualdades são fruto da realidade social e, portanto, são elimináveis e devem ser combatidas. Essa descrição foi amplamente aceita pelos estudiosos da esquerda, aparentemente, sem uma crítica mais detalhada.

A definição principal de Bobbio é que, podem ser chamados de igualitários,

¹¹ Embora, para Castaneda (2006), o fim da URSS irá libertar a esquerda latino-americana, permitindo uma expressão mais autêntica das perspectivas ideológicas locais.

aqueles que, ainda não ignorando que os homens são tanto iguais quanto desiguais, dão maior importância, para julgá-los e atribuir-lhes seus direitos e deveres, ao que os torna iguais antes do que o que os torna desiguais; desigualitários, aqueles que, partindo da mesma constatação, dão maior importância, com o mesmo objetivo, ao que os torna desiguais antes do que os que os torna iguais. (2001, p.74).

Giovanni Sartori (1997), porém, irá se contrapor à Bobbio, creditando à democracia a preocupação com a igualdade e não à esquerda. Segundo Macpherson (1978), a democracia liberal possui duas concepções principais. Em uma, democracia liberal significa a democracia de uma sociedade de mercado capitalista em que há liberdade do mais forte derrubar o mais fraco de acordo com as regras do mercado; em outra, significa “uma sociedade empenhada em garantir que todos os seus membros sejam igualmente livres para concretizar suas capacidades” (MACPHERSON, 1978, p.9). Assim, conforme o autor, as duas concepções originais da democracia liberal são liberdade (de disputa) e igualdade (de condições para a disputa), a primeira valoriza as desigualdades naturais e a segunda, reconhecendo as desigualdades, busca fornecer chances comuns de desenvolvimento. O autor afirma que essas duas esferas de valores atuam conjuntamente. Apesar de terem surgido em momentos históricos distintos e se contradizerem, essas são esferas fundamentais para a democracia.

Pode-se, contudo, considerar que ambos os autores estão, em parte, corretos. Sartori em sua crítica à concepção de Bobbio, de que este estaria descrevendo os valores abrangidos pela democracia e não os termos esquerda e direita. E Bobbio, em sua observação e descrição da esquerda. Se assim for, Bobbio não estaria tratando de esquerda ou direita em termos político-ideológicos amplos e gerais, mas esquerda e direita dentro do exercício institucional da democracia. Ou seja, no jogo democrático a esquerda teria assumido o lado igualitário do liberalismo e a direita o individualista, que são valores fundamentais e contrapostos da democracia. Seguindo esse argumento, Bobbio estaria afirmando que as esquerdas permanecem fundamentando suas convicções no ideal igualitário, que sempre foi uma das suas características, contudo, as transformações fizeram-na reduzir as diferenças, concordando com outras dimensões básicas da democracia liberal. Como foi dito, a origem da esquerda tradicional é a negação da sociedade liberal. Assim, a nova esquerda seria, em certos aspectos, a negação das suas origens e, portanto, a afirmação da direita tradicional.

Ao que tudo indica, limitar a análise ao critério da igualdade ou desigualdade é insuficiente para se distinguir a esquerda da direita. Esse binômio é capaz de agrupar socialdemocratas e comunistas (já que todos defendem a equidade), mas não é suficiente para distinguir entre socialdemocratas e a direita menos radical. Aparentemente, se trata de uma

descrição da socialdemocracia (centro) e não uma abstração geral da esquerda. Isso, pois, a díade de Bobbio capta apenas a contraposição entre esquerda e direita sob os marcos da democracia liberal e não de forma mais abrangente, como respostas práticas aos problemas sociais concretos.

Nesse sentido, Fraser (2001) afirma que com o fim da URSS se iniciou o que ela denomina era pós-socialista em que “a luta pelo reconhecimento tornou-se rapidamente a forma paradigmática de conflito político no fim do século XX” (p.245). Para a autora, os movimentos de esquerda se redefiniram devido à reconfiguração política decorrente do fim do socialismo real. Com isso houve o desenvolvimento de novos valores sociais, não mais redistributivistas e sim, de busca por reconhecimento identitário. Conforme a autora, “in these ‘postsocialist’ conflicts, group identity supplants class interest as the chief medium of political mobilization. Cultural domination supplants exploitation as the fundamental injustice. And cultural recognition displaces socioeconomic redistribution as the remedy for injustice and the goal of political struggle” (FRASER, 2008, s/p.). A direita, por sua vez, estaria atrelada à defesa dos valores morais tradicionais relativos à sexualidade, gênero, raça, etnia etc.. Com isso, a esquerda tornou-se mais liberal, defendendo as liberdades individuais e a direita conservadora dos valores tradicionais.

Para Inglehart (INGLEHART e WELZEL, 2006), porém, essa nova configuração de valores seria característica do desenvolvimento econômico das sociedades e não exatamente do fim da URSS ou da redefinição da agenda da esquerda. A modernização decorrente do desenvolvimento econômico leva, quase que inevitavelmente, à expansão de valores pós-materialistas. Em contraste com os valores materialistas, ligados à sobrevivência, na sociedade pós-industrial os valores de auto-expressão são o centro das preocupações dos indivíduos. O autor utiliza duas dimensões para demonstrar as transformações nos valores sociais. A primeira está nos pólos *valores tradicionais* e *valores secular-rationais* e a segunda nos pólos *valores de sobrevivência* e *valores de auto-expressão*. Com certas variações, a regra geral desenvolvida por Inglehart é que o desenvolvimento econômico (do capitalismo) conduz à passagem de uma sociedade industrial para uma pós-industrial, cujos valores principais são pós-materialistas. (INGLEHART e WELZEL, 2006).

Conforme Inglehart, a busca por auto-expressão e autonomia individual, ou, utilizando os termos de Fraser, a centralidade do reconhecimento das identidades individuais, é característica das sociedades pós-materialistas. Em sociedades de baixo desenvolvimento econômico, de industrialização recente ou que ainda não atingiram a pós-industrialização, os

valores centrais ainda estão ligados à necessidade de sobrevivência, portanto, ainda são valores materialistas e tradicionais. Nesse sentido, o estudo de Inglehart permite afirmar que a chamada nova esquerda é o reflexo da modernização e segue um direcionamento dos valores definido pelas condições econômicas.

Além disso, para Inglehart, outro aspecto praticamente inevitável da modernização é a democracia. Os processos de modernização iniciam com o desenvolvimento econômico, que provê segurança existencial aos indivíduos, o que conduz a mudanças culturais (valores pós-materialistas) e culminam em mudanças políticas (instituições democráticas).

Nas palavras do autor, “the rise of knowledge society brings another set of changes that move in a new direction, placing increasing emphasis on individual autonomy, self-expression, and free choice. Emerging self-expression values transform modernization into a process of human development, giving rise to a new type of humanistic society that is increasingly people-centered” (INGLEHART e WELZEL, 2006, p.I). Essa transformação leva à democracia que, conforme o autor, é o sistema que melhor responde à liberdade e autonomia individual.

Para Inglehart, a sociedade que emerge da passagem do capitalismo para a sua fase pós-industrial é, portanto, composta por um conjunto de dimensões valorativas que engloba a democracia, a liberdade de expressão individual e a centralidade do indivíduo, esferas de valores com os quais a esquerda concorda. Dito de forma mais específica, se trata da emergência praticamente inevitável dos valores liberais, mas com um acento maior no reconhecimento das diferenças entre os indivíduos. É a exacerbação de um caminho que já estava idealizado no pensamento liberal clássico, desgarrado das amarras da tradição e da moral conservadora, o qual a esquerda adota nessa sua nova roupagem.

Partindo dos mesmos pressupostos de Inglehart, Flanagan (INGLEHART e FLANAGAN, 1987)¹², contudo, questiona a dimensão de análise utilizada pelo autor para interpretar as transformações nos valores individuais. Conforme Flanagan, a dimensão de transformação dos valores materialista – pós-materialista é insuficiente, pois, “two distinct kinds of value change taking place in the advanced industrial democracies” (INGLEHART e FLANAGAN, 1987, p.1303). Além da distinção de Inglehart, Flanagan acrescenta a díade

¹² Inglehart e Flanagan, no artigo “INGLEHART, Ronald, FLANAGAN, Scott. **Controversies: Value change in industrial societies.** American Political Science Review 81, 1289-1319, 1987” debatem que a transformação da política (o surgimento da nova política) é resultado das transformações no eixo de valores materialismo-pós-materialismo. Apesar de algumas divergências, ambos compartilham pressupostos e estão de acordo na maior parte das conclusões.

autoritário – libertário. Essa outra díade é fundamental, pois, conforme Flanagan, Inglehart simplifica a realidade e por isso, concebe as mudanças de forma linear. Para o autor, a sociedade não caminha apenas para a defesa da liberdade individual e da auto-expressão, mas também para o seu oposto, o acirramento das restrições morais. Nessa esfera é que se encontraria a distinção entre esquerda e direita, no que o autor chama de nova política. Assim como Fraser, Flanagan afirma que a nova esquerda defenderia a liberdade de auto-expressão e a nova direita os valores morais tradicionais. Para Inglehart, a oposição aos valores pós-materialistas seria uma reação materialista à modernidade e não um conflito entre dois pólos.

Assim, a esquerda, além de buscar o igualitarismo (Bobbio) nos marcos da democracia liberal, também reivindicaria a liberdade individual, em termos de auto-expressão e identidade. Se tratando da esfera de valores, a esquerda seria, atualmente, o Cavalo de Tróia da sociedade pós-industrial, uma sociedade cujos valores, conforme Inglehart, inevitavelmente emergem do desenvolvimento do capitalismo. Pode-se concluir da descrição desses autores, que a esquerda perdeu seu caráter reivindicativo e radical, não se opondo mais às bases valorativas do liberalismo.

Essas linhas gerais de análise não são suficientes para descrever a complexidade desses dois posicionamentos ideológicos que antes eram tão simples de definir. Ao investigarem o Canadá, Bakvis and Nevitte (1987) afirmam que os pós-materialistas não são necessariamente tolerantes, isto é, a homogeneidade e linearidade percebida por Inglehart não são claras quando observadas localmente. Se em uma dimensão um indivíduo pode ser considerado pós-materialista, em outra "postbourgeois man may not be as liberal and democratic as generally supposed" (p.357). Até mesmo Inglehart reconhece que, por exemplo, os Estados Unidos, uma sociedade pós-industrial, ainda mantém um pensamento conservador arraigado (INGLEHART e WELZEL, 2006).

Aparentemente, o que os autores vêm descrevendo é a readequação dos pólos do espectro ideológico em torno de valores morais. Assim, esquerda não mais é uma linha de pensamento contrária a um modelo econômico baseado no individualismo possessivo¹³, liberdade de mercado, propriedade privada e salário, cujo objetivo é suplantando esses elementos ou pelo menos torná-los menos injustos. A esquerda, como reflexo das sociedades existente, busca avançar em termos de direitos identitários, liberdade de expressão e democracia, tendo

¹³ Termo definido por Macpherson (1978).

o indivíduo como centro. A descrição mostra que, ao menos nessa esfera, a esquerda perdeu o sentido de contraposição à direita.

As concepções sobre a esquerda, como descreve Forcheri (2004), mesclam duas principais acepções históricas, uma originária da divisão no parlamento francês e que se mantém com a influência marxista, referente à oposição à direita – portanto, é uma noção relacional, como afirma Bobbio (2001); e, outra originária do posicionamento ideológico influenciado pelo conteúdo baseado na obra de Marx e nos seus desdobramentos, principalmente, mas não somente, que nega o liberalismo e busca uma sociedade igualitária. Se tomadas isoladamente, ambas as concepções são fluídas e a segunda, especificamente, é diversificada. A primeira, de mais fácil observação, representa um posicionamento contrário ao da direita e, por isso, acaba se tornando uma definição imprecisa – já que, por exemplo, para a extrema direita o centro pode parecer esquerda. A segunda, por sua vez, perdeu muito do caráter distintivo devido a redefinições conjunturais e, principalmente, devido à direção moral liberal. Assim, ainda resta a mesma dúvida, como definir o posicionamento ideológico da esquerda?

Potter (2001) encontra quatro pares de valores que servem, na literatura politológica, para distinguir os dois termos do espectro ideológico. A autora cita, 1) Socialismo vs. Capitalismo; 2) Organicismo vs. Individualismo; 3) Progressivismo vs. Conservadorismo; e, 4) Emancipação vs. Tradição. Sendo o primeiro termo de cada par característico da esquerda. Além desses, podem ser somados o par Igualdade vs. Desigualdade, de Bobbio (2001). A utilização conjunta desses elementos pode ser capaz de descrever melhor o que é esquerda. Isoladamente os termos se abrem a diferentes interpretações.

Além disso, como ressalta Fraser (2008), ainda vivemos em uma sociedade desigual, com muitos problemas comuns à chamada era socialista e com dificuldades típicas da agenda redistributivista, ainda mais se considerarmos a América Latina. Por isso, em termos gerais, as pautas de reivindicações de esquerda devem ser analisadas no contexto em que estão inseridas e diante das tradições teóricas que as influenciam. Assim, é importante encontrar os elementos principais que possam caracterizar as tradições do pensamento de esquerda na América Latina.

3.2. Esquerda na América Latina

3.2.1 Principais Origens

Na América Latina, a principal linha de pensamento, que historicamente possui papel definidor das esquerdas, é o marxismo. Esse irá tomar diversas formas relativas à sua aplicação à realidade latino-americana. Desde a tentativa de interpretação da realidade utilizando as mesmas categorias de uma dita leitura européia até uma perspectiva regionalizada, na qual o desenvolvimento do capitalismo latino-americano seria singular e as características do processo e da revolução deveriam ser diferentes.

Além disso, conforme Löwy, o marxismo latino-americano possui três fases distintas: “1) um período revolucionário, dos anos 20 até meados dos anos 30 (...) 2) o período stalinista, de meados da década de 1930 até 1959 (...) 3) o novo período revolucionário após a Revolução Cubana” (LÖWY, 1999, p.14-5).

Essa divisão em três fases remete, na análise de Löwy, a períodos distintos de relacionamento com a URSS. No primeiro momento, talvez de maior autonomia para os pensadores latino-americanos, a URSS serve como um exemplo de revolução bem sucedida; contudo, não orienta diretamente a ação latino-americana. A principal característica é a interpretação marxista dos problemas regionais. No segundo momento, a intervenção soviética através do Comintern é mais intensa, inclusive orientando a atuação de grande parte dos partidos marxistas. A característica principal é a tentativa de aplicação da linha geral de “revolução por etapas e do bloco de quatro classes (o proletariado, o campesinato, a pequena burguesia e a burguesia nacional) como fundamento da sua prática política, cujo objetivo era a concretização da etapa nacional-democrática (ou antiimperialista ou antifeudal)” (LÖWY, 1999, p.27). E o terceiro momento, em que ainda há uma orientação bastante forte do Comintern; contudo, já existe o exemplo local de Cuba, que fornece outra perspectiva, revolucionária e particular para a atuação da esquerda e possibilita outro conjunto de leituras para os intelectuais marxistas.

Em termos gerais, a divisão histórica proposta por Löwy permite compreender, tanto a influência dos intelectuais marxistas latino-americanos quanto as perspectivas práticas da atuação dos partidos e movimentos da esquerda. Nesse sentido, a primeira fase é marcada

principalmente pela obra de Mariátegui¹⁴ e, na prática, pela insurreição salvadorenha de 1932. Há, ainda, uma forte discussão sobre as possibilidades da aplicação do marxismo à realidade local, com Haya de la Torre e a APRA¹⁵ entre outros¹⁶. Nas décadas de 1940 e 1950, já na segunda fase, intelectuais como Caio Prado Júnior, Sergio Bagú e Marcelo Segall situaram a realidade social latino-americana, negando a explicação de que se trataria de uma sociedade ainda feudal. Posteriormente, André Gunder Frank e Luis Vitale, entre outros, vão além, caracterizando especificamente o capitalismo latino-americano como dependente. Para, então, na terceira fase, em conjunto com outros intelectuais¹⁷, fomentarem a elaboração de diversas teorias, entre elas a Teoria da Dependência, de grande influência acadêmica, principalmente durante a década de 1970.

A segunda fase, sob forte influência da URSS, corresponde ao momento em que a formação de Frentes Populares é a principal estratégia difundida pelo Comintern. Oficializada no VII Congresso do Comintern em 1935, a formação de Frentes Populares será uma orientação seguida pelos partidos latino-americanos, em que alianças com a direita se tornam comuns. A justificativa é impedir a formação de governos nazi-fascistas (ou que insinuassem aproximação com as idéias de extrema-direita) e adiantar o capitalismo antiimperialista e antifeudal, o que possibilitaria a revolução proletária (o Chile é um exemplo dessa estratégia).

Com o início da terceira fase, irá surgir uma série de leituras mais radicais. O exemplo cubano, de foco guerrilheiro, dará margem à orientação militarista. O guevarismo, em alusão a Che Guevara, irá de encontro às ditaduras militares que passam a dominar a América Latina. A opção pelas armas se torna a principal saída para os movimentos sociais e políticos da região.

É no cenário pós Revolução Cubana que surgirá a experiência chilena de governo socialista. Ao contrário do que o contexto poderia indicar, a tentativa é realizada dentro da

¹⁴ José Carlos Mariátegui, fundador do comunismo peruano, é provavelmente “o pensador marxista mais importante produzido até agora pela América Latina” (LÖWY, 1999, p.102). Sob uma exposição socialista da questão indígena, Mariátegui acredita que a revolução socialista deve acabar com o feudalismo.

¹⁵ A APRA (Aliança Popular Revolucionária) tentou adaptar o marxismo à realidade latino-americana com uma aliança “fundada pelo peruano Victor Raúl de la Torre quando estava exilado no México. Ideologicamente eclética, foi inspirada principalmente pela Revolução Mexicana, elaborando uma doutrina ‘indo-americanista’ única. Durante a década de 20 a APRA foi um movimento (...) com seções em todos os países latino-americanos (...) originalmente a APRA declarou-se antiimperialista” (LÖWY, 1999, p.10).

¹⁶ Entre outros importantes pensadores marxistas latino-americanos deste período, estão: Aníbal Ponce, sociólogo argentino; Juan Justo, fundador do Partido Socialista Argentino; Julio Antonio Mella, fundador do Partido Comunista Cubano e Luis Emilio Recabarren, fundador do Partido Comunista Chileno.

¹⁷ Entre tantos outros importantes intelectuais, estão Rui Mauro Marini, Aníbal Quijano, além de Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Roberto Schwarz, Fernando Henrique Cardoso e Francisco Weffort.

ordem institucional democrática, talvez, devido à estabilidade das instituições políticas chilenas¹⁸. Contudo, assim como em outros países do continente, o Chile também sofre um golpe militar, que impede a proposta allendista de socialismo de se concretizar.

As esquerdas latino-americanas, de modo geral, sofrem constantemente a repressão do estado. Em diversas ocasiões o comunismo foi declarado ilegal e banido da disputa eleitoral. Durante as ditaduras, militares ou não, a esquerda era o alvo central da repressão. Isso serviu de aprendizado histórico para uma parte das esquerdas, mas principalmente, como marco da redefinição das pautas políticas da maior parte das esquerdas que se readequaram ao processo democrático e ao capitalismo liberal.

Os projetos de direita como os executados pelos governos militares – que se inserem diretamente no mundo político, rompendo a lógica democrática e impondo uma visão única da política – acabaram limitando ainda mais a possibilidade de se ver as propostas de esquerda como possibilidades concretas de desenvolvimento econômico e social. Esse processo acabou levando, como Tomas Moulian descreve no Chile, à idéia de que “la política ya no existe más como lucha de alternativas, como historicidad, existe sólo como historia de las pequeñas variaciones, ajustes, cambios en aspectos que no comprometan la dinamica global” (MOULIAN, 1997, p.39). Essas variações e ajustes, para Moulian, são representados atualmente por uma esquerda chilena que não propõe alternativas ao antigo projeto econômico de Augusto Pinochet (que representa uma dinâmica econômica global praticamente invariável). A atual esquerda não deseja mudanças econômicas próprias de um programa socialista, por exemplo, mas a manutenção da liberdade democrática.

Além disso, conforme Florestan Fernandes, em meados da década de 1980, “surgiu, a partir dos sindicatos, confederações operárias e partidos políticos da esquerda européia, uma forte pressão ideológica para que os movimentos sociais da periferia adotem modelos sociais-democráticos (...) que entrega[m] a cabeça aos capitalistas e o coração aos assalariados” (FERNANDES, 1991, p.7).

3.2.2. Redefinições

Como já foi dito, aparentemente não existe um consenso entre aqueles que estão analisando a ascensão da esquerda na América Latina. Castañeda (2006), por exemplo, se

¹⁸ O debate em torno da estabilidade da democracia chilena será realizado no último capítulo da presente tese.

refere à existência de duas tradições principais que distinguem as tendências das esquerdas na América Latina,

“one left sprang up out of the Communist International and the Bolshevik Revolution and has followed a path similar to that of the left in the rest of the world. The Chilean, Uruguayan, Brazilian, Salvadoran, and, before Castro's revolution, Cuban Communist Parties, for example, obtained significant shares of the popular vote at one point or another, participated in "popular front" or "national unity" governments in the 1930s and 1940s, established a solid presence in organized labor, and exercised significant influence in academic and intellectual circles”. (CASTAÑEDA, 2006, s/p.)

Conforme o autor, essa esquerda irá perder seu prestígio na década de 1960 devido a “their corruption, submission to Moscow, accommodation with sitting governments, and assimilation by local power elites” (2006, s/p). A outra origem identificada por Castañeda é peculiar à América Latina, trata-se do populismo. Segundo ele, “it claims as its founders historical icons of great mythical stature, from Peru's Víctor Raúl Haya de la Torre and Colombia's Jorge Gaitán (neither made it to office) to Mexico's Lázaro Cárdenas and Brazil's Getúlio Vargas, both foundational figures in their countries' twentieth-century history, and to Argentina's Juan Perón and Ecuador's José Velasco Ibarra” (2006, s/p.). Para o autor, essa esquerda geralmente é anticomunista, autoritária e tem “more interested in policy as an instrument for attaining and conserving power than in power as a tool for making policy” (CASTAÑEDA, 2006, s/p.).

Conforme Castañeda, essas duas perspectivas, por vezes misturadas, formariam as características e tendências da atual esquerda que ascende ao poder na América Latina. Ele define esquerda como “that current of thought, politics, and policy that stresses social improvements over macroeconomic orthodoxy, egalitarian distribution of wealth over its creation, sovereignty over international cooperation, democracy (at least when in opposition, if not necessarily once in power) over governmental effectiveness” (CASTAÑEDA, 2006, s/p.).

Essa definição vai ao encontro de alguns critérios da análise empreendida por Petras (2006), embora ambos participem de correntes teórico-metodológicas e ideológicas distintas. Para Petras (2006, s/p.), para definir se uma política é de esquerda é necessário observar os seguintes critérios:

Disminución de las desigualdades sociales, 2. Incremento de los estándares de vida, 3. El interés general y la propiedad nacional por encima de la propiedad privada y extranjera, 4. Los impuestos progresivos (rentas/empresariales) por encima de los regresivos (IVA, consumo), 5. Prioridades presupuestarias que favorezcan los principales gastos sociales e inversiones

públicas en trabajo en lugar de subsidios a los explotadores y al pago de la deuda externa, 6. Promoción y protección de la propiedad nacional de las materias primas por encima de la explotación extranjera, 7. Diversificación de la producción para valorar productos añadidos como oposición a vender materias primas sin procesar, 8. Subordinación de la producción para la exportación al desarrollo del mercado interno, 9. Participación y poder popular en las tomas de decisión como oposición a las decisiones de la élite hechas a través de negocios, la banca internacional (FMI) y las élites políticas, 10. Consulta con los movimientos de masas en la selección de ministros claves en los gabinetes de gobierno en lugar de con las élites de los negocios locales y extranjeras, 11. Adopción de una política exterior antiimperialista contra el apoyo a los libre-mercados, a las bases militares y a las guerras imperiales y de ocupación, 12. Revocar privatizaciones perjudiciales, y oponerse a su ampliación y consolidación 13. Aumentando del salario mínimo en contra del exceso de pagos de la deuda externa y 14. Promoción de una legislación laboral que facilite la organización sindical, una educación y servicios de salud públicos gratuitos y universales.

Segundo Petras, a análise dos regimes ditos de esquerda, na América Latina, revela que se tratam de programas de centro-esquerda, já que se aproximam muito pouco desses critérios pré-definidos e muito mais do que era a direita de anos anteriores. Para ele, todos os exemplos surgidos a partir de 1998 são de centro-esquerda. Petras destaca, porém, que as características do seu modelo não são exageradas ou ideais, apenas deveriam refletir o posicionamento de governos de esquerda e, no caso da América Latina, não refletem.

A incerteza sobre que ideologias são representadas por esses programas de governos advém, também, da incerteza metodológica na abordagem do fenômeno. Castañeda (2006) fixa esses presidentes como de esquerda, identifica a roupagem e remonta à história da região. Não questiona, como faz Petras (2006), se de fato se trata de programas de governo de esquerda. Petras (2006), por sua vez, elabora uma agenda de propostas caracterizadas como de esquerda que vai servir de modelo aproximativo. Quanto mais próximos desse modelo mais à esquerda estão os programas de governo. O autor não considera as dificuldades e características de cada país e não apresenta os critérios para definir a agenda de propostas que caracterizam a esquerda. Embora Petras não detalhe a origem dos critérios, pode-se perceber que ele fundamenta a sua análise delegando à esquerda uma tradição marxista que é a sua principal origem. Isso se justifica, pois, a tradição marxista é a base sob a qual se torna possível comparar as esquerdas e compreender o seu sentido histórico.

A metodologia de análise de Castañeda é marcada pela adequação, isto é, o autor busca adequar o conceito de esquerda ao que existe na realidade, assim como faz a maior parte dos teóricos que caracterizam esses governos como de esquerda. A de Petras, por outro lado, é marcada pelo descompasso, isto é, a realidade parece ter mudado tanto que não é mais

compatível com a sua categorização ideal e extrema da esquerda. Os autores que negam que esses governos sejam de esquerda, geralmente utilizam essa mesma metodologia.

Para Sader (2006), por sua vez, os novos governos de esquerda na América Latina “configuram um desgaste significativo da votação dos partidos que defendem programas neoliberais, com expansão do voto à esquerda – mais radical nos casos da Bolívia, Equador e Venezuela –, mais moderada nos casos do Brasil, Argentina e Nicarágua” (2006, p.17). Em livro anterior (SADER, 1995), contudo, o autor afirma que a contraposição entre esquerda e direita se moveu da díade socialismo *versus* capitalismo para a díade justiça social *versus* mercado. Para o autor, “nunca como hoje a contraposição mercado x justiça social foi tão essencial. Jamais esta contradição cruzou tanto nossas sociedades desde os 30 milhões de desempregados do próprio hemisfério norte, junto à discriminação e segregação de suas dezenas de milhões de imigrantes, até as grandes maiorias do hemisfério sul, vivendo em sociedades cada vez mais apartadas” (SADER, 1995, p.17). Nesse sentido, a díade de Sader, ao invés de dar consistência a sua análise dos governos latino-americanos, torna-a inconsistente.

Conforme Raus (2006, p.21), “la aproximación comunicacional más reiterada insiste en caracterizar a los nuevos gobiernos que encarnan ese cambio político como ‘gobiernos de izquierda’”, porém, “si se entiende la caracterización ‘izquierda’ en sus variantes marxistas, socialdemócrata o laborista (en una de sus versiones), se torna igualmente difícil utilizarla para definir a estos nuevos gobiernos. En primero lugar, porque existe en ellos una tácita aceptación a ciertas reglas propias de las economías de mercado y a una sociedad de derechos privados”. Mesmo que tenha havido o deslocamento da díade (de socialismo x capitalismo para justiça social x mercado), se as novas esquerdas aceitam a regras do mercado, como parecem fazer, Sader não apresenta uma categorização lógica das forças políticas latino-americanas.

Raus (2006) continua, afirmando que o segundo motivo que torna difícil categorizar os novos governos como sendo de esquerda é que os altos índices de desemprego – os 30 milhões a que Sader se refere, são aproximadamente 55 milhões na América Latina (KLIKSBURG, 2003) – levaram ao esvaziamento da classe trabalhadora enquanto sujeito social fundamental para a definição da esquerda. Hoje o sujeito da esquerda é o excluído do mercado de trabalho e de outras esferas de pertencimento que, todavia, não é um sujeito social organizado e sim um sujeito desagregado da ação social que busca integrar-se ao modelo de sociedade existente. Frente a isso, o autor prefere designar os governos ditos de esquerda

apenas como Novos Governos, pois ele reconhece que existe certa especificidade que não pode, contudo, ser considerada como esquerda.

Dentre os diversos elementos que explicam a ascensão desses novos governos no cenário político latino-americano, há consenso na literatura de que o descontentamento pelo fracasso das reformas econômicas da década de 1990 é um fator central. Castañeda (2006) destaca ainda – ao contrário de outros teóricos – que o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) representou maior liberdade para um posicionamento autêntico da esquerda latino-americana. Livres do “peso” soviético, as esquerdas latino-americanas puderam desenvolver suas próprias características. Para o autor, os outros elementos que explicam a ascensão dessas forças políticas são a desigualdade social e pobreza extremas, a “concentration of wealth, income, power, and opportunity meant that it would have to be governed from the left of center. The combination of inequality and democracy tends to cause a movement to the left everywhere (...) The impoverished masses vote for the type of policies that, they hope, will make them less poor” (CASTAÑEDA, 2006, s/p). Por fim, outra causa, para o autor, é a aprofundamento da democracia na região, o que garantiria regras justas para a consolidação da esquerda.

3.3. Os casos a serem comparados

3.3.1. Trajetória da esquerda chilena

No Chile, o pensamento marxista vai se desenvolver a partir do líder comunista Luis Emilio Recabarren, a partir de 1910. Mais tarde, influenciado pela Revolução Russa, Recabarren se torna “o exemplo mais típico de líder trabalhista histórico que se voltou para o bolchevismo por influência da Revolução de Outubro” (LÖWY, 1999, p.15). Recabarren fundou o Partido Obrero Socialista (POS)¹⁹, em 1912, vinculando-o à Federación Obrera de Chile (FOCH), fundada em 1909, como o primeiro sindicato nacional de trabalhadores. Dez anos depois, o POS se transformou no Partido Comunista do Chile (PC).

¹⁹ Conforme Altamirano, “em 1915, enquanto a primera guerra imperialista mundial devastava a Europa, o POS se estruturava em todo o país como a única vanguarda política do proletariado chileno” (1979, p.12).

Recabarren participa, no final de 1922, em Moscou, do IV Congresso da Internacional Comunista e do II Congresso da Internacional Sindical Vermelha, ao qual a FOCH havia se vinculado durante a sua direção. Contudo, “paradojalmente, Recabarren empieza a perder el manejo del partido cuando este entra en la órbita de Moscú” (HISTÓRIA DE LOS PARTIDOS POLITICOS, 1984, p.8). Devido ao agravamento nas condições de saúde, Recabarren acaba se suicidando em 1924. A partir de então, “el PC chileno fue el más obediente de los partidos del Komintern” (HISTÓRIA DE LOS PARTIDOS POLITICOS, 1984, p.10) e irá condenar, não apenas a possibilidade de qualquer tipo de aliança com a classe burguesa, mas também o pensamento político de Recabarren, que é expulso do partido, post-mortem, em 1933.

O alinhamento do PC chileno à visão soviética acabou levando-o a perda de sustentação eleitoral. Praticamente toda a base composta por trabalhadores se esvaiu, até que, por determinação e exemplo de Moscou, se inicia a estratégia de formação de Frente Popular (FP)²⁰. A iniciativa de FP inaugura uma nova etapa da esquerda chilena. Congregando o PC, o Partido Radical, o Partido Democrático, o Partido Socialista e outros de menor expressão, o Chile se tornou “o único país [latino-americano] em que foi possível constituir uma Frente Popular com certas similaridades com o modelo europeu” (LÖWY, 1999, p.29).

O Partido Radical, que lança o candidato da Frente Popular, Pedro Aguirre Cerda, possuía um amplo espectro político, abrigando forças antagônicas dos mais diversos estratos sociais, sob um programa de reformas nacionalistas e democráticas. Os princípios básicos eram “sufragio universal, libertad de prensa, libertad de asociación, igualdad ante la ley y educación obligatoria, gratuita y laica” (ROA TORO, 1989, p.27).

O Partido Socialista do Chile (PS) foi criado em abril de 1933, tendo como principal fundador o Comodoro-do-Ar Marmanduke Grove e o grupo que este liderou durante o governo socialista de 12 dias em 1932²¹. Além desses, se fundiram diversos grupos: Ação

²⁰ No Chile, a Frente conseguiu derrotar os candidatos de direita Gustavo Ross, que contava com o “respaldo da Alianza Popular Libertadora, definida como Ibañista a la vez que incluía un notable número de fascistas” e o próprio Carlos Ibáñez, o qual “recibió el respaldo de los nacionalsocialistas”. Os fascistas tentaram, inclusive, promover um golpe através de setores do exército, da Igreja e da Embaixada dos Estado Unidos para impedir as eleições. Contudo, foram impedidos pelos carabineiros, assim, poucos dias antes do pleito Ibáñez retira sua candidatura em prol da Frente Popular (LUZÓN, GIRAL E VÉLIZ, 2003, p.777).

²¹ Frente a uma profunda crise política o presidente Carlos Ibáñez renuncia ao cargo. Realizam-se novas eleições, porém, um levante liderado pela Aeronáutica provoca a renúncia de Montero (novo presidente) e instaura uma república socialista. Conforme Sader, “a linha ‘socialista’ derivava mais de um sentimento de busca de soluções para a miséria (...) através da justiça social e de um certo redistributivismo” (SADER, 1991, p. 31). As ações deste governo, que durou apenas 12 dias, iniciaram com a dissolução do congresso, anistia aos marinheiros presos por sublevação e liberdade aos estudantes presos durante as manifestações contra Ibáñez (Salvador

Revolucionária Socialista, Ordem Socialista, Partido Socialista Marxista, Partido Socialista Unificado e a Nova Ação Pública. O PS foi constituindo-se como um pólo de atração para os dissidentes do PC quando esse se aproximou da linha soviética. A heterogeneidade foi um traço importante do PS. Era formado por um “marxismo sociológico muy influído por pensadores contemporáneos latinoamericanos como José Ingenieros y Juan Bustos, anárquicos, masones, trotskistas y social demócratas” (FRIEDMANN, 1988, p.131). Isso sem contar os integrantes influenciados pelo projeto aprista peruano e futuramente por Fidel Castro. Porém, havia consenso em vários assuntos: “doctrina marxista [como método de interpretação], no pertenencían a la Tercera Internacional, aceptaban la lucha de clase, buscaban él término del sistema capitalista y apoyaban las bases de una revolución proletária” (FRIEDMANN, 1988, p.131). Eram a favor de um novo regime econômico planificado e de propriedade coletiva, nos quais se chegaria por meio da “dictadura de los trabajadores organizados” (FRIEDMANN, 1988, p.132). Defendiam ainda a unidade política (antiimperialista) e econômica (socialista) do povo latino-americano através da criação da “Federación de Repúblicas Socialistas del Continente”²².

As conseqüências da vitória da Frente Popular em 1938 são extensas. No aspecto político, econômico e social do país, não chega a realizar nenhuma mudança acentuada. O Partido Radical, porém, irá permanecer na Presidência até 1952, quando passará a ser acusado de corrupção e perderá seu vigor eleitoral.

O PC, mesmo mantendo a política de alianças, sofrerá rupturas, reagrupamentos e um sério golpe: a Ley de Defensa de la Democracia em 1947²³, durante o governo do Radical Gabriel González Videla, que até então era apoiado pelos comunistas.

O PS, por sua vez, irá sofrer “más de 50 divisiones en su historia” (FRIEDMANN, 1988, p.131). Antes disso, crescerá eleitoralmente se retirando da Frente Popular em 1940²⁴ e

Allende era um dos líderes políticos presos). Além disto, “propuso la nacionalización de la minería y la reforma agraria, decretó el control del comercio exterior, creó el impuesto sobre renta territorial, estableció comedores sociales para desempleados y organizó la concesión de créditos a pequeños propietarios” (LUZÓN, GIRAL E VÉLIZ, 2003, p. 773). No dia 13 de junho, contudo, Carlos Dávila, que compunha a junta de governo, promoveu um contragolpe, auxiliado por setores da sociedade que se sentiam ameaçados. Era o fim da primeira experiência socialista chilena.

²² Conforme o Estatuto do Partido, aprovado no seu VIII Congresso, esses são os seus princípios fundantes.

²³ Essa lei, dentre outras medidas vigorosas contra a esquerda, impediu a existência legal do Partido Comunista.

²⁴ Conforme o “Informe sobre Posicion Política del P.S.” no ano de 1940, “el creciente poderío del P.S. despertó inmediata reacción en los partidos radical y comunista, que vieron en nuestro partido un formidable rival que amenazaba desplazarlos de sus posiciones políticas.” (p.15).

retornando em 1942, para apoiar a candidatura de Juan Antonio Ríos²⁵, do PR, que se apresenta devido à morte de Cerda. Com isso, ocorre a primeira cisão do partido, durante o seu 9º Congresso: os partidários de continuar apoiando o governo, mesmo que este representasse a direita, se uniram em torno de Marmanduke Grove; os partidários de se romper com o governo e resgatar a origem do partido, por outro lado, se uniram em torno da Corrente de Recuperação, liderada por Julio César Jobet. Grove e seus aliados rompem e formam o Partido Socialista Autêntico, que em 1946 se incorporará ao PC.

Até 1947, as cisões são constantes, mas abalam pouco o PS; porém, com a lei que tornou o PC ilegal, ocorre uma nova grande ruptura interna. Mesmo que o PS fosse anticomunista²⁶, principalmente pela ortodoxia do PC em relação à URSS, foi oficialmente contra a ilegalização do partido. Surgiu, então, uma dissidência contrária a postura pró-PC, que acabou na criação do Partido Socialista Popular (PSP).

O PSP irá apoiar Carlos Ibáñez nas eleições de 1952. O PS irá lançar o médico Salvador Allende (que havia sido ministro da Saúde, Previdência e Assistência Social de Cerda)²⁷. A coligação entre o PS e o PC (proscrito) se chamou Frente del Pueblo e obteve apenas 52 mil votos, ficando em 4º lugar (VALENCIA E CANQUE, 1973, p.173). Somente em 1958, quando o PS decide impulsionar a aliança com o PC através da formação da Frente de Acción Popular (FRAP), lançando novamente Salvador Allende como candidato, que o PS começa a crescer eleitoralmente. Embora Allende não tenha vencido, obteve 356.493 votos, ficando em segundo lugar, a menos de três pontos percentuais de Jorge Alessandri da Frente Democrática.

Dois elementos vão marcar a esquerda chilena a partir de então: o primeiro diz respeito às “duras contradicciones [que] sacuden al mundo (...) bajo el manto optimista de una coexistencia pacífica que supone la distensión de la guerra fría, marcha implacablemente la penetración imperialista” norte-americana (VALENCIA e CANQUE, 1973, p.181). O

²⁵ O crescente descontentamento do PS se deu pela negação das diretrizes de esquerda por parte do governo. Isso foi agudizando, e em 1952 gera uma profunda crítica interna, principalmente devido ao apoio a Ríos, que pertencia à ala da direita do PR.

²⁶ Julio Cesar Jobet, em 1952, em um Caderno Socialista, publicação do PS, intitulado Socialismo y Comunismo, afirma que “Los comunistas no viven el marxismo; solamente lo inciensan y en la práctica hacen, muchas veces, lo contrario de lo que indican sus postulados” (JOBET, 1952, p.26).

²⁷ Allende inicia sua carreira política em 1929, como líder estudantil, vice-presidente da Federación de Estudiantes de Chile (FECH). Realiza marchas de protesto contra o governo de Ibáñez, sendo preso e julgado por três cortes marciais, que o absolvem. Elege-se deputado por Valparaíso e Quillota em 1937 (após participar da formação do PS). De 1945 até sua eleição como presidente, foi Senador da República.

segundo, até certo ponto decorrente disso, é a radicalização do PS e a sua aproximação com o marxismo-leninismo.

Conforme a redação do seu Estatuto de 1939, o PS é “la agrupación orgánica de los trabajadores (...) cuya finalidad es la de dirigir la acción política y económica de la clase obrera (...) hacia la realización del Socialismo”. Em 1962, a redação do mesmo primeiro artigo inclui: “de acuerdo com los principios científicos del marxismo” e em 1965, durante o seu XXI Congresso substitui-se marxismo por “sus principios marxistas-leninistas”²⁸.

Dessa forma, em 1964, a formação da mesma Frente de Acción Popular (FRAP) para as eleições presidenciais, que lança novamente Salvador Allende, apresenta modificações fundamentais em relação às campanhas anteriores. Mesmo assim, outra derrota, agora para o candidato do Partido da Democracia Cristã, Eduardo Frei.

Em 1970, com a formação da Unidad Popular, que amplia as coligações em relação à FRAP²⁹, a candidatura de Salvador Allende se dá com outra concepção política. As derrotas anteriores e a estabilização da Revolução Cubana têm um grande impacto dentro do partido, que inicia um processo de “radicalización creciente de esquemas leninistas en todos los planos” (FRIEDMANN, 1988, p.136). O Congresso de 1965 marcará esse movimento, “en un partido de tendencias, habían conseguido la hegemonía absoluta los sectores más radicalizados” (FRIEDMANN, 1988, p.131); mas, é no Congresso de 1967 que será definida a posição final para o lançamento da candidatura de Allende em 1970:

El partido como organización marxista leninista, plantea la toma del poder como objetivo estratégico a cumplir por esta generación, para instaurar un Estado revolucionario que libere a Chile de la dependencia y el atraso económico y cultural e inicie la construcción del socialismo(...) Las formas pacíficas o legales de lucha(...) no conducen por sí mismas al poder. El Partido Socialista las considera como instrumentos limitados de acción, incorporados al proceso político que nos lleva a la lucha armada(...) consecuentemente, las alianzas que el Partido establezca sólo se justificarán en la medida que contribuyan a la realización de los objetivos estratégicos ya precisados. (apud: FRIEDMANN, 1988, p.131).

Ainda que esta fosse a visão oficial do Partido Socialista, a candidatura de Allende irá primar por um discurso menos radical em relação aos instrumentos de tomada do poder. Com a vitória, o PS verá os setores mais radicais clamarem pelo retorno àquela tese que havia vencido em 1967 e que não havia sido confirmada durante a campanha ou durante o início do

²⁸ Nesse mesmo congresso se realiza a crítica a FRAP “por sus limitaciones ideológicas” (FRIEDMANN, 1988, p.136).

²⁹ Além do PS e do PC, se uniram o PR, o Partido Social Democrata, o API (Acción Popular Independiente) e o MAPU (Movimiento de Acción Popular Unitária), os dois últimos frutos de rompimentos de outros partidos.

governo. Mesmo que Allende defendesse que se tratava da via chilena ao socialismo, em que a revolução respeitaria as instituições e a liberdade política e levaria ao socialismo, tornando-o irreversível, o candidato foi criticado internamente pelas tendências mais radicais e externamente pelos demais candidatos, que o acusavam de comunista. Obteve, porém, o apoio popular e se tornou presidente em 1970, com 1.070.334 de votos, ou 36,6%³⁰. Algo semelhante havia ocorrido nas eleições de 1958, excetuando o resultado, se repetia o que ficou conhecido como o paradigma dos três terços (SCULLY, 1995): a divisão bastante balanceada dos votos entre esquerda, direita e centro³¹ e um cenário bastante claro em relação à posição dos candidatos no espectro político.

3.3.2. Trajetória da esquerda brasileira

No Brasil, duas ditaduras influenciam intensamente a política nacional, controlando partidos, eliminando a oposição e tornando ilegais os partidos e movimentos de esquerda. A primeira, de 1930 até 1945, foi comandada por Getúlio Vargas; a segunda, de 1964 até 1984, pelos militares.

A esquerda brasileira, em suas raízes mais contemporâneas, pode ser estudada a partir da ditadura militar de 1964. Isso não implica negar a importância do anarquismo, do socialismo³², do sindicalismo ou do comunismo, para citar exemplos atuantes desde antes da ditadura de Getúlio Vargas. Ocorre que, concomitante ao teor anti-esquerda da ditadura militar, há uma efervescência da esquerda, observável pelo surgimento e pela reorganização de partidos e movimentos que se voltam para o combate à ditadura e, posteriormente, para a tentativa de participação na democracia.

Para Gorender (1987), o Partido Comunista do Brasil (PCB), por exemplo, tentava se posicionar de forma pacífica desde o fim da ditadura Vargas posto que “o bom caminho deveria ser o caminho pacífico da revolução (...) [que] se viabilizaria pela nova situação internacional favorável ao socialismo e pela correlação de forças existentes no país”

³⁰ Em segundo lugar ficou Jorge Alessandri (independente) com 1.031.159 votos (35,3%) e, em terceiro, ficou Radomiro Tomic (Partido Demócrata-Cristiano) com 821.801 (28,1%). Esse resultado forçou o parlamento a decidir quem assumiria. Como de costume se optou pelo que havia conquistado a maior votação.

³¹ Em 1958 o centro teve 31,6%, a esquerda teve 28,9% e a direita 20,7%; em 1964 a direita teve 56,1%, a esquerda teve 38,9% e o centro teve 5% (os votos, nesse caso, não foram balanceados, porém, o cenário político era considerado bem definido).

³² O Partido Socialista Brasileiro, antes chamado de Esquerda Democrática, fundado em 1945, bastante ativo, sobretudo no legislativo e no movimento das idéias, foi fechado pela ditadura militar em 1965.

(GORENDER, 1987, p.30). Conforme o mesmo autor, “no período de 1946 a 1964 o PCB representou a principal força da esquerda de inspiração marxista” (1987, p.20). Assim, se mesmo antes do golpe de 1964 o partido já iniciara o processo de cisão pela formação do Partido Comunista do Brasil (PCdoB)³³, verá, durante a ditadura militar, uma série de novas divisões. Surgem o MR-8 (Movimento Revolucionário Oito de Outubro), a ALN (Aliança de Libertação Nacional) e o PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário) como novos grupos que optam por se desvincular do PCB e adentrar na guerrilha.

Assim como acontece com o PCB, também ocorrerá com os demais partidos e agrupamentos de esquerda, como o POR(T), Partido Operário Revolucionário (Trotskista), fundado em 1953, que antes de desaparecer irá gerar inúmeros grupos de guerrilha. O POLOP (Política Operária)³⁴ de onde surgirá o POC (Partido Operário Comunista) e a VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), entre outros. Há, ainda, mais dois importantes agrupamentos anteriores ao golpe que vão participar da guerrilha: o PCdoB, que desde a cisão com o PCB já afirmara repelir as reformas de base e optar pela “violência revolucionária”, e a AP (Ação Popular), um movimento surgido entre o final da década de 1950 e o início da década de 1960.³⁵

A existência da AP expressa um importante componente da esquerda latino-americana: a presença do pensamento marxista católico. A América Latina revela não apenas a atuação política de partidos cristãos, como o Partido Democrata Cristão do Chile, que tinha enorme importância eleitoral, mas mesmo, linhas de pensamento filosófico e teológico resultantes da atuação junto às comunidades carentes.

A Teologia da Libertação³⁶ é resultado do crescente envolvimento de teólogos, jesuítas, leigos e estudantes com associações de bairro, sindicatos, ligas camponesas, movimentos de esquerda e centros de educação popular. Isso se torna possível devido à nova

³³ O PCB, em 1962, se tornou Partido Comunista Brasileiro para poder se legalizar como um partido nacional. O PCdoB, como um grupo dissidente, adota o nome do antigo partido, contudo com nova sigla.

³⁴ Conforme Gorenader (1987) a Política Operária era uma revista publicada pela Organização Marxista e que acabou por ser o centro em torno do qual intelectuais e estudantes se organizaram.

³⁵ A AP era formada principalmente por estudantes católicos que se aproximavam da idéia de revolução socialista e negavam a Juventude Universitária Católica (JUC), movimento de jovens tutelado pela Igreja Católica ortodoxa. Defendia a teoria do socialismo humanista (uma concepção própria que tinha como base o marxismo) e possuía a inserção popular que faltava à maior parte dos outros movimentos. Embora a AP fosse contra a guerrilha, muitos do seu quadro formaram ou integraram grupos armados e, reforçaram, inclusive, o PCdoB na tentativa de guerrilha camponesa na Amazônia.

³⁶ Camilo Torres é o primeiro expoente religioso que adere a uma perspectiva revolucionária. Sacerdote colombiano, Torres adentra a luta armada e morre em combate, tendo o seu nome como símbolo da perspectiva teológica mais conhecida e importante do período, a Teologia da Libertação.

postura de parte da Igreja, mais permeável a partir da década de 1960. Além disso, os conflitos sociais se intensificam e a participação da Igreja torna-se inevitável.

No início da década de 1970, Gustavo Gutiérrez, padre peruano, escreve “Teologia da Libertação – Perspectivas” e inaugura uma postura política radical para os religiosos. A partir daí, surgirá o movimento de “Cristãos pelo Socialismo”, que, devido ao envolvimento de seus participantes com atividades nas Comunidades Eclesiais de Base e nas Pastorais da Igreja Católica, inserirá os conceitos marxistas nas comunidades. Os ideais cristãos e de libertação acabam integrando a linha teórica de importantes grupos de esquerda, assim como de movimentos revolucionários, como o da Nicarágua e de El Salvador. No Brasil, nomes como o de Frei Betto e Leonardo Boff são expressões do envolvimento de religiosos com a guerrilha, possibilitando, além da inserção nas comunidades, a criação de estruturas de proteção aos perseguidos políticos.

O acirramento da repressão, a partir de 1968, faz surgir novos movimentos armados no Brasil que, no entanto, são rapidamente eliminados. O mesmo ocorre com expressões pacifistas de oposição, embora grande parte da esquerda tivesse optado por uma linha revolucionária com caráter de enfrentamento belicoso³⁷. Em decorrência disto, a atuação no cenário político se resumiu a dois partidos que simulavam uma democracia: a ARENA corresponderia aos interesses dos militares e o MDB, às reivindicações da esquerda³⁸. No fim, tentativas cada vez mais enfraquecidas de guerrilha se mantiveram até meados da década de 70; contudo, já sinalizavam a derrota gradativa da esquerda.

A esquerda armada sucumbe e, algum tempo depois, se dá início ao processo de abertura política³⁹. Em dezembro de 1979, nascerão alguns partidos como o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), o Partido Democrático Social (PDS). Retornarão, a partir de então, alguns partidos de esquerda que já existiam, como o PCB e o PCdoB. Nascerão ainda, o Partido Democrático dos Trabalhadores (PDT), o Partido Popular (PP) e o Partido dos Trabalhadores (PT), identificado com dirigentes de movimentos sindicais que não possuíam origens partidárias anteriores ao fim da ditadura.

³⁷ A esse respeito ver Löwy (1999, p.53). O autor afirma que o PCB não acreditava na luta armada, considerando as organizações que a promoviam como “aventureiras pequeno-burguesas”, o que se confirma na publicação do PCB: “Guerra popular : caminho da luta armada no Brasil. - Lisboa : Maria da Fonte, 1974”.

³⁸ ARENA e MDB simulavam uma democracia. Controlados, não apresentavam possibilidades de romper com os limites impostos pelos militares.

³⁹ A partir do Governo Ernesto Geisel (1974-1979) se inicia o processo, culminando com o governo do General João Baptista Figueiredo (1979-1985).

O PT surge na região mais industrializada do país, o ABC paulista, resultado da união de sindicalistas, entre eles Lula, intelectuais e militantes da luta contra a ditadura (incluindo neste grupo, alguns religiosos do socialismo cristão). Advogava para si as causas dos trabalhadores, defendendo um viés socialista, porém, com um discurso contrário aos modelos como o da URSS, considerados pelos fundadores como pré-concebidos e inadequados à realidade brasileira. A principal bandeira neste primeiro momento é a dos direitos dos trabalhadores e da luta pela democracia.

O Partido é organizado fundamentalmente por dirigentes sindicais que vinham realizando greves e mobilizações. Conforme Gadotti e Pereira, “em 1978, Luís Inácio da Silva, com 32 anos, presidente do Sindicato de Metalúrgicos de São Bernardo há três anos, ainda não pensava na criação de um partido político” (GADOTTI E PEREIRA, 1989, p.20). Tratava-se do maior sindicato brasileiro e de Lula, o sindicalista mais reconhecido naquele momento. Lula, inclusive, afirma que “a situação da classe trabalhadora, para ser resolvida, independe da criação de um partido” (GADOTTI E PEREIRA, 1989, p.20). A idéia do PT surge no ano seguinte, como o próprio Lula declarou, em dezembro de 1979: “eu era um dirigente apolítico até 77. Foi só com as greves que percebemos a necessidade de participação política” (apud: GADOTTI E PEREIRA, 1989, p.21).

Em fevereiro de 1980, inicia-se o processo de legalização do PT. No limiar de uma ditadura, a postura assumida pelo partido já era menos radical. Conforme Lula: “eu entendo, que estes grupos radicais têm que evoluir politicamente até entender que propostas políticas radicais não têm vez no meio da classe trabalhadora” (apud: GADOTTI E PEREIRA, 1989, p.22). Em função da origem dos seus integrantes, o PT tem como objetivos a democracia e a liberdade sindical.

Logo na primeira campanha à Presidência da República, em 1989, o PT se consolidava como o principal partido de esquerda do país, pois o candidato Lula tem a derrota postergada ao segundo turno⁴⁰, o que, além de confirmá-lo como um nome ainda mais expressivo na política, lhe garante o posto de importante figura da esquerda.

A constatação da origem da maioria dos votos de Fernando Collor será importante para a atuação do PT, assim como, para a sua vitória em 2002: “só nos meses seguintes iríamos descobrir que os marginalizados, chamados por Collor de ‘descamisados’,

⁴⁰ Lula é derrotado por Fernando Collor, candidato praticamente desconhecido por grande parte dos eleitores até as vésperas das eleições. O Partido da Reconstrução Nacional (PRN), assim como Collor, não possuía tradição na política nacional.

constituíam uma vasta camada social (...) embora até hoje [1998] isso não seja consensual no PT (...) quem, hoje, decide as eleições no País é o voto desse setor” (POMAR, 1998, p.22). Assim, reforça-se a idéia de que a base social desses novos governos é diferente da base da esquerda tradicional (RAUS, 2006).

Logo após a primeira candidatura de Lula à presidência, conforme Löwy, “o Partido dos Trabalhadores como tal não se reclama marxista, mas seu programa democrático e socialista – aprovado no 7º Encontro, em 1990 – é, sem dúvida, de inspiração marxista” (1999, p.58). Nesse cenário⁴¹, a esquerda verá o fim do regime soviético e a derrota sandinista na Nicarágua. Assim, parte da esquerda verá a revolução como “um capítulo encerrado na história” (LÖWY, 1999, p.61).

Conforme declara o próprio Lula, “a gente nunca aceitou o modelo soviético como um modelo alternativo da sociedade” (In: CÂNDIDO, 2004). Essa negação da experiência socialista soviética irá marcar ainda mais o pensamento petista a partir da queda do Muro de Berlim e trará ao discurso do partido a noção de “ausência de ortodoxia e de dogmatismo” (CÂNDIDO, 2004). Essa linha é expressa no VII Encontro Nacional do Partido em maio/junho de 1990, da seguinte forma: “o PT não possui filosofia oficial. As distintas formações doutrinárias convivem em dialética tensão, sem prejuízo de sínteses dinâmicas no plano da elaboração política” (PARTIDO, 1998, p.430).

Nesse sentido, a visão do PT sobre o sistema econômico se modifica, entre os anos de 1990 e 1994. Nos documentos do VII Encontro Nacional em 1990, lê-se que “é o capitalismo brasileiro, com sua dinâmica predatória, o responsável pela fome de milhões, o analfabetismo, a marginalidade, a violência que se dissemina por todos os planos da vida nacional. É o capitalismo que conserva e aprofunda as bases reais da desigualdade social no Brasil” (PARTIDO, 1998, p.431). Dessa compreensão surgem duas importantes perspectivas: uma é expressa nos “documentos constitutivos do PT – Manifesto e Programa de Fundação – [que] já advogavam a superação do capitalismo como indispensável à plena democratização da vida brasileira” (PARTIDO, 1998, p.431). A outra é que, “semelhante convicção anticapitalista, fruto da amarga experiência social brasileira, nos fez também críticos das propostas social-democratas. **As correntes social-democratas não apresentam, hoje, nenhuma perspectiva real de superação histórica do capitalismo**” (PARTIDO, 1998,

⁴¹ Das primeiras eleições presidenciais, de uma nova perspectiva para a política nacional, de um segundo turno e conseqüente derrota de Lula e de maiores condições para a atuação da esquerda, que estava, até então, cerceada pelos militares.

p.431, grifo meu). Em 1994, no IX Encontro Nacional, a questão será deslocada para a “reversão do período de predomínio da ideologia neoliberal” pois “a vitória de Lula e seu governo de reformas democráticas e populares significarão uma derrota profunda do projeto neoliberal e do secular domínio das classes dominantes” (PARTIDO, 1998, p.578). A proposição formulada no Encontro, porém, não é contra o capitalismo, mas defende a possibilidade de “superar a crise e retomar o desenvolvimento, com distribuição de renda, riqueza e poder” (PARTIDO, 1998, p.578).

A vitória de Fernando Henrique, em 1994, orientou o PT para a disputa de 1998, com uma

tática eleitoral de alianças mais amplas que o campo democrático-popular para as disputas estaduais e nacional, sem cair no sectarismo e na desfiguração do programa partidário, coibindo o oportunismo eleitoreiro e o isolacionismo. O que deve definir nossas alianças eleitorais é a oposição a FHC, ao neoliberalismo e aos partidos de direita. (PARTIDO, 1998, p.670).

Mesmo com a proposta de formação de uma frente, em que “o PT deve continuar a experiência de 89 e 94, mantendo a Frente com o PSB e PCdoB, ampliando-a para o PDT, sem descartar alianças com personalidades do PMDB que se opõem ao neoliberalismo e ao governo FHC” (PARTIDO, 1998, p.670), Lula foi derrotado, novamente por Fernando Henrique.

Na campanha eleitoral de 2002, quando Lula é eleito presidente, a denominação “PT Light” foi difundida como expressão de mudança: o partido de esquerda que ostentava uma imagem de radical e irresponsável e que poderia levar o país ao caos, teria se tornado menos radical e mais responsável. Apesar de alianças com setores considerados de direita, da composição de uma coligação com o Partido Liberal (PL) – que participou com o candidato a vice-presidente, José Alencar – e dos indicativos da idéia de PT Light, a imagem de partido de esquerda permaneceu. Para grande parte dos intelectuais, imprensa, empresários e para a maioria da população, a candidatura representava uma vitória esperada desde a primeira campanha presidencial do partido, em 1989. Era a esquerda dos trabalhadores que haviam lutado pelo fim da ditadura e pelas Diretas Já que chegava à Presidência; porém, com um acréscimo importante para a opinião: sendo considerada pela mídia como resultado de um amadurecimento advindo dos 22 anos do partido e das experiências de governo nos municípios e estados.⁴²

⁴² Uma ressalva deve ser feita. Durante os primeiros anos de governo, dentre os mesmos atores que consideravam Lula de esquerda, a maioria passou a questionar essa posição devido ao caráter do seu mandato.

3.3.3. Trajetória da esquerda uruguaia

Deste a instituição do Estado uruguaio formam-se duas forças políticas principais, o Partido Colorado (PC) e o Partido Nacional ou Blanco (PN)⁴³. Esses dois partidos se intercalavam no poder – marcando um sistema político de feição bipartidária - até o surgimento de uma nova força política, identificada como de esquerda, que no ano de 2004 vence as eleições presidenciais uruguaias. Essa força, que tem Tabaré Vázquez como candidato, é composta pela coalizão de três grupos formados por tendências ideológicas distintas, o Encontro Progressista, a Frente Amplio e a Nova Maioria (EP-FA-NM)⁴⁴.

A chapa que apoiou Tabaré Vázquez é composta por uma multiplicidade de movimentos e posicionamentos políticos. Devido à extensa lista de participantes, o presente trabalho irá destacar apenas alguns, considerados mais importantes para a compreensão do FA-EP-NM.

A origem do pensamento de esquerda no Uruguai remonta ao ano de 1838. De forma ainda tímida, os ideais de Saint Simon foram debatidos no diário “El Iniciador”. O jornal era publicado por jovens da elite uruguaia, principalmente por um grupo de exilados do regime de Juan Manoel de Rosas (FERNANDEZ, 2004, p.22). Os ideais anarquistas também formaram esse primeiro momento da esquerda uruguaia. Nas eleições de 1901, a esquerda anarquista conclamou os eleitores a não comparecerem às urnas. Segundo Fernández (2004), o jornal “El Trabajo” serviu de meio para divulgação de ideais contrários à democracia liberal, próprios dessa primeira fase da esquerda uruguaia. O autor cita um trecho ilustrativo dessa linha política: “la libertad de sufragio fue una mentira ayer, lo es hoy y lo será mañana (...) la igualdad política es una farsa, porque no existe igualdad economica” (FERNÁNDEZ, 2004, p.22).

São os socialistas que fundarão o primeiro partido de esquerda uruguaio durante primeira década do século XX, conquistando, já nas eleições de 1910, uma cadeira no

⁴³ Em linhas gerais é possível caracterizar o *Partido Blanco* como defensor dos interesses de uma oligarquia rural e o *Partido Colorado* como vinculado ao desenvolvimento liberal de mercado. Embora os interesses possam ser distintos essa caracterização não impede que ambos os partidos se apoiem contra o surgimento do EP-FA-NM.

⁴⁴ Segue os grupos políticos que compõem o FA-EP-NM (FERNÁNDEZ, 2004, pp. 113-4). O FA é composto por: 1. Asamblea Uruguay, 2. Movimiento Popular Frenteamplista, 3. Movimiento 26 de Marzo, 4. Movimiento de Participación Popular, 5. Corriente Popular, 6. Partido Socialista, 7. Movimiento Socialista, 8. Frente Izquierda de Liberación, 9. Partido Comunista, 10. Vertiente Artiguista, 11. Confluencia Frenteamplista, 12. Movimiento 20 de Mayo, 13. Liga Federal Frenteamplista, 14. Corriente de Izquierda, 15. Corriente de Unidad Frenteamplista, 16. Partido por la Victoria del Pueblo (PVP), e, 17. Partido Obrero Revolucionario (POR). O Encuentro Progresista é composto por: 1. Frente Amplio, 2. Partido Demócrata Cristiano (PDC), 3. Batllismo Progresista, 4. Alianza Progresista, 5. Claveles Rojos, e, 6. Atabaque (grupo umbandista).

parlamento. Conforme Fernández (2004), essa conquista ocorreu devido à abstenção dos Blancos, descontentes com o formato do pleito. O Partido Colorado optou por incentivar o Partido Socialista para que o Partido Cristão não ganhasse corpo, no vácuo deixado pela ausência dos Blancos. Os Colorados tinham certeza da vitória, mas temiam o nascimento de uma terceira força política no país, a disputar os votos de blanquistas e colorados. Assim, foi o pouco crédito dado aos socialistas pelos colorados, que lhes garantiu uma primeira vitória eleitoral (talvez, com parte dos votos blanquistas).

Em 1920 o PS inicia discussão sobre a adesão à Internacional Comunista. O Partido irá se dividir entre os socialistas e os que defendiam a participação na Internacional e a conversão do partido em comunista. Emilio Frugoni, fundador do PS é expulso e segue, em conjunto com outros socialistas, a refundação do Partido. O Partido Socialista se divide e de seu interior surge o Partido Comunista. Outro fundador do PS, Eugenio Gómez, permanece como dirigente da nova agremiação comunista até 1955, quando também é expulso. Segundo Fernández (2004, p.25), “socialistas por un lado, comunistas por otro, es lo que marcó durante años la historia de desencuentros de la izquierda. Recomponer la unidade en la matriz de la izquierda uruguay a fue más difícil que lograr alianzas con sectores de los partidos tradicionales”.

A estratégia da URSS de formação de frentes de esquerda nos demais países do mundo, lançada em 1935, demorará algum tempo para ser implementada no Uruguai. O isolamento entre comunistas e socialistas somente começa a ser rompido com a formação de duas frentes ou unidades de esquerda diferentes, lideradas por socialistas e comunistas separadamente. Em 1962, os comunistas criaram o Fidel (Frente Izquierda de Liberación) e os socialistas a UP (União Popular). No mesmo ano é criado o Partido Demócrata Cristiano (PDC) que será fundamental para a futura unidade de esquerda no país. A aproximação se dá no trabalho parlamentar e na promoção de uma unidade mais ampla de partidos, “en 1970 cinco dirigentes comienzan a reunirse con la idea de armar un ‘frente’ político, lo más ‘amplio’ posible: Juan Pablo Terra (PDC), Zelmar Michelini (Movimiento por el Gobierno del Pueblo del Partido Colorado, lista 99), Rodney Arismendi (Partido Comunista), Francisco Rodríguez Camusso (Movimiento Blanco Popular y Progresista del Partido Nacional) y Pedro Bonavita (Fidel). En esas reuniones se diseñó la estrategia política (unidad sin exclusiones) y de imagen pública para desembocar en la coalición que se llamaría Frente Amplio” (FERNÁNDEZ, 2004, p.27).

Quando foi fundado em janeiro de 1971, o Frente Amplio aglutinou diversas tradições da política uruguaia. Comunistas e socialistas se uniram pela primeira vez e, das tendências de esquerda uruguaias, apenas as correntes anarquistas e social-democratas não participaram do Frente Amplio. Participaram, desde o seu início, setores realizavam a luta armada no país, como parte do Movimento de Libertação Nacional – Tupamaros (MLN-T). Em um primeiro momento, o MLN-T criticou duramente a fundação do FA, contudo, posteriormente, fundou o Movimiento 26 de Marzo, como um braço político institucional. Além da esquerda mais radical, uniu-se também a esse grupo, a Democracia Cristã (que até então havia evitado qualquer colaboração com a esquerda) e setores dos tradicionais partidos Colorado e Blanco.

Composto pelas mais diferentes ideologias (marxistas, neomarxistas, democratas-cristãos, liberais etc.), o FA tinha como bandeira a aspiração por uma sociedade mais justa. Muitos políticos aderiram ao programa devido ao objetivo de realizar ações políticas transformadoras da realidade (YAFFÉ, 2005). Para as tendências de esquerda, essas transformações significavam o socialismo. Mas, para as demais tendências esse objetivo nunca foi compartilhado. Assim, no que tange à concepção de mudança social e política, conviviam no FA visões reformistas e revolucionárias (YAFFÉ, 2005). Desde sua origem, o FA foi entendido representante de novas possibilidades para a esquerda, se conformando como oposição à política tradicional. (LANZARO, 2004).

A FA – exatamente por seu amplo arranjo ideológico e por sua base eleitoral diversificada – passou a mobilizar a população uruguaia e, já nas eleições de 1971, por meio de comícios com grande participação pública, conquistou 18% do total de votos. Conforme Fernández (2004, p.28), “em la elección anterior los partidos de izquierda habían tenido poco más de 7%”. Ainda mais, elegeu cinco senadores e 18 deputados, “lo máximo logrado hasta esa fecha en una elección, había sido 1 senador y cinco diputados” (FERNÁNDEZ, 2004, p.28).

Conforme Busnello (2006, p.29),

o contexto que marca o aparecimento do FA pode ser caracterizado pelos seguintes aspectos: a) aprofundamento de uma crise da década de 60, que estava representado por uma crescente inflação e estagnação do setor produtivo; b) ampliação do movimento popular em resposta às crises econômicas e institucionais, neste período dos anos 60 e 70, a organização de greves e de protestos tornaram-se cada vez mais comuns; c) respostas autoritárias e violência do Estado uruguaio d) ações de guerrilha urbana, onde surge o Movimento de Libertação Nacional – Tupamaros.

Perante a existência de um movimento armado de esquerda – MLN-T – e da formação de uma frente que se opunha à divisão política existente e apresentava condições reais de suplantar o bipartidarismo uruguaio, devido ao imediato sucesso eleitoral, os militares, em 1973, realizam um golpe. Para Hobsbawm (2003), o golpe tinha como objetivo eliminar o surgimento dessa nova força de esquerda do cenário político uruguaio: “é o surgimento de uma frente popular de ‘Ampla Esquerda’, competindo com o tradicional sistema bipartidário, que provavelmente explica a tomada militar de 1973 no único país sul-americano que podia ser descrito como uma verdadeira democracia duradoura” (p.430).

Como ocorreu em todos os países atingidos por golpes militares, o período causou modificações políticas que mudaram as expressões e objetivos da esquerda. Todavia, ao contrário de outros países, no Uruguai a ditadura colaborou para selar a unidade política das frentes e garantir-lhe alguma legitimidade (ZIBECHI, 2005). A FA, que congregava diversas tendências ideológicas encontrou um elemento comum de luta, a democracia. Assim, “os uruguaios retiveram o suficiente de sua tradição para acabar derrubando a algemada Constituição que lhes fora oferecida por seus governantes militares, e em 1985 voltar ao poder civil” (HOBSBAWM, 2003, p.430).

Assim, como parece ter ocorrido no restante da América Latina, “la dictadura militar, que atacó en sus cimientos a las organizaciones de izquierda y apostó sistemáticamente a borrar su simple recuerdo de la conciencia pública de los uruguayos, en especial de los más jóvenes, culminó su decenio largo en una gran paradoja, con la vigorosa refundación de la izquierda y de su unidad. (CAETANO E RILLA, 2005, p.25).

A refundação da esquerda pós-ditadura ocorreu devido a influência da ditadura nos objetivos da esquerda. Assim, como também ocorreu no Chile e Brasil, no Uruguai, a principal reivindicação da esquerda se tornou a implementação e desenvolvimento da democracia⁴⁵ e não a proposição de alterações no modelo econômico.

Com o fim da ditadura militar, entrou na agenda política a discussão sobre a Lei da Caducidad, aprovada em 1986. A lei da impunidade, como ficou conhecida, propunha a anistia ampla e irrestrita dos crimes cometidos pelo regime militar e foi aprovada por blancos e colorados. A sua aprovação gerou descontentamento popular, o que levou à reação de parte da população uruguaia e ao nascimento de movimentos sociais em busca da sua anulação.

⁴⁵ Não se trata, contudo, do mesmo tipo de reivindicação da UP chilena da década de 1970. No Chile a democracia era o meio para atingir a ruptura pacífica com o capitalismo. Para a nova esquerda, porém, a democracia é o objetivo em si.

Foram formadas aproximadamente 300 comissões de bairro em todo o país, compostas por frente-amplistas, blancos e por colorados progressistas. O debate nacional culminou em um referendun. O resultado final foi 56,0% dos votos favoráveis à Lei da Caducidad e 41,3% contrários.

Apesar da derrota, os frenteamplistas aumentaram a sua visibilidade e demarcaram o seu posicionamento contrário às forças políticas tradicionais. Nesse contexto, surge o nome do Médico e professor, Tabaré Vázquez, do Partido Socialista. Em 1989, Tabaré se elege como intendente da capital do país (1990-1994). A vitória em Montevideu, mais expressiva conquista do FA até então, foi a consolidação da legenda como grande opositora da política tradicional. Tabaré Vázquez foi, então, candidato à Presidência em 1994, 1999⁴⁶ e em 2004, vencendo o último pleito.

Conforme Fernández (2004, p.78) Tabaré Vázquez “es socialista pero pocas veces se le ha escuchado hablar de marxismo y muchas de medicina, que es su especialidad”. Diretor da radioterapia do Departamento de Oncologia da Faculdade de Medicina, se filiou ao PS em 1984, mas não desenvolveu atividades políticas até 1987, quando passou a integrar o Comitê Central do PS, durante a campanha contra a Ley de Caducidad. A experiência político-administrativa anterior foi como dirigente, de 1979 a 1989, do Club Progreso, um pequeno clube de futebol e presidente da *Liga Universitária de Deportes* e da *Confederación Sudamericana Universitaria*.

A trajetória como dirigente futebolístico garantiu certa exposição pública e influenciou na escolha de Tabaré como candidato a intendente de Montevideu. As pesquisas indicavam que o FA teria grandes chances de vencer o pleito local e a escolha do seu nome ratificou as previsões. Seu mandato como intendente foi fundamental para a solidificação do PS e do FA-EP, uma vez que seu governo foi bem avaliado pelos monteviduanos e muitas das preocupações de parte da população uruguaia, quanto à capacidade administrativa do FA, foram suplantadas. A sua escolha como candidato presidencial, em 1994, foi praticamente consensual dentro do FA.

Tabaré Vázquez atingiu mais de 30% dos votos no pleito nacional de 1994 e com isso, transformou o sistema bipartidário uruguaio em um sistema de três terços. Em 1999, concorreu nas internas partidárias e venceu Danilo Astori com 82,4%. Nas eleições venceu o

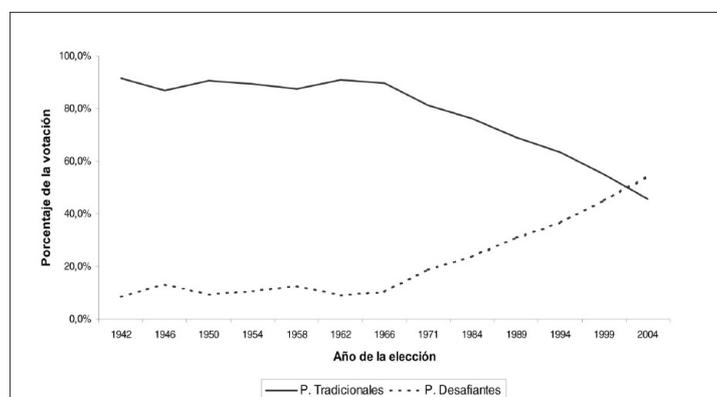
⁴⁶ A eleição de 1999 já define o FA/EP como uma terceira força importante no cenário político uruguaio, pois, Tabaré Vázquez vence no primeiro turno, com 40% dos votos, seguido pelos colorados com 33% e pelos blancos com 22%.

primeiro turno com 40,1%, porém, no segundo turno perdeu para Jorge Batlle que teve o apoio do Partido Nacional.

O apoio do Partido Nacional a Batlle levou, dentre outros motivos, à ampliação do Encuentro Progresista (EP), que havia sido criado por dissidentes do Partido Blanco, em agosto de 1994. A oposição às privatizações, realizadas pelo presidente Luis Lacalle (1990-1995), foi o principal motivador para a formação do EP. Além de dissidentes do Partido Blanco, o Partido Demócrata Cristiano (que havia deixado o FA) também ingressa no EP. (FERNÁNDEZ, 2004).

No segundo turno de 1999, o candidato Rafael Michelini – que havia conquistado apenas 5% dos votos – decide apoiar Tabaré Vázquez. Com isso, o Nuevo Espacio, que havia lançado Michelini, sofre uma ruptura que acaba formando o Nueva Mayoría em conjunto com dissidentes do Partido Blanco e dos colorados. Na eleição seguinte, o Nueva Mayoría acaba se integrando ao restante dos apoiadores de Vázquez e garantindo a ampliação da coligação em prol do candidato socialista, que se sagra vencedor, logo no primeiro turno, com 50,45% dos votos.

Segundo Buquet e Chasquetti (2005, p.144), porém, a evolução eleitoral do FA pode ser percebida desde a sua fundação em 1971, já que, “la votación que llevó al EP-FA-NM a ganar la elección presidencial en la primera vuelta no puede llamar la atención, en la medida en que constituye el punto de llegada de un proceso gradual y persistente de crecimiento electoral de la izquierda, que comenzó con la aparición misma del Frente Amplio y no se ha detenido hasta el presente”. Os autores apresentam o seguinte gráfico, para mostrar o progressivo crescimento de forças políticas não-tradicionais (definido que Partido Blanco e Partido Colorado são as duas forças tradicionais) no Uruguai:



Fonte: Buquet e Chasquetti, 2005, p.144.

Desta forma, percebe-se o crescimento, praticamente linear, dos partidos desafiantes (como denominam Buquet e Chasqueti), principalmente com o surgimento do FA e com ampliação das coligações de novas forças alternativas aos dois partidos hegemônicos. Isso indica também, que a configuração histórica da esquerda uruguaia é específica e, portanto, bastante distinta das configurações de Brasil e Chile.

O advento de dois partidos tradicionais hegemônicos marca a concepção da esquerda devido a sua estratégia original de coligação com os mais amplos setores políticos do país. A esquerda é definida, muito mais pela oposição aos partidos tradicionais do que, propriamente, por suas características ideológicas. Além disso, a existência de fortes movimentos radicais (pró-luta armada, como os Tupamaros), mesmo em momentos de democracia institucionalizada, é outra característica importante na definição da esquerda, principalmente porque essa perspectiva política também compõe o FA (por meio, por exemplo, do Movimiento 26 de Marzo). Ao mesmo tempo, setores descontentes dos partidos tradicionais, identificados com a direita e não necessariamente a favor de transformações à esquerda (entendendo esquerda como a oposição ao modelo econômico) se integram ao FA desde sua origem.

4. A não-consolidação de propostas econômicas de esquerda: o golpe de estado e o deslocamento ideológico

As descrições da esquerda mostram que houve uma série de transformações nos conteúdos defendidos pelas forças políticas que se identificam com esta perspectiva ideológica. Ao mesmo tempo, as análises se tornaram mais diversificadas e menos coesas. Em parte, essas mudanças são compreensíveis pelas modificações conjunturais mais amplas. O desenvolvimento do capitalismo e da democracia na América Latina, principalmente após o fim da URSS, marca transformações profundas na esfera política e nas demandas da esquerda. Essas, por sua vez, levam a incertezas conceituais e a readequação das descrições sobre o que é um programa de governo de esquerda.

A América Latina, contudo, não avançou inteiramente em direção a uma sociedade plenamente pós-industrial, o que, conforme discutido no capítulo anterior, de certa forma, justificaria a profunda modificação ideológica de parte das esquerdas. Assim, a esquerda teria adotado uma postura progressista em relação às reivindicações pós-socialistas ou pós-materialistas e abandonado a dimensão materialista ou redistributivista que a caracterizava, sem que a região tenha superado as dificuldades de redistribuição e sem que uma grande parte dos latino-americanos tenha garantido o atendimento pleno das necessidades básicas de sobrevivência. As chamadas novas esquerdas latino-americanas, porém, não se esqueceram inteiramente da parte mais pobre da população, principalmente em suas campanhas políticas. Além disso, exatamente pela histórica condição socioeconômica da região e pelas transformações decorrentes do avanço do capitalismo, a base social da nova esquerda não é mais, em sua maioria, o proletariado, como era (ou se pretendia que fosse) durante o período que vai até o fim da URSS. A base social passou a ser o excluído das várias esferas de pertencimento social, já que o emprego formal se tornou mais escasso. Nesse sentido, como destacou Giddens (1996), a esquerda passou a exercer um papel conservador.

A adequação dos critérios de identificação do que é esquerda, devido às transformações conjunturais, leva à incerteza até mesmo sobre a característica considerada

mais básica da díade esquerda-direita que é a oposição entre propostas de governo. Conforme Bobbio (2001), o primeiro ponto da distinção é que esquerda e direita são termos relacionais, um se define em contraposição ao outro. Devido à nova conjuntura, uma ampla parcela das forças políticas é considerada ou se autodenomina de esquerda, porém, o conteúdo das propostas de governo de candidatos presidenciais, como Lula e Tabaré, mostra que a contraposição entre a dita nova esquerda e a direita é inexistente em critérios essenciais.

A contraposição entre esquerda e direita decorre da concepção de diferentes modelos ideais de sociedade, o que leva a diferentes interpretações sobre os problemas existentes, as origens desses problemas e as suas características. Assim, se esquerda e direita identificam diferentes origens para os problemas da sociedade, os seus projetos acabam divergindo sobre as soluções desses problemas. Ou seja, Bobbio (2001) está certo ao afirmar que são termos que se opõem, mas não se pode definir o que é esquerda buscando somente propostas opostas à direita. Uma proposta de direita pode se opor a outra proposta de direita. A definição - oposição - é importante, mas é imprecisa, pois, é aberta a uma grande variedade de interpretações do que são, de fato, propostas que se opõem⁴⁷.

Para serem identificadas como tais, as esquerdas devem possuir projetos ideológicos próprios e contrapostos aos da direita. Identificar quais conteúdos ideológicos centrais para cada posicionamento pode servir de fundamento mais preciso para a distinção entre esquerda e direita. O que fundamentava a separação entre esquerda e direita, até o início da década de 1990, era a oposição entre os extremos liberalismo e comunismo. Dito de outra forma, a direita ideal era definida pela sua defesa de uma sociedade baseada no livre mercado capitalista e na democracia liberal e pela oposição ao socialismo/comunismo e à democracia popular/ditadura do proletariado (ou outras visões políticas que destoassem dos princípios liberais). A esquerda, por sua vez, era o oposto, defendia o socialismo ou o comunismo e a democracia popular ou ditadura do proletariado (ou variações) e se opunha à sociedade liberal. Isso é nítido quando se analisa o programa de governo que Salvador Allende buscou implementar no Chile. Embora as medidas não representassem um radicalismo para a esquerda, apresentavam uma profunda aversão ao livre mercado.

Após a década de 1990, contudo, os possíveis critérios da distinção se ofuscam e isso dificulta a análise das forças políticas que emergem na América Latina. A literatura

⁴⁷ Cabe lembrar da discussão realizada por Lênin (2006) sobre como definir as reais características da verdadeira esquerda. Para o autor, a única possibilidade de uma esquerda que verdadeiramente representasse os interesses da classe proletária, seria que sua ação fosse a mais profunda e radical oposição à burguesia.

politológica afirma que o fim da URSS deu margem ao surgimento de uma nova esquerda que teria adotado alguns posicionamentos que antes pertenciam à direita e, por isso, foi denominada menos radical. A esquerda teria passado a defender a democracia representativa e adotar princípios morais do individualismo liberal. Assim, a maioria das descrições desloca a dimensão de análise para os novos valores e posições morais da esquerda. A transformação dessa dimensão é a parte “nova” da nova esquerda. Como essa dimensão não opõe esquerda e direita, ela não pode ser considerada central para a definição do que é esquerda.

Se, para serem de esquerda os programas não podem defender as mesmas propostas da direita, é necessário analisar outras dimensões dos programas da esquerda para poder definir quais propostas ainda são divergentes e quais convergem para a direita. Nesse sentido, pode-se considerar que a economia é a principal esfera em que ocorre a materialização da posição ideológica. Se nas esferas valorativas e morais (que se traduzem no apoio à democracia liberal) a nova esquerda não se contrapõe mais à direita, o âmbito econômico é o que melhor pode traduzir até que ponto a nova esquerda permanece sendo esquerda. As propostas econômicas mostram o posicionamento no espectro político de forma mais precisa e, além disso, possuem importância perante a definição histórica da díade que opõe capitalismo e socialismo.

O presente capítulo apresentará a maneira com que as propostas econômicas de programas de governo identificados com a esquerda, na América Latina, não atingem a própria consolidação em situações em que as garantias institucionais democráticas prevalecem. Isso é observável de duas formas distintas. A primeira – representada aqui pela análise do caso do presidente chileno Salvador Allende, deposto em 11 de Setembro de 1973 – ocorre por meio de golpe de estado. A segunda – analisada aqui através dos casos do presidente brasileiro Luis Inácio Lula da Silva e do presidente uruguaio Tabaré Ramón Vázquez – ocorre pelo deslocamento ideológico dos programas de governo.

Pretende-se mostrar, com a análise dos programas de governo de Lula e Tabaré, que a denominada nova esquerda não apresenta propostas econômicas que se contrapõem ao livre mercado capitalista. Isso significa que ela abandonou os elementos fundamentais que definem esse posicionamento ideológico e, por isso, se pode afirmar que houve a não-consolidação de programas de esquerda. A esfera econômica é central para a presente tese, uma vez que ela expressa não somente a posição ideológica, mas a possibilidade de transformações estruturais de uma sociedade baseada no livre mercado, objetivo com que a esquerda se identificou por períodos centrais de sua história.

Por outro lado, serão analisados alguns dos motivos que levam ao golpe de estado contra o governo socialista de Salvador Allende. A proposta de Allende é um modelo para a esquerda, por ter sido escolhida democraticamente e, em muitos aspectos, mostrar os limites práticos enfrentados para a implementação de propostas visando à substituição do modelo econômico dentro de um sistema democrático pleno e consolidado, como era o chileno.

3.1. A não-consolidação de programas de governo de esquerda

Como foi debatido no capítulo anterior, as descrições da nova esquerda mostram que ela converge para valores semelhantes aos da direita (valorização da democracia liberal) e passa a reivindicar a igualdade e liberdade de identidades (individuais). Essa seria a razão da utilização do adjetivo “nova”. O objetivo aqui é mostrar que essa convergência ideológica é mais profunda e se trata do deslocamento ideológico da esquerda para a direita.

Por deslocamento ideológico se entende a conversão das propostas econômicas de esquerda em propostas econômicas que buscam preservar o modelo econômico capitalista existente na América Latina. Esse processo se observa no transcorrer das participações dos candidatos em eleições sucessivas. No caso de Lula, são quatro tentativas eleitorais e no de Vázquez, três. Ambos os candidatos irão alterar, progressivamente, as suas propostas econômicas – passando da oposição ao modelo econômico vigente à aprovação da sua manutenção e desenvolvimento.

Mesmo que não haja consenso sobre o papel fundamental da esfera econômica para a definição do que é esquerda, o deslocamento ideológico indica que há um abandono, pelo menos por parte da dita nova esquerda, das bases ideológicas que caracterizam esse posicionamento no espectro político-ideológico. No caso de Salvador Allende, que realizou um governo socialista e buscou transformar o modelo do livre mercado capitalista por meio das instituições democráticas, a economia é a principal dimensão que caracteriza o programa. O presente trabalho irá analisar esse caso e, principalmente, os elementos que levam ao golpe militar que destituiu o governo socialista no Chile. Pretende-se mostrar que o golpe foi uma forma de impedir a modificação na esfera econômica e, assim como ocorre com o deslocamento ideológico das novas esquerdas, ele representa a não-consolidação da esquerda.

Para a análise empírica foram utilizadas três fontes distintas de dados para cada caso, decorrentes das características de cada situação. No caso chileno, além da comparação dos programas de governo, realizada em trabalho anterior⁴⁸, foram consultados documentos referentes à atuação dos Estados Unidos no golpe e a situação vivenciada pela esquerda antes e durante o governo e entrevistados ex-ministros do governo de Allende, especialistas chilenos sobre o tema e um deputado da democracia cristã, que se opunha ao governo da Unidad Popular (UP)⁴⁹. No caso do Brasil, foram comparadas as propostas econômicas, do primeiro e do quarto programas de governo, escolhido nas eleições de 2002, vencida por Lula. Além disso, foram consultados documentos resultantes de Congressos e Reuniões, assim como suas Resoluções, para se compreender melhor os objetivos, método, ideologia e disputas do partido. Por fim, foram acompanhadas as falas, os depoimentos, discursos, propagandas etc. de membros do partido e de Lula, para conhecer a visão deles sobre o papel da esquerda na democracia e compreender a imagem que buscam apresentar para a sociedade em seus discursos.

No caso do Uruguai, foram comparados o primeiro (1994) e terceiro (2004) programas de governo. Tabaré perdeu sua primeira eleição em 1994, a segunda em 1999 e venceu a terceira, em 2004. O objetivo da análise foi elucidar as transformações sofridas pelas propostas durante o período e compreender os conteúdos reivindicados por Tabaré Vázquez. Além disso, foram consultados documentos resultantes de Reuniões e Encontros que forneceram informações para se elaborar um mapa das forças auto-proclamadas de esquerda que compuseram a coligação vencedora em 2004. E, por fim, foram analisados os depoimentos, discursos, falas, entrevistas etc. de Vázquez e de outros membros de partidos que compõem a coligação FA-EP-NM, para tornar mais clara a sua ideologia e seus objetivos.

⁴⁸ Em grande parte, as análises apresentadas aqui são resultado da pesquisa que compôs o trabalho de dissertação de mestrado, que desenvolvi no CEPPAC, com orientação do professor Henrique Carlos de Oliveira de Castro, sob o título “A não consolidação de propostas de esquerda na América Latina: um estudo comparativo entre Brasil e Chile”.

⁴⁹ Ver anexo 1, lista de entrevistados. Embora os entrevistados sejam conhecidos e tenham concordado em ter seus nomes divulgados, as suas falas serão utilizadas sem menção direta aos seus nomes. O objetivo é valorizar o conteúdo e não a identificação dos políticos entrevistados.

3.2. O Golpe de Estado: relação entre as propostas econômicas e a derrubada do governo de Allende

Em 1970, concorrendo pela coligação Unidad Popular (UP), Allende apresenta um programa de governo que será denominado de via chilena ao socialismo. O documento de divulgação das propostas tinha o subtítulo ‘las quarenta medidas fundamentales’ e como linhas básicas as seguintes ações: reajuste de salários, congelamento dos preços de artigos de primeira necessidade, construção de casas populares, controle da inflação, estímulo à produção nacional, melhoria do serviço público de saúde, distribuição de leite às crianças, criação do sistema único de previdência social, aprofundamento da reforma agrária, nacionalização do cobre, salitre e carvão, estatização das indústrias de aço, cimento, telefônica e dos bancos. (Luzón, Giral, Véliz, 2003, p.794). Conforme o depoimento colhido em entrevistas realizadas com ex-ministros do governo de Salvador Allende, o programa de governo “apuntaba efectivamente a mejorar notablemente la justicia social, a alcanzar niveles de desarrollo cultural más altos, a conseguir que las libertades fueran mucho más solidas, y a lograr incorporar, algo que en Chile no se había logrado, a los trabajadores como actores reales del proceso de transformación de la sociedad chilena”.

As principais propostas se dirigem à reforma agrária e a estatização dos bancos, minérios e grandes empresas privadas. Essas propostas serão, em grande parte, as que desencadearão o descontentamento de determinados setores da sociedade chilena que somarão interesses aos Estados Unidos e conformarão o processo golpista que derrubará o presidente Allende, em 11 de setembro de 1973⁵⁰. Nesse sentido, esses três pontos serão o centro da análise que será desenvolvida aqui. Em relação à estatização das empresas privadas, conforme os ex-ministros entrevistados, “ni siquiera planteamos en el programa la estatización o socialización de todas las empresas (...). De modo que no era un programa radicalizado de vamos a expropiar todo”. No campo, “el proyecto político del presidente Allende era hacer una profunda reforma agraria lo cual significaba expropiar una cantidad enorme de latifundios que estaban en el país” e com relação aos minérios “el gobierno de la Unidad Popular se conquista con un programa radical, revolucionario. Que toma (...) los sustanciales ejes de la recuperación de nuestros recursos, no tan sólo del cobre, sino del hierro, del carbón”.

⁵⁰ Conforme os ex-ministros, opositores e especialistas entrevistados, assim como a literatura de modo geral, a reforma agrária, a nacionalização dos minerais e a estatização de empresas e bancos são as principais realizações do governo, assim como, os temas que mais mobilizaram a oposição.

3.2.1. Antecedentes da via democrática ao socialismo

Segundo um dos informantes, o presidente socialista era “un gran personaje de la historia chilena no por su gobierno, sino por toda su trayectoria. Allende fue ganando fuerzas porque él fue un gran líder que fue ganando voluntades a pesar de toda la oposición. Las cuatro elecciones, más todas sus elecciones senatoriales, porque fue uno de los pocos que ganaba allí y después se cambiaba a otro lugar y ganaba en todos los lugares”. Após três tentativas eleitorais à presidência frustradas (1952, 1958 e 1964), a escolha de Allende para a candidatura de 1970, foi acompanhada pelo seu enfraquecimento dentro da UP, “en el congreso del partido socialista el gano la elección pero fueron mayoría las abstenciones (...) Era como resignarse a que no había otro, pero ya había cierto cansancio de otras generaciones más jóvenes que pugnaban, pero indiscutiblemente todas las encuestas mostraban que el único candidato con posibilidades de ganar y de aglutinar era Allende”.

O desacordo entre as esquerdas que compunham a UP em relação a uma nova candidatura de Allende era resultado da disputa de duas perspectivas sobre a via que levaria ao socialismo, por um lado, a visão democrática e menos radical de implantação do socialismo defendida por Allende, e, por outro, uma visão mais radical, até certo ponto despreocupada com os possíveis riscos e com a provável violência que gerariam as modificações bruscas e o rompimento com as instituições que propunham, principalmente, alguns setores do Partido Socialista⁵¹. Nas palavras de um ex-ministro de Allende, “la izquierda la formaba el Partido Comunista, que era un partido muy poderoso (...), el Partido Socialista, el Partido Radical y algunas escisiones que se produjeron en el Partido Demócrata Cristiano, que fue la Izquierda Cristiana y el MAPU (...). Hubo algunos que se fueron a un extremo, que creyeron que los cambios podían hacerse en forma muy rápida y en contraposición a lo que pensaba el presidente de que los cambios tenían que ser más progresivos”⁵². Com a indicação de Allende, o resultado é um programa, como afirma um dos informantes, “por sus medidas más bien pluralista amplio”. Pois, “Allende en todos sus discursos planteaba la tesis de socialismo, democracia y libertad”.

⁵¹ Segundo Leyton e Salazar (2004, p.11) “por lo menos desde 1967 el MIR, como también lo había declarado en octubre de ese año el Partido Socialista de Chile, en su vigésimo segundo congreso nacional, consideraban que la violencia política debía ponerse al servicio de los sectores revolucionarios del país”.

⁵² Conforme Moulian (2006), o governo foi permeado pela discussão dessas duas linhas estratégicas, o que expressava a incerteza quanto a estratégia do governo e isso é considerado uma das variáveis que ajudam a se entender o golpe.

O surgimento de uma estrutura industrial forma uma base eleitoral suscetível ao conteúdo das propostas de Allende. Nesse sentido, o êxodo rural, que começa a ocorrer no final da década de 1940, em grande parte já se conformou no meio urbano, dando origem a uma camada de trabalhadores industriais que aceita bem o discurso de Allende, que os enquadra como a classe que governará o Chile⁵³.

Para se compreender o conteúdo do programa, a ampla aceitação de determinadas medidas e as dificuldades de implementação de outras, deve-se relacionar as propostas e a conjuntura chilena. Um elemento fundamental é a vitória, nas eleições de 1964, do candidato da Democracia Cristã Eduardo Frei Montalva. Frei defendeu, em sua campanha, o slogan “*Revolución en libertad*” e elege-se conquistando 56% dos votos. Durante o seu governo (1964-1970), iniciou a reforma agrária e realizou a *chilenización* do cobre.

Em 1970, contudo, o país ainda apresentava uma economia dependente das empresas estrangeiras, principalmente estadunidenses. A extração de minérios, principal fonte de capital para o Chile, cujo processo de nacionalização havia avançado no governo de Frei, ainda permanecia em grande parte nas mãos de multinacionais, já que chilenização do cobre foi pactuada com os EUA. As empresas passaram às mãos do governo, que possuiria 51% das ações; contudo, receberam inúmeras vantagens tributárias e alfandegárias. A inflação vinha atingindo índices crescentes, chegando à 34,9% em 1970. Porém, a chilenização surtiu efeito pelo superávit de 168 milhões de dólares em 1968, com o crescimento do produto interno bruto em 5%. Com isso, a dívida externa acabou diminuindo, em 1969, de 200 milhões de dólares para apenas 91 milhões (BITAR, 1980).

A reforma agrária, por sua vez, respondia a um antigo problema do país. Nas primeiras décadas do século XX, o mundo rural chileno ainda mantinha uma estrutura tradicional de grandes latifúndios e exploração do trabalho campesino. A demanda pela reforma agrária será ouvida pelos partidos de esquerda, contudo, será atendida precariamente, como ocorreu durante o governo da Frente Popular, em 1938. Após, a os dois governos seguintes, optaram por incentivar a industrialização, aumentando o êxodo da mão-de-obra rural. Isso levou a uma crise da produção agrícola que, na década de 1950, se refletiu na necessidade de importar alimentos. Na década de 1960⁵⁴, a pressão por reforma agrária ressurgiu tendo como base a Igreja Católica que repartiu suas terras com os campesinos no que ficou conhecido como

⁵³ Conforme Bitar (1980), a economia chilena, em finais da década de 1960, é marcada pelo caráter secundário da agricultura frente aos demais setores.

“*Alianza para el Progreso*”. Com a pressão pública, o governo de Jorge Alessandri (1958-1964) promulgou a primeira lei de reforma agrária do país, em 1962, que permitiu a redistribuição de terras estatais. No governo de Frei o processo se fortaleceu. Com o lema “*la tierra para el que la trabaja*” o programa de reformas buscou modernizar o meio agrário através da redistribuição e sindicalização. Aproximadamente 1.400 instalações agrícolas foram apropriadas, correspondendo à cerca de 3,5 milhões de hectares. Foram organizados mais de 400 sindicatos com cerca de 100 mil trabalhadores.

A reforma agrária de Frei, contudo, mantinha os grandes latifúndios e gerou um aumento de produtividade para esses setores. Ainda que isso tenha ocorrido, Sader afirma que com a “sua ação o governo Frei contribuiu para acentuar a atividade social no campo” (1991, p.46), com a sindicalização, criação de cooperativas e com o avanço dos movimentos camponeses. Por isso, a extrema-direita chilena passou a criticar o presidente, acusando-o de ter permitido a mobilização social necessária para o crescimento do comunismo. Assim, Frei acabou recuando nas reformas.

As propostas de Allende buscavam ampliar e aprofundar as medidas de Frei, uma vez que as reformas haviam obtido resultados importantes, seja pela situação do campo, da mineração e da educação, seja pela criação das condições para a expressão das contradições sociais contidas. O objetivo de Allende era ampliar políticas de nacionalização, como no caso da estatização dos setores produtivos, abrangendo não somente o cobre, mas outros setores da economia, além da intensificação da reforma agrária e a maior socialização das propriedades privadas (GOMÉZ, 2004).

A vitória da UP foi considerada uma das conquistas mais significativas da esquerda no mundo pelo seu caráter democrático e de respeito às instituições liberais. Por isso, como declara um entrevistado, “la elección ciudadana de los chilenos (...) era mucho más peligrosa que otras alternativas como la alternativa cubana”. Mas, por um lado, parte da esquerda estava descontente com os limites impostos ao processo de implementação do socialismo no Chile devido à perspectiva gradualista de Allende, e, por outro lado, a via democrática de transformação era preocupante para os interesses de parte das elites chilenas e dos Estados Unidos. Os primeiros, alarmados com a transformação do Chile em um país socialista por meio da democracia. Os segundos, preocupados que, além disto, ela pudesse servir de exemplo a outros países.

⁵⁴ Segundo Bitar (1980, p.33), “no setor agrícola, em 1965, 2% das propriedades englobavam 55,4% da superfície”.

Um ex-ministro da UP afirma que, as “propuestas de la Unidad Popular eran muy parecidas a las propuestas de la Democracia Cristiana de Tomic⁵⁵, pero indudablemente que era más popular la propuesta de Allende. El iba a hacer una reforma agraria que se iba a incentivar, que había empezado con Frei. Iba a haber un cambio en la redistribución del dinero, iba a haber cambios en la salud, la educación, en todo el mundo laboral. Y la derecha no quería cambios importantes”. O programa buscava respeitar as instituições e possuía semelhanças com o programa da centro esquerda. Mas, os membros da UP estavam cientes das dificuldades inerentes ao processo e para evitar os obstáculos constitucionais à implementação das transformações intentaram utilizar os dispositivos legais existentes: “se tuvo que recurrir muchas veces a leyes que venían de larga data, que daban ciertos resquicios, ciertas posibilidades de hacer algunas cosas. Que permitían que se pudieran llevar adelante ciertos planes, ciertos cambios que nosotros queríamos impulsar”, afirma um informante. Assim, a continuidade e aprofundamento das políticas de esquerda executadas durante o governo de Frei mostra que “Allende tenía muy claro una cosa muy nítida para él este era un país legalista, en cierto aspecto conservador, y todo cambio hacia el socialismo tenía que hacerse dentro del sistema legal. Porque si se salía del sistema legal los militares se le iban encima”, declara um ex-ministro entrevistado.

3.2.2. A revolução com sabor de empanada e vinho tinto⁵⁶

O programa de transformação econômica implementado pelo governo de Salvador Allende tinha três principais objetivos, a nacionalização do cobre, a reforma agrária e a ampliação dos modelos de propriedade, com a divisão em três tipos, as privadas, as mistas e as estatais.

a) Nacionalização do Cobre

As propostas relativas aos recursos minerais e, mais especificamente, ao cobre, tinham como objetivo intensificar certas medidas iniciadas por Frei. Para tanto, se busca a completa nacionalização das empresas mineradoras. Conforme o ex-ministro dos minérios, “las grandes minas de cobre estaban en manos de compañías extranjeras, fundamentalmente norteamericanas. En el gobierno de Frei se chilenizo el cobre, o sea el Estado adquirió el 51 %

⁵⁵ Radomiro Tomic, candidato da Democracia Cristiana em 1970.

⁵⁶ Segundo um dos entrevistados, a perspectiva da Unidad Popular para a implementação do socialismo no Chile era conhecida como “socialismo con sabor a empanada y vino tinto” uma analogia da singularidade da via chilena ao socialismo e os dois produtos típicos da gastronomia do país.

del capital y el resto siguió en manos de los norteamericanos. En el gobierno de Allende se planteo la nacionalización total del cobre y eso se hizo por una ley del Congreso y una reforma constitucional que fue votada por todo el Congreso, inclusive por la derecha. Porque era una reivindicación que el cobre, que se decía que era el sueldo de Chile, el mayor recurso básico que tenía Chile como exportación, estuviera controlado por chilenos. Esa nacionalización se hizo también legalmente por una reforma de la ley y por una reforma constitucional. Y esa reforma constitucional fue aprobada por el 100% del Parlamento, inclusive los partidos de oposición. Era tal una bandera nacional de reivindicación que no tenían otra alternativa”. Desta forma, devido ao consenso nacional sobre a importância do cobre, foi possível realizar as modificações constitucionais necessárias à nacionalização desse recurso.

b) Reforma Agrária

Em relação à reforma agrária, porém, o pleno apoio do congresso para transformações constitucionais não ocorreu; por isso, a opção foi aplicar inteiramente as leis existentes. Segundo o ex-ministro da agricultura de Allende e um dos criadores da Lei de Reforma Agrária aprovada durante o governo de Frei, “se consideraba que esa ley era buena, pero que había que modificarle algunos aspectos. Pero las nuevas fuerzas políticas que apoyaban a Allende no tenían mayoría en el Congreso, y cualquier modificación legal tenía que tener mayoría en ahí. Por lo tanto la decisión que se tomo fue aplicar la misma ley pero con mayor intensidad, más a fondo; y después si se daban las condiciones políticas se modificaría la ley (...) Entonces fue la continuación e intensificación de ese proceso de reforma agraria con la idea de terminar lo más pronto posible con el latifundio, aplicando una legislación que ya existía. Que había sido aprobada por una amplia mayoría, y a la cual se le hicieron pequeños ajustes, pero no a la legislación sino a la práctica”. O informante segue, afirmando que o objetivo era “terminar de una vez por todas con el latifundio, y cuando existieran condiciones más favorables se podría ver si podría haber una modificación de la ley. Pero como esa condición no existía no se pensó en ningún momento en la modificación de la ley (...). La ley estipulaba que todo predio expropiado debería constituirse en un período transitorio de 3 a 5 años en lo que se llamaba un asentamiento. Y en ese asentamiento los beneficiarios principales eran aquellos jefes de familia permanentes que vivían dentro del predio. Lo que se llamaban los inquilinos. Y los demás no tenían posibilidad. Había gente que trabajaba en ese predio, pero eran externos como medieros, como parceros o trabajadores sectarios. Y esa gente también quería la reforma agraria; entonces se hicieron modificaciones para tratar de

incorporarla, una vez que el asentamiento estaba creado, al proceso de reforma agraria. Y lo mismo se busco a través de una cosa que se llamaba los centros de reforma agraria: expropiar varios predios conjuntos que estuvieran en condiciones de expropiación para poder operar sobre un paño de terreno más amplio y permitir una serie de economía de escalas o una cosa si. Pero esas cosas se hicieron administrativamente, no eran incompatibles con la ley”.

Em 1971, com um ano de governo, já haviam sido desapropriadas 1.379 propriedades, “um número de propriedades igual ao total das desapropriadas durante o governo anterior” (BITAR, 1980, p.95). Como resultado do programa de reforma agrária, a UP chegou a expropriar cerca de 4.400 instalações agrícolas, com mais de 6,4 milhões de hectares de terra (CHONCHOL, 2004).

c) Transformações no mercado

Conforme um dos ex-ministros entrevistados, o programa da UP para a estatização parcial das empresas privadas tratava de dividir os tipos de propriedade em “un área privada que seria respetada, un área mixta con participación del Estado y el sector privado, y un área estatal pero orientada a las empresas que condicionaban el desarrollo económico, de las empresas estratégicas que eran quienes condicionaban el desarrollo económico: trigo, cobre hierro, salitre. Una lucha básica en Chile, los bancos por el control financiero, entraban también otras grandes empresas monopólicas, eran noventa y tantas las empresas que podían ser afectadas por ese proceso. Y además que no se arrebataban sino que se pagaban, una expropiación para formar el área económica” Além disso, a estatização de empresas “afectaba a un grupo de empresas, que condicionaban el desarrollo económico porque tenían un carácter monopólico, o eran de carácter estratégico, por ejemplo electricidad, la energía, los teléfonos, comunicaciones (...)En el sector privado se mantenía la inmensa mayoría de las medianas y incluso grandes empresas pero que no reunían estas características, ni monopólicas, ni estratégicas, ni condicionaban el desarrollo económico pero que podían ser grandes, y un área mixta con participación de ambos sectores”. Esse processo incluía o sistema bancário que possuía altos níveis de concentração, embora o Banco do Estado tivesse uma fatia maior de depósitos e investimentos⁵⁷. Em 1971, os bancos estrangeiros foram estatizados e o estado passou a ser acionista majoritário de 16 dos 23 bancos nacionais.

⁵⁷ Em 1970, o Banco do Estado “canalizou 46,4% dos depósitos e 52% das aplicações totais do sistema bancário. Dos 26 bancos privados que distribuían entre si o resto, três deles controlavam mais de 50% desse saldo” (BITAR, 1980, p.34).

Em quatro de novembro de 1971, Allende profere discurso de um ano de governo, no Estádio Nacional e apresenta os resultados até então:

Controlamos el 90% de lo que fuera la banca privada; 16 bancos, los más poderosos, entre ellos el Español, el Sudamericano, el Crédito e Inversiones, el Banco de Chile, son hoy patrimonio de Chile y del pueblo. Más de 70 empresas monopólicas y estratégicas han sido expropiadas, intervenidas, requisadas o estatizadas. Somos dueños. Podemos decir: nuestro cobre, nuestro carbón, nuestro hierro, nuestro salitre, nuestro acero; las bases fundamentales de la economía pesada son hoy de Chile y los chilenos. Y hemos acentuado y profundizado el proceso de reforma agraria; 1.300 predios de gran extensión, 2.400.000 hectáreas han sido expropiadas. En ellas viven 16.000 familias, y hay cabida potencial para 10.000 más (ALLENDE, 1971).

O objetivo do programa era modificar a estrutura econômica, terminando com o poder do capital monopolista nacional e estrangeiro e com o latifúndio, para construir o socialismo chileno. A concepção de fundo é de que a burguesia deve ser substituída no poder. E, dentro dos limites institucionais a UP estava realizando seu objetivo.

3.2.3. *Avanzar sin transar* e a redução das alternativas

Frente às transformações, os resultados do primeiro ano de governo surpreenderam os membros da Unidad Popular. Crescimento do Produto Interno, melhoria de desempenho de todos os setores da economia, diminuição da taxa de desocupação imobiliária, redução do ritmo inflacionário, melhor redistribuição de renda, aumento da remuneração dos trabalhadores. Esses resultados contrastavam com a expectativa e o medo dos chilenos, que se expressou na economia logo após a eleição de Allende, quando houve uma diminuição do consumo de bens supérfluos e a retenção de moeda pelos chilenos. Apesar de bons resultados em alguns indicadores, e de grande parte das reformas sendo realizadas integralmente, a economia chilena também apresentou uma série de resultados negativos. Consumo maior que a produção, déficit fiscal, redução das reservas internacionais e concentração privada do dinheiro (ALTAMIRANO, 1979).

Ainda em 1971, se realizaram eleições municipais e os resultados foram igualmente surpreendentes para a UP que conquista aproximadamente 50% dos votos, o que significou um apoio popular acima do que havia conquistado Allende, com seus 36,6% dos votos para presidente. Os resultados econômicos negativos foram suplantados por uma interpretação otimista da realidade. Assim, o governo adentra o segundo ano com um desempenho considerado bastante satisfatório e com a projeção de um segundo ano igualmente positivo.

As dificuldades, contudo, irão nascer dentro da própria UP. Parte da esquerda e principalmente parte dos trabalhadores passam a exigir a radicalização do processo. Grupos de trabalhadores tomam as fábricas por sua própria iniciativa e vão às ruas expressar suas demandas e pressionar o governo. Conforme um informante, “muchos casos fue sobrepasado el gobierno en la toma de predios agrícolas sin ninguna importancia de orden económico, y en la toma de pequeñas industrias sin ninguna importancia y que estaban fuera y que por el contrario violentaban al pie y a la letra el programa de la Unidad Popular. Nosotros no queríamos tomar ni un cementerio, ni una confitería, cosa que se hizo. Entonces allí hay una tendencia que se desarrolla durante el gobierno Popular que impide una coalición cupular de conducción política única, que es otro fenómeno que es un factor importantísimo en la derrota del gobierno popular”.

A disputa, que ocorria desde a origem das discussões sobre a candidatura de Allende, e a ausência de um consenso sobre a estratégia a ser desenvolvida pelo governo, toma proporções que interferem nos rumos da administração do país. O dilema da via revolucionária ou da via institucional se reapresenta como grande questionamento para o futuro do governo, uma vez que se atingia um ponto em que as medidas eram implementadas e era inevitável planejar o passo seguinte.

Duas alternativas foram cogitadas, ou se buscava o apoio da democracia cristã para aprovar no parlamento medidas que pudessem assegurar o que já se havia conquistado e, principalmente, manter o governo e a governabilidade, ou se buscava avançar sem negociações, opção que ficou conhecida pela expressão “avanzar sin transar”, cujo principal defensor era o secretário geral do Partido Socialista, Carlos Altamirano. Conforme Gómez e Salazar (2004, p.15-16) “el primero debía moverse en los tiempos de la política institucional y parlamentaria, mientras que los segundos lo hacían en el tiempo de la lucha social. La conjugación simultánea de ambas temporalidades no tuvo lugar” e foi causador de parte das crises de governabilidade. A opção escolhida por Allende foi a tentativa de aliança com a DC. Um dos dirigente do PS e ex-ministro, porém, afirma que,

la correlación de fuerzas entre el gobierno y la derecha no nos era favorable a nosotros. Pues no teníamos ni la mayoría en el Parlamento, ni en la Cámara de Diputados, ni en el Senado de la República, no teníamos la mayoría en la votación ciudadana, no teníamos la mayoría suficiente aunque habíamos aumentado notablemente. (...) No hubo condiciones ni en el interior de la Unidad Popular, y particularmente en el Partido Socialista, del cual yo era dirigente en ese periodo. Ni en la Democracia Cristiana porque también ahí había sectores tremendamente adversarios de un acuerdo con el gobierno del presidente Allende. A pesar de que el presidente Allende hizo un esfuerzo gigantesco para tratar de lograr un acuerdo entre la Unidad Popular y la Democracia Cristiana. En abril del '72 estuvimos a punto de

llegar a ese acuerdo y en junio del '73 estuvimos de nuevo a punto de concretar ese acuerdo. Y todos estos acuerdos se bloqueaban porque no había la comprensión suficiente en las fuerzas de la izquierda, sobre todo en algunos sectores, y en la Democracia Cristiana, en los sectores más de derecha de esta que no querían este entendimiento. Por lo tanto trabajamos siempre con una correlación de fuerzas muy débil.

O mesmo entrevistado continua, afirmando que devido a isso não foi possível atingir “entendimientos que hubiesen permitido que el desarrollo político del país fuese más tranquilo y pudiéramos hacer estos cambios de manera más progresiva, más gradualmente y no tan radicales como pretendía el pueblo, o sectores del pueblo chileno, y también sectores de los partidos políticos”.

Segundo outro entrevistado, dentro do “Partido Socialista había sectores que consideraban que llegar a un acuerdo con la Democracia Cristiana constituía una traición al proceso de cambio, al proceso revolucionario. Cosa con la cual muchos de nosotros no estábamos de acuerdo, porque nos parecía un disparate político creer que así se podía concebir la política, las maneras de conducir un país y el gobierno de un Estado. Y por su parte en la Democracia Cristiana algunos sectores de derecha decían que cualquier entendimiento con la Unidad Popular era un entendimiento con el comunismo y en consecuencia no estamos disponibles para un acuerdo con el comunismo”. Conforme outro entrevistado, que era a favor de una alianza com a DC, se buscou fazer “un acuerdo izquierda e Democracia Cristiana, lo que le hubiera dado una amplia mayoría en el Parlamento, lo que le hubiera permitido aprobar una serie de leyes. Pero eso indudablemente hubiera disminuido la radicalidad de las reformas que estaba llevando a cabo”.

Para Altamirano, porém, “leíamos en la prensa opositora a Allende frases como éstas: ‘Ya viene Yakarta’, ‘No hay mejor comunista que el comunista muerto’, ‘Junten rabia, chilenos’, etcétera, etcétera... Es en este contexto donde surge la frase ‘avanzar sin transar’. Originalmente, la idea era: ‘si hay posibilidad de transar y es positivo, transemos’. Pero no había en Chile, al cabo de un año de gobierno popular, ánimo de nadie de transar. No lo había, por cierto, en la derecha. Tampoco en la Democracia Cristiana. La dirección del Partido Socialista tenía la certeza de que se transaba a diario, en tanto la oposición acusaba al gobierno de no transar nada ‘por la pertinacia socialista’. El hecho era que se estaba transando y que eso no mejoraba nuestra posición como gobierno con una oposición a ultranza” (1992).

A discussão sobre o que fazer não apontava para a realidade. A intenção era buscar apoio, mas a aliança era impossível por uma série de motivos. No segundo ano de governo, a conjuntura econômica irá se modificar drasticamente, como afirma um dos entrevistados:

En el primer año del gobierno de Allende el consumo de toda la gente aumento mucho. Pero el gobierno pudo enfrentarlo porque tenía recursos en divisas y aumento las importaciones de bienes de consumo, y al mismo tiempo la producción nacional había aumentado. Entonces en ese primer año hubo una situación bastante favorable, aumentaron los ingresos, aumento el consumo, etc. Pero ya a partir del segundo año la situación se hizo más complicada, porque empezaron por ejemplo en agricultura hubo un mal año agrícola, muchas lluvias por lo que se perdieron muchas cosechas. Y cuando se quería recuperar eso en las siembras posteriores que venían en la primavera se produjo la famosa huelga de los camioneros que bloqueo, impidió la transferencia de semillas, fertilizantes, etc. Entonces hubo una baja en la producción que no fue compensada por importaciones, porque el gobierno no tenía más recursos. Entonces se creo un clima de especulaciones. Además cuando se sentía que había escasez la gente que tenia más dinero compraba más de lo que necesitaba, entonces se agudizaba la escasez. Se produjeron una serie de desajustes en el sistema financiero, en el sistema económico que entonces agravaron la situación de inestabilidad y crearon la situación de ingobernabilidad. No había escasez de una serie de productos y la gente que tenia dinero no solamente compraba lo que necesitaba sino que compraba más, acumulaba. Entonces eso agudizaba la escasez, eso es un fenómeno de especulación típica de cuando hay dificultades económicas.

Além de um fenômeno típico, a crise econômica também foi resultado do bloqueio no fornecimento de bens de produção e de financiamentos ao Chile, realizado pelos Estados Unidos e da intenção de alguns grupos de boicotar a distribuição de bens necessários à sobrevivência.

Por outro lado, os resultados das eleições municipais levam ao acirramento da disputa política. Um dos entrevistados afirma que, “el gobierno de Allende fue elegido con el 36 o 37% de los votos, y en la primera elección general que hubo después el gobierno sacó el 46 o 47 % de los votos, que fue la municipal. Entonces aumento su caudal electoral, y eso seguramente a mucha gente que estaba contra le hizo ver que el sistema electoral no era algo que permitía detener la acción del gobierno, y creo incentivos para que se usara el método del golpe”.

Como resposta à crise econômica e política, uma parte da população vai às ruas para manifestar sua contrariedade ao governo e outra para defendê-lo. Os opositores têm auxílio dos Estados Unidos⁵⁸, que financia as atividades da direita e insere sua política de caça à

⁵⁸ Os documentos que mostram a participação dos Estados Unidos no golpe e o papel central da Casa Branca no processo de desestabilização do governo podem ser encontrados em Kornbluh (2004).

esquerda nos meios de comunicação⁵⁹. Segundo um dos informantes, “en Chile esa intervención [dos Estados Unidos] frente al desarrollo de este proceso se dio antes de que Allende fuera presidente. Y se desarrollo en nuestro país una campaña sostenida en la manipulación del miedo social y hacer que las masas sintieran inseguridad e incertidumbre de ganar un gobierno con estas características de cambios estructurales frente al mundo socialista en ese entonces la Unión Soviética y frente a Cuba. En Chile, y esto te lo dijo con mucha seguridad porque yo fui diputado y me tocó participar en una investigación que realizó la Cámara de Diputados frente a las acciones directas y encubiertas de la CIA en Chile y frente a la campaña del terror”. Com isso, conforme Goicovic (2004), desde a reforma agrária de Frei, o campo vivia uma disputa violenta, que resulta da campanha ideológica da direita. Proprietários de terras se armam para impedir ocupações de terra e chegam a matar militantes de esquerda. Em certas regiões, a disputa armada já estava ocorrendo.

Para um dos informantes, “la oposición nació realmente del conjunto de reformas que estaba haciendo el gobierno de Allende que afectaban al sistema bancario, al sistema industrial, a las compañías extranjeras que dominaban el cobre, etc., más la reforma agraria”.

Desta forma, a pressão contra o governo Allende se deu por todos os lados. A esquerda tencionando para a via mais radical e confrontando a direita, que, por sua vez, tencionava para a destituição do governo. Nem direita, nem esquerda tinham força política suficiente para realizar plenamente o seu intento. A esquerda não conseguia atingir o número suficiente de votos para aprovar projetos de lei e a direita, por sua vez, não conseguia destituir Allende, já que, como afirma um dos entrevistados “en la elección parlamentaria de marzo del año 73 alcanzamos casi el 44% de los votos. Y la derecha no pudo conseguir la mayoría que necesitaba en el Parlamento para desde ahí derrumbar al presidente Allende de manera constitucional”. A aliança entre UP e DC se tornou impossível e restou apenas *avanzar sin transar*.

⁵⁹ Há a produção de uma guerra ideológica no Chile. Conforme um dos entrevistados, a direita distribuiu “millones de afiches: Un sacerdote pidiendo clemencia y un guerrillero cubano apuntándole con un fusil; la Moneda rodeada de tanques soviéticos; las niñas arrancadas de los brazos de sus familias para llevarlas o a Cuba o a la Unión Soviética. Si tú miras ahora esto, y si queremos ir al fondo del análisis esa situación de la manipulación del miedo, y posteriormente la entronización de la dictadura en nuestro país tiene que ver con esta parte para mí fundamental de los reciclajes que se permite Estados Unidos, su agencia, su poder económico y militar frente a la incertidumbre también para ellos de perder parte importante en el aporte de su propia forma de vida.

3.2.4. O golpe de estado contra Allende e a relação com o desempenho do governo

A convicção do governo de Allende na viabilidade do respeito à via institucional, somado ao resultado das eleições nos outros poderes e a conjuntura econômica e política tornavam necessário buscar aproximação parlamentar com a democracia cristã, que era caracterizada como centro (parte um pouco mais à esquerda e parte um pouco mais à direita) e que poderia auxiliar a consolidação do programa. Segundo as palavras de um entrevistado, “cuando se llega al poder por una vía determinada electoral en este caso pacífica, la ampliación de las fuerzas en el poder tiene que ser mayor” e Allende tinha convicção que a única via possível era a pacífica e institucional. A ampliação do apoio se tornou impossível, pois, conforme um dos entrevistados, que era deputado da Democracia Cristã durante o governo da UP, havia duas perspectivas que caracterizavam a oposição dentro da DC,

algunos eran contrarios al socialismo en si, a las grandes transformaciones sociales. Entonces de por si estaban en contra de la Unidad Popular y de Salvador Allende. Sencillamente porque no eran marxistas, no eran comunistas, no eran socialistas, y no querían cambios profundos en la sociedad. Habíamos otros que teníamos fe en que era posible hacer cambios importantes dentro de la democracia, entonces mirábamos con cierto recelo, desconfianza, temor de que en el gobierno de Salvador Allende en un momento determinado fueran a triunfar los sectores que no creían en la democracia, mirados desde mi punto de vista los que no creían en la teoría de los derechos humanos. Entonces, ahí estuvo el fondo del problema, y por eso terminó esto en una gran tragedia (...) la Democracia Cristiana tenía un recelo extremado por hacia donde iba el régimen de la Unidad Popular.

A preocupação em relação aos rumos do governo de Allende e se este se tornaria um governante totalitário, encontrava respaldo na atuação dos grupos mais radicais dentro do PS. Além dessa divisão, com o passar do tempo surgiu outra, “estábamos los que éramos ya fanáticos de la democracia(...) pero después de ese grupo cohesionado muy importante que era contrario al golpe, venía otro que era partidario del golpe especialmente en las bases, no tanto en la dirigencia”.

Como a parte mais radicalizada da UP considerava que a aproximação com a DC acarretaria diminuir as transformações, a aliança não era aceita. Assim, somente uma perspectiva restava, “avanzar sin transar”. Com o resultado das eleições parlamentares de 1973 e com a crescente violência na disputa entre direita e esquerda, essa opção também se tornava perigosa. Allende decide chamar um plebiscito, principalmente para evitar o golpe⁶⁰

⁶⁰ Conforme os ex-ministros entrevistados, os indícios de golpe eram evidentes, mas havia confiança que os principais setores do exército eram legalistas e não participariam.

que já havia sido ensaiado no episódio do “Tancazo”, em junho de 1973⁶¹, e para delinear uma saída para o impasse. O plebiscito seria realizado para decidir a aplicação de uma nova constituição, que Allende já havia divulgado para apreciação dos partidos que compunham a Unidad Popular⁶². O principal aspecto “era articular poder econômico, relaciones de producción, planificación y descentralización del presupuesto. El Congreso bicameral comprendia la Camara de Diputados, elegida por sufragio universal, y la Camara de los Trabajadores. El origen del proceso legislativo quedaba residenciado en esta ultima. Solo los trabajadores eran electores para la Camara Alta, por sufragio en primer grado” (GARCES, s/d, p.7).

Ao descobrirem que o objetivo de Allende era realizar um discurso no dia 11 de setembro, conclamando o plebiscito, os militares golpistas se adiantaram e desferiram o golpe que já estava sendo planejado a mais tempo. Assim, conforme um dos entrevistados, o golpe foi sendo preparado por um conjunto de fatores, o primeiro, “bloqueando la economía, sabotando el transporte, haciendo acciones en las calles de rupturas de las líneas férreas, de ruptura de las líneas eléctricas, escondiendo la mercadería, los productos de los grandes negocios, de la gente del comercio”. O objetivo era agravar a crise econômica, levando à insatisfação e ao impasse político. O segundo fator foi a compreensão de que a via política não seria suficiente para impedir a manutenção do governo, já que,

en la elección [parlamentar de 1973] nosotros alcanzamos casi el 44% de los votos y logramos tener en ambas Cámaras una proporción muy alta de los diputados y senadores y que no les permitía a ellos tomar esta decisión constitucional para botar al presidente. Naturalmente que ante ese fracaso ellos ya venían durante todo el periodo anterior, particularmente en el año '72. Con lo que ellos llamaron el paro de octubre del '72 que signífico que virtualmente hubo una confrontación civil entre el gobierno y las fuerzas de derecha. En la que también la Democracia Cristiana participo muy activamente en ese proceso (...) Ellos fueron creando las condiciones para que en el caso que sucediese lo que sucedió en la elecciones del '73 poder continuar este proceso de presión a los militares. Porque el golpe no nació dentro de los cuarteles (...) Fueron las fuerzas políticas civiles de derecha las que fueron generando las condiciones de presión a las Fuerzas Armadas para que se incorporaran a este proceso de conspiración por lo tanto de golpe de Estado. El proceso después de que ellos no lograron su propósito en marzo del '73, ellos continuaron con toda la actividad huelguística.

⁶¹ O documento de 1973, publicado pelo exército, explicando a sua versão sobre a tentativa frustrada de golpe se encontra em <http://siglo20.tercera.cl/1970-79/1973/doc4.htm>. Conforme esse documento, os militares sublevados que tentaram tomar o Palácio de La Moneda utilizando tanques de guerra eram integrantes e foram influenciados pelo grupo de direita “Patria y Libertad”. Ver também: Ahumada, Eugenio et al. Chile: La Memoria Prohibida vol. I. Santiago: Pehuén Editores, 1989.

⁶² Ver, ALLENDE, Salvador. UN ESTADO DEMOCRATICO Y SOBERANO. Mi propuesta a los chilenos Texto póstumo, s/d. Centro de Estudios Politicos Simón Bolívar e Fundacion Presidente Allende (Espana).

Outro fator determinante para o golpe foi o auxílio dos Estados Unidos e o bloqueio econômico comandado por esse país, como afirma um dos entrevistados,

Estados Unidos bloqueo los créditos a Chile permanentemente; nuestras maquinarias no recibían los repuestos, toda la industria del cobre y toda la industria minera en Chile estaba ligada a las instalaciones de maquinaria norteamericana. Cuando se hecha a perder una maquinaria ellos nos saboteaban al no vendernos el repuesto correspondiente para hacer las reparaciones y poder hacer que la fundición siguiera operando y eso lo hicieron en todos los campos. En el plano agrario, en el plano minero, en todos los planos lo hicieron; y en consecuencia fueron creando una situación económica muy angustiante.

Por fim, outro fator relevante para o golpe foi a disputa entre direita e esquerda que foi se acirrando e a estratégia utilizada pela oposição de acusações contra os ministros, “se fueron entonces acumulando las tensiones, se fueron dando las confrontaciones, los sectores de derecha acusaban al gobierno de Allende de ilegalidad, a los ministros, todos los meses había un ministro acusado. Y ellos tenían la tesis, primero cae este ministro después cae el presidente”.

Existem duas principais explicações para o golpe no Chile. A primeira, defendida por Moulian e Garretón (1983), é que o golpe é resultado da incapacidade da esquerda em firmar aliança com o centro, devido não somente à posição da Democracia Cristã, mas principalmente, ao conflito interno da UP. Essa situação levou a ingovernabilidade e, conseqüentemente, a quebra do sistema democrático. A outra explicação, trazida por Valenzuela (1988) e Linz (1990) é a incapacidade do centro de assumir o papel fundamental de impedir a polarização entre esquerda e direita que leva a posturas autoritárias (perspectiva baseada em Sartori, 1982). Ambas as perspectivas, portanto, delegam a não aproximação entre o centro e a esquerda, um papel fundamental.

Uma explicação alternativa, proposta nesta tese, sob a perspectiva da restrição de abrangência de conteúdos ideológicos será desenvolvida no quinto capítulo da presente.

3.3. Luís Inácio Lula da Silva: análise das propostas de 1989 e 2002

Luís Inácio Lula da Silva apresenta, em 1989, um programa de governo cujas propostas de desenvolvimento econômico, conforme as bases do Plano de Ação de Governo (PAG) divulgadas no VI Encontro Nacional do Partido (de 16 a 18 de junho de 1989), têm

como fundamento a idéia de um novo modelo de desenvolvimento econômico. Consta, no mesmo documento, que:

os pressupostos do novo modelo, que deverão orientar o conjunto de políticas específicas a serem implementadas, são os seguintes: a- mudanças amplas e estruturais na ordem capitalista vigente, opondo-se ao modelo econômico dependente do imperialismo, controlado pelos monopólios e pelos latifúndios; b- subordinação da propriedade privada dos meios de produção e distribuição aos objetivos sociais da atividade econômica; c- rompimento dos laços de dependência financeira e tecnológica com o sistema capitalista internacional; d- mudança no papel do Estado, com a recuperação das suas funções de planejamento e orientação da vida econômica, mantendo o controle sobre setores produtivos e financeiros estratégicos da economia; e- distribuição de renda com vistas à erradicação da miséria absoluta, redução das desigualdades regionais a ampla difusão dos benefícios gerados pelo desenvolvimento, com busca permanente do pleno emprego dos trabalhadores; f- desenvolvimento voltado para as necessidades do povo brasileiro. (PARTIDO, 1998, p. 408).

O cenário nacional em que é promovido o programa de governo de 1989 é marcado pelo recente fim do governo militar e do seu modelo de desenvolvimento e pela crescente inflação, que no ano de 1988 havia somado quase 1.000%, e é envolvida pelo pagamento de uma dívida externa que consome uma parte razoável do Produto Interno Bruto. Esses dois fatores possuem grande influência no programa de Lula.

Em 2002, por sua vez, Lula passa a declarar em inúmeros espaços que o seu principal objetivo é se tornar Presidente da República. Com isso, assume um discurso bastante aberto em relação às propostas que representa. Em sua carta aos brasileiros, documento que anuncia suas posições, Lula declara que:

O povo brasileiro quer mudar para valer. Recusa qualquer forma de continuísmo, seja ele assumido ou mascarado. Quer trilhar o caminho da redução de nossa vulnerabilidade externa pelo esforço conjugado de exportar mais e de criar um amplo mercado interno de consumo de massas. Quer abrir o caminho de combinar o incremento da atividade econômica com políticas sociais consistentes e criativas. O caminho das reformas estruturais que de fato democratizem e modernizem o país, tornando-o mais justo, eficiente e, ao mesmo tempo, mais competitivo no mercado internacional. O caminho da reforma tributária, que desonere a produção. Da reforma agrária que assegure a paz no campo. Da redução de nossas carências energéticas e de nosso déficit habitacional. Da reforma previdenciária, da reforma trabalhista e de programas prioritários contra a fome e a insegurança pública. (Carta aos brasileiros, 2002, p.1).

O contexto em que são apresentadas as propostas de 2002 é bastante díspar daquele que envolve o programa de 1989. Os índices altos da inflação não podem mais ser encarados como um grande problema nacional. A dívida externa, que, conforme o programa de 1989 compunha um fator decisivo para o crescimento da inflação, vinha sendo paga pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. Esse, por sinal, alijou Lula, por duas eleições consecutivas,

da presidência o que possivelmente ajuda na definição de uma nova estratégia eleitoral. Em 2002, ao contrário das demais eleições, Lula encabeça as pesquisas e procura congrega o apoio de diversos setores da sociedade e partidos políticos.

a) Principais mudanças na concepção do programa de governo:

As mudanças mais evidentes nas concepções das propostas econômicas de Lula podem ser resumidas em cinco esferas principais. 1) Aceitação do livre mercado global, 2) apoio ao modelo de desenvolvimento, 3) aliança com o setor privado, 4) busca por consenso entre os principais setores sociais e 5) Nova perspectiva sobre relacionamento entre as camadas sociais.

Aceita o livre mercado global: As propostas expressas no programa de governo apresentado em 1989 viam o livre mercado capitalista internacional com maior preocupação do que em 2002. O primeiro item do projeto para a economia, chamado “Dívida Externa”, trazia como primeiro subtítulo “Agiotagem internacional”. Defendia-se, naquele momento, que o pagamento de tantos juros devido à dívida externa “impede a retomada do crescimento, condena à miséria milhões de pessoas e pode contribuir, em prazo não muito longo, para que também entre nós se instale um processo hiperinflacionário” (Programa de governo - economia, 1989, p.1). Assim, o não pagamento da dívida expressava uma tentativa de desenvolvimento econômico, de evitar o aumento da inflação, de realizar melhorias sociais e de romper com o dito imperialismo e com as formas de dependência econômica do Brasil.

O maior controle da inflação em 2002 modifica a posição relativa aos organismos credores e ao pagamento da dívida externa. Em 2002, o programa de governo prevê o pagamento da dívida, pois isso garante maior credibilidade no cenário internacional, e assim, atrai os investimentos produtivos estrangeiros que garantem emprego, melhorias sociais e desenvolvimento econômico. O respeito aos organismos credores toma o lugar da postura crítica de 1989, que rechaçava qualquer ingerência estrangeira. O projeto econômico de 2002 é composto pela idéia de convívio internacional e da necessidade do capital estrangeiro.

Esse tipo de capital era visto como um dos grandes motivadores dos problemas econômicos do país em 1989. Assim como, as empresas estrangeiras e os bancos privados, que eram tidos como geradores de desemprego e exploração. Quanto ao capital especulativo, o programa de 1989 também previa a redução de juros e o bloqueio da entrada deste tipo de investimento. Isso, pois, era identificado como um dos causadores da crise econômica, uma vez que não produziria empregos e apenas exportaria o capital nacional.

Em 2002 a proposta de inserir o país de forma soberana no sistema econômico mundial e de incentivar a participação em todos os blocos comerciais previa o investimento no setor privado exportador, o auxílio aos grandes grupos produtivos e a convicção de que o capital especulativo é negativo, todavia necessário e, portanto, deveria ser aceito. Esse capital, embora envie fundos para o exterior e não produza bens diretamente, deve ser incentivado pelo governo a permanecer mais tempo no sistema financeiro nacional.

Aceita o modelo de desenvolvimento: Em 1989 as empresas privadas são consideradas formas de concentrar a renda. Não existem propostas para combatê-las, mas há a idéia de lutar contra monopólios e oligopólios. Por suposto, as grandes empresas privadas seriam sobretaxadas, assim como as multinacionais. A ingerência de organismos como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio (OMC), a Organização das Nações Unidas (ONU) e dos Estados Unidos sobre a economia brasileira é vista como uma forma de inserção subjugada do país no comércio mundial.

Conforme o programa de 1989, o crescimento da produção deve ser perseguido, contudo, deve-se compreender a importância dos pequenos e médios produtores e da seleção de setores que podem representar melhoria econômica. Não se deve investir em grandes empresas ou em multinacionais nem conceder isenções de impostos ou taxas.

Em 2002, as propostas visam a incentivar empresas privadas e multinacionais que geram empregos e desenvolvimento. Assim, se defende o crescimento do setor privado como forma de melhorar a dimensão social. Os impostos oneram a produção tornando os produtos brasileiros pouco competitivos no mercado global. Investir no aumento da produtividade e da competitividade, reduzir impostos e incentivar as indústrias exportadoras para se inserir de forma soberana nos blocos comerciais (MERCOSUL, Mercado Comum dos Países do Sul e ALCA, Área de Livre Comércio das Américas). Os acordos com o FMI, Banco Mundial, e OMC devem ser honrados, pois permitem a conquista de investimentos externos. Estados Unidos deve ser visto como parceiro. Pretende-se promover o desenvolvimento utilizando o livre mercado internacional.

Incentiva o setor privado: Como foi definido nos dois tópicos anteriores, o programa de governo de Lula passa a incentivar o setor privado. Isso significa que se substituiu a perspectiva negativa que o setor privado possuía. A nova noção é que o setor é um agente independente que exerce, na organização social, uma atividade fundamental da qual o Estado, sindicatos, partidos e trabalhadores dependem.

Em 2002 o crescimento das empresas gera desenvolvimento econômico e social. Em 1989, apenas o Estado estaria preocupado com o aspecto social. Qualquer crescimento no setor privado, se revertido em ganhos sociais, somente ocorreria pelo aumento de empregos e pela intervenção do Estado como administrador do mercado e como proponente de políticas sociais. O programa de 1989 não está isento de propostas de incentivo ao setor; porém, busca modificações e um maior controle.

A concepção adotada em 2002 é de que ao se reativar a parceria com o setor privado e o investimento no desenvolvimento, especialmente da exportação, os ganhos serão maiores que as perdas e se darão pela maior arrecadação do Estado e pela inserção no mercado internacional. Na agricultura, a proposta é incentivar a agroindústria exportadora, forma de produção que era vista em 1989 como uma maneira de alijar os trabalhadores rurais de suas terras e das condições ideais de trabalho. Nesse sentido, em 2002 se pretende ativar a reforma agrária para gerar paz no campo, ao contrário de 1989, que defende a reforma para distribuição de renda e geração de trabalho.

A proposição efetuada em 2002 de promoção do desenvolvimento utilizando a competitividade nacional e a concepção de que os juros asfixiam o setor empresarial produtivo contrapõem-se às concepções expressas em 1989. Em 1989, se compreende que o papel do Estado é regular o mercado e planejar o desenvolvimento, da mesma maneira como “nos países capitalistas, [em que] desde a década de 1930 se reconhece como necessária a dimensão do planejamento nas políticas econômicas e sociais” (Programa de Governo, 1989, p.16). Desta forma, não se trata de investir na competitividade das empresas e sim nos setores de interesse social, como o dos bens de consumo e nas empresas que têm capacidade de gerar mais empregos. Os juros, por sua vez, são vistos, no primeiro programa de governo, como uma forma de atrair o capital volátil e retirar capital nacional, portanto, uma forma de lesar o país. Não se trata de uma forma de asfixiar a produção como no programa de 2002.

Busca consenso: Um dos resultados dessas mudanças é a busca pelo consenso. Em 1989, as propostas se apresentam como sendo representativas das reivindicações dos trabalhadores. A política brasileira é denunciada como sendo a política das elites. A proposta é “uma nova dinâmica econômica” em que “não vamos perder um só minuto do nosso tempo para defender o Estado que aí está. Não foi o povo que montou e não é o povo que o controla (...) o poder tem sido exercido por uma aliança em que se misturam elites industriais e financeiras, ávidas de lucros fáceis, com elites agrárias, anti-reformistas até a medula” (Programa de governo, 1989, p.16). A inflação, os impostos, a economia, as elites e os

empresários estão em oposição aos trabalhadores, usando mecanismos para explorar e subtrair ainda mais os salários, como no caso da inflação, dos impostos e das relações de trabalho, ou ainda, pelos interesses conflitantes entre as elites e os empresários e os trabalhadores.

Em 2002, os trabalhadores ainda são considerados o objetivo do governo, uma vez que o discurso vinculado ao Partido dos Trabalhadores permanece; contudo, surge a idéia de representar todos os eleitores e diferenciar o partido do candidato. Isso fica mais claro com a nova concepção sobre a importância das empresas privadas como geradoras de desenvolvimento e a necessidade de investimento nesse setor. Assim como, da conclusão de que os impostos sobrecarregam a classe média e devem ser reduzidos. Por fim, o combate à fome e à miséria que atingem grande parte da população. As propostas que visam a representar todas essas camadas sociais não são consideradas incompatíveis em 2002. É por isso que, nesse mesmo programa, surge a afirmação de que desigualdades também são combatidas no plano cultural. Desta forma, alguns problemas são resolvidos através de políticas públicas, outros no plano cultural e outros no econômico.

Nova perspectiva sobre relacionamento entre as camadas sociais: Em 1989, o programa de governo afirma que os trabalhadores são explorados, o sistema econômico diminui ainda mais as suas condições e as desigualdades sociais são alarmantes. As elites nacionais são um dos causadores desses problemas. Embora o programa não pretenda qualquer tipo de rompimento radical com a situação, ela é identificada desta maneira. É por isso que o programa define que as propostas são representativas dos trabalhadores e não de toda sociedade.

Em 2002, por sua vez, a propostas visam à promoção do entendimento entre os trabalhadores e empresários. Estes contribuem para o desenvolvimento social, pois geram empregos, investem na melhoria da infra-estrutura e produzem bens que geram divisas para o país. A congregação ou o dito pacto social entre empregados e empregadores prevê uma série de reformas (previdenciárias, trabalhistas, econômicas) que devem buscar a maior competitividade da indústria brasileira e solucionar o desemprego e os baixos salários.

A nova concepção expressa, ainda, a idéia de que os investimentos em um setor ou camada social serão revertidos em avanços nos demais. É o caso dos investimentos na produção que, além de melhorarem a competitividade e aumentarem os ganhos da burguesia, representariam melhorias para os trabalhadores, uma vez que o investimento é revertido em empregos e divisas para o Estado.

O quadro abaixo apresenta uma síntese dessa dimensão analítica:

Quadro 1: Alterações na concepção dos programas de Lula

Alteração na concepção	Como era em 1989	Como ficou em 2002	Resultado
1. Mercado Capitalista Internacional	Crítica e rompimento	Inserção é necessária	Modificou
2. Modelo de Desenvolvimento	Crítica o modelo	Adoção do modelo	Modificou
3. Setor Privado	Crítica ao setor	Incentivo ao setor	Modificou
4. Consenso entre os setores	Não é possível	Deve ser buscado	Modificou
5. Relacionamento entre as camadas sociais	Interesses contraditórios	É possível melhorias para todos	Modificou

Desta forma, como o quadro apresenta, as principais concepções que configuram as propostas de Lula se alteram durante as suas tentativas eleitorais. Isso é um indicativo das características da mudança e de um movimento que pode ser identificado como de aproximação com a direita. O fato também leva a considerar que as propostas não se consolidam porque há a transformação das suas concepções e não apenas pela transformação do contexto.

b) Principais mudanças nas propostas (que propostas que não se consolidam)

Dívida externa: A proposta relativa à questão da dívida externa não se consolida, pois, no primeiro programa, previa-se o rompimento com os credores e, no programa vencedor, se postula o pagamento da dívida. Essa proposta se altera e evidencia a modificação na concepção da questão: em 1989 a dívida externa ocupava “posição central na crise econômica do nosso país (...) [pois] impede a retomada do crescimento, condena a miséria milhares de pessoas (...)” (Programa de governo, 1989, p.1). O pagamento passa a significar o fortalecimento da imagem do país perante organismos de fomento ao desenvolvimento. A proposta expressa, portanto, que se concorda com o modelo econômico vigente, vinculado ao livre mercado global e aos credores internacionais, e aceita a inserção no sistema financeiro internacional como uma medida necessária para o desenvolvimento sócio-econômico.

Sistema econômico e questão social: A proposta relativa à questão social não se consolida, pois a proposta inicial era de políticas públicas de distribuição e desconcentração de renda e planejamento econômico e a proposta vitoriosa foi a de investir na exportação para aumentar a produção e gerar empregos. As propostas vão do planejamento da produção pelo Estado ao investimento do Estado na produção, apresentando duas mudanças claras de concepção. A primeira é relativa ao incentivo ao setor privado, que passa a ser visto como um agente sócio-econômico independente, e a segunda, relativa ao relacionamento entre as camadas sociais, define a qualidade da relação entre a elite e os trabalhadores, isto é, acredita-se que investindo em um grupo, necessariamente, vantagens se reverterão ao outro grupo.

Sistema financeiro: A proposta de políticas relativas ao sistema financeiro internacional não se consolida visto que, no primeiro programa, se propunha uma reforma para estancar a fuga de capitais e consolidar uma reserva interna e a promoção da queda na taxa dos juros para evitar o capital especulativo. Já no último programa, a proposta é de revigorar o Mercosul, inserir-se soberanamente na ALCA e demais blocos econômicos e manter um bom relacionamento com EUA, ONU, FMI, OMC e Banco Mundial. O programa vitorioso define que o capital especulativo não é bom, mas o país depende dele. Assim, o Brasil deve se proteger, mas não se fechar a esse capital. A inserção soberana proposta em 2002 deve ser alcançada pelo investimento no crescimento do setor produtivo exportador e no aumento da competitividade externa dos produtos brasileiros.

Estado: As propostas relativas à participação do Estado na economia não se consolidam, pois no programa de 1989 se propunha dosar mercado com plano estatal, estatizar bancos e, se fosse preciso, aumentar o poder do Banco do Brasil, intervir para regular determinados mercados e desestimular a especulação. Havia certo repúdio aos subsídios às grandes empresas e o projeto para “reestruturar o Estado em cinco direções principais: democratização e transparência, eficiência administrativa, fim do predomínio dos grandes grupos econômicos, reforma fiscal e saneamento das Estatais” (programa de governo, 1989, p.31). Em 2002 se propõe a desprivatização do Estado, a regulação do mercado e o impedimento de oligopólios e monopólios, proposta essa que se consolida, pois já compunha o programa de 1989. Por fim, o programa de 2002 apresenta proposta de unir empresários, governo e trabalhadores, com investimentos no setor produtivo que se reverterão em divisas para o Estado, aumento da renda dos empresários, melhoria de salário e diminuição do desemprego para os trabalhadores. Essa proposição final não é compartilhada em 1989.

Inflação: As propostas econômicas relativas à questão da inflação não se consolidam, pois no primeiro programa de governo elas visam o controle de preços, uma política de abastecimento de produtos e a rejeição das receitas restritivas impostas por organismos internacionais. Em 2002 as propostas são manter a inflação controlada e a estabilidade dos preços.

Mercado: Em relação à questão do mercado as propostas econômicas não se consolidam. Entre a série de propostas do programa de 1989 destacam-se o combate aos oligopólios, a reestruturação dos organismos de controle e a negociação com os setores produtivos para fixação de preços. Em 2002, propõe-se a fixação de um compromisso com a produção voltada para a exportação, com abertura ao auxílio estrangeiro e controle do Estado no combate aos monopólios e oligopólios. A preocupação expressa é a de melhorar a competitividade internacional da produção brasileira.

Tributos: As propostas relativas à questão dos tributos também não se consolidam, pois o programa de governo de 1989 apresentava a meta de recuperar a carga tributária para combater o desequilíbrio do setor público (maior cobrança dos grandes capitais e menor de assalariados e pequenos produtores). Já em 2002, a meta era uma Reforma Tributária que desonerasse a produção e os investimentos produtivos, sem prejudicar a classe média e com melhorias para os trabalhadores.

As propostas abrangidas nesse elemento expressam a diferença na concepção dos programas de governo de Lula nos anos analisados. Buscar o consenso entre as camadas sociais só é possível se não se entende uma delas como a causadora dos problemas econômicos. O quadro seguinte apresenta uma síntese dessa dimensão analítica:

Quadro 2: Alterações nas propostas de Lula

Alterações	1989	2002	Resultado
1. Dívida Externa	Não pagamento, pois prejudica o país	Pagamento auxilia crescimento	Não consolida
2. Sistema econômico e questão social	Planejamento e desconcentração	Investir no privado	Não consolida
3. Sistema financeiro	Proteger-se da sua ação	Inserir-se competitivamente	Não consolida
4. Estado	Intervir diretamente no planejamento econômico	Aumento da exportação	Não consolida
5. Inflação	Rejeição das propostas estrangeiras	Controlar inflação	Não consolida
6. Mercado	Negociar para fixar preços	Investir na competitividade	Não consolida
7. Tributos	Recuperar carga tributária	Desonerar a produção	Não consolida

As sete propostas que não se consolidam, como mostra o quadro, não se alteram unicamente devido ao contexto. Em relação à dívida externa ou à inflação pode-se considerar que a influência é direta. Nos outros casos o contexto age para justificar as novas medidas. As transformações das propostas não seguem apenas as novas exigências históricas e sim a mudança na concepção. As modificações programáticas ficam ainda mais claras quando consultamos diretamente aos indicadores construídos para a análise das transformações dos programas:

Quadro 3: Comparação dos programas de Lula pelos indicadores analíticos

Indicadores	1989	2002	Resultado
1. Visão sobre capitalismo	Modelo brasileiro deve ser abandonado, pois prejudica o trabalhador	É possível desenvolvimento capitalista	Modificou
2. Relação entre Estado e economia	Economia deve auxiliar Estado para que este possa investir no social	Estado deve auxiliar desenvolvimento da Economia	Modificou
3. Relação entre capital e trabalho	Assalariado é penalizado	Deve haver união	Modificou
4. Relação entre capitalismo e problemas sociais	Capitalismo é produtor de injustiças sociais	Desenvolvimento capitalista pode resolver problemas	Modificou
5. Principais problemas do país	Capitalismo brasileiro	Modelo FHC	Modificou
6. Principais propostas econômicas	Estado deve administrar o capitalismo	Investir na competitividade	Modificou
7. Relação Sistema Econômico Nacional/ Internacional	Brasil é prejudicado pela relação de submissão à economia	Brasil pode ser soberano se investir na produção	Modificou

Destaca-se, no caso de Lula, que a transformação nas propostas delimita um conjunto de modificações claras na ideologia do partido. Essa situação pode ser denominada de deslocamento ideológico, uma vez que marca transformações na forma de conceber o próprio papel e do que poderia ser o papel de um partido de esquerda na política. Dito de outra forma, as transformações na compreensão dos problemas e nas propostas de políticas para solucioná-los não são somente uma forma de adequar meios à fins. Há uma conversão do programa de governo apresentado pelo PT e por Lula em 2002, que passa a desconsiderar uma leitura crítica mais radical e anti-capitalista, tal qual o programa de 1989, assumindo um discurso de manutenção dos rumos da economia capitalista e de investimento em desenvolvimento social.

3.4. Tabaré Ramón Vázquez Rosas: análise das propostas de 1994 e 2004

O primeiro programa de governo da Frente Ampla, principal força política que formará a coligação vencedora em 2004, foi lançado logo após a sua fundação, em agosto de 1971. A FA apresentou a candidatura de Líber Seregni e de Juan José Crottogini nas eleições presidenciais daquele mesmo ano. O programa possuía quatro medidas fundamentais, além nacionalização dos bancos, propunha a “reforma agrária, nacionalización de los principales rubros del comercio exterior, enérgica acción industrial del Estado, incluyendo la nacionalización de la industria frigorífica” (PLAN ECONOMICO, 1971, s.p.). Essas medidas básicas originaram um conjunto de medidas emergenciais, que aos moldes da Unidad Popular do Chile, foram chamadas de as *30 Primeras Medidas de Gobierno*. Neste documento constam, portanto, os quatro pontos principais que condensam toda a sociedade uruguaia em busca da estabilização econômica, do desenvolvimento produtivo do país e, principalmente, em prol de transformações estruturais: a) reforma agrária, b) nacionalização dos bancos privados, c) nacionalização dos itens de comércio exterior e, d) nacionalização da indústria frigorífica.

Estes itens, orientadores do programa de 1971, são muito semelhantes aos defendidos pela UP do Chile quando Allende vence as eleições, um ano antes. Nota-se uma diferença no *item d*. Como foi visto, nas 30 medidas da UP era prevista a nacionalização do cobre e outros recursos minerais, isso, pois, o cobre era o principal produto de exportação do país. No Uruguai, por sua vez, a pecuária é o principal ramo da produção para exportação, portanto, a nacionalização das indústrias ligadas à produção pecuária era vista como estratégica para o desenvolvimento econômico do país.

Alguns anos mais tarde, em 1984, a Frente Ampla busca ajustar seu programa, aproximando-o dos interesses de Blancos e Colorados. Segundo Fernández (2004, p.161), o texto foi atualizado por economistas de quatro partidos “Luis Faroppa y Ricardo Zerbino por el Partido Colorado, Mario Bucheli y Pedro Lafitte por el Partido Nacional, Danilo Astori y Alberto Couriel por el Frente Amplio, y Frederico Slinger y Hector Pérez Piera por la Unión Cívica”. A proposta era apresentar um programa de governo de *concertación* que oferecesse saídas consensuais às dificuldades do país. Nesse sentido, embora a Frente Ampla tenha sua origem em grupos políticos identificados com a esquerda, em sua primeira década de existência, já apresenta certo deslocamento ideológico, ou, pelo menos, busca uma aproximação com os partidos tradicionais na área econômica.

Desta forma, as modificações nas propostas econômicas de Vázquez são menos agudas que as de Lula. Não porque o uruguaio preserve a tradição socialista que forma parte da esquerda uruguaia e da qual ele é membro, mas porque o processo de deslocamento ideológico se inicia antes de 1994. Assim, as mudanças parecem menores e o deslocamento se torna menos perceptível. Mesmo restringindo a análise às propostas de 1994 e 2004, porém, é possível identificar alguns pontos fundamentais que são alterados, principalmente após o IV Congresso do EP-FA.

As mudanças mais significativas nas concepções das propostas econômicas de Vázquez são melhor observadas, portanto, se comparadas as plataformas eleitorais de 1971 e 2004. Aqui, contudo, a comparação se limita aos anos de 1994 e 2004, não apenas porque são, respectivamente, a primeira tentativa de Vázquez e a sua vitória; mas porque é compreensível uma transformação no programa de governo, impulsionada, principalmente, pela ditadura uruguaia (1973 - 1985). Em 1984, nas primeiras eleições à presidência, a FA apresenta um conjunto de metas de ação que têm, conforme Bayley (1985, p.61), “três pilares esenciales: movilización, concertación y negociación”. A principal preocupação é com o processo de democratização e com a garantia de participação das esquerdas na democracia que se restabelecia.

Com o fim da ditadura e o restabelecimento da democracia, a EP-FA inicia um processo de redefinição da sua auto-percepção e da compreensão do papel da esquerda na política uruguaia. Uma nova identificação ideológica irá se consolidar em finais do ano 2000, com a realização de reflexões de base visando a “actualización ideológica de la izquierda” (EP-FA, 2001, p.1). Em 2001 é realizado o IV Congresso “Tota Quinteros”, em que se formaliza essa nova postura. Segundo Danilo Astori, um dos membros fundadores da FA, duas questões basilares não foram alteradas neste processo, “el carácter antimperialista y antioligárquico del FA no está en el documento de actualización [resultante do IV Congresso] porque está fuera de discusión” (EP-FA, 2001, p.4). Essa postura, porém, vai se tornar menos perceptível no programa de governo de 2004, do que é no programa de 1994.

É relevante considerar, como foi apresentado no segundo capítulo da presente tese, que o surgimento da FA e seu fortalecimento eleitoral é um dos pilares que motivam o golpe de junho de 1973, poucos meses antes do golpe no Chile (HOBSBAWM, 2003). As eleições de 1971 marcam o primeiro resultado de significativa expressão para a esquerda uruguaia. Com 18,28% do total de votos e um programa semelhante ao de Allende, a FA se consolidava como uma força política importante em um cenário pouco propício para intentos de esquerda,

já que a América Latina passava a viver sob a égide de governos militares. Nesse sentido, cabe destacar essa diferença basilar entre os três casos aqui analisados.

No Chile, a vitória de Allende impulsiona o golpe, portanto, ainda havia espaço para a proposição de um programa de esquerda, embora, como mostra a história, não houve condições para a sua consolidação.

No Brasil, o PT surge no final da ditadura, com um discurso que negava algumas das principais tradições da esquerda (que havia sido caçada e praticamente eliminada pela ditadura). Ainda assim, o PT se identifica como de esquerda e apresenta algumas propostas econômicas contrárias ao ordenamento de um sistema capitalista global. A redefinição do seu conteúdo se dará no transcorrer das duas décadas seguintes e é observado nas propostas eleitorais de Lula.

No Uruguai, antes do golpe, também havia espaço para o desenvolvimento da FA como força de esquerda, mas, após o golpe, a possibilidade de um programa de esquerda semelhante ao de 1971 diminui. A FA, assim como os demais grupos de esquerda uruguaios, realiza uma revisão de suas teses, aproximando-as do que, alguns anos depois, seria denominado como a ideologia da nova esquerda. Essa revisão é formalizada em 2001, embora seja perceptível nos programas anteriores.

Desta forma, a FA, nascida em 1971 e cerceada em 1973, se redefine no período da ditadura. Com o retorno da democracia, em 1985, já apresenta deslocamento ideológico. Na primeira participação de Tabaré Vázquez como candidato à presidência, em 1994, é, portanto, uma força política identificada com a esquerda, porém, com um programa econômico mais conservador e que, em grande parte, nega as suas origens históricas. As pequenas transformações entre 1994 e 2004 não expressam inteiramente o deslocamento ideológico, mas indicam os últimos pontos de transformação ocorridos no programa da FA. Além disso, a FA foi agregando outras forças sociais e partidos políticos e ampliando sua aceitação entre diversos setores da sociedade, inclusive entre aqueles avessos à esquerda (BUQUET e CHASQUETTI, 2005).

a) Principais mudanças na concepção do programa de governo:

Uma das temáticas políticas presente na campanha de Tabaré Vázquez, em 2004, foi a **participação popular**. Seu discurso prioriza o termo, principalmente por sua atuação como prefeito de Montevidéu, onde implantou o Orçamento Participativo, mecanismo inspirado no modelo desenvolvido em algumas cidades brasileiras pelas prefeituras do PT (GUGLIANO,

2004). Com isso, a principal identificação eleitoral, almejada e conquistada pelo candidato da EP-FA-NM, decorreu da valorização dos instrumentos de participação popular na administração pública.

Nas propostas econômicas de Tabaré, em 2004, porém, a participação não se restringe aos trabalhadores ou às comunidades mais pobres e tradicionalmente desassistidas pelos governos de blancos e colorados. Segundo o programa vencedor, o governo de Tabaré Vázquez visaria a “generar un ambiente propicio para la actividad empresarial que beneficia al empresario pero que también beneficia a la sociedad” (PROGRAMA, 2004, p.9), o que contrasta com os objetivos traçados no documento “Bases Fundamentales del Plan Económico de Gobierno del Frente Amplio” de 1994, onde se afirma o “control nacional de la actividad económica, apuntando a la búsqueda de la independencia del país” (p.1).

Assim, mesmo que a FA já buscasse orientar seu programa de governo, desde 1984, contando com a participação de membros de outras forças políticas não identificadas com a esquerda, a comparação entre as propostas de 1994 e 2004 mostra algumas modificações na concepção do programa que deixa mais nítida as transformações ideológicas sofridas neste período.

Não se pode afirmar, porém, que o cenário sócio-econômico uruguaio tenha passado por mudanças tão profundas, que justificassem as novas concepções adotadas. A crise econômica uruguaia, aprofundada no transcorrer da década de 1990, não era nova. Na “Plataforma Electoral del Frente Amplio”, de 1994, a conjuntura sócio-econômica uruguaia é analisada. Nesse documento, afirma-se que o “Uruguay está empantanado en una problemática económica y social más grave que la de los años 50; economicamente estancado desde hace treinta años” (PLATAFORMA, 1994, p.1). Em 2004, todavia, a crise assumiu um papel especial para a candidatura de Vázquez, já que, além de tornar-se ainda mais grave, a sociedade uruguaia passou a identificar os políticos tradicionais com a responsabilidade pela estagnação econômica, criando, assim, um contexto de maior aceitação aos partidos que até então não haviam governado e que estavam aglutinados na EP-FA-NM⁶³.

Assim como Lula, Tabaré passa a aceitar, sem maiores restrições, ao livre mercado e ao modelo de desenvolvimento baseado no capitalismo globalizado; além disso, as análises sobre o papel do setor privado na economia passam a considerar equivocada a oposição ao

⁶³ O contexto político brasileiro, possivelmente, também auxiliou a eleição de Tabaré. Durante o período eleitoral uruguaio foi amplamente divulgada pela imprensa (e utilizado pelo próprio Vázquez no seu programa de governo) a identificação entre o candidato socialista uruguaio e o presidente brasileiro. O Brasil se tornou, para os uruguaio, um modelo de desenvolvimento político-econômico e Lula a figura política mais destacada do país, na luta contra a pobreza, recessão e pelo trabalho.

desenvolvimento da economia baseada na produção privada, que era um dos pontos principais dos programas anteriores. Cinco pontos, contudo, se destacam dentre os que se modificam dentro dos programas comparados. Esses pontos representam as formas de conceber as questões ideológicas do programa. Dito de outra forma, essas questões são o espelho das concepções teóricas que moldam as propostas apresentadas no programa econômico.

Os dois primeiros pontos indicam uma mesma transformação na compreensão da economia. O primeiro se refere ao **modelo de desenvolvimento econômico** e o segundo ao **papel do setor privado no desenvolvimento econômico** do país. Em 1994 ainda está presente uma noção estatizante da economia⁶⁴, especialmente do setor bancário. O programa transparece a convicção de que o interesse privado se sobrepõe ao interesse social e, portanto, bancos privados lesam a população e impedem o desenvolvimento do país. Em 2004, por sua vez, essa temática se dissolve. O setor privado não é mais considerado um empecilho à sociedade. O capitalismo não é mais visto como um modelo de desenvolvimento ideal apenas para uma minoria proprietária, como em 1994. Em 2004, considera-se que o modelo capitalista pode ser satisfatório para toda a população. Essa discussão é conduzida, em 2004, para a valorização da participação popular na administração e nas decisões, como forma de evitar os males da concentração e facilitar a distribuição mais equânime da renda. A participação em processos democráticos é o meio para o desenvolvimento econômico mais justo, o que contrasta com a concepção anterior, de que a atuação do Estado, por meio da estatização de setores essenciais, seria capaz de reverter as desigualdades sociais.

Em relação à compreensão da **relação entre os setores produtivos**, isto é, o entendimento da possibilidade de consenso entre os setores, também há uma modificação que merece destaque. Embora em ambos os programas haja a compreensão da necessidade de se fomentar o consenso entre os donos dos meios de produção e os trabalhadores, em relação aos latifundiários e aos camponeses, a possibilidade dessa aliança é apresentada de forma menos conflituosa em 2004. No programa de 1994 consta que haverá camadas lesadas no processo de implementação de determinadas propostas, como é o caso da nova estrutura agrária. Grandes proprietários serão despossuídos e pequenos e médios produtores, assim como desempregados, terão chance, por meio da atuação do Estado, de trabalhar na terra. Assim, a integração entre proprietários e não-proprietários se dá pelo papel intermediário do Estado,

⁶⁴ É importante ressaltar que a questão definidora da esquerda não é a proposta de estatização. A perspectiva estatizante reflete, dentro das possibilidades do cenário uruguaio, a leitura de que o capitalismo de livre mercado é incapaz de garantir igualdade social. A concepção crítica ao modelo capitalista apresenta, portanto, características de esquerda. Assim, não é a proposta, mas a concepção de base que define a proposta que traduz a concepção ideológica.

que promove a reestruturação do meio rural. No programa vitorioso, porém, essa questão não aparece de forma incisiva. Auxiliar os exportadores a melhorar a produtividade e, ao mesmo tempo, incentivar maior justiça social por meio das leis trabalhistas existentes. Dito de outra forma, segundo o programa vitorioso, o ideal seria proteger grandes produtores (exportadores) e pequenos (cooperativas, família, desempregados) conforme suas necessidades em prol do desenvolvimento econômico. Cabe ressaltar que tanto no programa de 1994 quanto no de 2004, o termo “reforma agrária” não é mencionado, embora este esteja presente no programa de 1971.

O **relacionamento entre as camadas sociais** também se apresenta de formas diferentes. No primeiro programa de governo defendido por Vázquez, a pobreza e a desigualdade não são resultado direto do capitalismo; não se combate o capitalismo, portanto, como um sistema necessariamente excludente. Este programa compreende que os problemas sociais decorrem da alta concentração de riquezas, característica de um capitalismo atrasado como o uruguaio. O desenvolvimento do modelo econômico capitalista com respeito aos marcos da justiça social e dos direitos humanos é a solução para equacionar os problemas. Dito de outra forma, as camadas sociais podem conviver, desde que ocorra uma melhor divisão dos resultados da produção. No programa de 2004, por sua vez, a questão se traduz no correto manejo e distribuição do poder. Os setores mais pobres da sociedade sempre foram alijados do acesso aos instrumentos de tomada de decisão; assim, sem representação política, nunca foram agraciados pelo poder público com políticas eficientes e que possibilitem transformar suas realidades. A proposta defendida é que as políticas sociais, voltadas para atender as parcelas excluídas da população, serão desenvolvidas conforme a demanda expressa pelos indivíduos nas esferas de participação popular.

Um dos pontos mais importantes dos programas de governo de Tabaré se refere à **questão agrária**. O Uruguai, por ser um país cuja principal fonte de divisas é o setor primário, necessitaria de uma transformação profunda no setor. Em 1994, essa transformação advém de uma reestruturação do sistema de exploração no campo. Essa reestruturação passa pelo fim de latifúndios, que serão expropriados e controlados pelo Estado. As terras serão consignadas aos trabalhadores cooperativados ou familiares. Em 2004 essa perspectiva não é retomada. O investimento na produção cooperativa e na produção para exportação é a forma de conciliar os interesses dos grandes produtores e dos campesinos.

Por fim, o papel do Estado também é um ponto que sofre alterações significativas nas plataformas eleitorais de Vázquez. Em 1994 o **papel do estado na economia** é fundamental, já que cabe a ele, por meio de uma planificação seletiva, organizar os setores produtivos mais

importantes para o desenvolvimento econômico uruguaio. Em 2004, cabe ao estado fornecer instrumentos e incentivar a implementação de mecanismos de escolha pública também nos rumos da economia. Cabe lembrar que isso, no Uruguai, é um discurso que encontra respaldo na constante participação da população por meio de plebiscitos. O Estado, segundo o programa de 2004, deve ser o mediador dos diversos interesses sociais em jogo, utilizando, para isso, os mecanismos de participação popular na administração pública. Na esfera econômica todos os interesses devem ser ouvidos e balanceados.

O quadro abaixo apresenta as principais alterações nas concepções das propostas de Tabaré Vázquez:

Quadro 4: Alterações na concepção dos programas de Vázquez

Concepção	Como era em 1994	Como ficou em 2004	Resulta
1. Modelo de Desenvolvimento	Sistema planejado de organização leva ao desenvolvimento voltado para o fim da crise. Concebe o investimento nas produção dos pequenos produtores.	Investimento em tecnologia de ponta. Investimento no setor privado e misto. Consta que: “La intervención del Estado, se basará en un Plan de Desarrollo Económico surgido de los acuerdos entre todos los sectores vinculados a la producción” PROGRAMA,2004, p.14	Modifica
2. Setor Privado	Programa estatizante de vários setores, bancário, agrário, produtivo em geral e comercial.	Não a participação do Estado nas atividades básicas.	Modifica
3. Consenso entre os setores	O Estado deve intervir para levar a integração para o desenvolvimento	Mecanismos de participação e administração descentralizada	Modifica
4. Relação entre as camadas sociais	Opressão e desigualdade têm sua origem na alta concentração de terra e bens	É possível desenvolver uma sociedade integrada por meio da democracia	Modifica
5. Questão agrária	Expropriação de terras e investimento na exportação	Investimento na exportação	Modifica
6. Papel do Estado	Planejar, expropriar, organizar e suplantar o latifúndio.	Implementar formas participativas de decisão	Modifica

Há, assim, uma redefinição na concepção do programa de governo de Vázquez que se reflete em suas propostas econômicas. A nova forma de compreender o papel político da

esquerda nas questões econômicas não passa, portanto, por uma crítica ao modelo econômico capitalista, mas pela compreensão de que algumas transformações podem torná-lo mais eficiente e satisfatório para toda a sociedade. Um exemplo disso pode ser percebido quando comparadas as distintas análises sobre o capitalismo e os problemas sociais. No programa de 1994 consta que os problemas sociais uruguaios possuem “dos grandes causas entrelazadas. Por un lado, el predominio de un pequeño pero poderoso grupo oligárquico de grandes capitalistas que monopolizan la tierra, la industria y la intermediación, haciendo primar sus objetivos de lucro individual por encima de los intereses nacionales y populares. Por otro lado, la subordinación a los grandes centros del imperialismo, en los planos comercial, productivo, tecnológico y financiero” (PROGRAMA, 1994, p.1). Assim, não é o capitalismo em si, mas as características singulares da sua forma no Uruguai. Em 2004, por sua vez, além da concentração de riquezas, existe a compreensão de que a abertura do mercado sem investimentos maciços nos diversos setores da produção ocasiona um aprofundamento da crise. Assim, a compreensão se distancia ainda mais de uma crítica ao modelo econômico capitalista e passa a versar sobre a incompetência administrativa de blancos e colorados.

b) Principais mudanças nas propostas (que propostas que não se consolidam)

O conjunto de transformações na concepção do programa econômico de Tabaré Vázquez se reverte em mudanças específicas nas propostas, perceptíveis por meio da comparação entre os documentos lançados em 1994 e 2004, conforme apresentado a seguir:

Sistema econômico e questão social: Em referência ao sistema econômico e sua relação com problemas sociais, as propostas apresentadas por Tabaré Vázquez, em 1994, não se consolidam no programa de 2004. Na primeira plataforma de governo, Vázquez afirma que é urgente a reestruturação da produção para atingir uma melhor distribuição da riqueza. Políticas públicas serão dirigidas para o controle de setores específicos da produção, além disso, se investirá na retomada da indústria e nos pequenos e médios produtores rurais e na redistribuição de capital. Consta no documento de 1994 que o governo de Vázquez realizará “transformaciones de fondo en la estructura económica, de modo de garantizar la hegemonia del interés nacional y popular. Por eso, dichas transformaciones deberán favorecer el acceso de los trabajadores a los recursos económicos y a la organización del proceso productivo” (PROGRAMA, 1994, p.1).

Em 2004, por sua vez, consta que “la búsqueda de soluciones a las contradicciones naturales entre intereses diferentes supone la generación de âmbitos adecuados de

negociación” (EP-FA-NM, 2004, p.9). Essa concepção leva a proposições como a de que “el Uruguay productivo no es sólo el de los grandes emprendimientos. Es también – y fundamentalmente – un proyecto que ha de integrar las pequeñas y medianas empresas y al movimiento cooperativo” (EL GOBIERNO, 2004, p.2).

Os trechos citados ilustram uma nova compreensão, a de que o governo deve operar para o desenvolvimento econômico em todos os setores, tanto entre os grandes produtores quanto entre os trabalhadores e que por meio da negociação dessas camadas sociais se assegura um desenvolvimento equilibrado. Em 1994, embora haja a preocupação com os exportadores, a solução dos problemas sociais passa pela redistribuição e incentivo direto aos trabalhadores e pequenos produtores e não pelos latifundiários e donos de indústrias.

Sistema bancário e financeiro: As propostas relativas ao sistema bancário e financeiro são as que sofrem, mais nitidamente, alterações que caracterizam o deslocamento ideológico da esquerda uruguaia coligada na EP-FA-NM. No programa econômico de 1994 se afirma que “se estatizará el sistema bancario para ponerlo al servicio de los intereses populares y nacionales, sustrayendo a la usura y la especulación, y creando así las condiciones para que el ahorro y el crédito se destinen principalmente a los requerimientos de la producción” (PROGRAMA, 1994, p.2). Fica claro, portanto, uma postura contrária a total liberdade de mercado e, principalmente, a afirmação da necessidade do estado controlar os meios de desenvolvimento econômico, como o sistema bancário, em prol dos trabalhadores.

Em 2004, por outro lado, no conjunto de propostas econômicas, não se menciona qualquer alteração na estrutura bancária. Não existe, no principal documento apresentado ao eleitor em 2004, qualquer menção ao sistema bancário e se afirma que no governo de Vázquez “promoveremos un diseño institucional adecuado para lograr un funcionamiento más eficiente de los mercados” (EL GOBIERNO, 2004, p.2). Além disso, “impulsaremos políticas públicas orientadas a mejorar la tasa de expansión de largo plazo de la economía” (EL GOBIERNO, 2004, p.2).

Estado: A grande participação do estado marca o primeiro programa de Vázquez, onde se afirma que “el frente amplio postula la adopción de la planificación como instrumento de gobierno. A estos efectos, se creará un organismo especializado en el que tendrán participación orgánica los trabajadores, los productores, los técnicos y los representantes del poder político” (PROGRAMA, 1994, p.3). Essa postura estatizante reflete a tentativa de tornar público aquilo que é privado e, portanto, aponta para uma aversão ao desenvolvimento baseado no setor privado. Com isso, a candidatura apresenta uma valorização do papel do

Estado na condução das transformações econômicas e da reestruturação do modelo de desenvolvimento.

Essa postura se modifica em 2004 e o Estado passa a ser compreendido como peça fundamental na solução das questões sociais e não na organização direta da economia. Segundo o documento que oferece as bases para as propostas, chamado de “Grandes Lineas Programáticas 2005-2010” o Estado “contribuirá a resolver las cada vez más grandes desigualdades sociales existentes en el país y tendrá una presencia activa y directa en las áreas estratégicas de la economía, desarrollando firmemente su función de **articulador** y su rol **regulador**” (2004, p.6, grifo meu).

Indústria e Mercado: Em 2004, a função do governo perante o mercado é de garantir os níveis de confiança adequados para o investimento e desenvolvimento. Segundo o programa de governo (2004, p.6), “la seguridad y la confianza se logran con reglas claras y transparentes para todos”. Em relação à indústria, o Estado deve facilitar a competitividade no mercado interno e externo, por meio de investimentos no setor primário. A “industrialización debe ser uno de los objetivos centrales del país productivo por su contribución a la agregación de valor, la generalización de empleo genuino, la incorporación de tecnología y canalización de excedentes hacia el exterior” (GRANDES LÍNEAS, 2004, p.10). Além disso, a economia deve se basear na “producción competitiva. Es decir, de cantidad, calidad, precio, oportunidad y máxima diferenciación posible, tal que hagan factible su fluida exportación y presente ventajas para enfrentar normalmente la competencia de productos elaborados en el exterior” (GRANDES LÍNEAS, 2004, p.10).

Em 1994, afirma-se, por sua vez, que será posto em prática “presencia estatal a través de empresas u otras formas de intervención en el proceso económico, así como la existencia de organizaciones en que participen los trabajadores y los productores privados. Se fomentará el movimiento cooperativo” (BASES FUNDAMENTALES, 1994, p.7). A proposta de um novo estatuto para a regulação econômica passa pela seleção dos investimentos conforme os interesses populares e é voltado para o desenvolvimento social do país. Com isso, se postula a “recuperación del control nacional de la economía, (...) la búsqueda de una nueva integración internacional, a partir de una clara postura antiimperialista” (BASES FUNDAMENTALES, 1994, p.7).

Setor agropecuário e trabalho: Em ambos os programas de governo a questão rural aparece de forma central. Em 1994, a proposta é de uma reestruturação com divisão equânime das terras excedentes, de propriedade de estrangeiros ou improdutivas. Conforme o documento de 1994 se afirma ainda, que “se ayudará a los pequeños y medianos productores,

en tanto que las deudas de los grandes empresarios no seguirán siendo subsidiadas, exigiéndose su pago” (p.3). En 2004, por otro lado, la cuestión del auxilio y pago de deudas se modifica, se tornando genérica, amplia e irrestricta. Además de eso, pierde el carácter de oposición al gran propietario, afirmando que “en lo que hace al endeudamiento privado, buscaremos mecanismos que amplíen la capacidad de pago de los deudores y que asignen un tratamiento favorable a quienes demuestran voluntad de pago (a partir de un estudio caso a caso). Ningún uruguayo, ninguna uruguaya que se haya endeudado trabajando y quiera pagar lo que debe, perderá lo suyo” (EL GOBIERNO, 2004, p.3).

Además de eso, el programa de 1994 busca proponer soluciones al problema de la tierra que no son discutidas en 2004, como la creación de un

nuevo sistema de propiedad, tenencia y explotación de la tierra, que supondrá la convivencia de dos grandes formas de propiedad y una diversidad de unidades productivas. El área no reformada se asentará en la propiedad privada de la tierra y otros medios, y se basará en los actuales pequeños y medianos productores, que por su carácter no serán afectados por las expropiaciones y – en cambio – se verán beneficiados por el resto de las medidas del programa. En esta área, se promoverá también la concentración parcelaria de las unidades más pequeñas y la formación de organizaciones cooperativas de mayor dimensión económica. En la área reformada, la propiedad de la tierra y de los complejos agroindustriales afectados será social y administrada bajo formas descentralizadas de gobierno (PROGRAMA, 1994, p.3-4).

Otro punto relevante de los programas es en relación al empleo. En 2004, el programa afirma que “el desempleo estructural sin duda tiene mucho que ver con la dinámica del Plan de Estabilización que basó su estrategia en la combinación de una apertura externa irrestricta con una política cambiaria que desprotegió aún más la producción y encareció los costos internos. Ello generó destrucción de producción nacional y por lo tanto de empleos” (PROGRAMA, 2004, p.3). Para solucionar el problema una de las propuestas es a “reducción gradual de aportes patronales a la seguridad social. En tanto impuesto al trabajo, su reducción propiciará la mayor demanda de empleo y contribuirá a reducir el desempleo” (PLAN POR EL TRABAJO, 2004, p.6).

Esta cuestión contrapone-se no apenas al programa de 1994, que afirma que “se crearán las condiciones para una amplia participación de los trabajadores, tanto en las decisiones de planificación y de planeamiento de la industria, como en la Corporación Industrial del Estado y en las empresas estatales y mixtas” (PROGRAMA, 1994, p.5), mas también, a algunas afirmaciones del propio programa de 2004. En otros sectores productivos, como el agrícola, el programa afirma que es necesario un desarrollo sustentable que respete las leyes laborales, o en el sector de política internacional, que se afirma que el gobierno buscará “la defensa, desarrollo y promoción de los derechos de los trabajadores y los sistemas

de previsión social. Promoveremos acciones (...) [para] combatir la precariedad laboral y el desempleo que la pretendida ‘flexibilidad laboral’ impulsada por el neoliberalismo ha hecho crónicos en vastos sectores sociales” (EL GOBIERNO, 2004, p.55).

Assim, esse ponto se apresenta de forma contraditória. Diminuir a elevada quantidade de impostos sobre o trabalho é apresentado como uma das soluções para a diminuição do desemprego, porém, é uma afirmação que contém implícita a compreensão de que há alta taxação e que esta prejudica o empregador que, portanto, acaba investindo menos na contratação de mão-de-obra. Por outro lado, no mesmo ano, se afirma que se deve combater a flexibilidade e precariedade laboral. O combate somente é possível por meio do Estado e da garantia das leis trabalhistas. O quadro 2 apresenta um resumo das principais alterações nas propostas de Vázquez, discutidas até aqui.

Quadro 5: Alterações nas propostas de Vázquez

Alterações	1994	2004	Resultado
1. Sistema econômico e questão social	Planejamento e desconcentrar a riqueza por meio de investimentos prioritários na pequena produção.	Investir no exportador privado e participação cidadã. Políticas para setores excluídos pela melhor distribuição das riquezas.	Não consolida
2. Sistema bancário e financeiro	Estatização do sistema bancário privado e reversão do crédito para pequenos e médios produtores. Captação de recursos internacionais. Centralização das definições de câmbio.	Investimentos no desenvolvimento da economia em todos os setores.	Não consolida
3. Estado	Intervir no planejamento econômico para equacionar desigualdades. Planificação.	Promoção de mecanismos de participação	Não consolida
4. Indústria e Mercado	Fixar preços, investir em cooperativas de produção e consumo. Investir na substituição de importação e em setores exportadores	Investir na competitividade exportação	Não consolida
5. Setor agropecuário e trabalho	Estatização e reforma do setor agropecuário. Respeito às leis trabalhistas no campo. Aumento e regulação do salário mínimo	Modernização, industrialização, competição.	Não consolida

Desta forma, como mostra o quadro, ocorre com Tabaré Vázquez o mesmo que com Lula. As propostas econômicas que não se consolidam não se alteram unicamente devido ao contexto. Há uma trajetória definida, explícita nos documentos de campanha, que pontua as transformações. As modificações programáticas ficam ainda mais claras quando consultamos diretamente aos indicadores construídos para a análise das transformações dos programas:

Quadro 6: Comparação dos programas de Vázquez pelos indicadores analíticos

Indicadores	1994	2004	Resultado
1. Visão sobre capitalismo	Não há problema no modelo capitalista e sim no que ocorre no país, que concentra renda e prejudica o trabalhador.	É possível desenvolvimento capitalista.	Modificou
2. Relação entre Estado e economia	Estado deve contribuir para solucionar os problemas sociais intervindo na economia e revertendo quadros de injustiça. Discurso privilegia trabalhadores e pequenos produtores.	Estado deve auxiliar desenvolvimento da economia baseada no livre mercado. Incentivo a participação do país no mercado externo.	Modificou
3. Relação entre capital e trabalho	Assalariado é penalizado.	Deve haver união.	Modificou
4. Relação entre capitalismo e problemas sociais	Capitalismo uruguaio é produtor de injustiças sociais.	Desenvolvimento da produção pode resolver problemas, por meio da ação do Estado.	Modificou
5. Principais problemas do país	Alta concentração de capital.	Exclusão social e falta de oportunidade de trabalho.	Modificou
6. Principais propostas econômicas	Estado deve administrar o capitalismo, reestruturando a produção rural e indústria.	Investir na produção para exportação e nos pequenos trabalhadores rurais.	Modificou
7. Relação Sistema Econômico Nacional/ Internacional	Uruguai é prejudicado pela relação de submissão à economia internacional.	Uruguai pode ser soberano se investir na produção para exportação e na substituição de importação.	Modificou

A análise realizada mostra que, apesar das transformações no programa de governo da FA terem iniciado no fim da ditadura, em 1984, e a formalização de uma nova compreensão do papel da esquerda no Uruguai ter sido realizada em 1991, determinadas modificações também são perceptíveis nos programas apresentados por Vázquez em 1994 e 2004, indicando que ocorreu o deslocamento ideológico nesse período.

3.5. A não-consolidação da esquerda e a necessidade de explicação

A não-consolidação de programas de governo de esquerda na América Latina ocorre de duas formas distintas. A primeira forma, por meio do golpe de estado, foi apresentada pela análise da situação vivenciada no Chile durante o governo da Unidad Popular. A segunda forma, deslocamento do conteúdo dos programas de governo, foi apresentada por meio da análise do conteúdo econômico das propostas de Lula e Tabaré.

A dimensão econômica, aqui analisada, foi o centro das transformações por que passou parte da esquerda para atingir o poder. Assim como, para Allende, a implementação dessa dimensão foi considerada a mais conflituosa e uma das variáveis fundamentais que motivaram o golpe. Enquanto Allende chega ao governo ostentando um conjunto de propostas contrárias ao livre mercado, Lula e Tabaré modificam seus programas, adotando um postura menos radical, respeitosa dos marcos da economia capitalista. O deslocamento ideológico ocorre de forma diferente nos dois casos estudados uma vez que Vázquez se torna candidato em uma coligação de partidos que já havia iniciado a transformação do programa em direção a uma maior aceitação dos limites de uma economia capitalista.

Marco Aurélio Garcia, assessor especial do presidente Lula, expõe a importância do exemplo de Allende para a esquerda latino-americana perguntando, essa que é uma questão tradicional da esquerda:

é possível uma experiência de esquerda na periferia do capitalismo, como é o caso do Brasil e de outros países? Essa experiência está condenada de antemão a ser inviabilizada e um governo de esquerda que se constituir vai terminar como terminou o governo de Allende ou como terminaram outros governos de esquerda na América Latina? Ou ele vai necessariamente trair o seu ideário? (GARCIA, 2005, p.63)

Apesar de não responder a questão, Garcia destaca a existência de três possibilidades para um governo de esquerda. A primeira possibilidade é que a implementação de transformações dentro da democracia é viável, a segunda é que as demandas da esquerda são

eliminadas pelo deslocamento ideológico e a terceira, que o governo de esquerda é destituído pelo golpe de estado. O primeiro resultado não encontra respaldo empírico. Já os dois últimos resultados, que inviabilizam transformações à esquerda, são aqui agrupados como um mesmo fenômeno, a não-consolidação de programas de governo de esquerda. Considerar deslocamento e golpe como um mesmo fenômeno não implica, contudo, desconsiderar as diferenças internas de cada categoria e de cada caso analisado, já que o deslocamento ideológico é operado em uma etapa anterior ao golpe. Dito de outra forma, o deslocamento está intrinsecamente ligado ao que os eleitores manifestam de forma democrática nas urnas, enquanto o golpe condiz com o rompimento da democracia após a escolha do governo.

Por outro lado, o aumento do apoio popular é comum entre os casos estudados. Um aumento relativo no caso de Allende⁶⁵, expresso em eleições ao executivo municipal e ao parlamento, onde os partidários da UP apresentaram desempenho eleitoral final acima do desempenho de Allende em sua vitória⁶⁶; e, no caso de Lula e Tabaré, um aumento direto do eleitorado. Além disso, em ambas as situações foram necessárias alianças com partidos de centro, embora Allende não tenha conseguido concretizar essa aproximação. Nesse sentido, o deslocamento é dosado na medida dos resultados eleitorais, na capacidade e necessidade de realizar alianças e ampliar as bases de apoio político. O golpe, até certo ponto, ocorre pela ausência ou incapacidade dessa ampliação de alianças. Esses contrastes serão aprofundados no último capítulo do presente trabalho.

Por fim, o que une os três casos estudados é que a participação da esquerda na democracia latino-americana é marcada pela não-consolidação de suas propostas econômicas, portanto, a primeira alternativa sugerida por Garcia (2005), a de implementação de um projeto de esquerda, não ocorre na América Latina.

Se os partidos analisados reconheçam as reduzidas opções para um possível governo de esquerda dentro dos marcos da democracia (inviabilização por golpe ou inviabilização por deslocamento ideológico) não significa que houve a escolha deliberada por uma opção específica. Como foi visto, especialmente no caso de Allende, a escolha foi tornada necessária, contudo, não foi possível realizá-la devido às limitações conjunturais. Por um

⁶⁵ Em termos teóricos, os resultados de eleições em outras esferas podem ser questionados como medida para afirmar que o apoio popular ao governo da UP aumentou, porém, a interpretação, tanto da UP quanto dos partidos da oposição, naquele contexto, foi que representava o aumento da aceitação. Dito de outra forma, o resultado contribuiu para o clima e os intentos golpistas.

⁶⁶ Prothro e Chaparro (1976) apresentam pesquisas eleitorais realizadas pelo jornal *Ercilla*, em setembro de 1972, que mostram que Allende mantinha grande aceitação da população e que, pela intenção de voto, se repetido os mesmos candidatos à presidência de 1970, venceria novamente, com uma margem ainda maior.

lado, estava a esquerda mais radical, que demandava *avanzar sin transar*, por outro, a direita, que lutava contra as transformações econômicas e, por outro, o centro temeroso da radicalização do governo. Os registros documentais não permitem afirmar categoricamente se Lula e Tabaré optaram pelo deslocamento de seus programas, contudo, existem pequenas evidências, como discursos e documentos afirmando a necessidade estratégica de buscar alianças e modificações do programa, que indicam o posicionamento influenciado pelo reconhecimento dos limites vivenciados por Allende⁶⁷.

Mesmo que não haja uma opção deliberada, as transformações dos programas de Lula e Tabaré parecem acompanhar as diversas descrições que a teoria política vem realizando sobre a realidade e sobre a adequação da política às novas conjunturas socioeconômicas. É o caso da noção de que a transformação do conteúdo, tanto da esquerda quanto da direita, mas principalmente da primeira, é resultado do processo de desenvolvimento praticamente inevitável do modelo econômico capitalista. Ou de que a alteração da base social central da esquerda, do proletário para o excluído, leva à modificação das propostas para atender a necessidade de inclusão. Ou, ainda, que as reivindicações por redistribuição são substituídas por reivindicações por reconhecimento identitário, característico de sociedades pós-socialistas⁶⁸. Se o abandono da oposição ao livre mercado, por parte da chamada nova esquerda, é resultado dos processos de transformação dos valores, do juízo do que é melhor ou do desenvolvimento de condições socioeconômicas específicas, elas expressam a existência, além da escolha individual, como na teoria do voto racional (DOWNS, 1957), de uma dimensão comum de valores sociais que atuam sobre o que se considera a base da democracia, a liberdade individual de opinião.

Assim, o argumento de que a preferência individual, expressa nas eleições por meio do voto, é fator explicativo das transformações da esquerda pode ser problematizado. Esse questionamento será desenvolvido no capítulo seguinte quando se apresentará a não-consolidação como um fenômeno passível de ser estudado pelas ciências sociais. Isso, pois, se argumentará que existem bases ideológicas que permeiam a sociedade como parte da socialização, mas que, devido à hegemonia, garantem a manutenção do modelo de livre mercado capitalista. Por isso, não apenas conduzem ao deslocamento ideológico, mas, como

⁶⁷ Em Amaral (2003) as transformações são consideradas intencionais, mas não vinculadas à experiência da UP chilena.

⁶⁸ Descrição esta que parece caber à realidade da dita nova esquerda que, conforme foi dito anteriormente, passa a abarcar um novo eleitorado, composto por minorias políticas (mas maiorias populacionais). É o caso das reivindicações identitárias étnicas, raciais, de gênero, da juventude, dos homossexuais, entre outros, deixando de lado somente a representação da classe proletária e, no caso latino-americano, do campesinato.

será apresentado, impedem o desenvolvimento de propostas que visem romper com o livre mercado capitalista. Definindo-se, portanto, o que aqui se denomina como restrição de abrangência ideológica da democracia.

5. A não-consolidação como expressão da ideologia dominante: elementos fundamentais da restrição de abrangência ideológica da democracia

É possível utilizar dois prismas para se compreender a não-consolidação da esquerda na América Latina. O primeiro é caracterizado pela centralidade do indivíduo e o segundo pela centralidade da sociedade na definição da opinião dos eleitores.⁶⁹

A primeira perspectiva veria o resultado da não-consolidação intimamente ligado às aspirações individuais dos eleitores, dito de outra forma, o cidadão, detentor de opinião individual, decide o que é melhor para si e assim, a não-consolidação da esquerda se dá pela vontade da maioria dos indivíduos. A segunda perspectiva afirma que a opinião individual é resultado de aspectos compartilhados coletivamente por meio da ideologia, desta forma, uma opinião individual não é de todo original, mas existe dentro de um conjunto de possibilidades disponíveis na sociedade, acessíveis por meio da cultura e de valores sociais compartilhados. Desta forma, a não-consolidação de programas de esquerda pode ser entendida como resultado da hegemonia de certos valores que perpassam a sociedade e produzem determinado consenso.

A primeira perspectiva, dominante nos estudos sobre a Democracia, principalmente nos Estados Unidos, é insuficiente para compreender a não-consolidação como um fenômeno social. Se cada indivíduo possui uma opinião autônoma, formada livremente, pois é formulada sob o conjunto de elementos que caracterizam a democracia, o voto, considerado como resultado político das preferências individuais, é a medida possível da vontade geral (por meio da soma da vontade dos indivíduos). Essa linha teórica, por sua vez, não permite a compreensão de que a não-consolidação da esquerda é um fenômeno social passível de estudo científico porque não percebe a existência de uma base coletiva que influi na opinião dos

⁶⁹ Segundo Singer (2002) existem três grandes escolas de explicação do voto, a sociológica, a psicosociológica e a econômica ou da escolha racional. O objetivo aqui, contudo, não é explicar a origem da motivação do voto, mas compreender a não-consolidação como fenômeno passível de análise sociológica.

eleitores. O pressuposto desta perspectiva é baseado na noção de que a racionalidade do eleitor é guiada pela busca por maximizar os ganhos individuais e, portanto, o voto reflete o cálculo racional da satisfação individual resultante de determinada escolha política.⁷⁰

Nessa perspectiva, a democracia não apenas dependeria da autonomia dos indivíduos, mas seria o ambiente ideal para o desenvolvimento da capacidade de decisão individual e da formação de opinião própria, que caracterizam a autonomia individual (BOBBIO, 2001). Isso, pois, a democracia seria um modelo político neutro, que permitiria a liberdade de expressão e reivindicação (DAHL, 2005b), e, como nenhum outro modelo, possibilitaria a auto-expressão (INGLEHART, 2006). Esta última característica não seria apenas da democracia, mas, conforme Inglehart (2006), estaria profundamente ligada à própria modernidade, que faz surgir um novo tipo de sociedade ainda mais intensamente baseada na “most typically ‘human’ ability – the ability to make autonomous choices” (INGLEHART, 2006, p.137). Para o autor, a modernidade seria o ambiente mais propício para o desenvolvimento da democracia liberal, devido às características socioeconômicas advindas da industrialização que produzem valores de apoio à democracia.

A noção de autonomia pode ser compreendida como o faz Przeworski, que define que ela é “the ability to participate in the making of collective decisions” (PRZEWORSKI, 2003, p.273), ou seja, como a capacidade e a oportunidade que os cidadãos possuem de intervir individualmente e interagir livremente com o coletivo na formação das decisões. Assim, como afirma Kelsen, “political freedom is liberty, and liberty is autonomy” (KELSEN, 2000, p. 285).

A democracia é considerada como o sistema político que melhor garante a existência de “substantial individual freedom of believe, opinion, discussion, speech, publication, broadcast, assembly, demonstration, petition, and (why not) the internet” (DIAMOND, 2008, p.22) fundamentais para a auto-expressão individual autônoma na sociedade contemporânea. O pressuposto é que a democracia é o sistema político que melhor garante a liberdade e, portanto, é um sistema intrinsecamente ligado à autonomia dos indivíduos.

A perspectiva coletivista, por sua vez, compreende o processo de constituição de idéias e valores mais amplos, que potencialmente influenciam a formação dos interesses

⁷⁰ Uma pergunta de pesquisa possível para esse paradigma seria por que os eleitores latino-americanos, ao escolherem seus presidentes, privilegiam aqueles que apresentam propostas econômicas mais ortodoxas. A resposta estaria centrada nas motivações individuais e não nas limitações político-econômicas características de uma sociedade cujos valores ideológicos restringem as possibilidades de transformação, enfoque esse defendido nessa tese.

individuais, como sendo dependente, de modo geral, das maneiras de agir, de pensar e de sentir exteriores ao indivíduo e que tem poder de influenciar sua ação. Essa compreensão guarda, de certa forma, semelhanças com a definição durkheiminiana das representações coletivas que caracterizam o fato social. Para Durkheim essas representações poderiam também influenciar a neutralidade do cientista, formando o que ele definiu como ideologia (DURKHEIM, 1995).

Nesse sentido, por exemplo, Gabriel Tarde (2005), um dos introdutores do método estatístico para estudo dos fenômenos sociais, vai questionar o voto como o momento de expressão das decisões individuais; conforme o autor, as opiniões se difundem muito mais por um processo de imitação social⁷¹ do que pela capacidade de autonomia, individualidade e originalidade dos seus autores. Para ele, “os indivíduos vão periodicamente votar, não para decidir qual sentido deverá ter sua comunidade, mas muito pelo contrário para se informar sobre o que sucedeu”, assim, “a identidade individual e a identidade coletiva só se tornam inteligíveis após essa operação estatística de revelação” (REYNIÉ, 2005, p.XVII). Em outras palavras, a eleição seria a explicitação de uma consciência coletiva, utilizando os termos de Durkheim, ou da ideologia, considerada como conjunto de idéias subjacente ao convívio e às experiências sociais, isto é, como sistema de crenças que permeia a vida em comunidade em determinada sociedade (PLAMENATZ,1970).

Assim, como se buscará argumentar no presente capítulo, a democracia liberal se baseia na pretensa virtude da autonomia individual na formação das opiniões coletivas, contudo, a autonomia individual na formação da opinião será problematizada à luz do conceito de ideologia, entendido, não como visão de mundo ou sistema de crenças, mas, principalmente, pela noção de falsa consciência, tal qual a compreensão marxista. Se utilizará, porém, a perspectiva gramsciniana de hegemonia, que na sua formulação original nega o conceito negativo de ideologia. Acredita-se que a hegemonia, como condição específica de poder de uma ideologia (ou consciência, no caso de Marx), se torna falsa consciência para os que não compartilham originalmente de seus valores e crenças. Com isso se mostrará que para existir, a democracia liberal necessita de um constructo ideológico hegemônico, que condiciona as possíveis variações ideológicas no seu interior. Na presente tese, a condição infligida pela hegemonia às possibilidades da democracia abarcar todos os conteúdos ideológicos, que é um dos seus valores definidores, se denomina restrição de abrangência ideológica da democracia. A ação desse fenômeno é observável na não-consolidação de

⁷¹ Note-se que, para Tarde (2005), não se trata de coerção, como o é o fato social para Durkheim.

programas de governo de esquerda, que versam contra o livre mercado e os valores sociais que lhe conferem suporte.

5.1. O papel do indivíduo na democracia

O debate sobre democracia inevitavelmente envolve certa preocupação com a opinião pública; se ela existe, o que ela é? Como ela é formada? Qual a sua importância para a democracia? Qual a relação entre opinião pública e o voto? E, por fim, qual a influência da ideologia no processo de decisão do voto? Longe de buscar sumarizar as respostas, o presente capítulo se concentra em debater a formação de opinião como expressão coletiva e não como ação individual e a relação da formação da opinião com a não-consolidação de programas de governo de esquerda.

Segundo Sartori, “elections are only the time when single expressions of will are counted. Elections register the voter’s decision; but how are these decisions arrived at? Elections compute opinions; but where do these opinions come from and how are they formed?” (SARTORI, 1962, p.73). Embora condicione a relação entre governante e governado ao momento do voto, o autor não desconsidera a existência de um cenário pré-eleitoral que influencia a opinião. Para ele, portanto, há uma opinião pública, “be it democratic or not, there is always, inevitably, a public opinion” (SARTORI, 1962, p.74). O que define a opinião, como sendo pública, é a liberdade na sua formação. Esse critério se reflete na distinção realizada pelo autor, entre “(i) an opinion that is public merely in the sense that it is disseminated *among* the public, and (ii) an opinion which the public to some degree has formed by itself” (SARTORI, 1962, p.74). A primeira forma é transformada em pública embora não seja formada pelo público. A segunda reflete a autoria da opinião pública pelos indivíduos. Conforme o autor, a primeira geralmente é resultado da vontade do Estado imposta sobre a sociedade e a segunda expressa a independência entre a formação da opinião dos cidadãos e os interesses de um Estado centralizado.

Para garantir uma opinião pública livre dos interesses do Estado, a democracia seria um instrumento imprescindível, quando atende aos critérios de pluralismo, liberdade de expressão e competição política. Nesse sentido, para Sartori, a democracia está intrinsecamente ligada à opinião pública, de modo que, a existência da democracia implica a existência de opinião pública.

Tanto a opinião originalmente pública quanto a opinião tornada pública dependem de meios de comunicação. Por isso, para Sartori (1962), a democracia é o melhor caminho para a formação de opinião, já que há multiplicidade de fontes de informação e abertura para discussão, o que leva à diversidade de opiniões. Assim, para o autor, a questão se desloca para a distinção entre o simples eleitor e o cidadão. Dito de outra forma, há que se distinguir até que ponto os indivíduos são capazes de influenciar a formação da opinião pública ou apenas se mantêm como espectadores passivos do jogo político. A questão de fundo é se as opiniões individuais formam a opinião pública ou esta é que forma aquelas?

Quando Schumpeter (1976) inverte a análise do jogo democrático compreendendo a democracia como a disputa pelo voto e não como a busca pelo bem comum, acaba descrevendo o eleitor, em grande medida, como um ente passivo perante as decisões e interesses dos grupos políticos organizados, que oferecem opções limitadas para a sua escolha. Nas palavras de Schumpeter, “the typical citizen drops down to a lower level of mental performance as soon as he enters the political field. He argues and analyzes in a way which he would readily recognize as infantile within the sphere of his real interests. He become a primitive again” (1975, p.262). Antes de Schumpeter, Lênin (2006) já havia afirmado que as massas proletárias, sem orientação, agiriam sob os limites da ideologia burguesa. Em sintonia, Robert Michels (2001), analisa o papel apático assumido pelo cidadão na democracia, em seu clássico estudo sobre os partidos políticos.

Além disso, segundo Sartori, “voting studies have, in effect, brought out a very poor picture of the ordinary voter, (...) the average citizen is neither interested nor active in the political discourse” (1962, p.75). E, segue o autor, “the expression ‘public opinion’ stands for an *optimum*. In many respects and instances the public has no opinion, but only a very inarticulate public feeling, made up of moods and drifts of sentiment” (SARTORI, 1962, p.76).

Para esses autores, portanto, a democracia liberal acaba sendo o ambiente em que atuam os denominados simples eleitores e não os ditos cidadãos ativos que interfeririam ativamente na realidade política. Há uma série de conseqüências da passividade do eleitor comum, como o questionamento da democracia e a conclusão de que a compreensão minimalista da democracia é mais realista do que as descrições mais substantivas do seu funcionamento. Além disso, como conseqüência dessa conclusão sobre a passividade do eleitor, entende-se que a opinião pública antecede e forma a opinião individual.

Ao contrário da compreensão do eleitor como indivíduo passivo, Anthony Downs, em seu modelo explicativo da racionalidade do governo democrático, afirma que o cidadão não possuiria ou compartilharia de uma opinião pública voltada para o bem comum, mas agiria como eleitor racional voltado para os próprios interesses. Para o autor, “citizens act rationally in politics. This axiom implies that each citizen casts his vote for the party he believes will provide him with more benefits than any other” (DOWNS, 1957, p.36). Assim, a racionalidade que funda a atuação política do eleitor ordinário se baseia na busca por maximizar os próprios ganhos. Para o autor, essa racionalidade é característica natural e individual dos eleitores e não o resultado de uma consciência compartilhada pelos membros da sociedade influenciados pela cultura em que estão inseridos. O autor explica, porém, que “in reality, men are not always selfish, even in politics. They frequently do what appears to be individually irrational because they believe it is socially rational – i.e. it benefits others even though it harms them personally” (DOWNS, 1957, p.27).

Segundo Downs (1957), portanto, a racionalidade possui duas formas distintas. Uma racionalidade social, que aparentemente se contrapõe aos interesses e à racionalidade individual, por possuir uma forma altruística. E a racionalidade individual, que caracteriza o eleitor de modo mais amplo, centrada nos interesses e objetivos dos indivíduos. Assim, não se trata de indivíduos passivos diante do jogo político ou preguiçosos frente à formação de uma consciência política, mas sim, de indivíduos racionalmente dirigidos pelos seus próprios interesses e, portanto, em certo sentido, ativos politicamente.

A centralidade da racionalidade individual na formação da opinião do eleitor não implica, porém, a inexistência de uma opinião pública que se expressa pelos sentimentos e atrações mais gerais dos eleitores. (DOWNS, 1957). Como se argumentará adiante, os objetivos que resultam da racionalidade individual não são, necessariamente, naturais. Saber o que é melhor para si resulta de um juízo de valor que se constitui socialmente em uma esfera não vinculada diretamente ao voto, mas subjetiva, da cultura e dos valores sociais expressos por meio da ideologia. Por isso, “before exerting an influence the people are influenced. Before they want something, they are often made to want it” (SARTORI, 1962, p.77). Ou, como afirma Schumpeter, “what we are confronted with the analysis of political process is largely not a genuine but a manufactured will (...) the will of the people is the product and not the motive power of the political process” (1975, p.262).

A produção da vontade e, portanto, da opinião do eleitor ocorre dentro da democracia, em um cenário em que os políticos buscam agradar aos eleitores. Conforme Mosca, “when we

say that the voters *choose* their deputy we use a very inaccurate word. The truth is that the deputy *has himself chosen* by the voters” (MOSCA apud SARTORI, 1962, p.81). Dito de outra forma, na democracia as opções apresentadas ao eleitor são limitadas. Teoricamente, o eleitor até pode formular sua escolha ideal, mas ele deve se submeter às opções disponíveis, que são apresentadas pelos partidos. O vencedor é aquele escolhido pelo maior número de eleitores que, dentro das limitadas opções, compartilham a opinião de que este ou aquele candidato é o que mais se aproxima do que é considerado ideal. Para tanto, deve haver um conjunto básico de características que sejam mais amplamente aceitas pelo maior número de eleitores. Na democracia, lidar com o que é aceito por um grande número de eleitores é um exercício para se atingir a vitória e, ao mesmo tempo, é fundamental para a definição do conteúdo do programa de governo que será apresentado ao juízo dos eleitores. Conforme Dahl (2005b, p.43), um dos resultados da Poliarquia é que os grupos políticos buscam “apresentar candidatos de quem os eleitores sintam-se, de alguma forma, mais ‘próximos’”. Outro resultado é que os partidos buscam “adaptar retórica, programa, política e ideologia ao que se acredita que sejam os desejos ou interesses” dos eleitores.

Na democracia, o jogo político depende de alguma homogeneidade entre os eleitores, pois somente assim, uma proposta pode ser escolhida por um número suficiente de votantes e sair vitoriosa da disputa eleitoral. Com isso, a busca por votos limita a possibilidade de se constituírem conteúdos políticos alternativos ao que desejam os grupos de indivíduos tornados homogêneos.

Assim como a disputa por votos, as instituições democráticas também necessitam de homogeneidade cultural. Conforme Dahl (2001a, p.166), “instituições políticas têm maior probabilidade de se desenvolver e resistirem num país culturalmente bastante homogêneo e menor probabilidade num país com subculturas muito diferenciadas e conflitantes”. A grande diversidade e o antagonismo entre ‘subculturas’ pode levar a instabilidade, pois, “em casos em que um lado é numeroso e considera a vitória do outro como grande ameaça a valores altamente apreciados, é razoável esperar dificuldades sérias na continuação de um regime poliárquico” (DAHL, 1989a, p.100). Em uma sociedade democrática é preciso haver, portanto, um conjunto comum de ideais, valores e identificações entre a população. Para atingir tal situação em sociedades heterogêneas, Dahl descreve o exemplo dos Estados Unidos, que vivenciou dois processos distintos, a assimilação e a coerção.

A primeira forma de homogeneização ocorreu “da década de 1840 aos anos 1920, a cultura dominante, que durante duzentos anos de governo colonial e independência fora

solidamente estabelecida por colonizadores brancos vindos principalmente da Inglaterra, viu-se diante de imigrantes não-britânicos” (DAHL, 2001a, p.167). Conforme o autor, a dificuldade de assimilação foi “simplificada porque boa parte dos imigrantes adultos que foram para os Estados Unidos para conseguir uma vida melhor estava bastante ansiosa em se deixar assimilar” (DAHL, 2001a, p.167).

Nos Estados Unidos, contudo, a assimilação não ocorreu com os nativos indígenas, os ex-escravos negros e com as diferentes culturas que se formaram nos estados do sul e nos do norte e oeste, devido às distintas formas de produção. Os estilos de vida incompatíveis, baseados em uma economia dependente da escravidão, no caso do sul, e em uma economia não-escravagista no norte e oeste levaram à segunda forma de homogeneização. A coerção ocorreu por meio da “guerra civil que durou quatro anos e custou inúmeras vidas” (DAHL, 2001a, p.169). A coerção também ocorreu, em grande parte, com os indígenas e negros, que foram vítimas de violência e opressão.

Quando a homogeneidade cultural não é possível, nem por assimilação nem por coerção, Dahl destaca três alternativas para a manutenção da democracia. A primeira alternativa são arranjos políticos baseados no consenso entre todos os grupos, assim, uma medida somente pode ser tomada se todos os grupos concordarem com a sua forma. A segunda são sistemas eleitorais planejados para incentivar políticas que busquem conciliar as diferenças indissolúveis. A terceira alternativa é a separação dos grupos em diferentes unidades políticas, autônomas e soberanas frente às questões que cindem o Estado (DAHL, 2001a).

Como foi descrito no primeiro capítulo, para Dahl a democracia é caracterizada pela abertura à oposição e pelo poder de veto que impede a tirania da maioria sobre a minoria. A regra da maioria, princípio que caracteriza a abertura e o pluralismo da democracia, somente pode existir neste modelo político, portanto, se houver um sistema de veto que dê poder de controle da minoria sobre a maioria. O poder de controle por veto é um mecanismo resultante da preocupação liberal de salvaguardar os direitos naturais individuais, portanto, é uma expressão da forma como os valores liberais se materializam nas regras da democracia. Neste caso, forçando a formação de consenso entre minorias e maioria e barrando transformações profundas que não sejam de interesse das minorias.

Para se manter a unidade e coesão interna de uma democracia, contudo, é necessário que os membros da sociedade compartilhem ideais e valores – homogeneidade cultural – que tornem os programas de governo aceitos pela maioria dos eleitores que pertencem à cultura

dominante e razoável para o restante da população. A abertura à contestação pública e ao veto deve estar sob o marco da aceitação de valores dominantes mais gerais. Não havendo homogeneidade é necessário criá-la por meio da assimilação ou coerção que garantiriam um mesmo conjunto básico de ideais. Se a homogeneização for impossível, a saída é a cisão da sociedade em grupos politicamente autônomos, o incentivo a políticos que consigam realizar acordos entre os grupos opostos ou um sistema político baseado em medidas consensuais.

Essa busca por homogeneidade de valores tem como exemplo, mais recente, a tentativa de aniquilar o comunismo e demais ideologias de esquerda que pregavam o fim do capitalismo, fenômeno que ocorreu após a década de 1950, se estendendo no mundo inteiro até a queda do Muro de Berlim. Nos Estados Unidos foi a caça às bruxas realizada pelo macarthismo, na Europa o nazismo e o fascismo e na América Latina as ditaduras militares.⁷² Nesse primeiro momento da luta contra a esquerda, as medidas foram coercitivas. Com o fim da URSS, as esquerdas passaram a assimilar os ideais democrático-liberais.

Além disso, para vencer a disputa política, no jogo democrático, os políticos buscam apresentar propostas que satisfaçam os desejos da maioria dos eleitores. Assim, há um movimento circular de assimilação ou coerção aos valores dominantes mais gerais e, uma vez que existe homogeneidade cultural, os programas políticos são adaptados ao que se acredita serem os desejos dos eleitores. Nesse sentido é que Tarde (2002) percebe, ao contrário do que a teoria democrática procedimental descreve, que em uma sociedade homogênea a votação não é um momento de realização de decisões individuais, mas a revelação dos rumos que a sociedade já tomou.

O conjunto compartilhado de idéias, valores, juízos do que é correto, desejável e justo, por um lado, e reprimível, indesejado e injusto por outro, que torna possível a democracia enquanto exercício político coletivo prático, não é produzido por meio do que Sartori (1962) denomina como opinião pública formulada pelos cidadãos. Antes da possibilidade de uma opinião pública formada autonomamente, como destaca Dahl (2001a), houve a assimilação ou a coerção social. Nesse sentido, Macpherson afirma que, “a plausibilidade de qualquer sistema político depende amplamente de como todas as demais instituições, sociais e econômicas modelaram ou poderiam modelar as pessoas com quem e pelas quais o sistema político deve operar” (1978, p.12). A existência desses ideais coletivos que caracterizam a democracia ocorre por meio de ideologias homogeneizantes.

⁷² A respeito ver Negri (2003), Klein (2008) e Zapata (2008).

Na sociedade moderna Ocidental, marcada pela democracia liberal e pelo livre mercado capitalista, um dos valores homogeneizantes é o individualismo. Para Macpherson (1979), trata-se do individualismo possessivo, em que “o que confere aos seres o atributo de humanos é a liberdade de dependência da vontade alheia” (p.275), essa liberdade, por sua vez, se refere à autonomia de relação com outros, “menos as relações em que os indivíduos entram voluntariamente visando a seu próprio proveito” (MACPHERSON, 1979, p.275). O autor analisa, por conseguinte, que a definição de indivíduo na sociedade moderna se dá pela propriedade de si mesmo. Com isso, as relações entre os homens se tornam relações de mercado. Segundo as palavras do autor, “já que o indivíduo só é humano na medida em que é livre, e livre apenas na medida em que é proprietário de si mesmo, a sociedade humana só pode ser uma série de relações entre proprietários exclusivos, ou seja, de uma série de relações de mercado” (1979, p.276).

Louis Dumont (1996) chama a atenção para a singular composição ideológica do Ocidente moderno. Segundo o autor, “nossas idéias cardinais chamam-se igualdade e liberdade. Elas supõem como princípio único e representação valorizada a idéia do *indivíduo* humano” (DUMONT, 1996, p.52). Dessa forma, “o indivíduo é quase sagrado, absoluto; não possui nada acima de suas exigências legítimas; seus direitos só são limitados pelos direitos idênticos dos outros indivíduos” (DUMONT, 1996, p.53).

Frente a isso, somente na sociedade igualitária se pode considerar a possível existência de um “antagonismo entre ‘o indivíduo’ e ‘a sociedade’, no qual a ‘sociedade’ tende a surgir como um resíduo não humano: a tirania do número, um mal físico inevitável oposto à realidade psicológica e moral, que está contida no indivíduo” (DUMONT, 1996, p.53). Esse antagonismo, por sua vez, se expressa também no que Dumont denomina como lacuna da mentalidade individualista, a saber, a confusão entre ideal e real. Conforme o autor, “a consciência individual provém do adestramento social”, isto é, “o homem age em função do que ele pensa e, se possui em certo grau a faculdade de agenciar seus pensamentos ao seu modo, de construir categorias novas, ele o faz a partir das categorias que são socialmente dadas” (1996, p.54). Esse fato faz Dumont concluir que “essa verdade está tão longe dos olhos, que talvez fosse necessário remeter nossos contemporâneos, mesmo os instruídos, às histórias de meninos-lobos” (1996, p.54), já que a ideologia moderna faz com que os homens sintam-se indivíduos autônomos, acima e por vezes contra a sociedade, e não considerem o fundamento social dessa maneira de se auto-compreender.

Assim, o argumento, próprio da democracia liberal, de que são os juízos e interesses individuais que decidem na democracia é insuficiente para compreender a realidade. O pressuposto dessa argumentação é que existe uma opinião pública formada por opiniões individuais. Esse alicerce da teoria democrática liberal, que entende a vontade geral como soma das vontades individuais formadas livremente, contudo, não se apresenta com essa forma ideal na realidade. Os próprios teóricos da democracia liberal identificam a existência de um eleitor que não cumpre o papel pleno de cidadão, sendo incapaz de formar independentemente a sua opinião individual. Antes do indivíduo existe a sociedade e a ilusória inversão dessa relação entre indivíduo e sociedade é apontada por Dumont (2001) como característica da ideologia igualitarista Ocidental. De certa forma, o exercício de formação da opinião individual é precedido por ideologias homogeneizantes. Quando se trata do ocidente igualitarista, para Dumont (1996), da democracia liberal, para Macpherson (1979), ou da sociedade capitalista, para Marx (2007), a ideologia homogeneizante é o individualismo que, portanto, é uma falsa ideologia, uma vez que suprime os valores sociais como origem da opinião individual.

Desta forma, o que era indesejável e inimaginável para Madison se tornou característica da Democracia Liberal. Não se trata, contudo, de um desvio do ideal que pode ser redirecionado, aperfeiçoando assim a democracia. Como alerta Dahl (2001a), para funcionar corretamente a democracia necessita de homogeneidade cultural, isto é, que todos possuam opiniões semelhantes, pelo menos em questões básicas para a vida social.

5.2. As concepções de ideologia

O conceito de Ideologia desvenda como os valores liberais penetram no conjunto do tecido social. Assim como a teoria democrática e as noções de esquerda, porém, o conceito repousa na incerteza de significados, o que dificulta a sua compreensão. Além disso, a diversidade de interpretações se traduz em divergências. Conforme Giddens, “if are such things as contested concepts, and if there were a prize for the most contested concept, the concept of ideology would very nearly rank first” (GIDDENS, 1991, p.21). Eagleton (1997) lista pelo menos 16 concepções diferentes para o termo e deixa claro que a sua lista não abarca a totalidade de suas acepções. Essa variedade ocorre, em grande medida, porque o seu uso foi sendo adotado por interesses políticos e discursivos nos múltiplos espaços de

comunicação existentes na sociedade atual. Assim, o termo não se restringe apenas ao uso acadêmico – principalmente nas ciências sociais e na filosofia – mas também é recorrente no senso comum por meio dos discursos políticos, dos meios de comunicação e, conseqüentemente, das discussões cotidianas. A popularização do termo foi seguida, ainda, pelo aprofundamento de sua conotação negativa, como afirma Bourdieu, “descrever uma afirmação como ideológica é, muitas vezes, um insulto, de modo que essa própria designação torna-se um instrumento de dominação simbólica” (BOURDIEU e EAGLETON, 1996, p.266).

A noção de ideologia possui duas vertentes principais, uma **política** e a outra **epistemológica** (EAGLETON, 1997). A noção política remonta a desconfiança entre adversários (MANNHEIM, 1956, p.56). Não se trata de uma situação interpretada como mentira, mas de uma conduta que causa estranhamento ao olhar do outro, podendo ser interpretada como um equívoco que desperta alguma suspeita. Essa perspectiva, conforme Mannheim (1956), é descrita primeiramente por Maquiavel, que apesar de não utilizar o termo ideologia, afirma que “o pensamento do palácio é uma coisa e outra bem diversa o da praça pública” (MANNHEIM, 1956, p.58). Desta forma, ressalta que existiriam diferenças entre o pensamento dos senhores e dos servos, motivadas por suas distintas posições sociais. Essas diferenças, por sua vez, tornam seus objetivos e práticas políticas distintas e, por vezes, incompreensíveis ou estranhas aos membros do grupo oposto.

A noção epistemológica, por sua vez, possui raízes ainda mais profundas que chegam às origens da metafísica, com o pensamento platônico⁷³, passando pelo *Novum Organum* de Francis Bacon e sua concepção sobre os *ídolos*, que representam as falsas crenças que impediriam o desenvolvimento do conhecimento objetivo. Para Bacon, a ideologia representaria a fonte dos erros da razão humana (MULLINS, 1972). Chega-se, então, ao iluminista francês Destutt de Tracy que cria o termo ideologia (KONDER, 2002).

De Tracy apresenta o termo em 1801 para designar a sua proposta de uma nova disciplina filosófica, a ciência das idéias. A origem da palavra, portanto, não remonta a um conceito, mas a denominação de um ramo de conhecimento. Conforme Larrain, quando o termo “ideology first appears is very much concerned with the polarity of subject and object” (1979, p.37), que marca a discussão suscitada pela redução da realidade aos fenômenos

⁷³ Como afirma Konder (2002, p.15), em seu Mito da Caverna, “Platão já advertia seus contemporâneos de que podiam estar enxergando sombras e pensar que estavam vendo seres reais”. Com isso, Platão alerta para a distinção entre a essência de um ser e a sua aparência, o que pode ser considerado uma construção teórica fundamental para a posterior formulação do termo ideologia (no sentido de falsa consciência).

observáveis, realizada pelo empirismo filosófico. A discussão fundamental era se o ser cognoscente poderia confiar apenas nos sentidos e na experiência para conhecer determinado objeto, debate esse que acompanha a filosofia desde sua origem. A resposta dos então chamados ideólogos, grupo de filósofos que juntamente com De Tracy desenvolveram a ideologia, era uma tentativa de elucidar a relação entre o sujeito e o objeto, ou, dito de outra forma, os ideólogos se preocuparam em compreender e explicitar como a realidade material interfere nas idéias (EAGLETON, 1997).

Devido à tentativa dos ideólogos de intervir no regime político de Napoleão, é que as duas origens do termo vão se entrecruzar. Segundo Konder, “o grupo deu sinais de que desejava ensiná-lo [Napoleão] a dirigir o Estado” (2002, p.22). Napoleão acusará os ideólogos de propagarem idéias falsas sobre a sua política e a seu respeito. Com isso, Napoleão trouxe o termo ao jargão político, tornando-o negativo, pois designaria a tentativa de iludir e criar uma falsa realidade com objetivos políticos latentes.

Mannheim alerta, porém, que “a história do conceito de ideologia, de Napoleão ao marxismo, a despeito das mudanças no conteúdo, conservou o mesmo critério político de realidade” (1956, p.68). Esse critério político se baseia na observação das relações sociais, ou, dito de outra forma, o conceito de ideologia sempre exprime a **preocupação com a forma com que a situação de vida influencia o pensamento** (MANNHEIM, 1956).

Em finais do século XIX e, principalmente, no transcorrer do século XX, contudo, o termo passou a ganhar os mais diversos significados e se popularizou, ao mesmo tempo, foi aprofundado e debatido incessantemente. A literatura sobre ideologia passou a dividir o conceito em duas principais correntes conceituais. A primeira, “is called a ‘world-view’, or even a Weltanschauung, by English American writers who believe that there is no exact English equivalent of this German word. This notion of a ‘world-view’ or Weltanschauung or (to give it another name) ‘total ideology’, is not altogether clear” (PLAMENATZ, 1970, p.17). Essa primeira acepção do conceito, denominada, portanto, como ideologia total, ou, como ideologia fraca, nos termos de Stopinno (2003), “designa sistemas de crenças políticas, conjunto de idéias e valores cuja função é a de orientar comportamentos coletivos relativos à ordem pública” (KONDER, 2002, p.10).

A segunda corrente, denominada concepção particular⁷⁴, forte, negativa ou falsa consciência, considera que ideologia são as idéias e representações deformadas ou disfarçadas da realidade, “cujo verdadeiro reconhecimento contraria interesses” (MANNHEIM, 1956, p.51). Essa aceção está vinculada diretamente ao trabalho de Marx, que a desenvolve, principalmente, em seu livro *A Ideologia Alemã*, definido a ideologia como falsa consciência. Löwy (1985, p.12) ressalta que “quando Marx, na metade do século XIX, encontra o termo em jornais, revistas e debates, ele está utilizado em seu sentido napoleônico, isto é, considerando ideólogos aqueles metafísicos especuladores, que ignoram a realidade”.

Conforme Mannheim (1956), a concepção política de Napoleão, contradizendo os círculos acadêmicos, não é apenas a que mais influenciou as interpretações posteriores, mas, ao mesmo tempo, aquela que demonstrou maior correção na interpretação da realidade. Se os ideólogos buscavam conciliar a realidade empírica com a formulação das idéias, Napoleão acusou-os de fazerem exatamente o contrário, permanecerem na metafísica tentando inferir e interferir no mundo concreto. Dito de outra forma, era um grupo de filósofos produzindo idéias falsas sobre o mundo (perspectiva de Marx) ou descoladas dos conflitos reais da sociedade (perspectiva de Mannheim).

Dentro das duas perspectivas teóricas se encontram diferentes concepções de ideologia. Eagleton (1997, p.16), sumariza essas concepções da seguinte forma: “de Hegel e Marx a Georg Lukács e alguns pensadores marxistas posteriores – esteve muito preocupada com idéias de verdadeira e falsa cognição, com a ideologia como ilusão, distorção e mistificação; já uma outra tradição do pensamento, menos epistemológica que sociológica, voltou-se mais para a função das idéias na vida social do que para seu caráter real ou irreal”. Ainda, conforme o autor, “é possível definir ideologia de seis maneiras diferentes, com um enfoque progressivamente mais nítido” (EAGLETON, 1997, p.38).

Um primeiro significado, segundo Eagleton (1997), ideologia é considerada de forma semelhante ao conceito mais amplo de cultura, isto é, como o conjunto de práticas sociais, processos simbólicos e de como os indivíduos vivenciam estas práticas e símbolos. Outra definição do termo é ideologia como visão de mundo de um grupo social ou político

⁷⁴ Se considerarmos a compreensão de Mannheim (1956), em seu livro “*Ideologia e Utopia*”, a perspectiva particular tem duas características principais, a primeira é a sua origem psicológica, portanto, individual. A segunda é a noção de que ideologia se trata de uma mentira cujo objetivo é enganar o interlocutor. Por isso, o autor afirma que a noção de ideologia como falsa consciência, tal qual a formulada por Marx, não é particular, mas uma fusão entre a perspectiva total e a particular. O detalhe é que parte da literatura sobre ideologia denomina o conceito marxista como particular, principalmente por não conhecerem integralmente a obra de Marx. A questão será debatida mais profundamente adiante.

relativamente amplo. Um terceiro significado é o de ideologia como “um campo discursivo no qual os poderes sociais que se autopromovem conflitam e colidem acerca de questões centrais para a reprodução do poder social como um todo” (EAGLETON, 1997, p.39). Dito de outra forma, nessa perspectiva, ideologia é um discurso orientado para ação em prol de interesses coletivos contrários ao grupo politicamente dominante. Na quarta perspectiva, ideologia é a utilização, por um grupo dominante, de idéias e valores que garantam a sua posição, legitimando seu poder e gerando cumplicidade dos grupos subordinados. O quinto significado, semelhante aos dois anteriores, contudo, neste os valores que legitimam o grupo no poder são distorções da realidade, enquanto nos significados anteriores a ideologia é neutra. Por fim, o sexto significado, conforme Eagleton (1997), ideologia pode ser considerada como uma falsa consciência, contudo, não advém de uma determinada classe dominante, mas das próprias relações sociais de produção. Segundo o autor, “o exemplo mais célebre de ideologia nesse sentido é (...) a teoria de Marx sobre o fetichismo das mercadorias” (EAGLETON, 1997, p.40).

Além dessa diversidade de concepções, ainda existem composições analíticas que utilizam diferentes tradições do conceito de ideologia em um único constructo teórico ou mesmo, compreendem ideologia como um conjunto de crenças ou sistema de idéias e valores que tornam a vida comunitária possível ao mesmo tempo em que envolvem a noção de falsa consciência.

A análise de Dumont (2000), por exemplo, compreende ideologia como “valores sociais gerais, englobantes, que devem ser distinguidos claramente da simples presença de um traço ou de uma idéia num plano ou noutro da sociedade” (2000, p.15). Por isso o autor compreende a existência de duas principais ideologias, a hierárquica e a igualitária, que regulam o funcionamento das sociedades tradicionais (assim como das orientais) e das sociedades modernas (ocidentais), respectivamente. Assim, conforme a definição apresentada pelo antropólogo, ideologia não é falsa consciência, porém, o próprio autor analisa que nas sociedades igualitárias, a ordem individualista interfere e dificulta a compreensão da origem social das categorias de pensamento. Dito de outra forma, a compreensão de Dumont da ideologia como valores gerais se apresenta também como falsa consciência, uma vez que o individualismo impede que as pessoas percebam que “os homens se criam uns aos outros” (MARX, 1965, p.37) e passem a acreditar que o indivíduo está acima da sociedade e carrega em si a humanidade (DUMONT, 1997; MACPHERSON, 1979).

De certa forma, como será tratado no item 2.4. deste capítulo, para Marx, em *A Ideologia Alemã*, a formação da ideologia inicia com a universalização dos valores contrários aos valores dos grupos dominantes, que abarcam interesses tanto da futura classe dominante quanto dos grupos que serão dominados. Neste primeiro momento, segundo Marx, não se trata de ideologia, mas da consciência das contradições sociais. Somente com o estabelecimento de uma nova classe dominante, a consciência se torna ideologia (falsa consciência), pois a nova classe dominante necessita legitimar a manutenção de sua posição, escondendo as novas contradições que se estabelecem na sociedade. Para isso, conseguem naturalizar os valores que haviam sido universalizados (LARRAIN, 1979). Embora para Marx ideologia seja a falsa consciência, se, considera-se a ideologia como visão de mundo decorrente da posição social (ou classe), ela está presente na teoria marxista como consciência, durante a necessária universalização dos valores que torna possível a revolução (MARX, 1965). Dito de outra forma, a ideologia total está presente em Marx, porém, é compreendida como consciência.

Frente à diversidade de compreensões a que o conceito de ideologia está submetido, uma tentativa sociológica de por ordem na confusão foi “realizada pelo famoso sociólogo Karl Mannheim em seu livro *Ideologia e Utopia*, onde procura distinguir os conceitos de ideologia e utopia” (LÖWY, 1985, p.13). O autor compreende dois significados do conceito, a ideologia total e a particular, ambas “retornam ao sujeito seja este indivíduo ou grupo, tencionando compreender o que ele afirma (...) isso quer dizer que opiniões, afirmações, proposições e sistemas de idéias não são considerados na forma em que se apresentam, mas interpretados à luz da situação de vida de quem as exprime” (MANNHEIM, 1956, p.52).

Por conseguinte, tanto o conceito de ideologia total quanto o conceito de ideologia como falsa consciência, consideram que as idéias são funções de quem as sustenta decorrentes do seu meio e posição social.

5.3. A ideologia total

Segundo Mannheim ideologia e utopia são duas formas de um mesmo fenômeno. Para ele, a primeira é caracterizada pelo objetivo de manter o *status quo* e a segunda pelo objetivo de sua transformação. Assim, ideologia é considerada como o conjunto de representações, idéias e concepções que servem para legitimar e conservar a tradição e a ordem estabelecida,

enquanto utopia corresponde aos ideais que aspiram outra realidade, possuindo uma dimensão crítica e outra subversiva.

Para Mannheim, ideologia é o conjunto estrutural e orgânico de idéias, representações, teorias e doutrinas que, como foi dito anteriormente, possui duas formas. A ideologia total é mais inclusiva que a ideologia particular porque abrange as “características e a estrutura total do espírito” de uma época ou grupo (MANNHEIM, 1956). A ideologia, nesse sentido é considerada como pré-concepções socialmente construídas do mundo que o tornam inteligível e abrem possibilidades de compartilhamento de experiências individuais.

Löwy (1985) propõe denominar esse tipo de ideologia como visões sociais de mundo, que “seriam, portanto, todos aqueles conjuntos estruturados de valores, representações, idéias e orientações cognitivas” (p.13). Como Mannheim, ao estudar a ideologia, se dedica à tarefa de constituir uma sociologia do conhecimento⁷⁵, sua premissa é que a formação do pensamento advém em grande medida da estrutura social em que os indivíduos estão inseridos. Nas palavras do autor,

o método da sociologia do pensamento não parte do indivíduo isolado e de seu pensamento, para passar diretamente, à maneira dos filósofos, às alturas abstratas do ‘pensamento em si’. Muito pelo contrário, a sociologia do conhecimento procura compreender o pensamento dentro da moldura concreta de uma situação histórico-social, de que o pensamento individualmente diferenciado emerge mui gradativamente. (MANNHEIM, 1956, p.3).

Por isso, ele afirma que é incorreto acreditar que o indivíduo isolado pense, mas que “ele participa do processo levando avante o que outros pensaram antes dele. Encontra-se dentro de uma situação herdada, com padrões de pensamento a ela apropriados” (MANNHEIM, 1956, p.3). Decorre que, mesmo em sociedades em que existe multiplicidade de pensamentos, “enquanto os mesmos sentidos de palavras, as mesmas maneiras de deduzir idéias são inculcadas desde a infância em cada membro do grupo é impossível existirem neste, processos de pensamento divergentes” (MANNHEIM, 1956, p.6).

Mesmo que ocorram, as modificações graduais na forma de pensar são imperceptíveis em sociedades estabilizadas. Não significa, porém, que essas modificações graduais não possam ocorrer. Segundo o autor, em sociedades estáveis o ritmo de adaptação do pensamento aos problemas que se apresentam na vida social é lento. A multiplicidade de formas de pensar

⁷⁵ A preocupação de Mannheim, portanto, é também com a condição particular das ciências sociais devido à peculiaridade de seu objeto de estudo. Como garantir objetividade às ciências sociais se elas são tão facilmente marcadas pelos valores? A resposta era o reconhecimento e controle desses valores.

somente surge aos olhos dos indivíduos devido a um processo histórico gradual, que envolve diversas gerações.

Quando há movimento social em uma sociedade aparentemente estável, porém, a diversidade de pensamentos se torna perceptível. Especificamente, quando o indivíduo se move de uma posição para outra, de um país para outro, de uma cultura para outra etc. (mobilidade horizontal) ou passa por uma ascensão ou descensão entre camadas sociais (mobilidade vertical) a diversidade de pensamento é percebida.

A diversidade de pensamento em uma sociedade estável e a sua percepção pelos indivíduos, por sua vez, é insuficiente para alterar ou abalar intelectualmente os grupos dominantes. Para Mannheim, em uma sociedade, os indivíduos “cooperam ou competem em grupos diversamente organizados e, assim fazendo, ora pensam em comum, ora antagonicamente” (1956, p.3). Conseqüentemente, “enquanto só se concede prestígio social às realizações da camada superior, esta classe não vê motivos para questionar a sua própria existência social e o valor de suas realizações” (MANNHEIM, 1956, p.7).

Segundo o pensamento de Mannheim, portanto, a ideologia é resultado da posição social de um grupo. Conforme Roucek (1944, p.479) “thought in general, is always the expression of a specific social situation. Every social group, it holds – the liberal bourgeoisie, for example – develops its own conceptual apparatus, certain peculiar methods and a specific ‘style’ of thinking adapted to its social position”. Por meio dessa perspectiva, ideologia é o padrão de pensamento característico de cada grupo de pertencimento a determinada posição social, sendo que, “the practical, political, and material orientation of the group, (...) is reflected in its “world view” or Weltanschauung, and this, in turn, pervades the thought of the individual group member and actively structures his perception” (MULLINS, 1979, p.142).

Cada grupo, por sua vez, possui um conjunto de intelectuais que desenvolvem a forma de pensar e o aparato conceitual que fornece uma interpretação do mundo para o grupo social de que faz parte. Essa camada intelectual, denominada por Mannheim de *Intelligentsia*, possui um caráter bem definido em sociedades mais estáticas e menos em sociedades em movimento.

Para o autor,

os mágicos, os brâmanes, o clero medieval devem ser considerados camadas intelectuais que exercem, cada uma na sua sociedade, um controle monopolizador sobre a formação da concepção do mundo por essa sociedade e sobre a remodelação ou a reconciliação das diferenças entre as ingênuas concepções de mundo pelas demais camadas. (MANNHEIM, 1956, p.9).

Os intelectuais (*Intelligentsia*), por sua posição e função singulares na sociedade se distanciam da realidade concreta, dos conflitos e dos problemas da vida cotidiana. Por isto, suas formulações são ideológicas, no sentido napoleônico do termo, escolásticas e descoladas dos conflitos com as demais formas de pensamento presentes na sociedade.

Para Mannheim, portanto, não se trata de uma tentativa de enganar, mentir, dissimular uma realidade para demais classes ou indivíduos. A ideologia é o conjunto de valores e crenças relativos à determinada posição social, por isto, se uma sociedade é marcada pela contradição entre classes, diversidade religiosa, oposição entre grupos etc. as suas idéias e concepções de mundo também estarão em disputa. A camada dominante terá suas idéias e visões de mundo como dominantes em sociedades em que outros grupos não consigam expressar suas próprias idéias por meio de seus intelectuais.

Segundo o autor, contudo, com a democracia moderna é possível que grande parte dos grupos sociais se expresse e que suas idéias e forma de pensar causem um impacto real nos valores de uma sociedade. Nas suas palavras,

só quando se processa uma democratização geral que a elevação das camadas inferiores permite que seu pensamento adquira importância pública. É esse processo de democratização que primeiro possibilita às maneiras de pensar das camadas inferiores, até então desprovidas de validade pública, adquirir validade e prestígio. (MANNHEIM, 1956, p.7-8).

Embora Mannheim, “takes from Marx the idea that the system of social stratification structures a society's cultural system (...) [he] rejects the strict class-theory of groups” (MULLINS, 1979, p.142). Segundo Mullins (1979, p.142), o autor “seeks to include ‘generations, status groups, sects, occupational groups, schools, etc.’”, contudo, assume que “de todos os agrupamentos e unidades sociais (...), a estratificação das classes é o mais importante, já que em última análise todos os outros grupos sociais surgem das condições mais básicas de produção e dominação e se transformam como parte dessas condições” (1956, p.256). Decorre, porém, que a busca por uma sociologia do conhecimento que considere não apenas a classe e, por conseguinte, a esfera econômica como determinante das idéias, leva Mannheim a concluir que “o pesquisador que, diante da variedade dos tipos de pensamento, tenta colocá-los corretamente, já não pode contentar-se com o conceito indiferenciado de classe, mas deve contar com as unidades e fatores sociais existentes, além dos de classe, que condicionam a posição social” (1956, p.256-257).

Para Mannheim, portanto, na democracia existe multiplicidade de formas de pensar. Diferentes ideologias – trazidas e interpretadas por intelectuais – disputam espaço político e,

simultaneamente, se fundem umas nas outras, uma vez que existe mobilidade social. A mobilidade vertical e horizontal torna possível ao intelectual compreender sua própria ideologia e a democracia permite ao tipo de pensamento mais popular adentrar e impactar o conhecimento dominante. Assim, se formaria uma nova categoria de pensamento, este científico e neutro, delegado a um grupo desenraizado e, portanto, livre, de intelectuais. Segundo Mullins, na concepção de Mannheim,

it would be possible, through the combination or synthesis of perspectives, to construct a wider representation than is otherwise available. This amalgamation of outlooks, he maintains, must take place from a standpoint which considers all available perspectives and aims at "the most comprehensive view of the whole which is attainable at a given time. (MULLINS, 1979, 143).

A perspectiva de Mannheim, porém, deixa margem a questionamentos. Se a ideologia pode ser a síntese de perspectivas diferentes, ela conseqüentemente será o fator de homogeneização de valores que garante o funcionamento da democracia. É possível garantir, contudo, que na democracia há, de fato, mistura de visões de mundo diferentes e, portanto, síntese e ampliação da ideologia? E, se existe a ampliação, como demonstrar? Estas duas questões, originalmente postas por Mullins (1979), são fundamentais, pois Mannheim afirma que são os intelectuais, e somente eles, o grupo capaz de realizar a síntese de ideologias que ampliaria a nossa capacidade de entender o mundo e fornecer uma visão universal, desligada de interesses de grupos ou classes. Mas, como fica claro nas palavras de Mullins (1979, p. 144),

how is such a synthesis possible if each person's outlook is determined by the politically oriented *Weltanschauung* of the group to which he is attached sociologically? How is it possible for the synthesizer to surmount his own one-sided point of view in order to understand other perspectives?

Ampliando as proposições de Mullins sobre o que ele denomina como paradoxo de Mannheim é preciso refletir não apenas se é possível ao intelectual suplantar sua *Weltanschauung*, mas se ele tem capacidade de abdicar de seus próprios interesses de grupo, ou, numa perspectiva marxista, é possível que o intelectual abdique dos seus interesses de classe na produção de uma síntese ideológica.

Mannheim assume que existe contradição entre classes e que a existência de classes é o primeiro estágio da formação da ideologia. Concorda assim, até certo ponto, com Marx; contudo, uma vez que ele considera a sociedade moderna como sendo muito mais permeável que as anteriores, é possível deduzir que ele não compreende que os interesses de classe são

inconciliáveis. Mesmo assim, se classes se contrapõem, como é possível a uma ideologia conciliar estas classes? Como o intelectual pode realizar essa operação?

Para responder ao paradoxo de Mannheim, Mullins (1979, p.145) propõe,

to challenge the assumptions which lead to the paradox in the first place. There are two assumptions in particular, which I shall therefore examine and **reject**: one is that social-historical thought is determined by the economic-political interests of groups; the other is that there is a 'real' history (history 'in itself' or history 'as a whole'). (grifo meu).

A resposta não deixa intacta a concepção de Mannheim. Ao indicar esta solução ao paradoxo, Mullins abdica da perspectiva original e apresenta outra forma de conceber o conceito de ideologia. Torna evidente, portanto, que a noção de Mannheim é insuficiente para abarcar os processos de formação do conceito de uma ideologia mais ampla, por meio do papel dos intelectuais, em uma sociedade classista. Assim, também fica claro que a teoria de Mannheim não responde à questão sugerida, a saber, como é possível aos intelectuais constituírem uma ideologia que concilia classes que possuem objetivos contraditórios?

A resposta de Mullins descarta a versão mais influente do conceito, formulada por Marx, uma vez que para o autor, não apenas a visão de Mannheim, mas também a de Marx está equivocada. Segundo ele, na teoria de Marx "ideology designates a quality of thought – especially social thought – that is illusory or distorted" (MULLINS, 1972, p.499), assim, o limite de abrangência do conceito de ideologia surge pela primeira vez. Dito de outra forma, para Mullins (1972), a ideologia em Marx é um conceito que, por sua abrangência indefinida, não permite perceber os limites do que é e do que não é ideológico. Conforme o autor,

he uses the term so comprehensively that it seems to include almost all cultural phenomena. As he views ideology, it encompasses all the mental misconceptions that constitute the failure of individuals to understand their alienated relationship to their surroundings and the significance of that relationship within the whole development of history (MULLINS, 1972, p.499).

Mullins não propõe revisões do conceito de Marx, porém, um dos pressupostos de Mannheim que ele discorda é o da relevância dos interesses econômicos de classe na definição da ideologia. Assim, conseqüentemente, também se desvia do conceito de Marx e, por conseguinte, da possibilidade de responder à questão principal, sobre os interesses de classe na formação da ideologia.

5.4. A ideologia como falsa consciência

A definição de ideologia realizada por Marx e Engels não é sistematicamente elaborada (LARRAIN, 2008), por isso, recebe diferentes interpretações. No transcorrer de suas obras, Marx e Engels prestam alguma atenção ao conceito, porém, por não realizarem definições precisas e objetivas e como seus escritos sobre o tema “no estuvieran exentos de ambigüedades, afirmaciones desequilibradas y formulaciones poco claras” (LARRAIN, 2008, p.12), os autores deixaram margem para duas principais compreensões da ideologia. A primeira interpretação do conceito de ideologia na obra desses autores é a da falsa consciência, ou sentido negativo da ideologia. A outra interpretação, de sentido mais amplo, compreende que a ideologia se materializa na superestrutura e que a consciência de sua existência e da disputa pela superestrutura, tornariam possível a formação de uma ideologia revolucionária e autêntica, capaz de subverter a estrutura de dominação e alienação.

O sentido negativo – desenvolvido principalmente em *A Ideologia Alemã* – ficou conhecido após o positivo, que os autores apresentam no *Prefácio à Contribuição a Crítica da Economia Política* e no *Anti-Dühring*. Conforme Larrain (2008), no *Prefácio* e no *Anti-Dühring* a falta de definição rígida torna possível uma interpretação positiva da ideologia que é rebatida somente em *A Ideologia Alemã*. A primeira geração de grandes teóricos marxistas, surgida logo após a morte de Marx, formada por pensadores como “Labriola, Mehring, Kautsky, Plejanov y, muy significativamente, Lênin, Gramsci y el Lukács de Historia y Conciencia de Clase” porém, desconhecia o texto de *A Ideologia Alemã*, assim, esses intelectuais não tiveram acesso ao trabalho em que Marx torna mais evidente o sentido negativo da ideologia. Por isso, nas primeiras gerações de marxistas, a interpretação positiva foi desenvolvida intensamente e se tornou mais influente. A contribuição fundamental de Marx, contudo, se encontra em *A Ideologia Alemã*, onde desenvolve a perspectiva da falsa consciência, ou da ideologia negativa.

Para Marx, a formação das idéias é um processo social. A origem das idéias está na realidade da vida produtiva. Segundo o autor, os homens produzem sua própria vida material e a forma como o fazem varia e coincide com o seu modo de vida. Desta forma, “o que as pessoas são depende, portanto, das condições materiais de sua produção” (MARX, 1965, p.15). Como a produção é um processo social, a relação entre as pessoas é condicionada pelos

modos de produção, assim, um é correlato ao outro. A maneira como as pessoas manifestam a sua vida depende daquilo que elas produzem e da forma pela qual fazem isso.

Segundo Marx, por conseguinte, a produção das idéias e valores está subordinada ao estágio de desenvolvimento material, já que no período pré-capitalista, por exemplo, “os conceitos, o pensamento, o comércio intelectual dos homens, surgem aqui ainda como emanção direta de seu comportamento material” (1965, p.21). Assim, “os homens é que são os produtores de seus conceitos, de suas idéias, etc., mas os homens reais, ativos, condicionados por uma evolução definida de suas forças produtivas e pelas relações correspondentes a elas” (1965, p.21).

Por isso, para se entender as idéias de uma sociedade é necessário compreender o desenvolvimento histórico e o estágio produtivo desta. Para Marx, “*a totalidade do que se chama história mundial* é apenas a criação do homem por meio do trabalho humano” (2003, p.148). Se por um lado existe uma história natural, da qual o homem não é responsável, mas que forma a base da sua existência, por outro lado existe a história feita pelos homens, definida por sua intervenção na natureza e por sua capacidade, única entre os seres vivos, de produzir os meios para a sua própria existência. Para Marx, desta forma, “toda história deve partir dessas bases naturais e de sua modificação pela ação humana, no curso da história” (1965, p.15).

Para o autor, uma premissa fundamental é que para fazer história o homem deve possuir condições de viver, para tanto, “é preciso, antes de tudo beber, comer, uma habitação, roupas, e ainda outras coisas. A primeira realidade histórica é, portanto, a produção dos meios que permitam satisfazer tais necessidades, a produção da própria vida material” (MARX, 1965, p.23). Decorre que, o primeiro e mais duradouro laço entre os homens é o laço da produção e este apresenta uma história cujas variações podem ser verificadas materialmente.

Nesse sentido, como “a produção de idéias, de concepções, e da consciência liga-se, a princípio, diretamente e intimamente à atividade material e ao comércio material dos homens, como uma linguagem dos homens” (MARX, 1965, p.21), a consciência é, para Marx, portanto, o ser consciente e “o ser do homem é o seu processo de vida real” (MARX, 1965, p.21). Por isso, são os homens que, “desenvolvendo sua produção material e suas relações materiais, transformam com essa realidade que lhes é própria seu pensamento e os produtos desse pensamento. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (1965, p.22) e a consciência, assim compreendida, não é a consciência metafísica, pura, mas a consciência real, baseada na existência social do homem.

Para Marx a consciência está vinculada diretamente à linguagem, ou, segundo o autor, “a linguagem é tão antiga quanto a consciência – a linguagem é a consciência real, prática, que existe também para outros homens” (1965, p. 26). Assim, a consciência é um produto social, compartilhado, originário da necessidade dos homens em se relacionar em um estágio da história em que se substitui o simples instinto animal por uma consciência gregária; é, portanto, consciência do mundo natural e do mundo social.

A condição de vida gregária, porém, modifica a divisão do trabalho que, primitivamente, envolvia apenas o ato sexual (MARX, 1965). Com a divisão do trabalho “torna-se realidade a partilha da atividade intelectual e material, do prazer e do trabalho, a produção e o consumo, por pessoas diferentes” (MARX, 1965, p.28). Quando o trabalho é socialmente dividido, “cada homem tem sua esfera de atividade exclusiva e determinada, que lhe é imposta e da qual não pode fugir” (MARX, 1965, p. 29). A consciência, produto da vida social, reflete essa condição e passa a representar as contradições, resultantes da divisão do trabalho, não apenas entre o interesse particular e o coletivo, mas da própria condição de vida dos homens. Conforme Konder, “Marx concluiu que a possibilidade de que a consciência se iludisse a respeito da sua própria natureza tinha surgido (...) com a divisão social do trabalho” (2002, p. 40-41).

O processo de confusão da consciência sobre a própria realidade, advindo da divisão do trabalho, é definido como a alienação. Para Marx, a divisão do trabalho e a propriedade privada são expressões idênticas, uma relativa ao trabalho e outra relativa ao produto do trabalho. Assim, conforme Mézaros (1981, p.76), “a atividade produtiva é, portanto, a fonte da consciência, e a ‘consciência alienada’ é o reflexo da atividade alienada ou da alienação da atividade, isto é, da auto-alienação do trabalho”, que ocorre quando o produto do trabalho é separado do trabalhador e esse não se reconhece nem no produto, nem como parte de um coletivo. Segundo Mézaros (1981), os indivíduos não se reconhecem no conjunto da sociedade, não compartilhando, portanto, da mesma consciência. Se a sociedade não possui divisão do trabalho, todos compartilham de valores básicos que estruturam a consciência. Com a divisão do trabalho, segue o autor, o Estado se estrutura independentemente e toma o caráter de representante de uma comunidade ilusória.

Para Marx, o interesse coletivo toma forma do Estado e assume “uma forma independente, isolada dos interesses reais do indivíduo e do conjunto” (MARX, 1965, p.30). Assim, a contradição primeira da sociedade, fundada na divisão do trabalho, é representada

pela divergência de interesses entre o indivíduo e o coletivo (que apresentam laços reais) e o Estado, considerado uma forma ilusória da vida comunal.

Marx (1965) afirma que os interesses particulares se contrapõem aos interesses coletivos e ao que ele denomina como interesses ilusoriamente coletivos. Na célebre passagem de *A Ideologia Alemã*, o autor analisa que,

na produção social da sua vida os homens entram em determinadas relações, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem determinadas formas da consciência social. (MARX, 1965, p.103).

O Estado, como parte da superestrutura, representa os interesses de segmentos da sociedade, como forma de conter o embate prático dos interesses individuais e realmente coletivos, por meio da falsa representação dos interesses coletivos. Por isso, Marx afirma que toda a classe que deseja conquistar o poder político deve conquistar o estado, para representar o seu interesse próprio como interesse universal. Para o autor, a conquista do poder político é a forma de representar os interesses individuais como universais, “o combate prático desses interesses particulares, que constantemente se opõem realmente aos interesses coletivos e ilusoriamente coletivos, torna necessária a intervenção prática, e a contenção pelo interesse geral e ilusório, em forma de Estado” (1965, p.30). O Estado, portanto, representa os interesses individuais daqueles que o conquistam e que apresentam esses interesses como universais para combater os demais interesses individuais gerados pela divisão do trabalho e a conseqüente distribuição desigual da produção, baseada na propriedade privada.

Além disso, Marx considera o Estado como “a força concentrada e organizada da sociedade” (1968b, p.869), não apenas portador de um poder ideológico, mas, com poder coercitivo e de violência que garantiriam a ordem capitalista e, ainda mais, como regulador e facilitador das dos interesses objetivos da classe dominante. (1968a).

Se, por um lado o homem produz suas próprias idéias, a consciência de si, partindo de sua vida concreta, e não o contrário, como queriam os filósofos alemães que Marx combateu; por outro lado, o Estado representa a universalização da consciência de determinado grupo. Como, para o autor, a sociedade capitalista é marcada pela oposição entre classes, o Estado capitalista tem por função defender os interesses da classe dominante – burguesa. Desta condição surge a ideologia como falsa consciência. Segundo o autor,

os indivíduos que constituem a classe dominante possuem, também, uma consciência, e portanto, pensam. Na medida em que dominam como classe, e determinam uma época histórica em toda a sua amplitude, é claro que esse domínio se exerce em todos os setores de sua classe donde dominarem também, entre outras coisas, como pensadores, como produtores de idéias, e regularem a produção e distribuição das idéias de sua época. (MARX, 1965, p.45).

Segundo Marx, a consciência cede lugar para a falsa consciência, pois,

cada nova classe que toma o lugar daquela que dominava antes dela é compelida, para alcançar sua finalidade, a representar seu interesse como sendo o interesse comum de todos os membros da sociedade, ou, para usar uma formulação no plano das idéias, essa classe é obrigada a dar às suas idéias a forma de universalidade, de representá-las como sendo as únicas razoáveis, as únicas universalmente válidas. (MARX, 1965, p.46).

Conforme o autor, as idéias dominantes tomam formas abstratas para aparentarem cada vez mais certa universalidade, necessária para criar a ilusão de que os valores coletivos estão inteiramente representados. Por isso, quando se consideram os valores fundadores da democracia liberal se fala em liberdade, igualdade etc.. Esses são valores que agregaram os interesses coletivos durante as revoluções burguesas; contudo, os interesses, que eram concretos, foram tomando formas abstratas com a consolidação de um Estado burguês. Com a burguesia no poder, as contradições advindas da realidade material se tornaram ainda mais profundas e os interesses do proletariado permaneceram sendo sobrepujados. Os valores por que proletários e burgueses se uniram servem de máscara para a contradição real entre as classes.

Ao contrário de Mannheim, Marx não vê a possibilidade de uma síntese de valores, a ser realizada pelos intelectuais. Para ele, a democracia burguesa não é espaço de síntese, mas de dominação pelo capital, já que “as relações materiais predominantes [são] apresentadas sob a forma de idéias, portanto são a expressão de relações que fazem de uma classe a classe dominante” (MARX, 1965, p.45).

Segundo Marx, a divisão do trabalho levou à formação de grupos especializados em produzir idéias, formular valores e interpretações de mundo que “são representações adequadas à classe” dominante (KONDER, 2002, p.42). Estes intelectuais, por sua vez, estão convencidos da universalidade do seu pensamento e dos seus valores. Para Marx, “a classe que dispõe dos meios da produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios da produção intelectual, se bem que, por essa razão, as idéias daqueles que não dispõem dos meios de produção intelectual ficam sujeitas à classe dominante” (MARX, 1965, p.45). Por isso, ele afirma que “as idéias da classe dominante são também as idéias predominantes em cada

época, ou seja, a classe que é a força material dominante da sociedade também é a força espiritual dominante” (1965, p.45). Cabe aos intelectuais, ou ideólogos ativos, “apresentar o interesse da classe como interesse comum a todos os integrantes da sociedade” (KONDER, 2002, p.42).

Assim como a alienação, advinda da divisão social do trabalho, também o Estado fortalece o sentimento de não pertencimento ao coletivo. Marx e Engels, perceberam que o Estado “abria espaço para o fortalecimento de uma ideologia individualista, que induzia as pessoas a minimizarem a interdependência existente entre elas, isto é, incitava os indivíduos a se pensarem descontextualizadamente, fora da história” (KONDER, 2002, p.38).

Cada vez mais individualizados e sob o véu da ideologia, “os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (MARX, 2008, cap.1). Por isso, continua Marx, “o indivíduo isolado, que as adquire [ideologia] através da tradição e da educação, poderá imaginar que constituem os motivos reais e o ponto de partida de sua conduta” (2008, cap.3). Por isso, no capitalismo, a ideologia tem a capacidade de tornar a apropriação da mais-valia pelo burguês – expressão máxima da exploração do proletário – aparentemente justa até mesmo para aquele que é explorado.

Harnecker (1981, p.108), chama a atenção, porém, que a mais-valia “se ‘oculta’ completamente à consciência dos agentes de produção (capitalistas e operários) (...) esta deformação da realidade não provém, portanto, essencialmente do interesse de enganar da classe dominante, e, sim, do caráter objetivo do sistema econômico”. Assim, a ideologia não resulta da consciência da classe dominante, objetivamente universalizada para manter as relações de produção. A ideologia é, necessariamente, resultado da estrutura de funcionamento do capitalismo. Além disso, a ideologia é universalizada no passar das gerações e aprendida como natural também pelas novas gerações da classe dominante, por meio do trabalho dos intelectuais.

A longevidade do capitalismo depende da ideologia, pois, ele deve ser considerado justo por ambas as partes – burgueses e proletários; como Marx afirma, os indivíduos nascem e são socializados nessa estrutura e acabam considerando-a necessária e justificável. A falsa consciência é um véu até mesmo para a classe dominante, pois, apesar de representar seus interesses, também a impede de ter consciência sobre a contradição a que ela pertence.

Neste sentido, pesquisas (SINGER, 2002; LIPSET, 1959) mostram que, para o eleitorado, o pertencimento a determinada classe não identifica necessária e diretamente o conteúdo do voto, mas consiste em uma aproximação de posições ideológicas em um sentido fraco. Dito de outra forma, a disputa política apresenta formas de identificação ao eleitor (como bandeiras, cores, lemas etc.) que vão ao encontro dos seus sentimentos ideológicos (MILLER & SHANKS, 1996; KNIGHT & LEWIS, 1996), porém, não são suficientes para definir, de forma estruturante, o tipo de conteúdo escolhido pelos indivíduos. Essas ideologias, portanto, são fracas (STOPINNO, 2003) por não possuírem força para definir o que pensam e desejam os eleitores. Por outro lado, existem ideologias capazes de fornecer uma visão estruturante do mundo, sob a qual se baseiam as opiniões ditas individuais, por isso, são chamadas de ideologias fortes por Stopinno (2003), ou, utilizando a concepção de Gramsci, como ideologias hegemônicas. A ideologia hegemônica, portanto, é capaz de definir os limites internos da democracia em relação aos possíveis conteúdos ideológicos por ela suportados (ideologia fraca).

5.5. Raízes da concepção de hegemonia em Gramsci

Uma das diferenças fundamentais entre as duas principais acepções do conceito de ideologia – a total e a falsa consciência – advém do objetivo de cada perspectiva. Se, por um lado, Mannheim pretende desenvolver um ramo do conhecimento sociológico, Marx, tem por objetivo desvendar as relações de dominação que caracterizam a sociedade capitalista. No que tange aos resultados distintos, Mannheim define os intelectuais como a possibilidade de construção de um conhecimento não-ideológico e Marx afirma que o intelectual produz e dissemina a ideologia e que o conhecimento não-ideológico é aquele resultante dos verdadeiros interesses do proletariado.

Para Marx, a ideologia é o conjunto de valores desenvolvido pela classe dominante devido ao modo de produção capitalista, baseado nos seus interesses de classe e universalizado de forma a alcançar todas as classes e se difundir perante uma sociedade onde a divisão do trabalho levou a alienação. Com isso a ideologia garante que as classes dominadas não tenham consciência sobre sua própria condição de classe dominada e adotem os valores dominantes como seus.

Como a consciência é, também, produto do trabalho do homem, a classe trabalhadora é a única capaz de desenvolver um conhecimento não-ideológico. Na sociedade capitalista, porém, a divisão do trabalho leva à alienação e esta impossibilita a formação de uma consciência de si verdadeira. Somado a isso, a classe dominante assumiu as instituições da superestrutura, ou constituiu instituições novas que fortalecem a alienação e, desta maneira, tornam a dominação ainda mais profunda. Decorre dessa perspectiva, que a única possibilidade para formar um conhecimento não-ideológico seria abolindo o capitalismo e as instituições da superestrutura, das quais o Estado tem papel político, e por isso, é preponderante.

Desta forma, Marx não está sujeito ao mesmo questionamento levantado anteriormente sobre o papel dos intelectuais e a capacidade destes em romper os limites da ideologia e dos interesses de classe, tal qual realizado com relação ao pensamento de Mannheim. As conseqüências da ideologia como falsa consciência levam, porém, a questionar, assim como feito por Mullins, como distinguir empiricamente a ideologia da consciência. A inexistência de um limite entre ambos implicaria considerar até mesmo a concepção de Marx como ideológica. Por outro lado, outra questão, fundamental para os pensadores marxistas, se coloca de forma contundente entre as preocupações teóricas desses intelectuais: como construir as condições objetivas de transformação dessa estrutura de dominação? Como romper as amarras da estrutura-superestrutura ideológica?

O paradoxo e as dificuldades decorrentes da compreensão de Marx sobre o papel da ideologia no capitalismo são contornados de diferentes maneiras pelas interpretações realizadas pela primeira geração de marxistas que não tiveram acesso à *Ideologia Alemã*. Como esses teóricos não utilizaram a concepção negativa da ideologia, puderam lidar de forma mais objetiva, voltada para a prática revolucionária, sem considerar os limites da falsa consciência. Exatamente por isso, fornecem uma leitura pertinente sobre o conceito e de como existem valores e visões de mundo que guiam a atuação política dos indivíduos e grupos. Além disso, esses autores derivam do estudo do conceito de ideologia outras contribuições importantes para a compreensão da estrutura de dominação que compõe o capitalismo.

Desta forma, surgem conceitos como o de hegemonia de Gramsci, que auxilia a explicação dos mecanismos que limitam os conteúdos políticos e econômicos possíveis na democracia liberal. Segundo Vianna (2000), Gramsci desenvolve o conceito de hegemonia tendo como base a obra de Marx, contudo, por meio de uma influência direta e marcante do pensamento de Lênin.

Lênin tratou o conceito de ideologia de maneira completamente distinta da formulação desenvolvida por Marx em *A Ideologia Alemã*. Isso ocorreu não apenas porque Lênin não teve acesso a esta obra, mas principalmente porque estava preocupado com a formação de um conjunto de valores e interesses próprios para as lutas proletárias que ocorriam na Rússia e que tomavam o mundo entre o final do século XIX e início do século XX (LARRAÍN, 2008).

Segundo Perry Anderson (2004, p.30), “as evidentes transformações do modo de produção capitalista, geradoras da monopolização e do imperialismo” levaram à necessidade de estudos econômicos constantes. Além disso, Larraín (2008, p.34) afirma que a nova configuração do capitalismo fomentou um “nuevo clima político que favoreció el crecimiento de poderosos movimientos y partidos de clase obrera, especialmente en Europa central”. Conforme Anderson (2004), esse mesmo clima fez surgir a necessária crítica ao marxismo e a tentativa de compreender a singular realidade russa, tendo como base as categorias científicas desenvolvidas por Marx.

Frente a situação político-social russa, marcada pela polarização e conflitos de classe, termos como “el ‘punto de vista de clase’ y los ‘intereses de clase’ adquieren abrumadora importancia” na gramática da luta política (LARRAÍN, 2008, p.34). Lênin busca criar os “conceitos e métodos necessários para a condução de vitoriosa luta proletária pelo poder na Rússia” (ANDERSON, 2004, p.33) esbarrando, porém, nos limites do conceito de ideologia. Assim, o pensador russo precisa encontrar resposta para as condições concretas de formação da consciência, ou, como expressa Boron (2006, p.65), se “é razoável supor que, numa sociedade como a capitalista, a consciência socialista possa florescer como resultado da luta de classes”.

Para Lênin, a classe operária possuía uma consciência espontânea e outra real. A consciência espontânea agrupava os trabalhadores em seus sindicatos e a real era socialdemocrata, formada fora dos movimentos trabalhistas (LARRAÍN, 2008). Segundo Lênin (2006), por meio da ideologia socialdemocrata, os interesses da classe proletária não seriam plenamente satisfeitos e mais, seriam limitados pela burguesia. Desta forma, o autor afirma que a consciência socialista somente poderia ser levada de fora aos trabalhadores, por meio do partido.

Em termos práticos isso se concretizava na experiência histórica que, conforme Lênin (2006), demonstrava que a consciência operária, somente por seu esforço, era capaz de se desenvolver até a formação sindicalista e que os limites da ação proletária eram dados, então, pela ideologia socialdemocrata, externa aos reais interesses da classe operária.

Lênin (2006) afirma que, assim como a teoria socialdemocrata foi desenvolvida por intelectuais burgueses e importada para os movimentos proletários, a teoria socialista utópica foi desenvolvida por intelectuais burgueses separados da classe operária e aceita pelos revolucionários socialistas. No contexto russo, o papel de inserir os princípios do materialismo histórico nos movimentos dos operários caberia ao partido. O marxismo é considerado uma ideologia diferente por Lênin, pois foi desenvolvido por uma *intelligentsia* socialista revolucionária que, ao contrário do sindicalismo, desenvolvido embrionariamente dentro da ideologia burguesa, se desenvolveu em condições de realizar a crítica à própria ideologia. O marxismo apresenta os recursos da ciência materialista e foi criado em contato com a realidade proletária.

Segundo Lênin cabe ao partido inserir os valores e idéias revolucionários, formados pela *intelligentsia* burguesa, para dentro da classe operária e a esta cabe conduzir os interesses do partido. Assim, a classe trabalhadora seria, até certo ponto, incapaz de seguir seu próprio interesse de classe devido à ideologia, dependendo de uma *intelligentsia* socialista organizada em partido. Conforme o pensador russo, “grandes massas de operários urbanos e da ‘plebe’ das cidades ansiavam por lançar-se à luta, mas os revolucionários careciam de um Estado-maior de dirigentes e organizadores” (LÊNIN, 2006, p.98).

Por isso, “Plejanov acusó a Lenin de concebir a la clase obrera como un sujeto pasivo que va siendo llevado hacia el socialismo por un espíritu no histórico, la intelligentsia socialista organizada en un partido” (LARRAÍN, 2008, p.38). Essa crítica, porém, não pode ser considerada adequada ao pensamento de Lênin, que afirmou que “a clase es representada por el partido y el partido por sus líderes, sin ninguna posibilidad de contradicciones entre ellos. Como el proletariado es disparateo en su conciencia, se requiere el partido para unificarla. Pero como el partido internamente reproduce otras desigualdades, los líderes son necesarios para unirlos” (LARRAÍN, 2008, p.38). Dito de outra forma, Lênin (2006) não propunha o partido como novo sujeito revolucionário e sustentava a necessidade de uma relação dialética entre o partido e as massas, negando com isso a passividade das massas. Durante o regime socialista soviético, porém, a realidade política foi organizada de tal forma que o partido tornou-se uma entidade separada dos interesses da classe proletária (ANDERSON, 2004).

Para Lênin, a ciência materialista histórica representaria um papel fundamental na formação de uma consciência de classe.⁷⁶ A ideologia socialista não seria, para o autor, a expressão da consciência de classe, mas a possibilidade de elevação da consciência proletária espontânea para a organização da luta revolucionária. Por isso, afirma Larraín (2008, p.40), “en lo que concierne a la clase obrera, ciencia e ideología se fusionan. Los contenidos de la ideología socialista son entregados por la ciencia”. Lênin, portanto, contrapõe-se à compreensão de Marx, “para quien el materialismo histórico era una ciencia desarrollada por intelectuales en estrecho contacto con el movimiento obrero y la ideología era una forma distorsionada de conciencia que ocultaba relaciones reales contradictorias” (LARRAÍN, 2006, p.40).

Lênin desenvolve uma análise em que a ideologia não é a expressão dos valores da classe dominante, universalizados como falsa consciência, mas um conjunto de valores e interesses emanados da realidade de cada classe. Por isso, não considera o gregarismo sindicalista uma consciência proletária completa, pois este possui limites próprios da condição de produção a que os trabalhadores estão submetidos. Também não considera o socialismo uma ideologia realmente proletária, mas apenas o caminho, por meio da ciência, para a revolução.

O revolucionário russo afirma que a ideologia burguesa difere da socialista, pois é formada pelos intelectuais burgueses sem os princípios críticos da ciência materialista histórica, enquanto a ideologia socialista é desenvolvida pelos intelectuais burgueses, com os recursos da ciência e definida por seu caráter de oposição crítica à ideologia burguesa e do que dela emana. Uma ideologia proletária genuína, formada por intelectuais proletários, somente surgiria após a conscientização socialista. Esta não apenas tornaria possível a revolução, mas uma vez compartilhada, tornaria possível o desenvolvimento ideológico original da classe trabalhadora.

Significa afirmar que, para Lênin, o conceito adquire um significado mais amplo, a ideologia não é mais enganosa ou falsa, mas constitui o conjunto de valores e ideais de determinados grupos sociais. Nas palavras de Larraín (2008, p.41), ideologia é “concebida como un dominio o campo de lucha teórica en la que se expresan diferentes intereses de clase. Estos intereses de clase contradictorios se manifiestan en diferentes ideologías de clase que

⁷⁶ Uma crítica pertinente, efetuada ao pensamento de Lênin, é a aparente confiança depositada pelo revolucionário no papel da ciência materialista. A ciência é considerada a redenção da consciência, estando acima das ideologias e representando um critério de verdade que não apenas é ilusório, mas, até certo ponto, simplista.

están en 'lucha ideológica' entre si". Assim, existem duas ideologias principais, a revolucionária e a burguesa. Distinguir entre uma e outra, segundo Lênin, seria possível por meio do conteúdo de cada ideologia, a proletária seria a ideologia que realiza a crítica total ao capitalismo e à ideologia burguesa.

Para Lênin, portanto, é possível delimitar a ideologia proletária por sua oposição à burguesa. A crítica à ideologia dominante burguesa emanaria da organização popular e de sua ideologia de classe proletária. A crítica a uma ideologia somente é possível de um ponto-de-vista diferente, de outra ideologia, "en esta confrontación, la crítica de las ideas dominantes aparece como una expresión de los intereses políticos de las clases dominadas" (LARRAÍN, 2008, p.35).

Lênin identificou que seria possível a existência de diversas ideologias e, assim, neutralizou o conceito. Segundo Larraín (2008, p.41), "con Lenin el concepto de ideología es finalmente neutralizado. Si la ideología burguesa o religiosa no son científicas, no es porque ellas sean 'ideología' en el sentido de Marx, sino porque son específicamente burguesa o religiosa. La connotación negativa ha sido desplazada de la noción misma de ideología". Mais do que neutralizar o conceito, Lênin se desvia da tradição marxista da falsa consciência e desenvolve mais uma variação do conceito de ideologia como visão de mundo relativa ao grupo social. O que ainda liga a perspectiva leninista à ideologia como falsa consciência, e a distancia da concepção de Mannheim, é a estreita vinculação com o conceito marxista de luta de classes. Para Lênin, a luta ideológica deve ser realizada para possibilitar a luta de classes que possibilitaria a revolução. Como o pensador afirma, "a amplitude da revolução será maior se a fizerem, não assustados pelos social-democratas, (...) que não querem a vitória sobre o tsarismo, mas um arranjo com ele" (LÊNIN, 1977, p. 49).

Nesse sentido, Lênin considera que a Rússia possui uma história singular. O desenvolvimento do capitalismo neste país segue um caminho distinto do rumo inglês, francês ou alemão, por exemplo. Lênin descreve, em sua obra "O desenvolvimento do capitalismo na Rússia", que o capitalismo russo se desenvolve a partir do campo, por isso, "o capitalismo é na Rússia um fato progressista, ainda que seja opressivo para as massas trabalhadoras (...) já que libera as forças produtivas, quebra os vínculos feudais que impedem seu desenvolvimento, forma o proletariado" (GRUPPI, 2000, p.17). Por isso, segundo Gruppi (1979, p.6), Lênin acredita que "o desenvolvimento do capitalismo na Rússia é não apenas objetivamente necessário, mas é um fenômeno progressista". Dessa relação decorrem os

limites ideológicos reais do proletariado russo, formados pela social-democracia, em meio à disputa entre o Estado feudal e o burguês (LÊNIN, 1986).

Gramsci, por sua vez, perceberia, não antes de Lukács (2003), que a dominação burguesa sobre o proletariado não se sustentava somente mediante o uso da violência física e que, para que a burguesia organizasse toda a sociedade de acordo com seus próprios interesses, teria que desenvolver uma visão de mundo (*Weltanschauung*), que tornaria essa submissão ao seu poder aparentemente espontânea. Segundo Buttigieg (2003, p. 45), Gramsci acreditava que “o que possibilitava às classes dominantes tomar o poder e mantê-lo não era apenas a força bruta, mas também, e talvez mais fundamentalmente, a obtenção da dominação cultural – isto é, a sua capacidade de difundir por toda a sociedade suas filosofias, valores, gostos, etc.”. Conseqüentemente, Gramsci também compreende que, para que a revolução pudesse ocorrer seria necessária uma emancipação ideológica, por meio de um rompimento com as crenças dominantes.

O autor italiano afirma, assim como o faz Lênin, que a realidade da Europa Ocidental é distinta da realidade da Europa Oriental. Na Europa Ocidental, contudo, Gramsci identifica uma maior força ideológica da burguesia que penetra mais profundamente nos valores e crenças da classe proletária. Além disso, analisa que a relação de forças entre Estado e sociedade civil é diferente entre a parte Oriental e a parte Ocidental da Europa (GRAMSCI, 2000a).

5.6. Da ideologia à hegemonia

A compreensão de Gramsci decorre diretamente do seu quadro teórico-metodológico. O revolucionário italiano reflete sobre as transformações e características empíricas da sociedade capitalista Ocidental e analisa abstratamente a relação entre o Estado e a sociedade civil. Seu objetivo era explicar porque o proletariado, mesmo presenciando uma crise do capitalismo (1929) e, por conseguinte, da burguesia, não apresentava uma reação revolucionária. Quando demonstrava qualquer pretensão política, Gramsci percebe que o proletariado se via limitado, já na origem de sua ação, pela falta de um projeto que guiasse sua atuação e, principalmente, pela dificuldade de se conceber um Estado diferente (SEMERARO, 1999). Dito de outra forma, a questão principal que acomete ao autor italiano é explicar como os proletários poderiam se sentir à vontade perante a dominação burguesa.

Como poderiam concordar com ela, mesmo sendo explorados? Como poderiam sequer possuir um projeto diferente de Estado?

Para se compreender as respostas do autor é necessário analisar, por conseguinte, alguns conceitos-chave do seu pensamento, como ideologia, intelectuais orgânicos, sociedade civil, estado e hegemonia. Na sua obra estes conceitos aparecem relacionados de forma estreita e indissolúvel, ao mesmo tempo em que, por vezes, são termos que carecem de definições precisas e sistemáticas, tornando sua organização didática mais complexa⁷⁷.

Apesar da situação desfavorável ao trabalho intelectual, já que foi no cárcere onde escreveu grande parte de sua obra, e do fato de provavelmente não ter lido a *A Ideologia Alemã*, Gramsci conhecia a perspectiva negativa do conceito de ideologia de Marx e a rechaçava. Para ele,

indeed the meaning which the term “ideology” has assumed in Marxist philosophy implicitly contains a negative value judgment and (...) for its founders the origin of ideas should be sought for in sensations, and therefore, in the last analysis, in physiology. ‘Ideology’ itself must be analysed historically, in the terms of the philosophy of praxis, as a superstructure (GRAMSCI, 1991, p.706).

A avaliação de Gramsci sobre o conceito negativo de ideologia é que este é um conjunto de elucubrações individuais, falsas e ilusórias. Esta é uma interpretação crítica ao reducionismo economicista que, na realidade, não captava a profunda importância da ideologia na luta revolucionária e na política de forma geral (GRUPPI, 2000). O autor, contudo, em grande medida desconhece que o conceito negativo, desenvolvido por Marx e Engels na *Ideologia Alemã*, não se origina e é contrário à centralização nas idéias e visões de mundo individuais. Na referida obra, Marx e Engels desenvolvem o conceito como forma de dominação de classe por meio da universalização dos seus valores. Os autores afirmam que a consciência se origina da estrutura material, enquanto a ideologia falseia essa realidade. Gramsci sustenta, porém, que a ideologia é resultante da estrutura material de uma sociedade. A relação entre estrutura e ideologia, contudo, não funciona de forma mecânica (GRAMSCI, 2000b).

Neste sentido, o autor afirma que, “it seems to me that an element of error in assessing the value of ideologies is due to the fact (...) that the name ideology is given both to the

necessary superstructure of a particular structure and to the arbitrary elocubrations of particular individuals” (GRAMSCI, 2000b, p.199). Por isso, o italiano define que é necessário “distinguish between historically organic ideologies, those, that is, which are necessary to a given structure, and ideologies that are arbitrary, rationalistic, or ‘willed’” (GRAMSCI, 1991, p.100).

A ideologia orgânica é definida como um sistema de idéias específico que fornece uma visão de mundo. Esse sistema de idéias, por sua vez, fortalece a coesão social por meio de uma “conception of the world that is implicitly manifest in art, in law, in economic activity and in all manifestations of individual and collective life” (GRAMSCI, 1991, p. 634). A ideologia orgânica deve, portanto, “ser capaz de ‘organizar’ a las masas humanas y para eso debe poder traducirse en orientaciones específicas para la acción” (LARRAÍN, 2008, p.108). Por isso, a ideologia é uma esfera fundamental da superestrutura, seja para a coesão social seja para a transformação revolucionária.

Para o italiano, a ideologia não é, portanto negativa. Nesse sentido, assim como Lênin, Gramsci efetua a neutralização do conceito. A ideologia deixa de significar o ocultamento de valores e práticas contraditórios, isto é, a universalização de valores falsos, e passa a significar as idéias políticas de classe que podem organizar as massas por meio de orientações para a ação, seja ela revolucionária ou conservadora (LARRAIN, 2008).

Segundo o autor, portanto, a ideologia serve como unidade também para o partido comunista como representante da classe trabalhadora e, assim, “the basis of ideological unity is the doctrine of Marxism and Leninism” (GRAMSCI, 2000b, p.154). Se o marxismo e o leninismo são ideologias é porque Gramsci considera quatro níveis ideológicos. O primeiro, mais sistemático, é o filosófico. Toda filosofia é ideologia e corresponde às visões de mundo características de classes sociais distintas. O segundo tipo de ideologia é a religiosa, o terceiro tipo é o senso comum e o quarto é o folclore.

A ideologia é elaborada e compartilhada por meio da atividade dos intelectuais que, ao contrário da compreensão de Mannheim, não são representantes dos interesses de toda a sociedade e sim difusores dos interesses de classe, por meio do seu trabalho e liderança. Como o marxismo é apenas a base da unidade ideológica proletária, sobre essa base deve-se despertar e erigir a ideologia proletária, por meio de seus intelectuais e das manifestações artísticas, culturais, educacionais, sociais e políticas (SEMERARO, 1999).

⁷⁷ Como é sabido, Gramsci possuía uma forma singular de reflexão e registro, especialmente pelo fato de

Gramsci sofisticada a análise do papel dos intelectuais na formação da ideologia orgânica. Para o autor, os intelectuais são de dois tipos, os criados pela classe, chamados de intelectuais orgânicos e os intelectuais tomados de classes que foram dominantes no passado, chamados de intelectuais tradicionais. Ambos contribuem para o desenvolvimento e fortalecimento da ideologia. Segundo Gramsci, os intelectuais,

in the functional sense fall into two groups. In the first place there are the ‘traditional’ professional intellectuals, literary, scientific and so on, whose position in the interstices of society has a certain inter-class aura about it but derives ultimately from past and present class relations and conceals an attachment to various historical class formations. Secondly, there are the ‘organic’ intellectuals, the thinking and organising element of a particular fundamental social class. These organic intellectuals are distinguished less by their profession, which may be any job characteristic of their class, than by their function in directing the ideas and aspirations of the class to which they organically belong (GRAMSCI, 1991, p.131).

O vínculo entre o intelectual orgânico e a classe a que pertence se dá por meio do tipo de trabalho do indivíduo. Para Gramsci (1991, p.131), “the notion of ‘the intellectuals’ as a distinct social category independent of class is a myth”. Segundo o mesmo autor, “*homo faber* cannot be separated from *homo sapiens*” (GRAMSCI, 1991, p.140). Dito de outra forma, todos os homens são intelectuais, pois todos os homens possuem capacidade intelectual, porém, nem todos desempenham a função social de intelectuais; não se trata, porém, de uma categoria específica de pensadores, ocupando cargos ou atividades particulares dessa função. Nas palavras do autor italiano, “all men are potentially intellectuals in the sense of having an intellect and using it, but not all are intellectuals by social function” (GRAMSCI, 1991, p.131). Segundo o autor, o proletário que consegue influenciar os desejos e aspirações dos demais, por meio da expressão dos seus valores e trabalho, é um intelectual orgânico, embora não seja um intelectual profissional, consegue influenciar os demais membros de sua classe.

Conforme Gramsci,

todo grupo social, ao mesmo tempo em que se constitui sobre a base original da função essencial que ele assume no campo da produção econômica, cria organicamente uma ou mais camadas intelectuais que lhe asseguram homogeneidade e consciência de sua própria função, não somente no setor econômico, mas também nos setores social e político (GRAMSCI, apud MACCIOCCHI, 1982).

Os intelectuais surgem das relações concretas dentro do processo histórico de produção social. Segundo o autor,

é preciso destruir o julgamento de que a filosofia é algo sumamente difícil por ser a atividade intelectual própria de uma determinada categoria de cientistas especializados ou de filósofos profissionais e sistemáticos. É preciso, portanto, demonstrar que todos os homens são filósofos, e definir os limites e as características desta 'filosofia espontânea' própria de todos, isto é, a filosofia que nela está contida (GRAMSCI, 1981, p.15).

Assim, como todos possuem capacidade intelectual, a filosofia se origina da estrutura produtiva e do espaço ocupado nela pelo intelectual. O intelectual pode demonstrar maior ou menor sistematização da sua visão de mundo, mas, seja sistematizada ou não, essa leitura da própria realidade é a ideologia da classe ou da parte da classe a que este intelectual pertence. Com isso, o autor italiano se opõe à interpretação realizada sobre a obra de Lênin, que trata o proletário como um ser vazio, sem uma ideologia própria, e destaca que as expressões populares devem ser reconhecidas e valorizadas, pois servem de base para a formação de intelectuais que produzam uma ideologia proletária revolucionária.

Gramsci percebe, como foi dito anteriormente, que há uma diferença fundamental entre a natureza do estado e da sociedade na Europa Ocidental e na Oriental. Essa diferença faz com que a luta revolucionária também tenha que ser distinta, já que há um tipo diferente de dominação. Na Europa Oriental foi possível realizar a revolução socialista, pois o estado não estava respaldado por uma sociedade civil fortalecida, portanto, era um estado débil. Por não existir coesão entre estado e sociedade civil havia maior facilidade de conquistar a sociedade política, representada pelo estado. Na Europa Ocidental, porém, o controle ideológico dos rumos e valores da sociedade, pela classe dominante, formam uma sociedade civil mais forte. Com isso, o estado, representante dos interesses da classe dominante, seria mais poderoso na manutenção desses interesses. A maior coesão entre sociedade civil e estado, por conseguinte, tornaria o sistema burguês menos vulnerável às revoluções populares.

Segundo Bobbio (1972), Gramsci parte das conclusões de Marx sobre a relação entre Estado e sociedade, contudo, o italiano se destaca como um dos principais desenvolvedores do conceito de sociedade civil. Gramsci considera que esta não é um mero cenário para a atuação dos indivíduos, tampouco é o Estado criado pela passagem da condição primordial de natureza para uma sociedade regulada por um contrato social (como consideram os contratualistas) ou uma esfera de oposição ao Estado (como descreve o liberalismo). Para o autor, a sociedade civil é a expressão direta e resultado da "hegemonia política e cultural de um grupo social sobre toda a sociedade, como conteúdo ético do Estado" (GRAMSCI, 2000a, p. 225). Conforme Coutinho, a sociedade civil surge, pois,

nas sociedades mais complexas do 'Ocidente', o Estado se 'ampliou', adquiriu novas determinações que (...) resultaram da socialização da política (nascimento de sindicatos, formação de partidos de massa, conquista do sufrágio universal, etc.), ocorrida, sobretudo, a partir de 1870. Tal socialização leva à criação de uma nova esfera do ser social, que Gramsci chamou precisamente de 'sociedade civil' (COUTINHO, 2006, s/p.).

O revolucionário italiano forma, assim, um quadro teórico comparativo que abarca a descrição de Lênin sobre o desenvolvimento do capitalismo e da burguesia como classe dominante na Rússia⁷⁸ e ao mesmo tempo desperta o vínculo entre sociedade civil e hegemonia.

Na Rússia, os trabalhadores do campo e artesãos se opuseram ao czarismo, pois não formavam uma sociedade civil, que se caracterizaria pela dominação hegemônica. Isto, pois, os camponeses e artesãos estavam ligados ao processo de formação do capitalismo russo, por meio da produção voltada para o comércio com a burguesia (GRUPPI, 1979). Assim, os artesãos não produziam somente para a subsistência, trocas ou para o czar, mas para suprir a demanda dos comerciantes burgueses que ia se tornando cada vez maior. Os camponeses, por sua vez, também surgiram como grupo social durante o regime czarista. No governo do czar Alexandre II (1855 – 1881) foram realizadas transformações, como a instituição de um grupo de pequenos proprietários camponeses, que tinham como objetivo a modernização econômica russa, duramente afetada pela crise que formaria um dos antecedentes fundamentais da Revolução. Em 1916 houve uma importante modificação política. O czar Nicolau II instituiu uma monarquia constitucional. A medida, porém, não foi suficiente para evitar a Revolução, já que esses trabalhadores haviam formado uma ideologia característica de sua posição na produção.

Segundo Gramsci, na Europa Ocidental a sociedade civil se desenvolveu e o modo hegemônico de dominação, em que a ideologia burguesa predomina sobre a coerção física, orienta a sociedade (GRAMSCI, 2000b). Conforme o autor, a classe burguesa consegue desenvolver a sociedade civil, enquanto a feudal não.

Pode-se dizer que, para Gramsci, o Estado é a soma da sociedade política e da sociedade civil. Assim, a sociedade civil é parte do Estado existente quando os valores da classe dominante, ou de uma fração dessa classe, são universalizados. A classe dominante,

⁷⁸ Segundo Gruppi (2001) o método de abstração conceitual de Gramsci se originava na observação da realidade histórica concreta.

que compõe a sociedade política, consegue tornar seus valores hegemônicos e garantir sua posição dominante.

Por isso, Gramsci afirma que, na Europa Ocidental, devido às características advindas da ligação entre os valores que fortalecem a sociedade civil e o Estado, a guerra revolucionária deveria ser realizada como uma guerra de trincheiras. Mais lenta, a guerra de trincheiras se baseia na tomada de posições de forma gradual, ou seja, por meio da ideologia. Gramsci afirma que o papel do partido é integrar-se às massas para elevar suas consciências e ganhar aliados. Como a sua perspectiva sobre a formação ideológica do proletariado envolve o despertar e a valorização de uma expressão genuinamente proletária, essa estratégia demanda maior tempo e ações estratégicas.

A relação entre sociedade civil e hegemonia se dá, conforme Carlos Nelson Coutinho, pois,

o conceito de hegemonia (...) resulta da percepção por parte de Gramsci de que (...) o Estado deixou de ser o simples ‘poder de opressão’ de uma classe sobre outra, deixou de agir apenas através da coerção (...) e passou a adotar também, como recurso de poder, a busca do consenso, da legitimação, da direção intelectual e moral, que se expressam através da adoção por uma classe (ou bloco de classes) dos valores inicialmente formulados por outra classe (ou bloco de classes). É a essa direção intelectual e moral que Gramsci chamou de hegemonia (COUTINHO, 2006, s/p.).

Para o autor italiano, os setores dominantes da sociedade construiriam os valores e as crenças que permitiriam e justificariam a sua permanência enquanto grupo dominante. Assim, além de utilizar outros meios de coerção, como o físico, por exemplo, a fração dominante da sociedade exerceria a dominação por meio da construção do consenso ideológico perceptível na sociedade civil.

Esse tipo de coerção, ideológica, seria ainda mais eficaz que os demais tipos de dominação, uma vez que, conforme Gramsci (1991, p.12), se manifestaria pelo “consentimento espontâneo dado pelas grandes massas da população à direção geral imposta à vida social pelo grupo dominante”. Segundo Anderson (2004, p. 99), Gramsci transforma a noção de hegemonia em “um conceito inteiramente novo no discurso marxista, destinado precisamente a teorizar as estruturas políticas do poder capitalista que não existiam na Rússia czarista”. O mesmo autor afirma que o conceito de Gramsci possui uma diferença qualitativa profunda para a análise da dominação burguesa. O conceito visa a “designar a força e a

complexidade decisivamente maiores da dominação da classe burguesa na Europa Ocidental, que impediram a repetição da Revolução de Outubro” (ANDERSON, 2004, p.100).

Uma vez existindo, a hegemonia não dificultaria apenas a revolução pela força. Ela agiria, principalmente, dificultando a formação das intenções e objetivos, ou, dito de outra forma, a hegemonia seria capaz de diluir os interesses em transformações radicais, mesmo que pacíficas, já que, conforme Anderson (2004, p.100),

este sistema hegemônico de poder era definido pelo grau de consenso que recebia das massas populares que dominava e por uma conseqüente redução na escala de coerção necessária para reprimi-las. Seus mecanismos de controle para assegurar este consenso residiam numa rede de instituições culturais – escola, igrejas, jornais, partidos, associações – que inculcavam nas classes exploradas uma subordinação passiva utilizando um conjunto de ideologias tecidas no passado histórico e transmitidas por grupos de intelectuais ligados à classe dominante.

Gramsci indica, portanto, que uma ideologia – que tem por função produzir homogeneidade dentro da classe ou de parte da classe – se torna hegemônica quando se homogeneiza em grande parte da sociedade. Dito de outra forma, há ideologia quando se encontra uma identificação profunda entre os interesses e valores das classes dominantes e os das dominadas e mesmo havendo essa identificação, as classes continuam mantendo relação de dominação. Assim, a ideologia hegemônica é aquela que consegue homogeneizar outras ideologias, englobando os demais valores e interesses existentes na sociedade por meio dos seus. Com isso, as demais ideologias são enfraquecidas e passam a concordar com a ideologia hegemônica. Isso explica, ainda que preliminarmente, o que ocorreu com os programas de governo de esquerda na América Latina que, conforme apresentado no capítulo anterior, são impelidos a modificar propostas econômicas basilares relativas a transformações sócio-econômicas.

A hegemonia e a sociedade civil estão estreita e integralmente ligadas. Na democracia liberal, com a política tornada pública, o espaço político é mais aberto à participação da sociedade, o que torna a existência subjetiva da sociedade civil possível. A ação política sob a hegemonia dos valores democrático-liberais, porém, é individualizada e, como descrito anteriormente, possui limites institucionais e valorativos. Esses valores e interesses liberais, compartilhados, é que tornam possível a existência objetiva da sociedade civil. Com a configuração formada pela hegemonia da ideologia liberal, pela sociedade civil e pela democracia forma-se uma barreira para a consolidação de transformações econômicas.

Quando Gramsci afirma que a revolução, em uma situação em que há sociedade civil forte, deve ser construída como em uma guerra de trincheiras, pois as bases de sua sustentação são mais sólidas, o autor compreende não apenas que existe uma barreira ideológica que age mais profundamente, impedindo as condições de revolução. O autor italiano percebe que a estabilidade e a duração de um determinado sistema dependem da hegemonia de uma ideologia. Como existem várias ideologias, as quais correspondem interesses de classe distintos, somente quando há hegemonia é que esses interesses se tornam conciliáveis. Essa perspectiva se coaduna com a de Macpherson (1978), de que um sistema político, para funcionar, depende dos valores e das crenças compartilhadas pelos membros da sociedade. Compreensão presente, ainda, nos demais teóricos da democracia abordados nesta tese, que afirmaram a necessidade de homogeneidade social e cultural para que a democracia perdure.

Na democracia liberal, porém, a homogeneidade social ocorre por meio da hegemonia. A formação da coesão e da homogeneidade na democracia liberal não ocorre, portanto, pela igualdade da inexistência de classes ou pelo tamanho reduzido e características distintas dos cidadãos. A democracia liberal tem como valor homogeneizante o respeito ao direito individual de propriedade. Esse conteúdo básico conduz os valores da sociedade para ampla aceitação dos princípios democrático-liberais e fortalece a visão de que os interesses individuais são os átomos da democracia.

Se a hegemonia é a forma de garantir homogeneidade cultural que a democracia necessita, o questionamento da presente tese sobre a abertura da democracia a todos tipos de conteúdo é necessário. Se não há opinião individual sem antes ou concomitantemente haver uma ideologia hegemônica e se, se compreende que esse sistema hegemônico é capaz de formar o conjunto básico de valores estruturantes das visões de mundo de uma sociedade, das configurações políticas consideradas ideais, dos direitos naturais e do que é compreendido como justo ou injusto, conforme os interesses dos grupos dominantes; Logo, os pressupostos democráticos, evidentemente o individualismo, mas também a neutralidade das regras democráticas, existem apenas em um sentido ideal. Se assim for, é possível analisar a não-consolidação de programas de governo de esquerda como resultado da relação entre hegemonia, democracia e ideologias contrárias ao ordenamento hegemônico, que são os três elementos básicos da restrição de abrangência ideológica da democracia, como será detalhado no capítulo seguinte.

6. Restrição de abrangência ideológica da democracia: a hegemonia na democracia liberal e os efeitos na esquerda latino-americana

O presente capítulo analisa o movimento de deslocamento ideológico de programas de governo de esquerda como expressão empírica de valores hegemônicos nas sociedades democrático-liberais e, especificamente, na latino-americana. Considera-se, ainda, que o golpe contra Salvador Allende é um indício dos limites da democracia em relação aos conteúdos ideológicos e às propostas de transformação estrutural da economia. O deslocamento ideológico e o golpe, por sua vez, se compreendidos à luz do conceito de hegemonia, são indícios que permitem conceber a existência, no sistema democrático latino-americano, do que se argumenta nesta tese se configura como abrangência de conteúdos ideológicos da democracia.

Assim, a restrição de abrangência ideológica é um resultado específico da hegemonia, considerada como forma de universalização de valores sociais, em uma sociedade democrática. A hegemonia é capaz de delimitar quais conteúdos políticos são considerados justos, adequados, corretos etc. e, desta forma, define quais conteúdos ideológicos sofrem restrições na democracia. Em uma sociedade caracterizada por uma economia baseada no livre mercado capitalista e em valores que prestam suporte subjetivo a essa condição objetiva, as restrições se apresentam quando é analisado o desempenho de alternativas políticas que se opõem a essa forma de produção.

Há, ainda, uma relação histórica entre hegemonia e democracia na América Latina, uma vez que os valores democráticos não são resultado de uma cultura originalmente liberal e não se sustentam por meio de valores característicos do liberalismo (CASTRO, 2000). Na região, o desenvolvimento de um modelo liberal de democracia, até certo ponto exógeno à história e às características e especificidades políticas e culturais latino-americanas, indica que a consolidação da democracia ocorre

baseada na universalização da ideologia liberal. Essa universalização de valores, ou homogeneização cultural, acontece, inicialmente, por meio da coerção e de impedimentos objetivos, como a proibição de partidos comunistas e, ainda, com a implantação de ditaduras militares que eliminaram opções ideológicas à esquerda. Após, a homogeneidade é mantida por meio da hegemonia de valores liberais, conquistada principalmente durante as ditaduras militares. A hegemonia torna as propostas econômicas alternativas ao modelo liberal, aparentemente inadequadas à realidade socioeconômica, forçando assim o deslocamento ideológico de parte da esquerda, como ocorre com Lula e Vázquez.

No caso do Chile de Salvador Allende, o golpe de 1973 se relaciona “con la necesaria protección constitucional que debe tener el derecho de propiedad privada, pilar central para la existencia de un régimen democrático liberal representativo” (LEYTON, 2004, p.18), ameaçada pelo programa de governo da Unidad Popular. No Chile, a fragilidade desse princípio indica, por sua vez, que a ideologia liberal estava estabelecida embrionariamente. Não havia, portanto, a hegemonia de valores liberais da qual a democracia – entendida na sua forma liberal representativa – depende para a sua manutenção. Por isso, a restrição de abrangência ideológica da democracia não evitou a eleição de Allende. De forma objetiva, entretanto, a democracia foi insuficiente para garantir a consolidação de transformações econômicas que envolviam o rompimento com os valores liberais. Assim, o golpe foi o instrumento político que evitou a formação de uma hegemonia - entendida como a relação entre Estado e Sociedade Civil (BUCI-GLUCKSMANN, 1990) - singular no continente, pois não era baseada em valores liberais e sim no socialismo (por meio da via chilena ao socialismo).

Desta forma, argumentar-se-á que a não-consolidação de programas de governo de esquerda na América Latina é resultado desta condição ideológica que, se não compromete a pretensa liberdade de conteúdos da democracia, pelo menos, expõe os limites ideológicos do sistema democrático, dentre os quais se encontram o livre mercado e o direito à propriedade privada.

Inicialmente se definirá o que se entende por restrição de abrangência ideológica da democracia. Para isso, a sua relação com o conceito de hegemonia será analisada. Assim, é possível considerar as características deste fenômeno, sua

especificidade em relação ao conceito de hegemonia e porque se considera a restrição um efeito singular da hegemonia. Também se argumentará que a hegemonia é uma forma de construção de homogeneidade que possui diversas esferas, dentre elas a restrição de abrangência ideológica.

Um dos resultados da hegemonia, no âmbito econômico, é a manutenção do livre mercado e do respeito ao princípio da propriedade privada, por meio do conjunto de valores liberais que dão suporte a essas duas bases do capitalismo. Existem outros resultados sociais e culturais, como a coesão social, a manutenção da ordem, manifestações artísticas, o direcionamento intelectual etc.

A abrangência ideológica atua na perpetuação da democracia liberal e se refere especificamente à característica da intertemporalidade democrática. Nesse sentido, a democracia apresenta determinada limitação de abrangência de conteúdos, geralmente referentes ao cumprimento das regras. Pode haver, como no caso do Chile, um sistema hegemonicamente não definido, em que diversas ideologias disputam o poder. Todas essas ideologias devem concordar com as regras para participar da democracia, mas não precisam compartilhar de valores hegemônicos. Com o advento da conquista de uma hegemonia ocorre a restrição de abrangência de conteúdos ideológicos da democracia como resultado intrínseco da hegemonia. Por isso, hegemonia e restrição de abrangência são consideradas distintamente, embora a segunda seja um dos resultados políticos da primeira.

Após a definição do que é restrição de abrangência ideológica se efetuará uma análise sobre as implicações da existência de restrição ideológica para o conceito de democracia. Por fim, se analisará a não-consolidação da esquerda como efeito da restrição. Distinguir-se-ão as duas formas de não-consolidação da esquerda à luz da compreensão da restrição de abrangência ideológica.

5.1 A restrição de abrangência ideológica da democracia como resultado da hegemonia

Conforme Buci-Glucksmann (1990, p.69-70), o conceito de hegemonia de Gramsci irá sofrer uma importante mutação a partir de 1926. Até essa data, conforme a autora,

hegemonia designava principalmente uma estratégia alternativa do proletariado (hegemonia do proletariado). Ora, o caderno 1 efetua uma mudança de campo: a hegemonia, especificada pelo novo conceito de aparelho de hegemonia, refere-se sobretudo às práticas da classe dominante. Mais ainda, enquanto nos cadernos posteriores (7 e 8) a hegemonia englobará progressivamente as estruturas do Estado, aqui os conceitos de hegemonia e de aparelho de hegemonia não são diretamente vinculados à problemática do Estado, e sim à da constituição de classe, em um processo de transformação revolucionária.

Hegemonia, segundo Buci-Glucksmann (1990), possui três significações na obra de Gramsci. Embora as três estejam relacionadas entre si, a segunda e a terceira acepções estão diretamente interligadas e são fundamentais na definição da restrição de abrangência ideológica da democracia. A primeira acepção dada por Gramsci ao termo se refere à força necessária para a revolução proletária. Gramsci se dedica a refletir sobre a formação de uma ideologia proletária e sobre as condições de sua transformação em hegemonia. A segunda é um diagnóstico, baseado na primeira formulação, que exprime a existência de uma hegemonia que antecede as lutas proletárias e influencia sua ocorrência e desenvolvimento. A terceira, por sua vez, envolve a análise da relação entre estado e sociedade civil e o papel dos aparelhos de hegemonia no estabelecimento de uma ideologia burguesa.

Os aparelhos de hegemonia existem por meio da mediação de infindáveis subsistemas como, por exemplo, o aparelho escolar e o aparelho cultural. As instituições educacionais e culturais, que vão da escola à universidade, dos museus às bibliotecas, entre outras, são meios objetivos de difundir e incutir valores sociais. Os aparelhos também se expressam na organização urbana, da informação e, ainda, por meio dos subsistemas herdados de outros modos de produção e adaptados ao modo capitalista, como, por exemplo, a Igreja (BUCI-GLUCKSMANN, 1990). Gramsci (1978) destaca ainda, a importância dos intelectuais como agentes da ideologia hegemônica. São os aparelhos, seus subsistemas e agentes que disseminam, reforçam e estabilizam a ideologia dominante, tornando-a e mantendo-a hegemônica.

Gramsci, em sua terceira fase, analisa a hegemonia por meio da relação concreta entre estado e sociedade civil. A hegemonia não é somente um conjunto de valores falsos (na medida em que não são originais, mas resultado da dominação de classe) arraigados na cultura de forma a direcionar os valores e constituir uma ideologia dominante. A hegemonia se expressa na relação entre estado e sociedade civil. A sociedade civil se apresenta como continuidade do estado quando os

indivíduos passam a concordar com a ideologia dominante. Assim, os indivíduos agem conforme os valores hegemônicos de determinada classe no poder. Não há, portanto, diferenças entre o interesse do estado e o da sociedade civil, sendo esta representante daquele e não o contrário.

Para o autor italiano, portanto, a hegemonia se expressa em uma sociedade civil forte, o que significa uma sociedade civil em sintonia com o estado. Como o estado representa os interesses das classes dominantes, a hegemonia garante a manutenção de valores que sustentam a posição dominante de determinada classe no poder (GRAMSCI, 1978). O complexo sistema de estruturação da dominação envolve todas as esferas da existência social e, portanto, também se relaciona com as regras políticas e, nesse sentido, com o método democrático. Assim, uma vez que os valores das classes dominantes são universalizados, a oposição à sua condição de classe dominante e às contradições inerentes a essa realidade é fracionada, diluída e, de certa forma, diminui sua força no cenário político institucional.

Na democracia, o processo de diluição da oposição aos valores dominantes resultante da hegemonia é o que aqui se denomina restrição de abrangência de conteúdos ideológicos da democracia. Esta restrição de abrangência da democracia se reflete, por conseguinte, na diminuição da participação de conteúdos ideológicos contrários aos conteúdos hegemônicos, na dificuldade ou incapacidade de implementação de propostas contrárias ao livre mercado ou no deslocamento ideológico, isto é, na necessidade de descartar propostas contrárias ao modelo econômico capitalista para atingir a vitória eleitoral.

Gramsci, contudo, não nega a possibilidade de emergência de ideologias originárias de outras classes que possam subverter a dominação. Por isso, não se pode afirmar, dentro deste quadro teórico, que uma ideologia contrária ao modelo econômico dominante perde o seu sentido com o desenvolvimento deste sistema. Tampouco é razoável explicar o deslocamento ideológico das esquerdas como resultado inevitável da naturalização da ideologia liberal devido ao desenvolvimento econômico das sociedades pós-industriais e a conseqüente transformação de valores sociais (INGLEHART e WELZEL, 2006).

Explicar o fenômeno de deslocamento ideológico seguindo a linha analítica de Sartori (1982), isto é, por meio das características próprias do sistema partidário, também é insuficiente, pois torna secundários aspectos sociais e econômicos em prol

de uma resposta institucionalista. O autor descreve uma força centrípeta que agiria naturalmente na democracia, conduzindo todos os partidos a convergirem suas ideologias ao centro do espectro político. Com isso se evitaria a polarização que, por sua vez, seria negativa ao processo democrático e à estabilidade da sociedade. Essa leitura, porém, além de descritiva e não explicativa, contrasta com a realidade, uma vez que, como ocorreu no caso chileno, sistemas políticos podem fluir da direita para a esquerda, dependendo das ideologias em disputa e da existência de hegemonia. Além disso, no caso brasileiro e uruguaio, as forças políticas de direita não convergem espontaneamente para o centro do espectro ideológico.

Como Gramsci não estava interessado em manter a ordem burguesa, ele não considerou natural ou salutar à sociedade, o que aqui se denomina deslocamento ideológico. Dito de outra forma, Gramsci conduz ao questionamento: se a política é terreno de disputas pelo poder como ela pode ser insuficiente para decidir as formas de produção? Segundo o autor, o Estado é a forma concreta do mundo econômico (GRAMSCI, 1999). Buci-Glucksmann (1990), por conseguinte, conclui que a luta por um novo modo de produção é a luta pelo poder. Assim, a orientação do estado e da sociedade civil é o resultado das lutas pelo desenvolvimento de formas de produção. Gramsci (1978) compreende, portanto, a existência de uma relação intrínseca entre política e economia em que a primeira é fundamental para a estabilidade da segunda, e, entre hegemonia e economia, já que o poder político produz e depende da hegemonia.

A teoria democrática, por sua vez, apresenta a democracia como método de disputa pelo poder, assim, se essa disputa é, na realidade, a luta pela definição das formas de produção, a democracia também deveria ser o espaço para a expressão de projetos econômicos contrários ao vigente. A democracia na América Latina, porém, não possui, na sua prática, conteúdos contrários ao livre mercado capazes de se consolidar, embora eles existam na sociedade. Como se argumentou anteriormente, esse fato não resulta simplesmente da soma de opiniões individuais dos eleitores e, na democracia latino-americana, o papel de oposição ao modelo econômico, que pertenceu no passado à esquerda, se tornou, no discurso destas forças políticas, algo ultrapassado, ainda que os problemas do passado permaneçam no presente.

Mesmo desconsiderando a concepção gramsciana sobre a relação entre o modo de produção e poder, a diluição de ideologias contrárias ao capitalismo ou a dificuldade de consolidação deste tipo de ideologia são uma indicação da existência de

hegemonia e, portanto, de restrição abrangência de conteúdos ideológicos da democracia.

A hegemonia, como direcionamento moral e intelectual da sociedade, possui resultados sociais, culturais, econômicos e políticos. O efeito de sua existência, porém, é comum em todas as esferas, ela dificulta a emergência e, principalmente, a estabilidade de valores de alguma forma destoantes dos valores dominantes. Isso ocorre por meio dos aparelhos hegemônicos que conduzem de forma objetiva os valores e crenças e dificultam a emergência de outras práticas e valores.

Desta forma, existindo hegemonia, há também a delimitação de quais conteúdos ideológicos são considerados mais ou menos legítimos. Nas sociedades democráticas, por conseguinte, há a delimitação de conteúdos que possuem maiores condições de concorrer e serem aceitos – isto significa afirmar que a hegemonia define a restrição de abrangência de conteúdos ideológicos da democracia. Conteúdos ideológicos identificados como contrários aos valores liberais (que são base do funcionamento da democracia liberal) sofrem as restrições de abrangência ideológica da democracia.

A impossibilidade de disputa e consolidação de formas de produção contrárias ao capitalismo, na democracia liberal, expressa, portanto, senão um desvio dos princípios democráticos ideais, a contradição entre a regra de abertura da democracia a todos os conteúdos ideológicos e os valores democráticos liberais fundantes deste sistema, a saber, o direito natural à propriedade privada individual e desigual. Considerando a democracia real, portanto, a restrição de abrangência de conteúdos ideológicos é uma característica intrínseca à existência deste modelo político.

5.2 Restrição de abrangência e a teoria democrática

A democracia pressupõe algumas características e valores que definem as regras do seu funcionamento. Essas regras delimitam, por sua vez, como as suas características e valores singulares (o seu conteúdo) são materializados na sua consecução. A abrangência da democracia, conforme os pressupostos democráticos, deve alcançar diversos conteúdos políticos, econômicos e sociais.

Para Bobbio (1986, p.12) “a democracia como método está sim aberta a todos os possíveis conteúdos, mas é ao mesmo tempo muito exigente ao solicitar o respeito às instituições”. Pateman (1992, p.13) alerta que, para Schumpeter, era necessário atender algumas “condições necessárias para a operação do método democrático”, dentre essas condições se destaca a exigência de “que ‘todos os interesses envolvidos’ fossem virtualmente unânimes em sua lealdade aos ‘princípios estruturais da sociedade existente’”. O autor, contudo, não define precisamente quais são os princípios estruturais e se, nas sociedades democráticas existentes, o livre mercado e a propriedade privada também podem ser considerados como tal. De toda forma, a definição de democracia de Schumpeter é minimalista e centrada na disputa eleitoral, o que corrobora a argumentação aqui apresentada. Przeworski complementa essa visão, ao afirmar que os dois elementos essenciais da democracia são “os resultados do processo democrático são incertos, indeterminados de antemão, e ‘o povo’, isto é, as forças políticas que competem pela realização de seus interesses e valores, é que determina esses resultados” (PRZEWORSKI, 1994, p.25).

Assim como Bobbio e Przeworski, Sartori (1994) também afirma a abertura da democracia a todos os tipos de conteúdo que respeitem as regras. Conforme o autor, os valores ideais da democracia devem garantir a expressão de todos os tipos de demandas – uma vez que é isso que caracteriza a liberdade de expressão e oposição pública que caracterizariam a democracia.

Embora a democracia, enquanto ideal e enquanto método, deva possibilitar que todas as variações ideológicas possuam as mesmas chances de participação em eleições, a sua existência histórica demonstra haver alguns limites à determinados conteúdos programáticos. Dois tipos de conteúdo sofrem os limites de abrangência da democracia: propostas que impeçam a consolidação, desenvolvimento ou garantia de continuidade da democracia e propostas representadas por conteúdos contrários ao modelo econômico de livre mercado capitalista.

Um exemplo dos limites de abrangência de conteúdos da democracia é a exclusão de opções ideológicas extremas. Propostas que não compartilham determinados elementos com a democracia liberal, seja em relação aos seus métodos ou ao seu conteúdo, como a comunista (extrema esquerda que defende um processo revolucionário e a conseqüente ditadura do proletariado) ou o fascista (extrema direita

que limita a atuação das instituições democráticas e, com isso, rompe com os valores liberais) acabam excluídas do seu funcionamento.

A democracia ideal, conforme Dahl (2001a), deve conseguir garantir a sua perpetuação. Embora, para o autor, a condição intertemporal não forme um dos requisitos básicos, a existência da democracia pressupõe algumas exigências institucionais que assegurem condições favoráveis para a sua concretização e permanência. Guillermo O'Donnell (1996), inclusive, soma aos requisitos institucionais de Dahl mais quatro, dentre os quais se destaca a condição intertemporal, ou seja, deve existir a expectativa de que a democracia não sucumbirá com o tempo ou a tentos antidemocráticos e que se fortalecerá cada vez mais.

A perspectiva intertemporal deu margem para que teorias elitistas da democracia, como a concepção apresentada por Samuel Huntington (1975), defendessem que a participação intensa das massas na política levaria ao fim do sistema democrático. A Ditadura Militar brasileira serviu de exemplo para o autor, que entendeu o processo de mobilização política popular, principalmente durante o governo de João Goulart, como uma das causas do golpe de 1964. Assim, um dos requisitos da democracia serve, também, para garantir que ela não sucumba a alternativas políticas não-democráticas.

Não foram somente alguns teóricos da democracia liberal que se contrapuseram ao que se denominou democracia populista (DAHL, 1989a). O aumento da participação das massas na política passou a ser compreendido como perigoso e,

perante o desenvolvimento monopolista do fim do século XIX, a **ideologia liberal clássica**, com seu humanismo, sua crença otimista em um progresso histórico capaz de assegurar a felicidade de todos em uma sociedade racional, viu-se cruamente reinterpretada em um sentido elitista. Não há ordem possível sem governantes e governados (BUCI-GLUCKSMANN, 1990, p.72, grifo meu).

Possivelmente, há nas modernas teorias da democracia, que tomam forma com o início das recentes transições democráticas, esse viés de origem. Os autores têm necessidade e, principalmente, a oportunidade de compararem os processos de democratização e, de fato, levam ao cabo esse desafio analítico. Com isso, resultam, além de perspectivas analíticas refinadas, algumas respostas a importantes questionamentos de atores envolvidos nos processos de democratização e, conseqüentemente, elaboram-se soluções às principais dúvidas teóricas ligadas às garantias de consolidação da democracia. São construídas definições sobre as

condições de longevidade e sobre as características da estabilidade da democracia, em grande parte, por meio da comparação entre democracias consolidadas e as novas democracias que surgiam. Assim, as regras do jogo, descritas e, em grande medida, desenvolvidas pelos teóricos da linha procedimentalista, representam, também, essa preocupação com a estabilidade e intertemporalidade do sistema democrático.

Essa perspectiva leva a considerar que no âmbito empírico – embora não seja debatido intensa ou extensamente na literatura politológica –, atendidas essas definições, quanto mais consolidado é o sistema democrático, maior a dificuldade para a concretização de modelos políticos considerados antidemocráticos.

Desta forma, a democracia possui uma determinada amplitude de abrangência para as possibilidades ideológicas das propostas de governo – nesse caso, quando elas versam sobre as regras do jogo e propõem sua alteração. Esse fenômeno chama a atenção de Bobbio, quando o autor afirma que o respeito às instituições é necessário dentro da democracia, apesar do sistema ser pluralista. Propostas que versam contra alguns elementos das regras democráticas são afastadas da disputa. Trata-se de um mecanismo, nesse caso, para proteção e manutenção das regras democráticas que, embora não seja institucionalizado, regulado ou explícito, é empiricamente constatável. A democracia possui, portanto, determinada abrangência de conteúdos ideológicos. Desta forma, o pluralismo democrático liberal não é tão amplo quanto seria possível, caso não houvesse o critério de intertemporalidade.

A tese desenvolvida aqui, contudo, é que a democracia também apresenta certas restrições subliminares a determinados conteúdos, mesmo se tratando de propostas que participam da via democrática para ascensão ao poder e não postulam sua substituição por métodos não democráticos de governo. Dito de outra forma, conteúdos ideológicos que se oponham aos valores liberais e que, portanto, versem contra o mercado capitalista sofrem restrições de conteúdo ideológico. Como o livre mercado capitalista não está relacionado entre as regras, princípios ou bases democráticos, trata-se de uma restrição de abrangência de conteúdos ideológicos. Esse sim, ligado diretamente à construção da hegemonia nos termos gramscianos.

Na literatura politológica, a discussão sobre as implicações dos mecanismos democráticos de proteção das regras do jogo ainda está distante de uma conclusão consensual. No presente trabalho, contudo, ela é secundária. Isso, pois, o objetivo aqui

é analisar restrições a conteúdos políticos que se caracterizam como democráticos, mas que sejam contrários ao modelo econômico capitalista.

É válido, contudo, reaver a discussão de Robert Dahl (2005b) sobre as seqüências históricas de transição do que ele denomina sistema hegemônico fechado para a poliarquia (ou quase-poliarquia). Conforme o autor, existem diferentes percursos históricos de implantação da democracia. Um deles ocorre de forma que as definições do formato do jogo democrático são elaboradas pelas elites políticas quando ainda dominam inteiramente o cenário político – antes mesmo de se estabelecerem as bases para as disputas partidárias. Embora Dahl não se refira ao trabalho de Gramsci, sua compreensão de sistema hegemônico fechado e da sua transição para um sistema poliárquico indica a necessidade de se retomar a análise do teórico italiano, quando este descreve que a hegemonia também deve abarcar os conteúdos que surgem para, com isso, se naturalizar e, concomitantemente neutralizar as divergências (GRAMSCI, 1978)⁷⁹. Muitos valores surgidos na sociedade são aceitos pela hegemonia, contudo, a aceitação não ocorre na esfera econômica, considerada por Gramsci como a dimensão definidora da dominação e do poder.

Para Dahl, há uma equação em que os custos de repressão das novas forças políticas são mais altos que a permissão de sua participação. Assim, as elites autorizam – asseguradas as condições procedimentais – que novas forças participem do jogo político. O bônus, para ambas as forças, é a garantia de que a disputa será um tanto mais pacífica. Para as novas forças, ainda há o bônus de poder integrar a disputa e alcançar o poder, mas existe o ônus de ter que aceitar, incontestavelmente, procedimentos definidos a priori. (DAHL, 2005b, p. 53-4).

A lenta e gradual diminuição das restrições ao voto e a progressiva elevação da participação são, portanto, resultados da maior aceitação das regras do jogo democrático pelas novas forças políticas que foram se estabelecendo no decorrer da história. Assim, as regras são definidas a priori e os direitos ampliados lentamente. Este percurso levou a ampla aceitação da democracia liberal, já no final do século XX. A aceitação dos valores democrático-liberais também se dá, concomitantemente às

⁷⁹ Na linha teórica do presente trabalho, hegemonia possui um significado diferente do atribuído por Dahl (2005). Para o autor, a democratização ocorre quando uma sociedade se afasta de um sistema hegemônico, ou seja, de uma sociedade em que existe apenas uma força política que assim decide autoritariamente. Aqui, segundo a concepção de Gramsci, a hegemonia representa a situação dominante de determinada ideologia que consegue se difundir por toda a sociedade e formar uma sociedade civil forte, em acordo com o estado.

regras, em relação aos marcos do modelo econômico liberal, com a ampliação da aceitação de valores como o livre mercado e o direito à propriedade privada. Isso corrobora o argumento de que a ampliação da permissão para participação na democracia ocorre devido à hegemonização. Ao mesmo tempo, mostra que existe uma abrangência ideológica da democracia, que abarca apenas ideologias que aceitam as regras. Com a hegemonia e o estabelecimento pleno de uma ideologia dominante, porém, o direcionamento moral e intelectual da sociedade se dirige não apenas às regras democráticas, mas aos valores liberais, configurando a restrição da abrangência de conteúdos ideológicos da democracia.

Dahl (2005b) analisa o movimento de aceitação dos princípios democráticos e dos valores liberais em referência explícita às preocupações de Madison relativas ao direito natural de propriedade privada. Como foi apresentada no segundo capítulo do presente trabalho, a preocupação de Madison era impedir a tirania, compreendida como a possibilidade de minorias suprimirem direitos naturais de majorias e vice-versa. Como representante de uma elite de proprietários rurais, Madison acreditava que a maioria de não possuidores de terra poderia, na democracia, ser capaz romper este direito, o qual, somente uma minoria usufruía. Por isso, entre outras questões, Madison defendeu o princípio de veto.

Madison (Federalist Papers 10) afirma que uma das formas de evitar a tirania das facções seria forçar todos os indivíduos a possuírem o mesmo pensamento e a concordarem com os fundamentos básicos da sociedade. Essa alternativa, porém, é considerada antidemocrática e contrária ao direito natural do indivíduo decidir o que acredita ser o melhor para si e, portanto, não poderia ser levada a se concretizar. O autor assume que a diferença de opiniões é intrínseca à existência social. A democracia, porém, necessita de homogeneidade em torno de certos princípios básicos (DAHL, 2001a). A homogeneidade política é construída pelas regras do jogo. Aceitar as regras é condição para participar da disputa pacífica da democracia. Os grupos que não compartilham dos princípios democráticos, além de não serem aceitos como grupo, muito provavelmente seriam excluídos. Como a democracia liberal tem por fundamento valores individualistas, igualitários e de liberdade, e as regras são a materialização possível desses valores, há uma ligação entre as regras e os valores.

A homogeneidade, contudo, é desenvolvida por meio de ideologias homogeneizantes. Assim, ao contrário do que Madison desejava, existem forças que

impelem os indivíduos a possuírem a mesma opinião, como forma de sustentar a democracia. A ideologia dominante, por meio do controle dos aparelhos hegemônicos, é capaz de formar e manter essa homogeneidade.

Nessa condição, a ideologia dominante se torna hegemonia. Como foi descrito anteriormente, porém, o direcionamento moral característico da hegemonia representa um limite ideológico da democracia liberal que se apresenta, empiricamente, pela não-consolidação de programas econômicos de esquerda. Assim, a restrição de abrangência da democracia – ainda que intrinsecamente ligada ao funcionamento da hegemonia – é um fenômeno específico. Se, em um primeiro momento, de disputa ideológica e estabilização dos aparelhos hegemônicos, a democracia apresentava limites regulamentados, aceitos pela sociedade, como a restrição ao voto aos não proprietários, negros e mulheres, com a conquista da hegemonia esses limites passam a outra esfera, já que os valores compartilhados pela sociedade não representam mais ameaça à manutenção da intertemporalidade democrático-liberal.

A restrição de abrangência ideológica da democracia é definida, assim, pela existência de hegemonia dos valores democrático-liberais. Ou seja, a hegemonia fixa quais valores e crenças e quais comportamentos são considerados coerentes, viáveis, justos e necessários para os fins mais amplos da democracia. A gama de valores dispostos hegemonicamente na sociedade caracteriza os conteúdos que são julgados coerentes e viáveis pelos indivíduos. Ao atuar em conjunto com a democracia, a hegemonia determina, portanto, quais os conteúdos ideológicos são possíveis, ou seja, quais programas de governo são julgados coerentes, justos etc.

Se, a sobredeterminação de conteúdos ideológicos plausíveis define qual a abrangência de conteúdos ideológicos da democracia; a existência de hegemonia define quais as restrições a essa abrangência de conteúdos ideológicos vão ocorrer. Assim, se estabelece quais os possíveis conteúdos que vão compor o espectro de possibilidades ideológicas de determinada sociedade democrática; Conteúdos programáticos que confrontam os valores liberais acabam sendo evitados pelos indivíduos – uma vez que a estrutura democrática liberal conforma os conteúdos plausíveis e torna os conteúdos contra-hegemônicos ilegítimos.

Segundo Macpherson (1978), a manutenção do modelo democrático-liberal depende de duas esferas de valores – uma que legitima a existência da democracia enquanto projeto ideal de sociedade, ligada às noções próprias da concepção clássica

da democracia; e outra, que regula o funcionamento da democracia, ligada ao tipo de indivíduo necessário para a manutenção do capitalismo liberal. Essas duas esferas, no funcionamento da democracia, são inseparáveis e definidas pela direção moral determinada pela hegemonia de “uma classe, fração de classe ou conjunto de classes no poder” (CASTRO, 2000, p.32). Esse direcionamento, por sua vez, envolve valores que caracterizam não apenas a democracia, mas o modelo de produção capitalista. Em termos de valores, crenças e objetivos tanto a democracia liberal quanto o livre mercado compartilham as duas esferas de valores descritas por Macpherson (1978).

Isso não significa, porém, que propostas contrárias ao livre mercado sejam anti-democráticas e, por isso, devam ser reprimidas pelo princípio da intertemporalidade. Esse é o paradigma que torna necessária a análise das restrições de abrangência ideológica da democracia. O caso de Salvador Allende é emblemático dessa situação, uma vez que o seu programa de governo buscava respeitar as regras democráticas liberais, que, em última instância se mostraram insuficientes para garantir transformações econômicas contrárias ao livre mercado. Da mesma forma, o deslocamento ideológico de Lula e Vázquez não ocorreu quanto ao pressuposto democrático, pois esse existia desde as primeiras campanhas desses candidatos. Foi no âmbito econômico que as mudanças ocorreram.

Assim, a hegemonia e, portanto, a restrição de abrangência ideológica da democracia, representa não apenas a manutenção dos princípios liberais e do livre mercado, se inserindo no conjunto de características definidoras da intertemporalidade democrática, mas também, formam parte dos elementos que caracterizam o indivíduo democrático, os códigos sociais e os ideais políticos aceitos pela sociedade. Com isso, se expõe a relação intrínseca entre a democracia, sua aceitação e manutenção, e o livre mercado capitalista. Desta forma, capitalismo e democracia, que possuem origem histórica comum, apresentam uma relação mais profunda que, embora ainda não conhecida plenamente (DAHL, 2000), compõe um sistema dependente e internamente indissolúvel. A hegemonia possui função central nesse conjunto de esferas organizativas da sociedade, uma vez que gera elementos de aceitação do seu funcionamento e de limitação de alternativas, seja ao modo de produção, seja a ideologias que se contraponham ao modelo vigente.

A democracia não se mantém, portanto, somente por meio de um conjunto de regras explícitas e objetivas que permitem participação, liberdade e alternância no

poder. Além disso, a democracia não é mantida somente por valores culturais socialmente compartilhados devido à consciência individual do que é melhor para si. A democracia, assim como as demais dimensões sociais (como a cultura, a economia etc.) fazem parte de um conjunto até certo ponto coeso, cuja unidade é mantida, em grande parte, por valores socialmente compartilhados e na sociedade democrático-liberal, pela hegemonia.

A argumentação aqui desenvolvida é que a hegemonia, além de auxiliar na definição do direcionamento dos valores sociais, possui um resultado político específico, a restrição de abrangência ideológica da democracia. Esse fenômeno existe e ocorre com programas de governo de esquerda, impedindo-os de se consolidar devido à oposição que eles apresentam às bases do livre mercado capitalista. A existência desse fenômeno mostra que a relação entre capitalismo e democracia liberal, além de histórica, é necessária à manutenção da elite, ou parte da elite dominante.

5.3 Os efeitos da restrição de abrangência ideológica da democracia na esquerda latino-americana: a não consolidação das propostas econômicas

A não-consolidação de programas de governo de esquerda é uma abstração realizada por meio da constatação de que nunca houve, na história latino-americana, uma proposta contrária ao modelo econômico capitalista que conseguisse ser plenamente implementada democraticamente. Como tal, a não-consolidação da esquerda é uma descrição e agrupamento de fatos por suas semelhanças. Não é, portanto, uma explicação de um fenômeno e sim a compreensão e abstração de sua existência.

A explicação sugerida aqui para a não-consolidação da esquerda é a existência de restrições de abrangência de conteúdos ideológicos, que, como se argumentou, são resultado da hegemonia da ideologia liberal. A restrição é, portanto, uma característica da democracia, já que esta depende, para a sua perpetuação, de valores homogeneizantes. Esses valores, por sua vez, além de possibilitarem a aceitação e manutenção do sistema democrático, levam a diminuição das possíveis opções de planos econômicos alternativos ao capitalismo na América Latina. O pressuposto desta argumentação é que existe hegemonia. Se existe hegemonia, dela resulta a restrição de

conteúdos ideológicos que leva a não-consolidação de programas de governo de esquerda.

Há, porém, algumas diferenças entre o que se denominou deslocamento ideológico da esquerda, representado pela análise das transformações de conteúdo que ocorreram na série de programas de governo apresentados por Lula e Vázquez, e o golpe de estado, representado pela análise dos conteúdos do programa de Allende que segundo a literatura e os atores envolvidos no governo de Allende, foram fundamentais para o desencadeamento do golpe militar que destituiu a Unidad Popular do governo.

Compreender as diferenças entre esses dois tipos que formam a não-consolidação pode auxiliar a refinar a explicação sugerida e, por conseguinte, tornar mais clara a concepção da restrição de conteúdos na democracia. Para tanto, se analisarão os conteúdos que levaram ao golpe contra Allende, assim como aqueles que se modificaram nas campanhas de Lula e Vázquez por meio de comparação e à luz do conceito de restrição de abrangência de conteúdos ideológicos da democracia.

5.3.1 O golpe contra Allende como demonstração dos limites da democracia liberal

Existem duas principais teses a respeito das características da democracia chilena. A primeira, amplamente aceita, pelo menos até meados da década de 1990, é que a democracia chilena era, desde a década de 1930 até o golpe de 1973, a mais estável e consolidada da região. De fato, o Chile possuía uma das mais duradouras democracias da região, porém, muitos teóricos passaram a contestar a qualidade da democracia chilena e a compreendê-la não apenas como uma estrutura institucional, mas por sua base sócio-econômica.

Para Salazar e Pinto (1999, p.13), embora alguns teóricos possam considerar que o Chile possua o “sistema estatal (...) más estable de América Latina y el que há logrado superar sus crisis com las soluciones más racionales y de mayor consenso”, há de se questionar, assim como Sartori, se, além de estabilidade, existia eficiência: “la estabilidad gubernamental indica mera duración; los gobiernos pueden tener larga vida y a la vez ser impotentes: su duración no constituye de manera alguna un indicador de eficiencia o eficacia” (SARTORI, 1992 apud: SALAZAR e PINTO, 1999, p.14).

Segundo Leyton (2004) a interpretação de que a democracia chilena era estável e pacífica é mítica e parcial, decorrente de uma literatura histórica surgida a partir da década de

50 e pouco questionada nas ciências sociais, pelo menos até meados da década de 1990, quando uma nova interpretação sobre a política e a história chilenas passou a ser realizada. Até essa revisão interpretativa, diversos autores (GIL, 1969; VALENZUELA, 1991; MAINWARING, 1999), afirmavam que a democracia chilena respeitava alguns dos critérios institucionais fundamentais, como “en primer lugar, la estabilidad, medida fundamentalmente por la longevidad y duración de sus gobiernos; segundo, su evolución pacífica, a lo largo de los siglos XIX y XX. El cambio político se llevó a cabo a través de las normas institucionales establecidas, la ‘violencia política’ era una situación de excepción; tercero, el consenso político ha sido el factor central para la continuidad de sistema” (LEYTON, 2004, p.15).

A nova leitura questiona quão pacífico foi o sistema (SALAZAR, 1990), quão estável (SALAZAR e PINTO, 1999; JOCELYN HOLT, 1997) e quais eram as condições sociais da democracia chilena (MOULIAN, 1994; LOVEMAN e LIRA, 1999). A principal conclusão desses autores é que a democracia chilena comportava um alto grau de exclusão social e política de setores importantes da sociedade, que tinham suas demandas reprimidas pelos grandes proprietários de terra. A política chilena e, portanto, a estabilidade da democracia, dependiam do poder dos grandes proprietários de terra que “a través de un pacto social de dominación lograron conservar, en primer lugar, la propiedad de sus grandes haciendas y, en segundo lugar, el control social y político de los campesinos” (LEYTON, 2004, p.17). Segundo Leyton (2004), o golpe foi resultado de uma crise da hegemonia desse setor da sociedade que viu o direito a propriedade privada ser reduzido e ameaçado. O autor afirma que, tanto a dita estabilidade democrática, no período de 1932 a 1958, quanto o golpe de 1973 estão ligados, por um lado pela proteção do direito natural à propriedade privada desigual e “por otro lado, con la cuestión agrária en su doble dimensión: la inclusión de los sectores campesinos a la plena ciudadanía y la democratización de la propiedad agraria” (LEYTON, 2004, p.18). Por isso, segundo essa linha de argumentação, a relação entre propriedade privada e democracia é central para se entender o golpe de 1973. Além disso, esses autores consideram que, somente a partir de 1958, quando a questão agrária começou a ser tratada e novas forças sociais começaram a participar do jogo político é que houve democracia no Chile. Neste período há a transição de um regime autoritário eleitoral, baseado na hegemonia dos latifundiários e na repressão de novas forças políticas, para uma democracia. Nesta transição ocorre uma crise de hegemonia desses setores, seguida pela tentativa de restabelecimento da hegemonia, pelo fortalecimento de novas ideologias que buscaram se tornar hegemônicas e, por fim, pelo rompimento da ordem democrática.

Com o estabelecimento do regime ditatorial de Pinochet, segundo Moulian (1997), há a eliminação das ideologias que ameaçavam à propriedade privada e buscavam construir uma nova hegemonia, representada pelo governo de Salvador Allende. Para o mesmo autor, o governo de Pinochet consegue redefinir a hegemonia segundo o interesse de manutenção do direito à propriedade privada. Durante o período militar uma nova hegemonia foi instaurada pela eliminação das forças que haviam surgido no período democrático e por meio do que Moulian (1997) denominou como *transformismo*, a modificação do estado para manter a ordem social, política e econômica instaurada com o golpe.

Desta forma, a vitória eleitoral da Unidad Popular se dá durante uma crise hegemônica, devido à organização política de novas ideologias e a incapacidade de manter a repressão dessas forças. Ocorria a transição para a modernidade, nos termos de Barrington Moore (1967). Moore define que a modernização seguiu três caminhos principais e um quarto, caracterizado por sua indefinição. O caso chileno, possivelmente, segue o terceiro e o segundo caminhos, sucessivamente.

Para Moore (1967) o terceiro caminho se concretizou no comunismo, como na Rússia e China. Nestes países, burocracias agrárias inibiam os impulsos industriais, impedindo a formação de uma classe urbana suficiente para a industrialização e conseqüente modernização. O aumento dos camponeses, classe sujeita às novas forças e tensões do mundo moderno, gerou a revolução comunista, que subverteu a ordem agrária e levou à era moderna. No Chile, as tensões do mundo moderno enfraqueceram as burocracias agrárias que não foram substituídas pela burguesia industrial, ainda politicamente fraca. Neste período, o investimento na industrialização enfraqueceu o poder rural e fortaleceu o poder urbano. O enfraquecimento do poder político dos latifundiários permitiu que ideologias até então suprimidas, surgissem no cenário político chileno. A literatura indica, inclusive, que neste período democrático que antecede a vitória de Allende, “the Chilean government and party system have moved to the left as a response to, or in association with, a shift in mass opinions to a more ideological content and a leftist orientation” (PROTHRO e CHAPARRO, 1976, p.68).

Nesse sentido, o fracionamento eleitoral chileno em três terços é um resultado direto da condição de transição à modernidade, dentro da democracia, e das disputas ideológicas que resultam deste processo. O início da transição no Chile, portanto, foi democrático e não revolucionário, pois a democracia liberal era um valor compartilhado e defendido tanto pela

direita quanto pela esquerda e a Unidad Popular acreditava que era possível, exatamente pela situação singular do Chile, chegar ao poder por esta via.

Com a ascensão da Unidad Popular ao governo chileno e a tentativa de uma nova hegemonia (socialista), se inicia algo semelhante ao segundo caminho de transição à modernidade, que, conforme Moore (1967), congrega o capitalismo e o fascismo. Segundo o autor, este caminho se desenvolveu nos casos do Japão e Alemanha, onde o fraco impulso burguês foi incapaz de gerar uma revolução, ou esta foi derrotada. A aliança entre as classes comercial e industrial, ainda fraca, com as classes antigas e ainda poderosas, leva à substituição das tentativas democráticas de transição à modernidade, por governos fascistas. No caso do Chile essa aliança de forças entre latifundiários, industrialistas e grandes comerciantes se dá em condições específicas devido ao governo de Allende.

Por isso, como descreve Moulian (1997, p.145), a ditadura de Pinochet se caracterizou por um governo “*gatopardista*”⁸⁰, em que tudo se transformava para que o poder permanecesse intacto. Os interesses de todos os grupos ligados ao capital eram atendidos e o governo tinha que se transformar para isso. Pinochet conseguia, assim, simular as transformações que ocorrem por meio da alternância no poder característica da democracia. Com isso, o regime militar se tornava estável e formava uma nova hegemonia que valorizava e garantia o direito à propriedade privada, fundamento que congregava latifundiários, industrialistas e comerciantes e excluía camponeses e proletários, assim como, a esquerda.

Em resumo, havia uma hegemonia que garantia os interesses dos grandes proprietários rurais. Com a modernização essa hegemonia foi ameaçada e novas forças, que até então suprimidas, conseguiram se desenvolver. A instabilidade da transição, a falta de acerto entre latifundiários e industrialistas e, conseqüentemente, a fragilidade de uma ideologia dominante, possibilitaram a ascensão da esquerda ao governo chileno, em 1970, por meio da democracia.

Frente à ameaça à propriedade privada, desencadeada pelas medidas da UP, ocorre a união entre os grandes proprietários de terra e os industrialistas, que tentam, com auxílio dos Estados Unidos, formar uma nova hegemonia, ou, em certo sentido, reaver a hegemonia perdida. Segundo Valenzuela (1976, p.2),

from the very outset of his administration, important economic sectors such as industrialists, landowners, Professional associations, small shop-keepers and even

⁸⁰ O termo se refere ao romance de *Ill Gatopardo*, de Di Lampedusa, em que uma aparente contradição é expressa: “Se queremos que tudo siga como está, é necessário que tudo mude”.

some white- and blue-collar unions resisted attempts to curtail their vested interests. At times they act alone; at other times they acted in conjunction with parties of the Right and Center. Combined with U.S. economic retaliation and government mismanagement⁸¹, this opposition contributed to create a serious economic crisis.

Inicia-se a grande fórmula de ataque massivo ao governo de Allende por meio da disseminação de uma ideologia antiesquerda. Com isso, uma conciliação não-político institucional ocorreu. Os aparelhos ideológicos foram unificados contra a ameaça socialista. Igreja, escola, imprensa, entre outros, passaram a promover o clima de caos e preocupação (ARRATE, 2003). A Unidad Popular também investiu nessa disputa, principalmente por meio da valorização da cultura popular (ROJO, 2003). No meio político, entretanto, a democracia exigia uma conciliação com o centro, impossível para os objetivos da Unidad Popular. Os limites de abrangência de conteúdos ideológicos da democracia se materializaram, ainda que de maneira embrionária e abrupta, provavelmente como resultado prático do início da recuperação da hegemonia pelos grupos de direita e centro.

Um dos entrevistados, deputado pelo Partido por la Democracia Cristiana durante o governo de Allende, afirmou que a partir de um momento, iniciado em 1972, a disputa no legislativo era aparentemente irracional. Nem esquerda, nem direita, nem centro buscavam acordo e as questões não se resolviam, pois os empecilhos eram baseados em falsas concepções sobre os objetivos do adversário. Não havia, segundo o informante, estratégia ou orientação, no caso do PDC, para não realizar acordos ou aprovar medidas propostas por deputados e senadores da Unidad Popular. Segundo o entrevistado, “en el Congreso ya no se hablaba, lo único que se hacia era gritarse, lo único que se hacia era insultarse. Dejé de ser un lugar donde te encontrabas con gente y conversabas”. A restrição de conteúdos ideológicos passa a ocorrer de forma conflituosa dentro das instituições democráticas chilenas o que leva, por um lado, à ingovernabilidade, e por outro, a uma nova situação de instabilidade e insegurança.

A instabilidade gerada pela disputa ideológica, promovida pelos setores nacionais e estrangeiros contrários à transformação da economia chilena, levou a uma situação extrema. Essas forças perceberam que, das duas alternativas existentes para a continuidade do governo Allende, somente uma poderia se concretizar. A primeira

⁸¹ Quando Valenzuela publicou este livro, o governo dos Estados Unidos ainda não havia reconhecido o seu real papel no golpe.

alternativa, negociar para diminuir o radicalismo do programa de governo, mecanismo comum da democracia, se tornou impossível, pois o conflito se intensificou de tal forma que as instituições não mais funcionavam para negociar, apenas para impedir o governo. Assim, esses setores provocavam a segunda alternativa, plebiscito ou revolução, sendo a primeira opção a mais condizente com o cenário político. Embora não houvesse certeza sobre os resultados do plebiscito, se Allende vencesse seria impossível qualquer tipo de oposição institucional ou controle sobre as transformações. Assim, a saída do impasse foi evitar ambas as alternativas por meio do golpe.

O caso chileno é singular, pois os a restrição de conteúdos ideológicos se conformou de uma maneira abrupta. A restrição de abrangência de conteúdos ideológicos não levou à reformulação do programa de governo antes de sua escolha pelos eleitores, como acontece com Lula e Vázquez. O contexto conflituoso de restabelecimento da hegemonia, por sua vez, não significa que havia um vazio de valores sociais pré-existentes. Esses valores estavam em transformação, oscilando entre uma posição dominante e uma posição secundária, devido à emergência de novas forças ideológicas. Possuíam, contudo, um poder ainda grande, principalmente em relação aos valores básicos do liberalismo, como a defesa dos princípios da propriedade privada.

A tentativa de uma hegemonia proletária, socialista ou popular, representada pelo governo de Allende, foi impedida de forma violenta porque havia incerteza quanto ao resultado da disputa ideológica. Ou Allende recorreria à consulta popular ou às armas. Os limites das regras democráticas e a restrição de abrangência de conteúdos ideológicos ficaram expostos e forçaram a busca por uma solução extra-institucional por parte da Allende, o que foi impedido pelo golpe.

5.3.2 O deslocamento ideológico de Lula e Vázquez como resultado da restrição de abrangência ideológica da democracia.

O exemplo chileno, por sua singularidade, é extremamente rico para a análise das restrições de abrangência de conteúdos ideológicos da democracia, pois permite destacar, com relativa precisão, os aspectos mais conflitantes da tentativa de transformação econômica de uma sociedade e, conseqüentemente, de formação de uma

nova classe hegemônica por meio da democracia. O contexto sócio-histórico chileno, demarcado na ascensão da esquerda com Allende, é específico e, por isso, as questões abordadas nas propostas econômicas da UP também são delimitadas pelo momento histórico em que foram elaboradas. Há, porém, questões ideológicas mais abstratas, que servem de base para a compreensão dos problemas socioeconômicos e para a formulação das propostas econômicas, que caracterizam a esquerda.

Nesse sentido, o deslocamento ideológico da auto-denominada nova esquerda se refere aos conteúdos ideológicos mais abstratos e não diretamente às propostas econômicas. Como já foi analisado, é esperado que o tempo e o desenvolvimento de novas problemáticas modifiquem propostas, redirecionem demandas e reconfigurem a importância de determinadas reivindicações. As modificações nas propostas de Lula e Vázquez, contudo, são o resultado empírico do deslocamento ideológico. Por meio da compreensão das transformações das propostas, portanto, é que se torna possível observar o deslocamento ideológico.

No Chile o golpe impediu transformações econômicas e ideológicas mais profundas, já que a restrição de conteúdos ideológicos foi insuficiente para barrar a ascensão de Allende à presidência e esse, dispondo dos instrumentos da democracia, não aceitou os limites impostos pelas regras democráticas e pela própria restrição de abrangência. No caso do deslocamento ideológico de Lula e Tabaré, o resultado deste mecanismo de conversão de ideologias ao padrão ideológico dominante se torna mais evidente.

Desta forma, o golpe indica mais claramente o conteúdo que sofre a restrição e a existência de barreiras que impedem transformações econômicas. O deslocamento, por sua vez, além de mostrar o conteúdo considerado impróprio para a disputa democrática, pelos partidos de esquerda, também mostra como a restrição é um mecanismo fundamental para a manutenção da democracia. A modificação do programa de governo é considerada um elemento importante para a conquista eleitoral e dificulta a repetição do desfecho ocorrido no Chile.

A comparação dos programas de governo de Lula e Vázquez mostra uma alta semelhança, não exatamente nas propostas, mas na concepção ideológica delas. Os primeiros programas apresentam uma maior crítica ao capitalismo. É possível observar, no quadro abaixo, que, quando comparadas por meio dos indicadores analíticos construídos para a análise de conteúdo dos programas, as concepções

ideológicas iniciais, dos dois casos de deslocamento estudados, são fundamentalmente idênticas na maior parte dos indicadores e semelhantes nos indicadores em que há diferenças. Não há, nos indicadores construídos, nenhum que mostre contraposições entre as concepções ideológicas que formam o programa de Lula (1989) e o de Vázquez (1994).

Em ambos os casos, as primeiras propostas eleitorais não são radicalmente contrárias ao modelo econômico capitalista. Especialmente no caso uruguaio, o programa versa contra as características do sistema capitalista local e não contra o capitalismo como modelo de desenvolvimento. Essa postura, contrária ao tipo de capitalismo praticado no país, contudo, não se expressa em uma crítica mais acentuada, centrando-se na questão da alta concentração de renda decorrente, principalmente, dos latifúndios. Nesse sentido, o primeiro programa de Lula relaciona os problemas sociais brasileiros ao capitalismo de forma mais geral, embora, quanto a outros elementos, considere o modelo brasileiro problemático. Em ambos os programas, os trabalhadores são considerados prejudicados pelo capitalismo, cabendo ao estado reverter essa situação. Nos demais itens não há diferenças significativas.

Quadro 7: Comparação dos fundamentos dos primeiros programas de Lula e Vázquez

Indicador	Lula 1989	Vázquez 1994	resulta
1. Visão sobre capitalismo	Modelo brasileiro deve ser abandonado, pois prejudica o trabalhador	Não há problema no modelo capitalista e sim com o que ocorre no país: concentração da renda.	S
2. Relação entre Estado e economia	Economia deve auxiliar Estado para que este possa investir no social	Estado deve contribuir para solucionar os problemas sociais intervindo na economia e revertendo quadros de injustiça. Discurso privilegia trabalhadores e pequenos produtores.	S
3. Relação entre capital e trabalho	Assalariado é penalizado	Assalariado é penalizado.	AS
4. Relação entre capitalismo e problemas sociais	Capitalismo é produtor de injustiças sociais	Capitalismo uruguaio é produtor de injustiças sociais.	D
5. Principais problemas do país	Capitalismo brasileiro	Alta concentração de capital.	S
6. Principais propostas econômicas	Estado deve administrar o capitalismo	Estado deve administrar o capitalismo, reestruturando a produção rural e indústria.	AS
7. Relação Economia interna/externa	Brasil é prejudicado pela relação de submissão à economia	Uruguai é prejudicado pela relação de submissão à economia internacional.	AS

Legendas: AS: *Altamente Semelhante*; S: *Semelhante*; D: *Diferente*

Quando comparadas as concepções vitoriosas, observa-se que não somente o conteúdo inicial é, em termos gerais, altamente semelhante, mas também os conteúdos vitoriosos, indicando que as modificações aproximaram ainda mais os programas e que deslocaram as concepções ideológicas para um posicionamento comum. Há, portanto, o mesmo tipo de deslocamento ideológico. O quadro abaixo exprime essa situação:

Quadro 8. Comparação entre os fundamentos das propostas vitoriosas de Lula e Vázquez

Indicadores	Lula 2002	Vázquez 2004	Resultado
1. Visão sobre capitalismo	É possível desenvolvimento capitalista	É possível desenvolvimento capitalista.	AS
2. Relação entre Estado e economia	Estado deve auxiliar desenvolvimento da Economia	Estado deve auxiliar desenvolvimento da economia	AS
3. Relação capital e trabalho	Deve haver união	Deve haver união.	AS
4. Relação entre capitalismo e problemas sociais	Desenvolvimento capitalista pode resolver problemas	Desenvolvimento da produção pode resolver problemas, por meio da ação do Estado.	S
5. Principais problemas do país	Modelo FHC	Exclusão social e falta de oportunidade de trabalho.	D
6. Principais propostas econômicas	Investir na competitividade	Investir na produção para exportação e nos pequenos trabalhadores rurais.	S
7. Relação Economia interna/externa	O Brasil pode tornar-se soberano economicamente se investir na produção	Uruguai pode ser soberano se investir na produção para exportação e na substituição de importação.	AS
Legendas: AS: <i>Altamente Semelhante</i> ; S: <i>Semelhante</i> ; D: <i>Diferente</i>			

O resultado da comparação entre os programas vitoriosos de Lula e Vázquez mostra que as concepções ideológicas, de forma geral, são altamente semelhantes. Apenas o indicador 5, que responde à leitura contida nos programas sobre a origem dos principais problemas do país mostra-se relativamente diferente. Para Lula a origem dos problemas brasileiros se encontra no modelo de administração do presidente anterior, Fernando Henrique Cardoso, que teria se preocupado apenas com a área econômica e não teria investido para solucionar os problemas de distribuição de renda e de políticas públicas insuficientes para diminuir as desigualdades. Para Vázquez, por sua vez, o

baixo desenvolvimento econômico, não permitiria aumentar empregos e diminuir desigualdades e a exclusão social.

Ao comparar os resultados das transformações dos programas iniciais e vitoriosos dos dois candidatos, observa-se que eles se tornam ainda mais semelhantes do que eram nas primeiras tentativas eleitorais. A visão sobre o capitalismo (indicador 1), que no início possuía pequena diferença, passa a ser a mesma, assim como a visão do papel do estado frente à economia (indicador 2); não há alteração na visão da relação entre capital e trabalho (indicador 3), assim como, também não há alteração na leitura sobre a relação entre o sistema econômico nacional e internacional (indicador 7). Ambos os indicadores permanecem altamente semelhantes.

A compreensão sobre a relação entre o capitalismo e os problemas sociais (indicador 4), que era diferente nas primeiras campanhas se torna semelhante. Em relação ao indicador 5, (principais problemas do país), se percebe uma diferença que se define, principalmente, devido ao contexto eleitoral brasileiro. Por fim, em relação às principais propostas econômicas (indicador 6), a semelhança, que era alta nas primeiras campanhas diminui um pouco. O quadro abaixo sintetiza a comparação entre o deslocamento ideológico dos dois candidatos.

Quadro 9: comparativo das semelhanças do deslocamento ideológico dos programas de governo de Lula e Vázquez

Indicadores	1º Lula / 1º Tabaré	4º Lula / 3º Tabaré	resultado*
1. Visão sobre capitalismo	Semelhantes	Altamente Semelhantes	↑
2. Relação entre Estado e economia	Semelhantes	Altamente Semelhantes	↑
3. Relação capital e trabalho	Altamente Semelhantes	Altamente Semelhantes	=
4. Relação entre capitalismo e problemas sociais	Diferente	Semelhantes	↑
5. Principais problemas do país	Semelhantes	Diferente	↓
6. Principais propostas econômicas	Altamente Semelhantes	Semelhantes	←
7. Relação Economia interna/externa	Altamente Semelhantes	Altamente Semelhantes	=
* <i>Legenda:</i>			
↑ deslocam para o mesmo ponto;		↓ se diferenciam;	
= permanecem altamente semelhantes;		← diminuição da semelhança mas permanecem similares	

Em ambos os casos há, nitidamente, uma comunhão entre os projetos. Assim como, alguns anos antes da ascensão de Lula à presidência houve um pretenso projeto neoliberal comum na região (FIORI, 2007), nasce com as ditas novas esquerdas um projeto político semelhante, pelo menos nesses dois países analisados. A denominação esquerda, contudo, se não foi abandonada, foi integralmente questionada pelos próprios atores e partidos políticos, da mesma forma que por grande parte dos intelectuais e cientistas sociais. As transformações nas propostas são uma demonstração da nova roupagem ideológica que se reverte objetivamente em medidas cujo “objetivo estratégico não é construir o socialismo, é ‘destravar o capitalismo’ (...) para que ele alcance altas taxas de crescimento capazes de criar empregos e aumentar os salários” (FIORI, 2007, p.58). Assim, nesses dois exemplos, o deslocamento ideológico significou deixar intacta a base do modelo econômico, mas realizar alterações pontuais nos seus resultados sociais.

O fato de haver um padrão, não apenas na modificação do conteúdo, mas no resultado final, isto é, ambas as forças passam a aceitar integralmente os marcos básicos do capitalismo, indica que existe um elemento comum, admitido por esses atores. Nesses dois casos, além da releitura ideológica efetuada pela esquerda, os candidatos adaptam seus programas para atender as demandas dos eleitores e terem vantagens eleitorais. Como foi apontado anteriormente, o fato de os eleitores assim decidirem indica que existem valores sociais básicos, compartilhados pela sociedade e, neste caso, apresentados tanto pela direita quanto pela autodenominada esquerda.

Esses valores, que no passado eram criticados pela esquerda, se referem à aceitação do modelo econômico capitalista. Como foi definido anteriormente, a restrição de abrangência de conteúdos ideológicos é um mecanismo resultante da hegemonia que compõe a democracia e tem como resultado a manutenção da ordem econômica capitalista. Com a restrição de abrangência de conteúdos ideológicos, aumentam as garantias de que não haverá interferência da política em aspectos econômicos fundamentais para a estrutura de poder. Concordar com as regras da democracia implica, para as forças políticas interessadas em alcançar a vitória eleitoral, aceitar o livre mercado e as suas configurações básicas, conforme a realidade de cada país.

5.3.3 A restrição de abrangência de conteúdos ideológicos da democracia e a não-consolidação da esquerda

Há uma similaridade acentuada também entre os conteúdos que sofrem deslocamento ideológico e os conteúdos que influenciam diretamente o desfecho violento e queda do governo de Allende. Essa similaridade reforça a análise de que há relação entre a restrição de abrangência de conteúdos ideológicos da democracia e a não-consolidação de programas de governo de esquerda na América Latina. O quadro abaixo sintetiza as semelhanças entre essas duas formas de não-consolidação da esquerda, por meio dos indicadores analíticos usados até aqui.

Quadro 10. Comparação entre os conteúdos centrais que incitam o golpe e aqueles que sofrem o deslocamento ideológico

Indicadores	Golpe	Deslocamento*
1. Visão sobre capitalismo	Crítica ao capitalismo	Crítica ao modelo → aceitação do modelo
2. Relação entre Estado e economia	Estatizar: bancos, recursos minerais algumas fábricas (controle dos trabalhadores) Reforma agrária	Economia deve auxiliar solução dos problemas que competem ao estado → Estado deve auxiliar economia para aquecer mercado de trabalho e consumo
3. Relação capital e trabalho	Capital explora o trabalho	Assalariado é penalizado → deve haver união
4. Relação entre capitalismo e problemas sociais	Transformação do sistema econômico pode melhorar o social	Capitalismo produz injustiças sociais → desenvolver capitalismo resolve problemas sociais
5. Principais problemas do país**	---	---
6. Principais propostas econômicas	Socialismo Reforma agrária, estatização de setores fundamentais	Estado deve administrar o capitalismo voltado para interesses coletivos → Estado deve investir na exportação e geração de emprego
7. Relação Economia interna/externa	Romper com acordos para conquistar independência e autonomia	Submissão à economia prejudica a sociedade → Inserção soberana no mercado garante desenvolvimento sócio-econômico
* como era → como ficou. ** o indicador 5 foi suprido por sua característica específica, que necessita contextualização histórica e, portanto, não permite abstração direta.		

A restrição de abrangência de conteúdos ideológicos da democracia opera, portanto, em propostas que visam a romper o modelo econômico capitalista. A comparação entre os conteúdos mostra que a UP possuía uma visão crítica sobre o capitalismo. Lula e Vázquez, guardadas as devidas diferenças históricas, também possuíam, porém, substituíram o discurso crítico por um menos incisivo (indicador 1).

Em relação ao papel do estado na economia, as medidas de Allende pretendem estatizar alguns setores, desapropriar e incentivar empresas geridas pelos trabalhadores, criar área de produção mista e manter setores privados. De toda forma, seu objetivo foi alterar as bases que sustentavam o direito à propriedade privada. Embora Lula e Vázquez não apresentassem um projeto nesse sentido, acreditavam que o objetivo da economia era, de certa forma, auxiliar os interesses e demandas da sociedade. Isso muda, e os candidatos passam a defender que o estado deve auxiliar o desenvolvimento da economia e que esta, por sua vez, seria suficiente para levar as mudanças sociais consideradas necessárias (indicador 2).

A visão sobre a relação entre capital e trabalho (indicador 3) também possui alta similaridade. Para Allende havia uma relação de exploração intrínseca ao capitalismo. Lula e Vázquez acreditavam que, nas bases econômicas vigentes em 1989 e 1994, respectivamente, os trabalhadores eram penalizados. Em 2002 e 2004, essa concepção fundante de uma perspectiva de contraposição ao capitalismo se modifica. Lula e Vázquez adotam um discurso prático, propondo a união entre empresários e trabalhadores para o desenvolvimento conjunto da sociedade.

A concepção sobre a relação entre o sistema capitalista e os problemas sociais (indicador 4) apresenta o mesmo padrão. Allende afirma que somente a transformação do sistema econômico pode desenvolver e superar os problemas sociais. Lula e Vázquez modificam seus programas e essa modificação implica passar da crítica ao modelo para a sua aceitação.

As principais propostas econômicas (indicador 6) de Allende são a reforma agrária e a estatização ou modificação do tipo de propriedade de setores fundamentais da economia chilena. Seu objetivo era uma economia planificada, pelo menos nos setores básicos. Para Lula e Vázquez, por sua vez, primeiramente, o estado deveria administrar o capitalismo voltado para interesses coletivos. Essa concepção muda e os candidatos passam a defender que o estado deve investir na exportação e geração de emprego, incentivando o mercado, pois os resultados sociais do desenvolvimento do capitalismo são bons para os países.

Em relação à economia interna e sua inserção no mercado externo (indicador 7), Allende afirma a necessidade de romper com acordos para conquistar independência e autonomia econômica. Além dessa medida, pretendia comercializar com os países socialistas. No caso de Lula e Vázquez a questão de modifica. Primeiramente, ambos acreditavam que a submissão à economia internacional prejudicava a sociedade. Em seus programas vitoriosos, a questão passa a ser abordada de outra forma. Ambos os candidatos deixam de realizar uma crítica às relações comerciais internacionais e passam a buscar a inserção soberana no mercado como forma de garantir o desenvolvimento sócio-econômico. Essa inserção soberana seria garantida por investimentos do estado em setores exportadores e na substituição de importações.

Os seis indicadores analisados, portanto, mostram um padrão de não-consolidação. Existem diferenças relativas ao cenário político chileno, brasileiro e uruguaio e ao contexto histórico; contudo, os conteúdos se referem às mesmas dimensões ideológicas e suas transformações, no caso do deslocamento, são acentuadas. A concepção dos programas vitoriosos de Lula e Vázquez se contrapõe à concepção inicial. Nos primeiros programas de Lula e Vázquez, assim como no programa vitorioso de Allende, havia uma perspectiva de contraposição ao capitalismo que desaparece – no caso de Allende por meio do golpe e no de Lula e Vázquez, por meio do deslocamento ideológico das propostas.

A similaridade entre os conteúdos que influenciam o golpe e que caracterizam o deslocamento ideológico indica que são os limites ideológicos similares que operaram nas duas formas de não-consolidação de conteúdos de esquerda.

A restrição de abrangência de conteúdos ideológicos possui um sentido econômico próprio, pois garante que questões fundacionais do sistema capitalista se mantenham e sejam controladas pelo mercado e não pela política. A hegemonia, que garante a manutenção da posição de classe dominante, possui, portanto, um resultado específico na democracia. Se, os princípios democráticos são de liberdade de participação e de conteúdos, a hegemonia, por meio da restrição de conteúdos ideológicos contrários aos interesses dominantes, é um instrumento para diminuir as chances de transformações econômicas que, por sua vez, representam mudança na posição dominante de setores da sociedade. A democracia não é, portanto, um instrumento que permite a mudança no modelo econômico, ela é insuficiente para representar as diversas dimensões da sociedade.

A democracia, desta forma, também tem um possível resultado social controlado. Como não é possível privar minorias do seu direito básico à propriedade privada,

mesmo que assim deseje grande parte da população, a posição de classe fica mais segura. Ao mesmo tempo, se torna mais fácil para as elites econômicas operar dentro da democracia, interferindo direta ou indiretamente na política.

Para a esquerda, por sua vez, a restrição de abrangência de conteúdos representa uma amarra ideológica. Como ela é forçada a adaptar suas propostas a essa condição, a vitória implica abdicar de princípios históricos para conseguir governar.

Considerações finais

Dentre os ideais da democracia está a liberdade. Esta, que talvez seja a mais propalada qualidade deste sistema político, representa a autonomia de um povo decidir seu próprio futuro sem ser coagido física ou psiquicamente e sem ser reprimido objetiva ou subjetivamente, por meio do estado ou de outras forças repressivas. Além disso, outra qualidade que pertence ao horizonte da democracia é a da igualdade de direitos políticos. Sem igualdade de direitos, os indivíduos perderiam a sua autonomia e dependeriam das decisões de outros indivíduos ou grupos, com maiores direitos. Essas são as duas qualidades principais que fazem a democracia ser considerada um dos mais importantes inventos humanos e, dentre os sistemas políticos conhecidos, ser entendida como a mais desenvolvida forma de governo.

A democracia, portanto, é formada por valores que incentivam o desenvolvimento de formas de agir e pensar específicas nos membros da sociedade, como a autonomia individual para decidir o que é melhor para si e para os demais. Essa decisão é realizada pelo indivíduo da maneira que ele julgar mais coerente com a forma de vida desejada e de acordo com os padrões morais, culturais, valorativos, sociais e políticos considerados mais adequados.

Para isso, a democracia apresenta um método. Este método busca formalizar os valores democráticos e tornar possível uma sociedade controlada por seus integrantes, independentemente de qualquer restrição ou sanção e de forma igualitária. O método democrático é, desta forma, a interface entre os ideais abstratos e as regras concretas que buscam tornar reais os valores de liberdade e igualdade que legitimam a existência da democracia.

Alguns teóricos afirmam que a democracia somente existe por meio dos seus procedimentos, por isso, definem que ela é um sistema que depende de regras e do funcionamento correto de instituições. Outros, que a democracia é os valores que ela carrega, como um resultado das ambições, desejos e avanços da humanidade e que sua forma é uma aproximação dos ideais. Ambas as tradições do pensamento democrático, concordam, porém,

que é necessário cultivar e desenvolver o que se convencionou chamar de espírito democrático. Por espírito democrático se entende o conjunto de valores, como o igualitarismo e a liberdade, que deve permear toda a população para que, de fato, existam atitudes de valorização da democracia, por meio, por exemplo, da participação nos pleitos.

O espírito democrático é necessário para evitar a desilusão, como no romance de Saramago, em que, após anos de cegueira, os cidadãos têm a oportunidade de expressar seus desejos utilizando o voto democrático. O resultado, porém, é o desencanto, a rejeição, o voto em branco. Os eleitores, nas palavras do autor, “estavam desiludidos e não encontravam outra maneira de que se percebesse de uma só vez até onde a desilusão chegava” (2007, p.101). Havia, entre os indivíduos da sociedade imaginada por Saramago, um compartilhamento de valores e vontades, mas também, e principalmente, de desilusões.

Na democracia deve haver um espírito comum na sociedade. Um espírito de crença nos valores democráticos. Os indivíduos devem acreditar na liberdade e na igualdade e, principalmente, que eles fazem a diferença e que é possível mudar a realidade. Dito de outra forma, a sociedade deve valorizar a crença de que o indivíduo é importante, uma vez que é ele quem decide o futuro, e que existem opções para solucionar problemas, desenvolver qualidades e avançar para uma vida melhor. Além disso, o espírito democrático deve ser de que o desenvolvimento de opções melhores para o indivíduo e para a sociedade é possível na democracia e talvez somente nela.

Essa crença ou espírito democrático é uma das bases da existência da democracia. Se a sociedade não acreditasse na democracia ou no seu conteúdo, ou se não visse na democracia a melhor forma disponível para atingir fins mais amplos, a democracia não funcionaria (MACPHERSON, 1978 e 1979). Tocqueville (1962) descreve, ainda que romanticamente, os americanos vivendo em uma sociedade livre, igualitária e democrática, e, exatamente por isso, valorizando a liberdade, igualdade e a democracia. Mas também alerta que esse espírito leva a um fenômeno novo, o individualismo. Segundo o autor “o individualismo é de origem democrática e ameaça desenvolver-se à medida que se igualam as condições” (1962, p. 386). Tocqueville descreve, ainda, os perigos do individualismo que, inevitavelmente leva ao egoísmo. O egoísmo, por sua vez, leva ao desinteresse pelo coletivo e, conseqüentemente, ao enfraquecimento da democracia.

Como afirma Dumont (2000), o homem da sociedade ocidental moderna acredita erroneamente que nele não existe a sociedade e que antes e após ele também não há sociedade. Para o antropólogo, essa crença fundamental no eu é indissociável do

igualitarismo, que por sua vez, é uma das bases da democracia. O autor pesquisa o trabalho de intelectuais ocidentais que foram expressivos na descrição e definição dos valores sociais, que ele define como ideologia, e encontra a presença marcante do individualismo na formação do pensamento e da cultura modernos. A descrição dessa característica e a compreensão de que a “democracy is an intellectual and political product of the West and the European enlightenment tradition, and since the thinking and practice of modern democracy cannot be traced back to any non-Western sources, we must conclude that democracy is culturally unique to the West, not universal” (DIAMOND, 2008, p.28-29) levam a perceber a relação intrínseca entre valores sociais e modelo político, ou, entre a base individualista da sociedade moderna e o sistema democrático.

O sistema democrático, portanto, valoriza a crença de que o indivíduo está acima da sociedade (DUMONT, 2000) e o seu funcionamento depende dessa crença. As regras democráticas estão, por conseguinte, ligadas ao individualismo, sendo sua expressão concreta e necessária na realidade. Cada cidadão saberia o que é melhor para si e, na democracia, teria condições de expressar essa consciência. Mas assim, a democracia depende não apenas de um espírito individualista, mas na crença que ela funciona para os indivíduos e é capaz de resolver os seus problemas. O voto individual deve ser considerado importante, relevante e decisório pelos indivíduos, já que, como lembra Tocqueville, o individualismo leva ao egoísmo e este é danoso ao bem coletivo.

Mas, ao contrário do que a ideologia igualitária, cujos valores são individualistas (DUMONT, 2000), faz os indivíduos acreditar, a sua opinião não é formada livre, individual e independentemente do restante da sociedade. As crenças, valores e moral existem antes do indivíduo e fazem parte de sistemas de idéias que são geracional e socialmente compartilhados. A própria noção individualista compõe essa ideologia que tem como resultado a formação dos princípios sob os quais se erigem as pretensas opiniões individuais.

Essa ideologia permite formar as bases da unidade e coletivismo necessários para o funcionamento da democracia. Segundo Robert Dahl (1989a), a democracia somente se perpetua em sociedades que possuam homogeneidade cultural, isto é, sociedade que não possuam diversas sub-culturas que se oponham radicalmente. Esse princípio está presente na democracia grega, na teoria rousseauiana, nos ideais madisonianos e mesmo na teoria democrática moderna. Segundo Macpherson (1979) são os princípios herdados dessas experiências e teorias que justificam e fundamentam o modelo democrático representativo.

Em todos os exemplos, a necessidade de homogeneidade em torno de algum elemento é vista como fundamental para o sucesso da democracia.

Em Atenas, exemplo mais conhecido das democracias gregas, somente era cidadão o homem, maior de idade, ateniense e livre. Assim, a homogeneidade necessária ao funcionamento da democracia era bastante restrita, principalmente se comparada às democracias contemporâneas.

Para Rousseau, por sua vez, a homogeneidade poderia ser formada pela universalização do direito à propriedade privada. A propriedade privada é apontada por Rousseau como a origem das desigualdades. As desigualdades levam a conflitos e à impossibilidade de alcançar o bem-comum. Frente à realidade, Rousseau afirmou que a posse privada igualitária seria fundamental para a igualdade política. Não apenas porque a existência de poucos grandes proprietários e de muitos indivíduos sem posses leva a uma sociedade injusta, mas porque cada indivíduo deve ter condições básicas para garantir sua própria existência material. Somente se a existência material do indivíduo for garantida ele pode abdicar de seus interesses em prol do bem-comum.

Madison, por outro lado, acreditava que as desigualdades eram inevitáveis, uma vez que resultavam das diferenças naturais entre os indivíduos. Na visão deste pai fundador da democracia estadunidense, a natureza era responsável pelas diferenças de potenciais entre os homens e isso era uma característica a ser valorizada pelos resultados positivos para a riqueza da humanidade. Como todos são naturalmente diferentes, o resultado do seu trabalho também é. O direito natural à propriedade privada desigual advém da argumentação de que são naturalmente justas a propriedade e as diferenças entre os homens.

Madison estava preocupado em criar um sistema político viável que assegurasse a proteção dos direitos naturais à propriedade privada e à individualidade, mas temia pela heterogeneidade dos Estados Unidos. O sistema democrático era o melhor modelo para garantir a representação das diversidades em um país sócio-culturalmente tão vasto como os Estados Unidos. Se, parte da população não fosse representada, logo, o sistema não seria livre e essa parte da população poderia se opor a ele e desencadear uma ruptura.

Por meio da democracia os conflitos seriam resolvidos dentro de regras pretensamente neutras e claras e respeitando a liberdade e igualdade política. Mas a igualdade de direitos políticos também poderia acabar com as desigualdades materiais resultantes do direito à propriedade. Dito de outra forma, as regras democráticas poderiam levar ao fim do direito

natural à propriedade privada, já que grande parte da sociedade não era possuidora e poderia eliminar os resultados negativos das diferenças entre os homens acabando com o direito à propriedade. Esse fim não era do interesse de Madison e dos demais pais fundadores da democracia, não apenas por questões ideológicas, mas porque todos eram ricos proprietários de terra. Robert Dahl (2005a, p.439) afirma que a preocupação de Madison era “to ensure that majorities would not threaten property rights” para tanto, “it was necessary (and perhaps sufficient) that a majority of citizens owned property. As property owners, they would have an interest in protecting-not invading-the rights of property” (DAHL, 2005a, p.439).

A democracia, com o princípio da maioria, garantiria que a minoria não se alçasse contra os direitos da maioria, mas era necessário balancear esse poder. A democracia deveria garantir que a maioria não se contraponha aos direitos das minorias. Como garantir que não surgiriam facções políticas interessadas em acabar com direitos naturais, no que Madison definiu como posturas tirânicas?

Madison considerava impossível e contrário aos princípios da liberdade individual que o sistema produzisse idéias homogeneizantes. Para contornar o problema e evitar facções que se contrapusessem ao direito natural de todos os indivíduos, e claramente, ao direito natural básico à propriedade privada, Madison desenvolveu o princípio do veto. O veto, porém, não elimina as origens dos interesses contraditórios; portanto, não acaba com a existência de ideologias contrárias ao direito à propriedade, ou contrárias à democracia.

O veto é uma regra que funciona em condições relativas em uma sociedade sócio-cultural múltipla e onde a desigualdade persiste. Se as diferenças naturais entre os homens e os resultados sociais disso são inevitáveis, os valores de apoio às regras democráticas podem ser abalados. A democracia depende da crença que ela funciona, se muitos pequenos grupos não se sentem representados, eles podem se desinteressar em participar das suas regras e mesmo, tentar destruí-la. A democracia precisa abranger o maior número de subgrupos para se tornar estável. Esses subgrupos, contudo, não podem se diferenciar radicalmente ou se opor às regras vigentes.

Segundo as principais teorias, como a de Mannheim (1956) e Marx (2006), a ideologia é relativa à realidade material de cada grupo. Pode-se dizer que em uma sociedade plural, portanto, surgem diversas ideologias relativas aos grupos socioeconômicos existentes. Os diversos interesses relativos a cada ideologia se mantêm em conflito na sociedade. Alguns desses conflitos são resolvidos por meio da democracia sob o conjunto de suas regras, porém,

existem ideologias que negam a democracia ou outros componentes da sociedade ligados aos princípios democráticos.

A ideologia liberal, da qual Madison e os pais fundadores da democracia americana compartilhavam, se tornou dominante na sociedade moderna. Foram os valores deles que definiram as regras de funcionamento da política e o que deveria ou não ser considerado justo. A ideologia dominante foi capaz de dirigir, estruturar, influenciar todas as demais ideologias. Conforme Gramsci, a hegemonia existe quando estado e sociedade civil compartilham da mesma ideologia. O estado é um instrumento de dominação de classe, quando estado e sociedade civil compartilham valores significa que a ideologia das classes dominantes se tornou hegemônica.

Uma ideologia hegemônica cumpre papel homogeneizante e é capaz de direcionar intelectual, moral e valorativamente uma sociedade. Assim, ela é estruturante das visões de mundo possíveis em uma sociedade. Como os valores liberais dominantes são a base da democracia, eles também garantem a sua estabilidade. O conjunto de valores liberais, portanto, é o que forma o espírito democrático de maneira mais abrangente, mantendo o respeito às regras e a crença nos ideais democráticos de liberdade e igualdade. Trata-se de uma ideologia mais ampla do que os valores e ideologias decorrentes das diferenças resultantes da propriedade privada e da desigualdade natural.

Como se argumentou, a ideologia liberal hegemônica, acaba por legitimar valores como liberdade e igualdade de condições. Esses valores formam, junto com o individualismo, a base do espírito democrático, que caracteriza as sociedades ocidentais contemporâneas. Esses valores, contudo, fazem parte da ideologia liberal, e legitimam a propriedade privada e a desigualdade natural (MACPHERSON, 1979).

Os valores democráticos correspondem aos valores liberais tornados universais e naturalizados. A ideologia liberal, por sua vez, foi tornada mais explícita quando os chamados utilitaristas sistematizaram-na como uma doutrina filosófica. Assim, esses filósofos inverteram a relação e a democracia passou a justificar os valores liberais.

Madison, que não aceitava um sistema que pudesse interferir na opinião individual, subestimou o poder de suas convicções e a força ideológica da sua classe. Os seus valores acabaram por legitimar as regras democráticas, a ideologia liberal se tornou hegemônica e a democracia se tornou um valor universal. Ele não apenas conseguiu expor o que sua classe considerava importante, mas organizou os valores sociais num sistema político e conseguiu

implementá-lo. Os valores básicos de sua visão do mundo se universalizaram e a democracia passou a ser um valor em si. Sua importância deixou de ser a suas possibilidades políticas, e se tornou o que ela é. A democracia se igualou aos valores de liberdade e a igualdade, e esses dois valores se tornaram universais.

Essa ideologia tem como resultado não apenas o individualismo, como percebera Tocqueville, mas a proteção da democracia e a compreensão de que os valores por ela representados são os mais justos e que seu o seu sistema de regras é o mais adequado. Os valores e regras democráticos têm como princípios a legitimidade da propriedade privada e dos direitos naturais liberais. Esses valores também representam o livre mercado capitalista como a melhor forma de conduzir a economia.

O surgimento e desenvolvimento de ideologias contrárias a essa concepção, como o comunismo, foram intensamente combatidas como ameaças para a sociedade democrática, livre e igualitária. O sistema, porém, não impede que ideologias contrárias ao modelo econômico surjam. Desta forma, algumas ideologias que se opõem ao direito desigual de propriedade de terra ou ao modelo democrático se desenvolvem na sociedade. Assim ocorreu com grande parte da esquerda até fins da década de 1980.

A história das esquerdas latino-americanas mostra que diferentes ideologias compuseram esse lado do espectro ideológico e que grande parte delas combateu a aceitação da propriedade privada como regra de funcionamento da sociedade. Algumas também não aceitavam a democracia burguesa como instrumento de decisão política. Mas, grande parte da esquerda aceitou as regras e decidiu participar da democracia. Durante muitos anos, porém, o continente presenciou uma caça ao comunismo, que teve expressão mais recente nas ditaduras militares e na *Ley de Defensa de la Democracia* que tornou ilegal o Partido Comunista Chileno. As esquerdas, brasileira e uruguaia, após a queda do muro de Berlim, podem ser consideradas como resultados diretos das ditaduras militares. Menos coesas em torno de ideologias e mais preocupadas com a democracia.

A hegemonia, porém, apresenta como resultado político, na democracia, a restrição de abrangência de conteúdos ideológicos. Assim, além do veto, regra que representa o princípio liberal do direito individual natural, age sobre a democracia um mecanismo ideológico que impede a consolidação de propostas econômicas contrárias ao modelo liberal. Nesse sentido, as barreiras são valorativas e dirigidas aos programas que se opõem ao capitalismo, especialmente na sua base de direito natural individual à propriedade privada desigual.

A restrição de conteúdos é resultado da aceitação das regras democráticas, pois essas foram elaboradas conforme os valores liberais. Ao aceitar as regras democráticas, e, portanto, os princípios democráticos, as demais ideologias acabam aceitando, mesmo que parcialmente, elementos da ideologia liberal dominante. Por isso, a restrição de conteúdos ideológicos da democracia é um efeito político da hegemonia liberal. Aceitar as regras é formar a sintonia entre estado, sociedade civil e sociedade política. Havendo sintonia – hegemonia – haverá também a delimitação de certos valores sociais que servem de limites, fronteiras ou barreiras entre o que pode ser proposto e o que não pode. Propostas que versem contra os princípios liberais são consideradas destoantes da realidade e, portanto, são rechaçadas dentro do jogo democrático.

A não-consolidação de programas de governo de esquerda, na América Latina, é uma resposta à restrição de abrangência de conteúdos ideológicos. A análise da não-consolidação da esquerda mostra que ela ocorre de duas formas. A primeira, aqui compreendida pelo estudo do governo Allende, se dá por meio do golpe. A segunda, aqui analisada pelo estudo dos programas de governo de Lula e Vázquez, se dá por meio do deslocamento ideológico.

O golpe contra Allende se deveu por diversos fatores. A vitória da UP e, portanto, a impossibilidade de impedir a ascensão de seu programa socialista à presidência, em uma democracia, é um fator importante. Principalmente, devido aos resultados da implementação das propostas econômicas de Allende.

A vitória eleitoral de Allende decorreu de uma condição singular. A transição para a modernidade e o enfraquecimento da hegemonia permitiram que propostas contrárias ao capitalismo se desenvolvessem e ganhassem expressão política. Além disso, o sistema político-ideológico chileno se moveu ligeiramente para a esquerda devido aos conflitos no campo e na cidade e a alguns governos que buscavam apoio nas massas. Por fim, a divisão em três terços – direita, centro e esquerda – bem definidos.

Allende sempre reforçou a valorização da democracia chilena e, com a via chilena ao socialismo, se opôs a um programa revolucionário radical, porém, no campo econômico suas propostas não se converteram neste mesmo sentido. Dito de outra forma, Allende aceitou as regras democráticas, mas não os valores liberais. Três principais propostas se tornaram problemáticas para a continuidade do governo allendista. A primeira foi a reforma agrária, a segunda a nacionalização dos minérios e a terceira, a modificação nas formas de propriedade de capital, isto é, a divisão em três setores de produção quando ao caráter da propriedade: empresas privadas, mistas (privado-estatal) e públicas (trabalhadores).

São três propostas que se inserem em um programa mais amplo cujas concepções básicas eram contrárias ao livre mercado e ao direito natural à propriedade privada. O governo da UP, com isso, demonstrou os limites de conteúdos ideológicos da democracia. Allende tentou enfrentar as fronteiras dos valores liberais por meio das regras democráticas. O caminho democrático-liberal, contudo, se demonstrou inviável para implementar transformações econômicas. As instituições democráticas foram imobilizadas pela ideologia dominante. Propostas contrárias ao livre mercado e ao direito à propriedade privada excederam o que era considerado seguro para a sociedade, pelos políticos de centro e direita. Para impedir essas transformações, foi estabelecido o golpe *gatopardista*. Era necessário mudar a política para a economia continuar da mesma forma (MOULIAN, 1997).

O deslocamento ideológico ocorrido nos programas de governo de Lula e Vázquez, por sua vez, é uma forma diferente de não-consolidação da esquerda na América Latina. As transformações ideológicas decorrentes do fim da União Soviética, assim como, dentre outros fatores, das ditaduras militares e da democratização, tiveram dois efeitos. O primeiro foi o fortalecimento da hegemonia liberal e o segundo, uma nova categoria de esquerda, vaga de definições.

A incapacidade de definir o que é esquerda, na realidade, se deveu às modificações nos conteúdos ideológicos das forças políticas que se inseriram no jogo democrático. A esquerda tradicional, chamada por muitos de jurássica, como se ela estivesse presa ao passado, manteve sua perspectiva anti-capitalista e, em menor parte, também revolucionária.

As esquerdas institucionais, por sua vez, deixaram de lado propostas que insinuavam contraposição ao capitalismo. Optam por direcionar o conteúdo de seus programas de governo para a possibilidade de a economia capitalista gerar bens sociais por intermédio do estado. A dita nova esquerda, portanto, aceita as regras da democracia, não apenas em relação aos seus procedimentos, mas também em relação ao seu conteúdo, pela preservação dos valores que sustentam o livre mercado. Assim, ao contrário de Allende, os exemplos de Lula e Vázquez indicam que eles aceitaram as regras democráticas e os valores liberais.

Há de certa forma, uma relação entre a modificação das propostas e a hegemonia liberal fortalecida após o fim da experiência soviética. Dito de outra forma, como o sistema hegemônico se fortaleceu com o fim do bloco socialista, a relação entre estado e sociedade civil/ política se tornou mais estreita. As novas esquerdas democráticas se integraram nesse sistema hegemônico, não apenas pela aceitação das regras democráticas, mas pela modificação de suas ideologias.

Ao participar do jogo democrático, a dita nova esquerda teve que formular a sua própria ideologia. O Partido dos Trabalhadores, no Brasil, e o Partido Socialista, no Uruguai, tiveram como exemplo o caso de Allende e a clareza sobre o que era e o que não era possível realizar na democracia latino-americana. A nova esquerda assumiu que não seria possível transformar a realidade econômica por meio da democracia. Ao mesmo tempo em que passou a negar a experiência socialista soviética, muito mais pelo autoritarismo e burocratização do estado do que pelos resultados econômicos. Esses partidos da nova esquerda deixavam claro que seus valores fundantes eram, antes de qualquer pretensão econômica, democráticos. No caso do Partido dos Trabalhadores se opunham, inclusive, ao comunismo e a determinados modelos socialistas.

A comparação entre os pontos de transformação econômica dos programas de Lula e Vázquez e os pontos de conflito no programa de Allende mostra que eles são bastante semelhantes. Embora os programas de Lula e Vázquez nunca tenham sido radicais, eles modificaram as dimensões que indicavam uma ideologia oposta, mesmo não integralmente, ao modelo econômico capitalista. Suas vitórias ocorreram quando seus programas já não apresentavam dimensões contrárias ao livre mercado e ao direito à propriedade privada.

Em uma sociedade como a chilena, em que a ideologia dominante perdia seu caráter hegemônico, foi possível a uma proposta socialista ascender ao poder. Não foi possível, contudo, que essa proposta se consolidasse, pois os limites ideológicos básicos permaneciam – liberdade individual e direito a propriedade (LEYTON, 2004).

Por outro lado, nas sociedades em que o modelo socialista soviético passou a representar o fracasso de alternativas econômicas e mais, em países em que ditaduras militares buscaram eliminar a esquerda, houve, como espelho reverso do Chile da década de 1970, um deslocamento do sistema político para a direita. A hegemonia liberal, fortalecida pela crise de projetos alternativos significativos, teve um efeito marcante na condução dos rumos político-ideológicos, por meio da restrição de abrangência de conteúdos ideológicos que tornou os programas econômicos alternativos inviáveis.

A existência de uma hegemonia fortemente estabelecida, como no caso brasileiro e uruguaio, não possibilita que se aceite apenas as regras democráticas, como no caso do Chile. A hegemonia conduz a uma maior restrição na abrangência ideológica da democracia, isso implica às esquerdas aceitarem também os valores dominantes. A participação na democracia, portanto, passou a implicar não apenas respeitar a ideologia dominante (por meio do respeito à democracia). Com o fortalecimento do sistema hegemônico, a participação na democracia

implica aceitar valores sociais liberais e o livre mercado capitalista como premissas ideológicas para se competir na democracia.

A hegemonia liberal gera duas formas distintas de restrição de abrangência de conteúdos ideológicos. A primeira é observável dentro das instituições democráticas. Caracteriza-se pelos limites práticos que levam as propostas de esquerda a se tornarem incapazes de manter-se no governo e, portanto, de realizar as transformações econômicas mais profundas que são seu objetivo. A segunda é observável por meio dos valores socialmente compartilhados. Caracteriza-se pela centralidade do indivíduo e, principalmente, pela concepção que se desenvolve por meio do individualismo liberal, que a propriedade individual dos meios de produção é um fundamento básico universal que deve ser respeitado para que a sociedade se desenvolva. Mesmo não havendo a compreensão objetiva dos resultados sociais dessa condição de propriedade, o juízo individual é que outras possibilidades são inviáveis, violentas ou equivocadas.

Esses dois resultados da restrição são apresentados historicamente por meio do conjunto de propostas de esquerda que não se consolida na América Latina. A presente tese buscou mostrar que o conteúdo que a Unidad Popular do Chile não pode implementar, e o conteúdo que caracteriza o deslocamento ideológico da esquerda no Brasil e no Uruguai são altamente semelhantes no que tange às características ideológicas e à oposição ao livre mercado capitalista.

O golpe sofrido por Allende é a expressão máxima do limite ideológico da democracia que se apresenta inicialmente por meio dos bloqueios institucionais dos quais a esquerda chilena foi incapaz de se sobrepor. Três propostas foram utilizadas como referência para se definir o conteúdo ideológico característico da esquerda. A nacionalização de recursos minerais e bancos, a reforma agrária e a modificação do sistema de propriedade (popular, mista e privada) refletem um conteúdo ideológico oposto aos princípios do modelo de desenvolvimento capitalista. São, ainda, as propostas apontadas pelos membros do governo de Allende como as principais para se compreender as dificuldades e a impossibilidade de implantação da via chilena ao socialismo.

Nesse mesmo sentido, as propostas econômicas que caracterizavam a oposição ao modelo de desenvolvimento capitalista, apresentadas por Lula e Vázquez, são modificadas e, com isso, deixam de designar um posicionamento à esquerda. Os indicadores analisados mostram que, em ambos os casos, a crítica ao capitalismo cede lugar à sua aceitação. Assim, se em seus primeiros programas, Lula e Vázquez afirmam que a economia não pode ser

tratada como uma esfera autônoma da sociedade e que deve servir para solucionar os problemas sociais e não para causá-los, em seus programas vitoriosos, a economia se torna uma esfera autônoma, cabendo ao Estado auxiliar seu desenvolvimento.

O auxílio do Estado à economia capitalista representa o deslocamento de um posicionamento ideológico de esquerda, pois reflete uma nova compreensão do papel da política frente ao desenvolvimento econômico, uma nova interpretação sobre os significados da forma de produção capitalista e, fundamentalmente, uma nova noção sobre o seu papel na política. Essas modificações marcam, portanto, uma nova interpretação da realidade, diferente daquela que caracteriza o posicionamento ideológico à esquerda.

As transformações nas propostas contidas nos programas de governo de Lula e Vázquez indicam, ainda, que essas não são mais a expressão prática das demandas ideológicas de grupos sociais determinados. Dito de outra forma, essas forças políticas surgidas como expressão da luta ideológica caracterizada pela oposição à exploração do trabalho pelo capital não representam mais esse posicionamento. As propostas, especialmente as econômicas, como observado nos casos de Lula e Tabaré Vázquez, são resultado de um consenso em torno de um modelo de desenvolvimento econômico que, por sua ligação com o sistema democrático, é capaz de sobrepor-se às decisões realizadas na esfera política.

A presente tese teve como objetivo explicar a não-consolidação de propostas econômicas de esquerda na América Latina por meio do conceito de hegemonia e restrição de abrangência de conteúdos ideológicos da democracia. As teorias democráticas foram questionadas por meio da comparação dos conteúdos ideológicos e das propostas apresentados pela esquerda no Chile, Brasil e Uruguai. Essa comparação mostrou existir um conjunto de valores que não se consolidaram na democracia, embora a teoria democrática descreva a democracia como aberta a todos os conteúdos que respeitem as regras.

Procurou-se mostrar que o respeito às regras democráticas é insuficiente para que forças de esquerda possam implementar seus programas de governo, caso eles versem contra as bases da ideologia dominante. A democracia possui determinada abrangência de conteúdos que define o que pode ou não participar da disputa. Em uma sociedade como a chilena, por exemplo, essa abrangência permitiu a eleição de Allende, pois a abrangência era larga, aceitando diversas ideologias, contanto que elas apoiassem as regras. No caso do golpe e do deslocamento ideológico de Lula e Vázquez ocorreu a restrição dessa abrangência de conteúdos ideológicos da democracia. Quando Allende chega ao meio do seu governo, seu

programa é barrado. Lula e Vázquez modificam seus programas e, com isso, vencem as eleições presidenciais.

A existência de hegemonia é fundamental para aumentar as restrições de abrangência da democracia. Havendo hegemonia um dos resultados diretos, na democracia, é o aumento da restrição de abrangência de conteúdos ideológicos. Dito de outra forma, havendo hegemonia, o efeito na democracia é a diminuição das condições de implementação de ideologias que versam contra as bases do modelo econômico.

Isso indica que a teoria gramsciana do estado, que entende a disputa por poder como a disputa pela definição dos modos de produção e que a hegemonia é uma condição fundamental para a vitória, é coerente com a realidade latino-americana. A restrição de abrangência de conteúdos, efeito da hegemonia na democracia, cumpre papel de limitar as condições de consolidação de determinadas propostas que visem a modificar as formas de produção.

Existem diversos desdobramentos possíveis para a presente tese, principalmente porque a conclusão apresentada exige maiores testes e novas discussões teóricas. Em termos teóricos, uma continuidade importante é o estudo dos mecanismos de adoção de ideologias por parte de classes ou setores sociais diversos, fenômeno que torna determinada ideologia hegemônica. Dito de outra forma, é preciso compreender porque setores socialmente excluídos, ou a população de sub-empregados, desempregados, trabalhadores de baixa remuneração, por exemplo, adotam os valores dominantes como seus. Um caminho teórico possível para entender esse processo é compreender conceito de sociometabolismo do capital, utilizado pelo filósofo húngaro István Mészáros.

Conforme Meszáros (2002) o capital é sociometabólico, ele cria diversas classes intermediárias e leva a um vínculo entre elas. Assim, não existem apenas duas classes principais e contraditórias, a dos opressores e a dos oprimidos. Surgem diversas classes intermediárias, cada uma desenvolve sua ideologia. Essas classes são incapazes, contudo, de desenvolverem uma ideologia dominante. Utilizam, por sua vez, a ideologia dominante como base para a construção de suas crenças de grupo. Por isso, os conflitos advindos da contradição entre classes são diluídos. Diversos grupos, como, por exemplo, os executivos altamente remunerados das grandes empresas internacionais, não podem ser definidos nem como proprietários dos meios de produção, nem como proletários. A exploração de sua força de trabalho não é condição *sine qua non* para a existência do capitalismo. São grupos que, mesmo que sejam explorados, a sua mais-valia é insignificante para o lucro de outra classe. A

existência de grupos intermediários cria um efeito descendente de aceitação da hegemonia liberal que, por ser individualista, apresenta a ascensão social como resolução para as contradições de classe.

Essa condição é dada pela homogeneização das relações produtivas e distributivas que “completa o ciclo vicioso do capital e se torna uma condição absoluta da ordem sociometabólica controlada pelo capital” (MESZÁROS, 2002, p.624). Essa perspectiva leva a outra questão, que necessita maior desenvolvimento e também é estudada por Meszáros. O autor analisa as formas existentes de controle do capital e desenvolve o conceito de “incontrolabilidade do capital”. Para ele, os recursos de mediação entre o capital e a sociedade, como a política, são insuficientes para controlar o capital. Assim, “o capital é impermeável a qualquer mudança qualitativa que possa questionar sua premissa de causa sui. Ele ‘não pode tolerar a intrusão de qualquer princípio de regulação sócio-econômica que venha a restringir sua dinâmica voltada para a expansão’” (PANIAGO, 2001, p.177-8).

O presente trabalho, assim como as possíveis futuras análises decorrentes das contribuições do pensamento de Meszáros, fornecem elementos para sustentar as dúvidas sobre o funcionamento real das características democráticas ideais, como o pluralismo. É importante, ainda, ampliar o grupo de casos observados, pois isso pode invalidar as conclusões aqui desenvolvidas. Se em uma hegemonia liberal, algum programa de esquerda conseguir se consolidar e romper com as bases econômicas liberais, por meio da democracia, as dúvidas e questionamentos da presente tese seriam respondidos objetiva e categoricamente.

De toda forma, como não existiu nenhum programa contrário à propriedade privada e aos princípios liberais, um efeito possível do que se argumenta nesta tese é a conclusão de que a esquerda estaria definitivamente alijada na democracia. Propostas de transformação econômica não podem ser implementadas, portanto, ou a esquerda retoma a tentativa revolucionária, ou aceita valores estranhos a sua tradição. A questão demanda não apenas um novo estudo, mas também, outro ramo do conhecimento para ser respondida.

Nesse sentido, a dúvida sobre a ligação entre valores sociais relativos à atuação no mundo econômico e a maneira como uma sociedade se organiza politicamente, exige maior atenção de pesquisa e envolve o debate sobre a relação entre os aspectos econômicos e a organização e os valores sociais. A dúvida, que sempre acompanhou as reflexões nas ciências sociais, vem sendo tratada de maneira bastante frutífera pela Nova Sociologia Econômica (GRANOVETTER, 1992, POLANYI, 1992) que busca analisar as bases sócio-culturais dos sistemas econômicos e estabelecer relações entre ambos.

Uma nova pesquisa dirigida por esta perspectiva teórica pode, ainda, fornecer uma resposta menos maniqueísta sobre porque a restrição de conteúdos ideológicos da democracia causa a não-consolidação da esquerda. Aqui se argumentou que a restrição é um mecanismo para evitar que a disputa política tenha poder para alterar o sistema de produção, seguindo, assim, uma perspectiva gramsciana. A Nova Sociologia Econômica possivelmente ampliaria essa consideração final, abrigando as características socioculturais e políticas que fundamentam o sistema capitalista de trocas de mercadoria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AHUMADA, Eugenio et al. **Chile: La Memoria Prohibida** vol. I. Santiago: Pehuén Editores, 1989.

ALLENDE, Salvador. **Primer Año del Gobierno Popular**. Disponível em: <http://www.salvador-allende.cl/Discursos/1971/PrimerAniversario.pdf>. Acessado em fevereiro de 2008. Santiago do Chile: portal Salvador Allende, 1971.

_____. **Un Estado Democrático y Soberano: Mi propuesta a los chilenos**

ALMOND, Gabriel Abraham. **A discipline divided: school and sects in political science**. Newbury Park: SAGE Publications, 1990.

ALTAMIRANO, Carlos. **Dialética de uma derrota: Chile – 1970/1973**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

AMARAL, Oswaldo E. do. **A estrela não é mais vermelha: as mudanças do programa petista nos anos 90**. São Paulo, Garçon, 2003.

ANDERSON, Perry. **Considerações sobre o Marxismo Ocidental e Nas trilhas do Materialismo Histórico**. São Paulo: Boitempo, 2004.

ARAUJO, Octavio Rodríguez. **Izquierdas e Izquierdismo: de la Primera Internacional a Porto Alegre**. Delegación Coyoacán, México: Siglo veintiuno. 2002.

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo? Martins Fontes, 1982.

ARRATE, Jorge. **Protagonistas y Encrucijadas de la Unidad Popular**. In: BAÑO, Rodrigo (org). **Unidad Popular: 30 años despues**. Santiago: Universidad de Chile, 2003.

BAKVIS, Herman; NEVITTE, Neil. **In Pursuit of Postbourgeois Man: Postmaterialism and Intergenerational Change in Canada**. *Comparative Political Studies*, Vol. 20, No. 3, 357-389, 1987.

BASES FUNDAMENTALES Del Plan Econômico de Gobierno del Frente Amplio. Montevidéo, 1994.

BAYLEY, Miguel Aguirre. **El Frente Amplio: historia y documentos**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1985

BENTHAM, Jeremy. John Stuart Mill **Uma Introdução aos Princípios da Moral e da Legislação**. São Paulo: Victor Civita, 1978.

BITAR, Sergio. **Transição, Socialismo e Democracia**: Chile com Allende. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

BOBBIO, Norberto **Teoria Geral da Política: a filosofia política e as lições dos clássicos**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

_____. **As ideologias e o poder em crise**: pluralismo, democracia, socialismo, comunismo, terceira via e terceira força. Brasília: Edunb, 1994.

_____. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Unesp, 2001.

_____. **Gramsci y la concepción de la sociedad civil**. In: PIZZORNO et al. Gramsci y las Ciencias Sociales. Córdoba: Ediciones Pasado y Presente, 1972.

_____. **O futuro da Democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BORON, Atilio A.. **Estudo Introdutório**: Atualidade de Que Fazer? In: LENIN, Vladimir Ilich. Que Fazer? A organização como sujeito político. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BOURDIEU, Pierre; EAGLETON, Terry. **A doxa e a vida cotidiana**: uma entrevista. In: ZIZEK, Slavoj (org.). Um mapa da ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996

BUCI-GLUCKSMANN, Christinne. **Gramsci e o Estado**: por uma teoria materialista da filosofia. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

BUSNELLO, Flávio Marcelo. **Uma Nova Esquerda?** a tensão entre capital e trabalho nas candidaturas de Luiz Inácio Lula da Silva (Brasil, 2002) e de Tabaré Vázquez (Uruguai, 2004). Brasília: UNB, 2006. (Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção de grau de Mestre em Ciências Sociais no Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados Sobre as Américas. Universidade de Brasília).

BUTTIGIEG, Joseph A.. **Educação e Hegemonia**. In: COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andréa de Paula (orgs.). Ler Gramsci, entender a realidade. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.

CAETANDO, Geraldo & RILLA, José. **História contemporânea del Uruguay: de la colonia as siglo XXI**. Editorial Fin de Siglo. Montevideo, 2005.

CÂNDIDO, Antônio. Apresentação ao livro Lula, o filho do Brasil: nova edição com textos inéditos (2004). Disponível: http://www.efpa.com.br/telas/produto.asp?Id_Produto. Consultado em julho de 2004.

CARTA AOS BRASILEIROS, 2002. **Documento de campanha de Luís Inácio Lula da Silva**. Disponível em: <http://www.pt.org.br>, consulta em janeiro de 2004.

CASTAÑEDA, Jorge G.. **Latin America's Left Turn**. Foreign Affairs, May/June 2006. Disponível em: <http://www.foreignaffairs.org/20060501faessay85302/jorge-g-castañeda/latin-america-s-left-turn.html>. Acessado em: outubro de 2006.

CASTRO, Henrique C. O.. **Democracia e mudanças econômicas no Brasil, Argentina e Chile: um estudo comparativo de cultura política**. Porto Alegre: UFRGS, 2000. (Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

CHONCHOL, Jacques. **La Reforma Agraria en América Latina**. América Latina: Revista del doctorado en procesos sociales y políticos en América Latina. n.4. sd. Santiago do Chile: Editorial ARCIS, 2004.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Uma entrevista para Reportagem**. Gramsci e o Brasil. Disponível em: <http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv314.htm>. Acessado em: jan. 2006.

CUNNINGHAM, Frank. **Theories of democracy: A critical introduction**. New York: Routledge, 2002.

DAHL, Robert. **Democracy and Its Critics**. Yale University Press, 1989b.

_____. **How Democratic is the American Constitution?**. Yale University Press, 2001b.

_____. **James Madison: Republican or Democrat?** Perspectives on Politics, Vol. 3, No. 3. American Political Science Association, setembro de 2005a.

_____. **On Democracy**. Yale University Press, 1998.

_____. **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo: EDUSP. 2005b.

_____. **Sobre a democracia**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001a.

_____. **Um Prefácio à Teoria Democrática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989a.

DIAMOND, Larry. **The Spirit of Democracy: the struggle to build free societies throughout the World**. New York: Times Books, 2008.

DOWNS, Anthony. **An economic theory of democracy**. New York: Harper & Row, 1957

DUMONT, Louis. **Homo Aequalis: gênese e plenitude da ideologia econômica**. Bauru: EDUSC, 2000.

_____. **Homo Hierarchicus: o sistema de castas e suas implicações**. São Paulo: Edusp, 1992

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 1995

EAGLETON, Terry. **Ideologia: uma introdução**. São Paulo: Boitempo e UNESP, 1997.

EL GOBIERNO del Cambio: propuestas y proyectos. Dr. Tabaré Vázquez. Ciclo La Transición Responsable. Montevideo, 2004.

EP-FA. **Asamblea Uruguay**. Montevidéo, 2001.

FAIRFIELD, Roy P.. **Alexander Hamilton, James Madison, and John Jay, the Federalist Papers: A Collection of Essays Written in Support of the Constitution of the United States**. Garden City: Anchor, 1966

FERNANDES, Florestan. **Pt em movimento: Contribuição ao I congresso do partido dos trabalhadores**. São Paulo: Cortez, 1991.

FERNÁNDEZ, Nelson. **El gobierno de la izquierda**. Editorial Fin de Siglo. Montevideo, 2004

FERREIRA, Oliveiros S.. **Os 45 cavaleiros húngaros: uma leitura dos Cadernos de Gramsci**. São Paulo: HUCITEC; Brasília: EdUnB, 1986.

FIORI, José Luís. **As vitórias da esquerda na América do Sul**. Revista Margem Esquerda: ensaios marxistas. n.9, setembro, 2007.

FORCHERI, Miguel Serna. **Reconversão democrática das esquerdas no Cone Sul**. Bauru: EDUSC, 2004.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de Dezembro de 1970**. São Paulo? Edições Loyola, 2001.

FRASER, Nancy. **Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista**. In: SOUZA, Jessé. Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

_____. **From Redistribution to Recognition? Dilemmas of Justice in a “Postsocialist” Age**. Disponível em: <http://www.ethicalpolitics.org/blackwood/fraser.htm>. Acessado em dezembro de 2008.

FRIEDMANN, Reinhard. **La política Chilena de la A a la Z: 1964 – 1988**. Santiago de Chile: Melquiades Serviço Editorial, 1988.

FUKUYAMA, Francis. **O Fim da História e o Último Homem**. São Paulo: Rocco, 1992.

GADOTTI, Moacir; e PEREIRA, Otaviano. **Pra que PT: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Cortez, 1989.

GARCES, Joan. Prólogo. In: ALLENDE, Salvador. **Un estado democrático y soberano: Mi propuesta a los chilenos**. Fundación Presidente Allende, sd.

GARCIA, Marco Aurélio. **Pensar a terceira geração da esquerda**. In: FORTES, Alexandre (org.). História e perspectivas da esquerda. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

GERRATANA, Valentino. **Gramsci: uma introdução**. Disponível em: <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=122>. Acessado em maio de 2008. Gramsci e o Brasil, 1997.

GIDDENS, Anthony. **Four Theses on Ideology**. In: KROKER, Arthur; KROKER, Marilouise (orgs.). *Ideology and Power in the age of Lenin in Ruins*. New York: St. Martin's Press, 1991.

_____. **Para Além da Esquerda e da Direita: o futuro da política radical**. São Paulo: Unesp, 1996.

GIL, Federico. **El Sistema Político de Chile**, Santiago: Andrés Bello, 1969.

GOICOVIC, Igor. **Violência y poder em la estratégia política del Movimiento de Izquierda Revolucionária, 1967-1986**. América Latina: Revista del doctorado en procesos sociales y políticos en América Latina. n.4. sd. Santiago do Chile: Editorial ARCIS, 2004.

GOMÉZ, Juan Carlos; SALAZAR, Mauro. **Estudio Preliminar: La Unidad Popular, el Golpe y el nuevo orden capitalista**. América Latina: Revista del doctorado en procesos sociales y políticos en América Latina. n.4. sd. Santiago do Chile: Editorial ARCIS, 2004.

GOENDER, Jacob. **Combate nas trevas: A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo: Ática, 1987.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**, vol. 1: Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. **Cadernos do Cárcere**, vol. 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000a.

_____. **Concepção dialética da história**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

_____. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

_____. **Materialismo histórico e a filosofia de Benedetto Croce**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 1981.

_____. **Selections from the prison notebooks**. 12 ed. New York: International Publishers, 1991.

_____. **The Antonio Gramsci Reader: selected writings 1916-1935**. Edited by David Forgacs with a new introduction by Eric Hobsbawm. New York: New York University Press, 2000b.

GRANDES LINEAS Programáticas 2005-2010. Montevidéo: FA-EP- NM, 2004.

GRANOVETTER, Mark. **Economic action and social structure: the problem of embeddedness**. In: GRANOVETTER, Mark & SWEDBERG, Richard (eds.). *The sociology of economic life*. Boulder: Westview Press.

GRUPPI, Luciano. **O Pensamento de Lênin**. São Paulo: Graal, 1979.

_____. **O Conceito de Hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

GUGLIANO, Alfredo Alejandro. **Participação e Governo Local**: Comparando a descentralização de Montevideo e o orçamento participativo de Porto Alegre. *Sociologia*, Set 2004, no.46, Porto Alegre: UFRGS, 2004.

HARNECKER, Marta. **Os Conceitos Elementais do Materialismo Histórico**. São Paulo: Global, 1981

HARTZ, Louis. **The Liberal Tradition in America**: an interpretation of American Political thought since the revolution. New York: Hartcourt, Brace & World, 1955.

HISTÓRIA DE LOS PARTIDOS POLITICOS: desde P. Aguirre Cerda hasta S. Allende. Que Pasa, 1984.

HOBSBAWM, Eric J.. **Era dos Extremos: O Breve Século XX, 1914-1991**. 2. ED. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

HUNTINGTON, Samuel P., **A ordem política nas sociedades em mudança**. São Paulo: Forense Universitária, 1975.

INGLEHART, Ronald. **Modernization and Postmodernization**. Princeton University Press, 2006.

_____; FLANAGAN, Scott. **Controversies: Value change in industrial societies**. *American Political Science Review* 81, 1289-1319, 1987

_____; ABRAMSON, Paul R. **Economic Security and Value Change**. *American Political Science Review*. n. 88, 1994

_____; WELZEL, Christian. **Modernization, Cultural Change, and Democracy**: The Human Development Sequence. Cambridge University Press, 2006.

JOBET, Julio Cesar. **Socialismo y Comunismo**. Cuadernos Socialistas. Santiago de Chile: Espartaco, 1952.

JOCELYN HOLT, Alfredo. **El Peso de la Noche**. Nuestra Frágil Fortaleza Histórica. Buenos Aires: Ariel, 1997.

KELSEN, Hans. **What is justice**: justice, law, and politics in the mirror of science: collected essays. Lawbook Exchange, 2000.

KLEIN, Naomi. **A Doutrina do Choque?** A ascensão o capitalismo de desastre. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

KLIKSBERG, Bernardo. **Falácias e Mitos do Desenvolvimento Social**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2003.

KNIGHT, Kathleen; LEWIS, Carolyn V.. Does Ideology Matter? In: GINSBERG, Benjamin; STONE, Alan (orgs.). Do Elections Matter? Armonk: Sharpe, 1996.

KNUTSEN, Oddbjorn. **Europeans Move Towards The Center**: A Comparative Longitudinal study of Left-Right Self-Placement in Western Europe. *International Journal of Public Opinion Research*. n 10. 1998.

KONDER, Leandro. *A Questão da Ideologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KORNBLUH, Peter. **The Pinochet File: a declassified dossier on atrocity and accountability**. New York: The New Press, 2004

LANZARO, Jorge. **La izquierda se acerca a los uruguayos y los uruguayos se acercan a la izquierda**. In: LANZARO, Jorge. Org. *La izquierda uruguaya – entre la oposición y el gobierno*. Fin de Siglo. Montevideo, 2004.

LARRAIN, Jorge. **El concepto de ideología**. Vol.2: El marxismo posterior a Marx: Gramsci y Althusser. Santiago: LOM, 2008

_____. **The Concept of Ideology**. Athens: The University of Georgia Press; London: Hutchinson, 1979.

LENIN, Vladimir Ilich. **Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia**. São Paulo: Abril Cultural, 1986.

_____. **Duas Táticas da Social-Democracia na Revolução Democrática**. Livramento, 1977.

_____. **Que Fazer?** A organização como sujeito político. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

LEYTON, Juan Carlos Gómez. **La Frontera de la democracia: el derecho de propiedad en Chile 1925-1973**. Santiago: LOM, 2004

LINZ, Juan J.. **La Quiebra de las Democracias**. Cidade do México: Alianza Editorial Mexicana/CONACUL, 1990.

LIPSET, Martin Seymour. **Political man: the social bases of politics**. Maryland: The Johns Hopkins University Press, 1959.

LOVEMAN, Brian; LIRA, Elizabeth. **Las suaves cenizas del Olvido**. Vía chilena de reconciliación política 1814-1932. Santiago: LOM/DIBAM, 1999.

LÖWY, Michael (org). **O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais**. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

_____. **Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista**. São Paulo: Ed. Cortez, 1985.

LUKÁCS, Georg. **História e Consciência de Classe: Estudos sobre a dialética marxista**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUZÓN, José Luis; GIRAL, Jaume Mateu; e VÉLIZ, Jorge Ortiz (et all). **Enciclopedia de Chile**. Santiago de Chile: Oceano, 2003.

MACCIOCCHI, Maria-Antonieta. **A favor de Gramsci**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra; 1982.

MACPHERSON, C.B.. **A democracia liberal: origens e evolução**. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1978.

_____. **A Teoria Política do Individualismo Possessivo: de Hobbes a Locke**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MADISON, James; et al. Federalist Papers 10. Disponível em: http://thomas.loc.gov/home/histdox/fed_10.html. Acessado em: Janeiro de 2008.

MAINWARING, Scott. **La durabilidad de la democracia en América Latina, 1940-1998**. In: Política y Gobierno. Vol. VI, n2. Mexico: CIDE, 1999

MANNHEIM, Karl. Ideologia e Utopia. Introdução à Sociologia do Conhecimento. Porto Alegre: Globo, 1956

MARX, Karl. **A Ideologia Alemã e outros escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

_____. **O 18 Brumário de Luis Bonaparte**. Disponível em: <http://culturabrasil.pro.br/18brumario.htm>. Acessado em: maio de 2008.

_____. **O Capital: crítica da economia política**. Livro Primeiro: O processo de produção do Capital. Vol II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968b.

_____. **O Capital: crítica da economia política**. Livro Primeiro: O processo de produção do Capital. Vol I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968a.

_____; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MÉSZAROS, István. **O poder da Ideologia**. São Paulo: Boitempo, 1981.

_____. **Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MICHELS, Robert. **Para uma Sociologia dos Partidos Políticos na Democracia Moderna: Investigação sobre as tendências oligárquicas da vida dos agrupamentos políticos**. São Paulo: Antígona, 2001.

MILL, James. **Government**. In: The Encyclopaedia Britannica: A Dictionary of Arts, Sciences, Literature and General Information. Disponível em: <http://books.google.com>. Acessado em: Dezembro de 2007.

_____. **Political Writings** (Cambridge Texts in the History of Political Thought). Cambridge University Press, 2007.

MILL, John Stuart. **Considerations On Representative Government**. Chicago: Regnery, 1962.

_____. **On Liberty and Other Essays**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

_____. **Sobre a Liberdade**. Lisboa: Edições 70, 2006

MILLER, Warren; SHANKS, J. Merril. **The New American Voter**. Cambridge: Harvard University Press, 1996.

MONTEFORTE, Mario Toledo; PLEAMAR, Francisco Villagrán Kramer. **Izquierdas y Derechas en latinoamérica**: sus conflictos internos. Buenos Aires: 1968

MOORE, Barrington. **As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia**. São Paulo: Martins Fontes, 1967

MOREIRA, Carlos. **El nuevo mapa político en América Latina**: Giro a la izquierda? América Latina: Revista del doctorado en procesos sociales y políticos en América Latina. n.6. sd. Santiago do Chile: Editorial ARCIS, 2006.

MOULIAN, Tomas. **Chile Actual: anatomia de un mito**. Santiago do Chile: LOM editores, 1997.

_____; GARRETÓN, Manuel. **La Unidad Popular y el conflicto político en Chile**. Santiago: Editorial Minga, 1983

MUKHERJEE, Subrata e RAMASWAMY, Sushila. **A History of Socialist Thought: from de precursors to the present**. New Delhi: Sage Publications, 2000.

MULLINS, Willard A.. **On the Concept of Ideology in Political Science**. The American Political Science Review, Vol. 66, No. 2. Jun., 1972.

NEGRI, Antonio. **O Império**. Rio de Janeiro:Record, 2002

NEGRI, Camilo. **A não consolidação de propostas de esquerda na democracia latino-americana**: um estudo comparativo entre Brasil e Chile. Brasília: UnB, 2003. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Comparados sobre as Américas da Universidade de Brasília).

NOELLE-NEUMANN, Elisabeth. **A shift from the right to the left as an indicator of value change: a battle for the climate of opinion**. International Journal of Public Opinion Research Vol. 10 No. 4, 1998.

O'DONNELL, Guillermo. **Otra Institucionalización**. In: La política. Buenos Aires: Paidós, 1996.

PANIAGO, Maria Cristina Soares. **A Incontrolabilidade Ontológica do Capital** - um estudo sobre Beyond Capital, de I.Mészáros. Rio de Janeiro: UFRJ. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.

PARTIDO Comunista do Brasil. **Guerra popular: caminho da luta armada no Brasil**. - Lisboa: Maria da Fonte, 1974.

PARTIDO dos Trabalhadores. **Resoluções de Encontros e Congressos**. São Paulo: Perseu Abramo, 1998.

PARTIDO dos Trabalhadores. **Trajetórias: Partido dos Trabalhadores (2003) das origens à vitória de Lula**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003

PARTIDO Socialista de Chile. **Estatuto del Partido Socialista: aprobado por el VIII Congreso General ordinario del partido**, 1939.

PARTIDO Socialista do Chile. **Estatuto del Partido Socialista**, 1962.

PARTIDO Socialista do Chile. **Informe sobre Posicion Política del P.S. Santiago de Chile**, 1940.

PARTIDO Socialista do Chile. **Resoluciones de la primera conferencia nacional de organizacion (13-14-15 de agosto de 1966). Santiago de Chile**, 1967.

PATEMAN, Carole. **Participação e Teoria Democrática**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

PETRAS, James. **Brasil e Lula: ano zero**. Blumenau: EDIFURB, 2005.

_____. **Latin America: Four Competing Blocs of Power**. Disponível em: <http://petras.lahaine.org/articulo.php?p=1700&more=1&c=1>. Acesso em: dezembro de 2007.

_____. **Nuevos vientos desde la izquierda o aire caliente desde una nueva derecha**. Disponível em: <http://www.rebellion.org/noticia.php?id=28211>. Acesso em: novembro de 2006.

PLAMENATZ, John. **Ideology**. New York, Praeger, 1970.

PLAN ECONOMICO de Gobierno del Frente Amplio. Bases Fundamentales. Montevidéo, 1971.

PLAN POR EL TRABAJO, EP-FA. Disponível em: http://www.ps.org.uy/fa_doc_plantrab.htm. Acessado em fevereiro de 2008. Montevidéo: Partido Socialista do Uruguai, 2004.

PLATAFORMA Electoral del Frente Amplio. Montevidéo: EP-FA, 1994.

POLANYI, Karl. **The economy as an instituted process**. In: GRANOVETTER, Mark & SWEDBERG, Richard (eds.). *The sociology of economic life*. Boulder: Westview Press.

POMAR, Wladimir. Introdução. In: Partido dos Trabalhadores. **Resoluções de Encontros e Congressos**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1998.

POPPER, Karl Raimund. **La sociedad abierta y sus enemigos**. Barcelona: Paidós, 1982.

POTTER, Corrie. **Left-Right Self-Placement in Western Europe: What Responses and Non-Responses Indicate**. Disponível em: <http://www.polisci.wisc.edu/~behavior/papers/Potter2001.pdf>. 2001.

PROGRAMA de Gobierno Del EP-FA. Montevidéo: EP-FA, 1994.

PROGRAMA de Gobierno Del EP-FA-NM. Montevidéo: EP-FA-NM, 2004.

PROGRAMA de governo – economia. Brasil Urgente: Lula Presidente. Disponível em: <http://200.169.97.236:81/uploads/economia.pdf>. Acessado em: dezembro de 2008. PT, 1989.

PROTHRO, James W.; CHAPARRO, Patrício E.. **Public Opinion and the movement of chilean government to the left, 1952-72**. In: VALENZUELA, Arturo; VALENZUELA, J. Samuel. Chile: Politics and Society. New Jersey: Transaction Books; Rutgers University, 1976.

PRZEWORSKI, Adam. **Democracia e Mercado: reformas políticas e econômicas na Europa Oriental e na América Latina**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. **Democracy and Development: Political Institutions and Well-Being in the World, 1950-1990**. Cambridge University Press, 2003.

_____. **Democracy and the Market: Political and Economic Reforms in Eastern Europe and Latin America (Studies in Rationality and Social Change)**. Cambridge University Press, 1996.

RANINCHESKI, Sônia. **A dimensão esquerda-direita e a sua relevância no comportamento eleitoral: um estudo longitudinal**. In: BAQUERO, Marcello; CASTRO, Henrique de Oliveira de; e GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf (orgs.). **A construção da democracia na América Latina: estabilidade democrática, processos eleitorais, cidadania e cultura política**. Porto Alegre/Canoas: Ed. Universidade/ Centro Educacional La Salle, 1998.

RAUS, Diego. **Las Izquierdas en el Gobierno en América Latina**. América Latina: Revista del doctorado en procesos sociales y políticos en América Latina. n.6. sd. Santiago do Chile: Editorial ARCIS, 2006.

REYNIÉ, Dominique. **Gabriel Tarde: Teórico da Opinião**. In: TARDE, Gabriel. **A Opinião e as Massas**. São Paulo: Martins Fontes, 2005

ROA TORO, Maria Soledad. **Eleccion Presidencial de 1952**. Santiago de Chile: PUC de Chile, 1989. (Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de História da Pontifícia Universidade Católica do Chile).

ROJO, Grínor. **Apunte sobre la Cultura en los Tiempos de la Unidad Popular**. In: BAÑO, Rodrigo (org). **Unidad Popular: 30 años despues**. Santiago: Universidad de Chile, 2003.

ROUCEK, Joseph S.. **A History of the Concept of Ideology**. Journal of the History of Ideas, v.5, n.4. Out, 1944

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 1971

_____. **O Contrato Social (Princípios de Direito Político)**. Rio de Janeiro: Brasil Editoras, 1948.

_____. **The essential Rousseau: The social contract, Discourse on the origin of inequality, Discourse on the arts and sciences, The creed of a Savoyard priest**. New York : New American Library, 1968.

SADEK, M. Tereza. **Nicolau Maquiavel: o cidadão sem fortuna, o intelectual de virtú**. In: WEFFORT, F. (org.). **Os clássicos da política**. São Paulo: Ática, 2001.

SADER, Emir. **Chile (1818 – 1990) Da independência à redemocratização**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

_____. **O anjo torto: esquerda (e direita) no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____. **O longo ciclo eleitoral latino-americano**. OSAL, Ano VII, Nº 21 Set-Dec, 2006.

SALAZAR, Gabriel. **Lo social (popular) y lo político (nacional) en Chile: crisis del modo clientelista de articulación?** In: BARRERA, Manuel: *Movimientos Sociales y Política: El desafío de la democracia en América Latina*. Santiago: CES/CLACSO, 1990.

_____; PINTO, Julio. **História Contemporânea de Chile I: Estado, legitimidad, ciudadanía**. Santiago de Chile: LOM, 1999.

SARTORI, Giovanni. **A Teoria da Democracia Revisitada. 1. O debate contemporâneo**. São Paulo: Ática, 1994.

_____. **Democratic Theory**. New York: Frederick Praeger, 1962.

_____. **Partidos e Sistemas Partidários**. Brasília: UnB, 1982.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalism, Socialism and Democracy**. London: Allen and Unwin, 1976.

SCULLY, Timothy R. In: Scott Mainwaring & Timothy R. Scully. **Building democratic institutions: party systems in Latin America**, Stanford, University Press. 1997

SEMERARO, Giovanni. **Gramsci e a sociedade civil: Cultura e Educação para a Democracia**. São Paulo: Vozes, 1999.

SHAPIRO, Ian. **The State of Democratic Theory**. Princeton: Princeton University Press, 2006.

SINGER, André. **Esquerda e Direita no Eleitorado Brasileiro**. São Paulo: Edusp, 2000.

STOPPINO, Mario. **Ideologia** (verbetes). In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: UnB, 2003.

TARDE, Gabriel. **A Opinião e as Massas**. São Paulo: Martins Fontes, 2005

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1962.

VALENCIA, Fernando Casanueva; e CANQUE, Manuel Fernández. **El Partido Socialista y la lucha de clases en Chile**. Santiago de Chile: Nacional Quimantu, 1973.

VALENZUELA, Arturo. **El quiebre de la democracia en Chile**. Santiago: FLACSO/Chile, 1988.

_____. **Political constraints to the establishment of socialism in Chile**. In: VALENZUELA, Arturo; VALENZUELA, J. Samuel. *Chile: Politics and Society*. New Jersey: Transaction Books; Rutgers University, 1976.

_____. **The Breakdown of Democratic Regimes** (edited by Juan J. Linz and Alfred Stepan): Chile. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1991.

VIANNA, Luiz Werneck. **A propósito de uma apresentação**. In: GRUPPI, Luciano. O Conceito de Hegemonia em Gramsci. Rio de Janeiro: Graal, 2000

YAFFÉ, Jaime. **Al centro y adentro – la renovación de la izquierda y el triunfo del Frente Amplio en Uruguay**. Linardi y Risso. Montevideo, 2005.

ZAPATA, Francisco. **La cuestión democrática em la izquierda latinoamericana: del dilema izquierda-derecha al dilema democracia-autoritarismo**. Colegio de México: Mimeo, 2008.

ZIBECHI, Raúl. **De la hegemonía cultural a la hegemonía política - La izquierda uruguaya**. S/D. Disponible em: <http://www.pvp.org.uy/zibechi.htm>. Acceso em: setembro de 2005.

ANEXO A – LISTA DE ENTREVISTADOS CHILE

	Nome	Atividade política
1	Alfredo Rehner	-- (atualmente é pesquisador) --
2	Andrés Aylwin	Deputado DC
3	Aníbal Palma	Ministro Educação
4	Arturo Jirón	Ministro da Saúde
5	Hernán Del Canto Riquelme	Vice-presidente CUT, Ministro do Interior
6	Jacques Chonchol	Ministro da Reforma Agrária
7	Juan Carlos Concha	Ministro da Saúde
8	Mireya Baltra	Ministra do Trabalho
9	Sergio Bitar	Ministro dos Minérios
10	Tomas Moulian	-- (atualmente é pesquisador) --